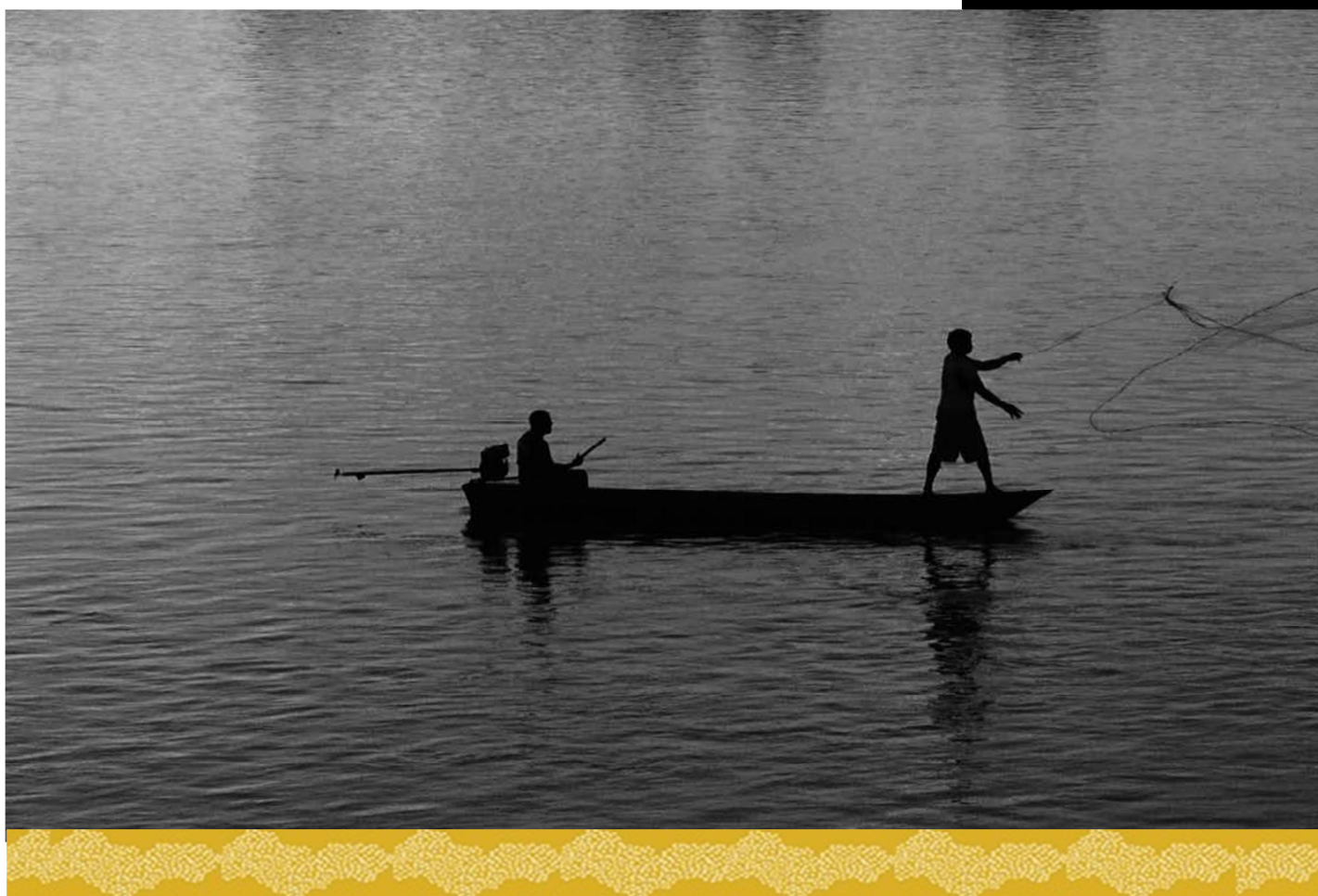


Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco – Inventário de Proteção ao Acervo Cultural



VOLUME I

COMO CITAR:

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco, volume I. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016. xx p.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fernando Damata Pimentel

Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Angelo Oswaldo de Araujo Santos

Secretária de Estado de Cultura

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Michele Abreu Arroyo

Presidente

Françoise Jean de Oliveira Souza

Diretora de Proteção e Memória

Luiz Guilherme Melo Brandão

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças

Soraia Aparecida Martins Farias

Diretor de Conservação e Restauro

Fernando Pimenta Marques

Diretor de Promoção

Luis Gustavo Molinari Mundim

Gerente de Patrimônio Imaterial

Coordenação Geral do Projeto

Ângela Cãnfora Dolabela

Luis Gustavo Molinari Mundim

Tarcísio Guadalupe de Sá Ferreira Gomes

Coordenação Geral do Projeto

Breno Trindade da Silva

Débora Raíza C. Rocha Silva

Fabiele Cristina Santos Costa

Leonardo Augusto Silva de Freitas

Analistas IEPHA/MG

André Elias Ferreira de Oliveira Carvalho

Andreza Alves Velloso

Bruna Luísa de Paula

Gisele Caroline Raimundo

Guilherme Eugênio Moreira

Manoella Carvalho

Mariana Rabêlo de Farias

Paulo Ricardo Silva Rodrigues

Renata Lopes Pinto

Rodrigo Caixeta

Estagiários IEPHA/MG

Caroline Marques Flávio

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino

Superior do Norte de Minas

Instituto Opará

Karine Rodrigues Dias

Luiz Henrique Brás Barbosa Júnior

Maria Regina Antunes Carvalho

Matheus Phelipe Alves

Pedro Jardel Pereira

Prefeituras Municipais do Norte de Minas

Projeto Cidadania Ribeirinha – Assembleia Legislativa de

Minas Gerais ALMG

Colaboradores

Carla Cristina Barbosa
Cesar Henrique de Queiroz Porto
Denilson Meireles Barbosa
Coordenação NUHICRE/UNIMONTES

Carlos Caixeta de Queiroz
Cassio Alexandre da Silva
Flávia Alves Figueiredo Souza
Gustavo Henrique Gomes de Oliveira
Lenize Silva Vila Lobos
Maria Generosa Ferreira Souto
Nôila Ferreira Alencar
Patrícia Lopes da Silva
Raquel Helena de Mendonça e Paula
Rogério Jesus de Oliveira
Simone Narciso Lessa
Tiago da Silva Mourão
Analistas NUHICRE/UNIMONTES

Ariely Antunes
Caio Hudson Rabelo Alves
Elis Medrado Viana
Jorge Luiz Teixeira Ribas
Roberto Veríssimo Silva Junior
Estagiários NUHICRE/UNIMONTES

Sumário

Apresentação	11
Ficha Sítio	20
Buritizeiro	55
• Lista de Bens Identificados e Contatos	
• Buritizeiro – Localidade	57
○ Modo de Fazer Artesanato com Buriti	64
○ Modo de Fazer Doce de Buriti	72
○ Modo de Fazer Licor de Pequi e Murici	82
○ Plantas Medicinais	90
Ibiaí	98
• Lista de Bens Identificados e Contatos	
• Ibiaí – Localidade	100
○ Mitos e Lendas do Rio: Mãe d'Água e Caboclo d'Água	107
○ Modo de Fazer Paçoca de Barú	116
• Barra do Pacuí – Localidade	124
○ Comunidade Barra do Pacuí – Lugares	131

Icaraí de Minas 139**• Lista de Bens Identificados e Contatos****• Icaraí de Minas – Localidade 141****○ Modo de Fazer Roncoio 147****○ Dança do Carneiro 157****○ Festa de Nossa Senhora da Conceição 165****Jaíba 173****• Lista de Bens Identificados e Contatos****• Jaíba – Localidade 175****○ Batuque de Jaíba 184****○ Festa de Nossa Senhora da Glória 192****○ Artesanato com Fibras de Bananeira 202**

O texto que se segue refere-se ao Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG, segunda etapa do **Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco**¹ executado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, em conjunto com o Núcleo de História Regional da Universidade Estadual de Montes Claros – NUHICRE/UNIMONTES.

Em linhas gerais, o Inventário trata-se de um instrumento de identificação e salvaguarda que corresponde à medida administrativa estruturante de outras formas de proteção ou acatamento dos bens culturais materiais e imateriais. Constitui-se, portanto, em uma importante e eficaz ferramenta para identificação, pesquisa, planejamento, valorização, ações de salvaguarda, estímulo à criação de políticas públicas, além de dar conhecimento e possibilitar o acesso à informação sobre as práticas e referências culturais do Estado.

No IEPHA/MG, o inventário é feito por meio da metodologia do **IPAC/MG**, programa desenvolvido pelo Instituto ainda na década de 1980 e que tem por objetivo geral identificar e proteger o acervo cultural do Estado. Ao longo dos anos, o IPAC/MG identificou mais de 5000 bens culturais de natureza material e imaterial, distribuídos em diversas categorias como Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas, Bens Móveis, Bens Integrados, Arqueológicos, Espeleológicos, Paisagísticos, Lugares, Celebrações, Saberes, Formas de Expressão e outros.

No **Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco** a metodologia foi repensada e a ferramenta do inventário serviu, entre outras coisas, para identificar e desenvolver medidas de salvaguarda para os bens inventariados. O projeto visava abranger toda a extensão estadual do Rio São Francisco, todavia, por necessidades orçamentária e metodológicas o recorte geográfico foi alterado. Com isso o território de atuação do projeto foi alterado e passou a compreender a parte navegável do rio, contemplando um conjunto de 17 municípios. O trecho definido foi Pirapora, passando por Buritizeiro, Várzea da Palma, Icaraí de Minas, Ibiaí, Ponto Chique, São Romão, Ubaiá, Pintópolis, São Francisco, Pedras de

¹ O Projeto de Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco foi iniciado em 2010 com sequência de execução até o ano de 2016, quando foram consolidados os dados, finalizado o inventário e construído o relatório final do projeto.

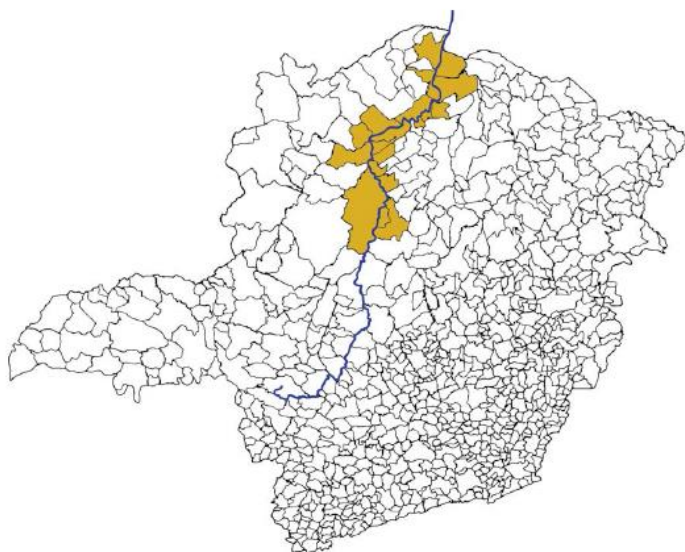
INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Figura 01 – Mapa de Minas Gerais, destaque para à area do projeto.
Fonte: IEPHA/MG - *Inventário Cultural de proteção do Rio São Francisco*.

Maria da Cruz, Januária, São João das Missões, Itacarambi, Jaíba, Matias Cardoso e se encerrou em Manga, última cidade de Minas na divisa com a Bahia.

A justificativa para o recorte espacial também tem suas bases no princípio da regionalização das ações de salvaguarda do patrimônio cultural mineiro, que visa a descentralização da gestão pública. A regionalização foi item

instituído pela Portaria IEPHA/MG Nº 36/2008, com o intuito de orientar e permitir a articulação das ações de identificação e inventário promovidas pelo instituto em nível regional. Outra justificativa se dá pelo processo histórico e pelas relações específicas estabelecidas a partir dos movimentos de migração e povoamento da região e do trânsito daqueles que saíam do nordeste para o sudeste e tinham como paragem a cidade de Pirapora, último trecho navegável do São Francisco em Minas Gerais.

Após a definição do território a ser pesquisado, deu-se início à primeira etapa do projeto, que se refere às **Referências Culturais**², fase que compreende o levantamento das **Fontes para a pesquisa das Referências Culturais** e a aplicação dos Mapas de Percepção³. Os mapas foram construídos em **04 Fóruns** realizados nas cidades de Pirapora, Januária, Brejo São Caetano do Japoré (Manga – MG) e São Francisco.

² As Referências Culturais dizem respeito ao universo cultural que circunda indivíduos e grupos, e nos quais eles se reconhecem, valorizam e que, portanto, adquirem sentidos. Englobam um conjunto de elementos que transitam entre a materialidade e a imaterialidade. Conforme enfatizam Maria Cavalcanti e Maria Fonseca, *a referência cultural é um conceito-chave na formulação e na prática da política brasileira de salvaguarda*. CAVALCANTI, Maria Laura; FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio Imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

³ Desenvolvido em diversas áreas do conhecimento como a Geografia Humana, a Antropologia e a Psicologia a ferramenta trabalha, por um lado, com a percepção do ambiente, ou seja, com a subjetividade do olhar e do sentir de indivíduos e de grupos que expressão seus valores, atitudes e preferências e, por outro, com os mapas que são representações simbolizadas da realidade. O processo de construção dos mapas torna possível a comunicação e o compartilhamento das referências culturais. O IEPHA/MG utiliza em suas pesquisas os Mapas de Percepção como instrumento participativo de levantamento das referências culturais de comunidades e grupos.

Esse primeiro momento permitiu que a equipe do Projeto tivesse um panorama geral das referências culturais da região norte de Minas Gerais, e, além disso, serviu para estabelecer uma maior aproximação com as comunidades locais. O trabalho desenvolvido nessa etapa teve como resultado a identificação de **2903** itens, encontrados em **587** fontes de **57** acervos distintos. Entre os suportes de pesquisa estão jornais, revistas, teses, dissertações, monografias, textos técnicos, vídeos, fotos, áudios, revistas, pesquisas de campo (mapas de percepção) e outros.

No que se refere aos elementos com potencial para serem inventariados como patrimônio cultural, foram listadas 1629 referências culturais distribuídas entre os 17 municípios selecionados.

Em Buritizeiro, foram identificadas 93 referências culturais, nas quais 24 se referem à categoria de celebrações e ritos, 22 à de saberes e ofícios, 09 à de formas de expressão, 05 à de lugares, entre outros. Dentre as referências da cidade, destacam-se as festas religiosas, a Dança de São Gonçalo, a benzeção, a utilização do buriti no artesanato e na culinária e a fabricação de farinha de mandioca.

Em Ibiaí, foram mencionadas 46 referências culturais, com maior incidência das práticas culturais relacionadas com os saberes, ofícios e técnicas produtivas tradicionais, como a pesca artesanal, a fabricação de farinha e a produção de derivados do baru.

Sobre Icaraí de Minas, foram assinaladas 37 referências, sendo que 16 se referem às formas de expressão realizadas na localidade, tais como Batuque, Dança do Carneiro e vaquejada. Outras 11 indicações apontam os saberes e ofícios como principais referências culturais locais. Dentre as listadas, estão a produção de farinha, cachaça e requeijão, bem como o modo de fazer e tocar o roncoio, instrumento de percussão característico da região.

Em Itacarambi, das 83 referências culturais listadas, 22 correspondem a celebrações e ritos, como a Procissão das Águas feita às margens do Rio São Francisco e as festas de Rei de Bois, e outras 26 às formas de expressão, como as lendas do Caboclo d'água, Mãe d'água e da Carranca. Destaca-se ainda a identificação dos lugares de referência, como a Praça Cais Água Viva, local onde a comunidade se reúne e reproduz suas práticas culturais coletivas.

Na cidade de Jaíba, foram identificadas 64 referências culturais, nos quais 27 bens se referem às fazendas locais e outras 19 apontam as festas cívicas e religiosas como elementos

significativos da região. Além disso, também foram citadas as comunidades tradicionais, o batuque, o artesanato com a fibra de bananeira, entre outros.

Januária apresentou um número expressivo de referências culturais, 262 no total. Esse número corresponde a 77 saberes e ofícios, como o artesanato com diversas matérias-primas, a produção da culinária local, a fabricação de violas e a medicina popular; 37 estruturas arquitetônicas e urbanísticas, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário; 33 formas de expressão, tais como a Dança de São Gonçalo e o Terno dos Temerosos; 31 lugares, entre eles as comunidades tradicionais de pescadores, quilombolas e vazanteiras, o Mercado Municipal e o Rio São Francisco; 25 mestres e praticantes de manifestações culturais; Outros 21 bens se referem a elementos paisagísticos, naturais, arqueológicos e espeleológicos.

A cidade de Manga produziu um número de 160 referências, sendo que 47 fazem menção aos mestres e praticantes dos bens culturais locais, que por sua vez, estão associados aos 37 ofícios e técnicas tradicionais listadas. Entre essas atividades, estão elementos da culinária, como a produção de manteiga de garrafa, paçoca de carne de sol e a farinha de mandioca, e elementos da natureza, como o conhecimento das plantas medicinais e a confecção de selas, barcos e redes de pesca artesanal. Além dos saberes, celebrações e ritos como a benzeção, a encomendação das almas e a Incelença, foram marcantes no processo de identificação da cultura local.

Em Matias Cardoso o número de referências culturais foi 77, divididas da seguinte maneira: 25 celebrações e ritos, 13 formas de expressão, 13 saberes e ofícios, 10 estruturas arquitetônicas e urbanísticas, 06 lugares, 04 elementos paisagísticos e naturais, 03 mestres e praticantes, 02 sítios e 01 elemento de arqueologia e espeleologia.

Como nas outras localidades, um número expressivo das celebrações se refere às festas cívicas e religiosas, como a Festa de Nossa Senhora da Conceição, o aniversário da cidade e o Dia dos Gerais, comemorado em 8 de dezembro, data em que, de forma simbólica, a capital de Minas é transferida para Matias Cardoso, como forma de reconhecer o protagonismo da região norte mineira. No que se referem às formas de expressão, foram listadas a Dança de São Gonçalo, prática recorrente no sítio estudado, a Reza da Chuva e as

Cantigas de Roda. Outro elemento recorrente foram as referências sobre as comunidades tradicionais de vazanteiros e quilombolas, como Lapinha e Pau de Léguas.

No município de Pedras de Maria da Cruz, foram identificadas 35 referências culturais. Mais uma vez, as celebrações que dizem respeito às festas religiosas são a maior parte dos apontamentos, seguidos das formas de expressão, como o batuque, os mitos e lendas e as cantigas de roda. Também aparece nas indicações o modo de fazer pilões, gamelas e vários outros artefatos produzidos a partir da madeira. Na localidade, foi apontada ainda a Comunidade Quilombola de Palmeirinha, lugar de referência da cidade e que produz e reproduz diversas práticas culturais coletivas, como o Batuque e a produção de artesanato.

Pintópolis teve 65 referências identificadas, nas quais 20 se referem aos saberes e ofícios locais como a pesca artesanal, a benzeção e o conhecimento das plantas medicinais e, principalmente, os associados à cozinha tradicional do norte de Minas como a produção de rapadura, requeijão, biscoito de peta, cachaça, queijo e o arroz com pequi. Outra parcela se refere às celebrações, como as festas religiosas e as Folias de Reis, e às formas de expressão como a Dança de São Gonçalo e as Pastorinhas.

Em Pirapora, o número de referências culturais identificadas foi de 208. Na localidade, foi expressiva a quantidade de Estruturas Urbanísticas e Arquitetônicas apontadas, 68 no total. Elas se referem às igrejas, praças, residências e, principalmente, à Ponte Marechal Hermes, tombada pelo IEPHA/MG em 1985. Nos saberes e ofícios, 46 no total, destacam-se o artesanato com madeira, como produção das carrancas, os bordados, como o Bordado Dumont, a culinária local como a feitura da Moqueca de Peixe, do Feijão Tropeiro, da farinha de mandioca, do biscoito de peta e da carne de sol, o ofício do Vapozeiro, pescadores artesanais e raizeiros.

Outras 31 apontam os festejos locais, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, a Folias de Reis, as romarias, a Festa do Sol, entre outros, enquanto 29 referências versaram sobre as formas de expressão, como a Dança de São Gonçalo de Promessa e as lendas do rio. No que se refere aos lugares, destacam-se as comunidades ribeirinhas e Praia, espaço onde ocorrem diversas manifestações culturais locais.

Ponto Chique é um município pequeno e recente, contudo, suas referências culturais são marcantes para os moradores, que apontaram 30 elementos que constituem a cultura local. Entre os itens mencionados, estão os batuques, a Festa de Santa Rita de Cássia, Vaquejada, a ponte de Ponto Chique para Ibiaí, a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, a Comunidade de Chiquinha, o modo de fazer arroz com pequi, beiju, farinha de mandioca e rapadura.

A cidade de São Francisco apresentou um número de 192 referências. Desse montante, 56 apontam os festejos e celebrações recorrentes na região, como as Folias de Reis e do Divino, Festa do Boi de Reis, Encontro de Violas Barranqueiras, entre outros. Segundo os moradores, nessas festas estão sempre presentes a Dança de São Gonçalo, o Batuque e a Dança do Carneiro. Quanto aos saberes, técnicas e modos de fazer, citam-se o artesanato, a culinária com o biscoito Ginete, a Moqueca de Surubim, o Beiju e a paçoca de carne de sol, a construção de barcos, a produção da farinha de mandioca, a fabricação de instrumentos musicais como violas, rabecas, tambores e caixas, a confecção de carro de boi. Entre os ofícios aparecem parteiras, benzedeiros, rezadeiras, vazanteiros, luthiers, tecelões, carranqueiros, entre outros.

Em São João das Missões, foram identificadas 67 referências culturais, sendo que a maioria está associada à cultura indígena Xakriabá, visto que no território da localidade existem aproximadamente 32 aldeias. Desses elementos, 14 estão associadas aos saberes e fazeres locais como o conhecimento das plantas medicinais, o artesanato indígena Xakriabá, e a fabricação de biscoitos, outras 12 se referem à pintura corporal, aos jogos olímpicos e à literatura oral Xakriabá. Também foram listados como lugares de referência as comunidades Xakriabá e a Casa de Medicina Xakriabá.

São Romão listou 91 referências culturais. Entre elas o Batuque, forma de expressão tradicional na cidade, a Dança de São Gonçalo, as Incelenças e as lendas sobre o Caboclo d'água. Tem-se ainda a festa de Nossa Senhora do Rosário, o Congado, a Cavallhada, as Folias de Reis e Reis dos Cacetes. Entre os saberes, destacam-se os elementos da culinária, como a produção de arroz com pequi, carne de sol, paçoca de carne de baru, além da produção de rede de pesca.

Em Ubaí, que listou 39 referências culturais, também apareceu como saber culinário o arroz com pequi e a paçoca de carne de sol. Além disso, foram identificadas a Festa de Santa Rita de Cássia, padroeira da localidade, a Folia de Reis, as Pastorinhas, o batuque e a Dança de São Gonçalo. Outro elemento importante identificado foi a existência das comunidades quilombolas de Gerais Velho e Vila Biúca.

Por fim tem-se Várzea da Palma, que identificou 80 referências culturais. Assim como em todos os outros 17 municípios do sítio pesquisado, apareceram como elementos culturais festas religiosas, Folias de Reis, Folia de São Sebastião, a Dança de São Gonçalo, o conhecimento das plantas, o artesanato, a benzeção, bem como lugares de memória, como as Comunidades de Barra do Guaicui e Buriti das Mulatas e as ruínas da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos.

É importante destacar que além dos elementos de natureza imaterial, das 1629 referências 258 apontaram as Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas como aspectos significativos para a constituição da cultura local. Outras referências citadas indicam 29 acervos arqueológicos e espeleológicos, 70 paisagísticos e naturais e 09 ruínas.

Além disso, os marcos físicos da ocupação do norte de Minas, que serviram como base para o desenvolvimento das práticas culturais da região, também se constituem como um patrimônio em si. Exemplo disso são as Igrejas, ferrovias, vestígios da navegação como os cais e o Vapor Benjamim Guimarães, e tantos outros elementos que apareceram no levantamento.



Esses dados, após consolidados e analisados, foram o ponto de partida para a seleção técnica, feita junto às comunidades locais, dos bens culturais que seriam inventariados. Eles mostraram a expressividade de determinadas práticas para a cultura local, além de proporcionar o entendimento de que existem elementos que estruturam, compõem e estabelecem uma identidade regional.

A reincidência das referências em todas as localidades foi decisiva para o inventário, pois ela traduziu a percepção do norte de Minas Gerais como um espaço que produz e reproduz práticas culturais coletivas articuladas com o seu modo de vida, com sua relação com os recursos disponíveis, o rio, a terra, a natureza, o alimento, a religiosidade e com a crença.

A repetição dos saberes, ofícios e técnicas da natureza, das formas de se expressar, festejar e ritualizar, a existência de uma cozinha tradicional regional, de comunidades tradicionais e de lugares de memória, além de dar unidade e identidade à população norte mineira, permitiu que as fronteiras físicas e geográficas se tornassem imaginárias.

Esse entendimento, aliado a finalização do levantamento das pesquisas de campo e das fontes bibliográficas, permitiu que a equipe técnica do projeto, juntamente com as comunidades locais, desse início ao processo de seleção do que seria inventariado.

No primeiro momento, decidiu-se que os bens culturais já inventariados pelos municípios não entrariam no escopo do trabalho por já terem sido alvo de estudo. Optou-se também por inventariar um exemplar de cada item em somente uma localidade. Por exemplo, o modo de fazer o Arroz com Pequi é algo recorrente em todas as cidades do norte de Minas, sendo um elemento culinário de ampla ocorrência na região. Contudo, o bem cultural foi inventariado somente no município de Ubaí. Assim também com a benzeção, com o modo de fazer farinha de mandioca, com a pesca artesanal, entre outros. Elementos que foram muito representativos de determinadas localidades se repetiram, caso do Batuque, inventariado em 03 municípios, a Dança de São Gonçalo em outras 02 cidades e os largos das igrejas, inventariados em outras 05 localidades.

Inicialmente, foram selecionadas aproximadamente 150 práticas culturais para serem inventariadas. Ao longo do percurso, e após um aprofundamento na pesquisa, chegou-se ao

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

número de **76 fichas de bens culturais imateriais** distribuídos ao longo de todo o sítio do São Francisco.

Outro componente que contribuiu com essa escolha foi a ideia de centralizar/agrupar diferentes bens culturais em torno de um único bem que poderia contemplar outras práticas associadas. Por exemplo, o artesanato com madeira, que contempla a carranca, elemento característico da região, e outras esculturas também tradicionais, e o próprio ofício do artesão. Caso similar é a Festa de Santa Rita de Cássia, em Ubaí, que agrupa outros bens identificados como a cavalgada, a Festa do Carro de Boi, o levantamento de mastro, a procissão, os grupos de Folia de Reis, o modo de fazer cachaça, entre outros.

As práticas culturais estudadas foram entendidas e inventariadas nas categorias do patrimônio cultural imaterial: Celebrações e Ritos, Formas de Expressão, Saberes, Modos de Fazer e Lugares.

Além disso, foram elaboradas **26 fichas de localidades**, sendo 17 de municípios e outras 09 que correspondem a comunidades quilombolas, ribeirinhas, povoados, entre outras. No escopo do inventário foi realizada ainda **01 ficha de sítio** que descreve e narra a área delimitada na pesquisa, buscando apresentar a unidade e a identidade da população norte mineira. Este volume apresenta, portanto, um total de 102 fichas de inventário.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		SÍTIO
01	IDENTIFICAÇÃO	
Denominação	MUNICÍPIOS RIBEIRINHOS DO RIO SÃO FRANCISCO EM MINAS GERAIS	IPAC/MG -
Município(s)	Pirapora; Buritizeiro; Várzea da Palma; Ibiaí; Ponto Chique; Ubaí; São Romão; Icarai de Minas; São Francisco; Pintópolis; Pedras de Maria da Cruz; Januária; Itacarambi; Jaíba; Matias Cardoso; São João das Missões; Manga.	

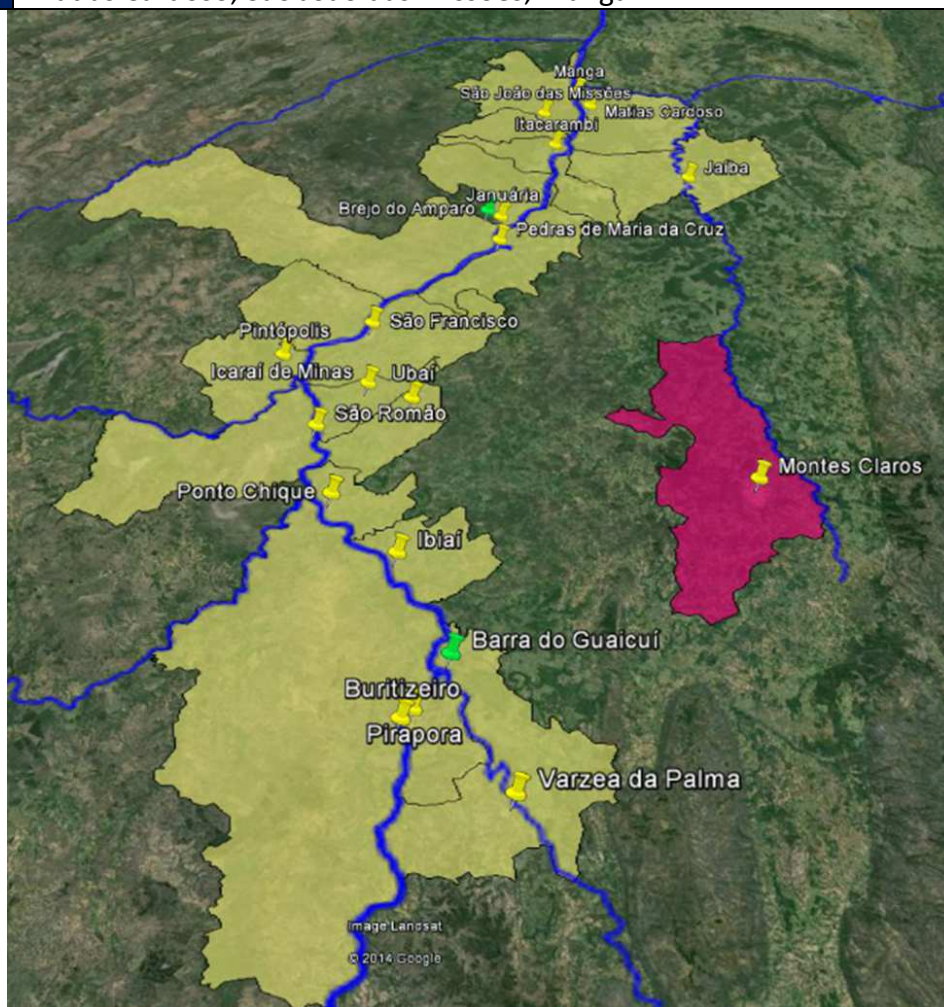


Figura 01: Mapa dos municípios inventariados no Projeto de Proteção do Patrimônio Cultural do São Francisco.
Fonte: Mapa base Google Earth – Adaptado IEPHA/MG – 2015

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SÍTIO



Foto 01: Pesca Artesanal, Matias Cardoso/MG.
Fonte: NUHICRE – IEPHA – 2012.



Foto 02: Biomas do Cerrado, Itacarambi /Januária/MG.
Fonte: Acervo particular de Cássio Alexandre -2012 .



Foto 03: Ponte Marechal Hermes, Buritizeiro/MG.
Fonte: NUHICRE – IEPHA – 2013.



Foto 04: Muqueca de Surubim, Manga/MG.
Fonte: NUHICRE - IEPHA - 2012.



Foto 05: Pescadores no rio São Francisco, MG.
Fonte: NUHICRE – IEPHA – 2012.



Foto 06: Praça e Igreja Matriz de N. Sra. da Conceição, Matias Cardoso/MG.
Fonte: NUHICRE – IEPHA – 2013.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SÍTIO


Foto 07: Artesã, Buriti do Meio –São Francisco/MG.
 Fonte: NUHICRE – IEPHA – 2012.



Foto 08: Procissão de carro de boi, Vila do Morro/MG.
 Fonte: NUHICRE – IEPHA – 2012.

02 REFERÊNCIAS CULTURAIS

Com base no entendimento das produções culturais referentes ao território de abrangência do projeto foi possível inventariar 76 bens culturais, distribuídos ao longo de todo o sítio. Esses bens estão dispostos nas seguintes categorias:

- O Rio São Francisco;
- Modos de vida e comunidades tradicionais;
- Saberes, ofícios e técnicas;
- Saberes e ofícios das águas;
- Os sabores do sertão mineiro;
- Ritos e festejos norte-mineiros;
- Dançar e expressar alegria;
- Pintura corporal e arte gráfica indígena;
- Mitos e lendas do São Francisco;
- Lugares de memória.

O Rio São Francisco

O rio São Francisco ou *Opará*, na linguagem tupi-guarani, é um dos principais cursos d'água do Brasil e da América Latina. Seu nome está associado à expedição de reconhecimento da costa brasileira, feita por Américo Vespúcio, realizada no ano de 1501. Neste período era comum que as expedições batizassem os lugares com o nome do santo padroeiro do dia, especificamente naquela data era São Francisco de Assis o santo de referência.

Os usos das águas do rio e a ocupação de suas áreas não é algo recente, ao contrário, a ocupação humana atravessou os séculos e deixou suas marcas na paisagem e nos costumes de sua gente. A região do Alto Médio São Francisco, por exemplo, teve seu processo de ocupação associado a diversos movimentos migratórios e deslocamentos que remontam ao período pré-histórico, que passam pela ocupação indígena na região, pela chegada das primeiras expedições portuguesas, seguido do povoamento dos bandeirantes, pela formação das comunidades e povoados entre os séculos XVII e XVIII, até o estabelecimento dos núcleos urbanos atuais. Devido à diversidade de grupos que passaram e se estabeleceram nessas regiões, a tônica de ocupação desses espaços foi, e ainda é marcada por conflitos que provocaram intensas modificações na paisagem e na própria estrutura do rio.

O rio São Francisco foi, e continua sendo, fundamental para a dinâmica nacional. Ao longo da história,

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

marcada por tensões, relações de dominância, concessões e assimilações, o rio possibilitou a interação étnica e cultural entre diversos grupos culturais, entre eles os portugueses, indígenas e africanos. A importância e a riqueza cultural dessa região está, sobretudo, na vivência diária desses povos e na sua interação com o ambiente natural. Os autodenominados “povos sanfranciscanos” ou “gente do São Francisco”, como os *geraizeiros, pescadores, ribeirinhos, barranqueiros, quilombolas, indígenas, remeiros, vazanteiros, veredeiros, campineiros, catingueiros, chapadeiros*, entre tantos outros estabelecem uma relação íntima com o rio, fazendo dele um elemento fundamental para a constituição de suas identidades. (IEPHA, 2015).

Modos de vida e comunidades tradicionais

Minas Gerais possui expressiva variedade de regiões e características culturais diversificadas. No Norte de Minas, por sua vez, encontra-se grande heterogeneidade de modos de vida e tipos de organizações sociais com *identidades específicas**. Os moradores do chamado Médio São Francisco, possuem maneiras próprias de experienciar a vida, muito embora suas referências culturais transpassem seu território se estendendo para outras áreas. Na região delimitada no Projeto São Francisco, que vai de Pirapora à Manga, foi possível encontrar grande multiplicidade de vivências, realidades, costumes, memórias, origens e meios de subsistência vividos cotidianamente pelos seus moradores.

Parte da multiplicidade cultural encontrada nos levantamentos do Projeto está vinculada às inúmeras *Comunidades Tradicionais*** existentes ao longo das cidades margeadas pelo rio, formadas por *quilombolas, aldeias indígenas, ribeirinhos, barranqueiros, vazanteiros, geraizeiros, veredeiros*, dentre outros. Esta heterogeneidade de grupos se dá em relação direta com a diversidade de culturas e povos que povoaram aquele território, assim como em função da variedade de ecossistemas presente na região: sertões, chapadas, veredas, cerrados, caatingas demonstrando a interação entre homem e natureza.

Esses povos se constituem culturalmente a partir de seus vínculos territoriais com o rio São Francisco, com sua vegetação e suas terras. A natureza, além de essencial à vida, pois é do seu uso que se obtém o sustento, define formas de sociabilidade e lhes confere identidade e diversidade cultural. Estas comunidades abrigam e dão suporte para o desenvolvimento das múltiplas tradições e manifestações culturais da região. Assim como as águas se misturam neste universo hídrico, as identidades se mesclam e se delimitam constituindo fluidas fronteiras. Nesse sentido, é possível encontrar, por exemplo, comunidades quilombolas, vazanteiras e indígenas articulando variadas definições étnicas em sua autodefinição enquanto tradicionais.

Saberes, ofícios e técnicas

Os saberes, ofícios e técnicas tradicionais encontrados na região de pesquisa são frutos da interação de seus moradores com o ambiente e do que esse tem a oferecer num processo de troca e adaptação. Destaca-se desses conhecimentos os saberes relacionados à madeira e às plantas nativas.

Muitas técnicas produtivas e artesanais tem a madeira como principal matéria prima, entre elas a fabricação de pilões, gamelas, barcos, canoas, utensílios domésticos, estrutura para selas, ferramentas de produção (agulha para confecção de redes de pesca, peneira para fabricação de farinha de mandioca), imagens religiosas, mobiliário, esculturas (famílias ribeirinhas, surubins, carrancas) e instrumentos musicais.

No mesmo sentido, as plantas da região possuem grande importância para a produção de alimentos, bebidas, artesanatos e medicamentos caseiros. Os artesãos e produtores da região utilizam frutos, fibras, raízes, cascas, talos, folhas e sementes, dando a estes elementos múltiplas utilidades. Exemplo desse extrativismo, tem-se o buritizeiro, pequizeiro e o muricizeiro que, além de compor a vegetação típica do cerrado, possuem relevante importância para as populações locais, servindo como alimento e como fonte de renda. Destas plantas utilizam-se quase todos os recursos das mais diferentes e criativas formas.

Saberes e ofício das águas

As águas do Rio São Francisco e seus afluentes são a ligação do homem ribeirinho com o imaginário, através

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

de mitos e lendas como do caboclo d'água, da mãe d'água, cobra grande e da proteção das carrancas na proa do barco para evitar maus espíritos e trazer boa pescaria. Os mitos e lendas ameaçam, inspiram as escultoras e enfeitam as praças, como no caso de Itacarambi; inspiram bordados em Pirapora, e o imaginário de todo pescador como o senhor Wagner, município de Manga: *O caboclo d'água nunca fez nenhum remorso comigo... Via o movimento das redes, sem nenhum peixe... Tinha ciência que era ele... deixava pra lá*" (Entrevista concedida pelo Sr. Wagner, Manga, 2012).

As águas também remetem ao ofício da pesca onde homens e mulheres com suas mãos hábeis trabalham os fios de nylon tecendo suas redes em frente às suas casas ou na beira do rio, à sombra de uma árvore. As águas revelam as manhas do pescar, da rica culinária que tem nos peixes importante ingrediente seja em pratos ensopados, fritos, secos ou com abóboras. Percebe-se no rio São Francisco, em suas praias e cachoeiras, curvas e barrancos, o caminho de diversos povos detentores de espantosa sabedoria que alenta e comove a todos que debruçam sobre os bens culturais que lhe caracteriza a expressão (RIBEIRO, 1995). Expressão essa que se manifesta nas festas, nas rezas, nas práticas cotidianas daqueles que tem no rio o universo que os orienta.

Os sabores do sertão mineiro

A cultura alimentícia singular encontrada no Vale do São Francisco é fruto do encontro cultural de diversos grupos que ao longo dos séculos mesclaram elementos culinários próprios. No norte de Minas Gerais, a incorporação de produtos, sabores e cores, nativos e provenientes de outras regiões, propiciou a criação de uma culinária carregada de traços históricos e culturais dos povos que fizeram da região seu ambiente de vida. Para além dos sabores, a culinária norte-mineira é caracterizada por sua função social, que gera renda, agrega famílias, preserva saberes, agrada aos santos e alimenta o corpo e a alma da sua gente.

O processo criativo culinário observado no território de pesquisa faz parte de uma experiência adaptativa e criativa do homem ao espaço. Diversos alimentos que são hoje consumidos por sua ligação identitária com determinados contextos, tornando-se iguarias, surgiram da necessidade primeira da sobrevivência e que foram paulatinamente transformados em símbolos. Alguns exemplos apontados na pesquisa são: a manteiga de garrafa, as paçocas de carne de sol e da castanha do baru, a moqueca do surubim, os biscoitos ginete e peta, os derivados das frutas do cerrado como o pequi e o murici, a produção de beiju e farinha de mandioca.

Ritos e festejos norte-mineiros

As celebrações ribeirinhas são fervorosas e as práticas religiosas orientam todas as comunidades. No sertão, o Divino e demais padroeiros devocionais, para permanecerem nos merecidos e celestiais tronos, aos quais têm direito, frequentam as humildes casas representados em estampas, imagens, e pequenos altares e oratórios.

Os padroeiros, em retribuição ao louvor de seus fiéis, trazem chuva, cura, trabalho, alimento, sustento de corpo e de alma. As promessas são expressas em procissões, doações, cantorias e em práticas devocionais expressas no São Gonçalo, nas Folias, Reis de Bois, nas cavalgadas e cavalhadas, que em versões ricas e diferenciadas estão presentes em todo médio São Francisco.

No sertão, as comunidades fazem novenas e trezenas, há ladainhas rezadas em latim e o terço dos homens é acompanhando por violões e bandolins. Há também missas e procissões com levantamento de mastro e queima de fogos, segundo prevê o catolicismo popular. Em seguida, realiza-se o leilão e barraquinhas com doações feitas pelas comunidades, cujos sabores nos remetem ao modo de fazer e toda fartura expressa pela paçoca de carne de sol e linguiça, arroz de carreteiro, feijão sacudido e variados tipos de doces típicos.

As festas dos padroeiros, ricas em todo o vale, remetem, não apenas ao catolicismo em sua estrutura doutrinária ligada à organização da vida das localidades. Mas é também espaço de apropriação e transformação das tradições, onde estruturas religiosas se misturam e se fundem marcando a influência forte dos folguedos de

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

origem ameríndia e afro-brasileiro, como em São Romão.

O sertão é salgado com o ruflar das caixas e tambores, como também cacetes habilmente coreografados por marinheiros de água doce, fitas multicoloridas, aljofre e espelhos dos congadeiros devotos da senhora do Rosário que, em expressão caleidoscópica, retratam o entrelaçar do sagrado e do profano.

Dançar e expressar alegria

Encontra-se também momentos em que o dançar remete aos batuques, guaianos, lundus, quatro, catira, carneiro, rodas de versos, dentre outras, que respondem exclusivamente à expressão de alegria e contentamento, muitas vezes expressadas conjuntamente ou após os períodos devocionais. Assim como os **ritos e festejos**, essas expressões carregam forte dramaticidade e complexidade ao mesclar elementos diversos de bases culturais europeias, africanas e indígenas. A esta mistura, acrescenta-se ainda os aspectos sertanejos, ribeirinhos e fronteiriços, característicos na maioria das suas práticas.

Das manifestações citadas, destaca-se o batuque, dança que tem entre suas raízes a cultura africana. Presente em diversos municípios pesquisados como São Romão, Jaíba, Ponto Chique e na Comunidade Quilombola de Palmeirinha, localizada em Pedras de Maria da Cruz, o batuque possui um padrão rítmico sincopado e binário onde a disposição espacial dos componentes é semelhante em quase todos os lugares. Geralmente as pessoas dançam em círculo, respeitando uma coreografia central, mas com possibilidade de improvisos.

Além do Batuque, outras danças tradicionais são comuns na região. De inspiração portuguesa a Dança de São Gonçalo é praticada em diversos lugares do país, com variações na coreografia, na indumentária, instrumentos, imagem do santo, entre outras. A Dança do Carneiro, que está associada à religião católica e às danças afro-brasileiras, tem origem no norte de Minas e é considerada uma variação do Batuque, por ser dançada em pares que vão ao centro da roda pulando, batendo palmas e chocando os ombros uns nos outros.

As manifestações culturais existentes na região norte-mineira se apresentam por meio de diferentes dramatizações. Entre elas citam-se as práticas dos folguedos do boi, tradição difusa em todo o território do São Francisco.

Outra forma de expressão que envolve a figura do boi é o Rei de Bois que acontece no município de Itacarambi. Na localidade o folguedo se inicia no dia 6 de janeiro, dia de Reis e se encerra no final do mesmo mês. A apresentação acontece pelas ruas, onde o Boi exhibe sua coreografia em frente às residências onde foi simbolicamente comprado, arrastando consigo seu público, coral e personagens.

O congado e os caboclinhos foram também expressões documentadas pelo inventário. Possuem como ato devocional o culto a Nossa Senhora do Rosário, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora da Abadia.

Pintura corporal e arte gráfica indígena

As pinturas corporais e as artes gráficas indígenas são elementos de grande importância e possuem elevado valor simbólico para os grupos detentores desse saber. Os índios da etnia Xakriabá utilizam-se das técnicas de grafismos como expressão mítica e construção da relação entre os seres humanos e o mundo a sua volta. Nota-se na cultura indígena que os grafismos construídos a partir da pintura corporal compõem um conjunto de símbolos e sinais não verbais de comunicação que reforçam sua identificação social e cultural. Entre os Xakriabá as pinturas são feitas a partir da maceração do jenipapo, do urucum e do barro/argila, aplicada cotidianamente e/ou em ocasiões cerimoniais. Seus padrões gráficos mais tradicionais são os geométricos e curvilíneos, que geralmente representam o movimento das águas, o encontro dos rios, relações familiares e a união do povo Xakriabá. A inspiração para a pintura parte de sua ancestralidade ligada aos *“presentes dos antigos”*, como influenciadas pelas pinturas rupestres e artefatos arqueológicos. Outro ponto de influência direta é da recriação de pinturas dos *“povos parentes”*, como os Xavante e os Xerente.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO****Mitos e lendas do São Francisco**

Os mitos e as lendas fazem parte da cultura da região do São Francisco. Eles compõem e interferem na formação do seu imaginário e sua identidade, sendo reelaborados e ressignificados ao longo da experiência no tempo. A memória coletiva, marcada pela força das tradições e representações, dá vida e corpo aos seres lendários por meio do artesanato, esculturas, contos, teatros, conversas cotidianas, entre outros processos da sociabilidade humana. É nessa perspectiva que se entende a marcante presença das figuras míticas na vida dos povos sanfranciscanos, que em sua relação com o rio, convivem com as lendas do Caboclo d'água, Mãe d'água e da Carranca.

O Caboclo D' Água é um ser aquático que vive nas águas do rio São Francisco e se manifesta por meio de uma figura de aparência humana de cor escura, cabeça arredondada e tronco musculoso. A Mãe d'água, é narrada como uma linda mulher que se assenta principalmente à meia-noite, sobre uma pedra no rio para pentear, com pente de ouro, seus cabelos. As carrancas, por sua vez, são imponentes esculturas de madeira que representam um ser mítico e feroz com traços de homem e animal em seu semblante. Sua figura está diretamente ligada à navegação no rio, sendo colocada na proa das embarcações, tanto para adornar, como para proteger os pescadores e barqueiros dos maus espíritos, como, por exemplo, o próprio Caboclo d'água.

Além das figuras lendárias que ocupam o imaginário popular, é possível encontrar, principalmente entre os povos Xakriabá, construções míticas complexas como a da onça Iaiá. Trata-se de um ser encantado que possui destaque como mito estruturante da relação dos Xakriabá com sua terra e das histórias de lutas e resistência pela manutenção dos seus territórios. Para os Xakriabá a onça é considerada como “a avó de todos”, e é também denominada como “Iaiá Cabocla”, ou, simplesmente, “Iaiá”. O termo “avó de todos” ou “Iaiá”, usado pelos Xakriabá, refere-se a um parente que não mais se sabe o nome, ou cuja genealogia se perdeu no tempo, mas que possui grande importância ancestral. A onça Iaiá se apresenta como ícone da cosmologia e uma guardiã das terras Xakriabá, a quem se deve pedir permissão para adentrar nas matas, águas e lapas indígenas.

Lugares de memória

O rio é personagem principal em grande parte das descrições e estudos produzidos por viajantes, memorialistas e historiadores sobre as regiões do São Francisco, suas paisagens naturais como corredeiras, seus barrancos, cânions e praias são sempre referendados. É um patrimônio natural, material e imaterial, devido à força de sua expressão simbólica e identitária, atuantes na construção da identidade sertaneja e ribeirinha e de espaços de sociabilidades nas cidades e comunidades próximas. São nestes ambientes que a coletividade encontra espaço para desenvolver e reproduzir seus laços, conhecimentos, valores, crenças, sentimentos e práticas, conferindo a eles representações espirituais, religiosas, ritualísticas, econômicas, sociais e culturais.

No norte de Minas, lugares como mercados, praças, largos, praias e cais fazem parte da memória, criando e recriando unidade e identidade e tornando imaginário os limites e as fronteiras físicas e geográficas. Nesse sentido, destaca-se a Praça Cais Água Viva em Itacarambi, localizada na margem do rio São Francisco. Recentemente, foram edificadas na praça várias esculturas que fazem alusão aos mitos, lendas e natureza local, tais como o Caboclo d'água, a sereia encantada, a fauna e flora típica da região.

Outro lugar importante para a população do norte de Minas por sua função de centralidade são os mercados municipais, onde se desenvolve o comércio, prática enraizada na tradição dos sanfranciscanos. As praias de água doce, como as existentes nos municípios de Pirapora, Januária, São Francisco e São Romão, também figuram como espaços referenciais para a população local.

Dentre todos os bens culturais que compõem a paisagem do Rio São Francisco enquanto lugares de referência, o Pôr do Sol se apresenta como um dos elementos de maior poder natural, simbólico e cultural. O espetáculo por ele promovido não se limita aos momentos contemplativos, mas integra a identidade presente no cotidiano daqueles que fazem do cais seu espaço de vida.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		SÍTIO
03	DESCRIÇÃO DO SÍTIO	
	Localização	
	<p>O rio São Francisco nasce no estado de Minas Gerais, na serra da Canastra a uma altitude de 1.600 metros e desloca-se 2.700 km para o Nordeste, atravessando o estado da Bahia, percorrendo a porção sul do estado de Pernambuco, bem como constituindo a divisa natural dos estados de Sergipe e Alagoas, e deságua no Oceano Atlântico. A bacia hidrográfica do Rio São Francisco tem, aproximadamente 640.000 km, estende-se por regiões com climas úmidos, semiárido, e árido; a bacia pode ser subdividida em quatro principais sub-bacias Alto, Médio, Sub-Médio e Baixo São Francisco.</p> <p>Como explicitado na seção anterior o recorte de abrangência da área de pesquisa limitou-se à região do Médio São Francisco e a cidade de Pirapora, localizada no Alto São Francisco. Embora, a extensão do vale do médio São Francisco contemple uma quantidade maior de municípios do que o recorte aqui apresentado, optou-se por priorizar dezessete localidades em Minas Gerais por questões metodológicas, por limitação de recursos e equipe. Dessa forma, o projeto se estendeu da cidade de Pirapora até a cidade Manga, contemplando: Buritizeiro; Pirapora; Várzea da Palma; Ibiaí; Ponto Chique; São Romão; Ubaí; Icarai de Minas; Pintópolis; São Francisco; Januária; Pedras de Maria da Cruz; Itacarambi; Jaíba; São João das Missões; Matias Cardoso e Manga. O território em questão está situado na Macrorregião do Norte de Minas, limitando-se, ao norte, com o Estado da Bahia. Tem como principais vias federais e estaduais as BR-135, BR-365, BR-251, MG-202, MG-402, MG-401.</p> <p>O Médio São Francisco é o curso determinado geomorfologicamente com base na constituição altimétrica do perfil topográfico do rio, localizado a partir dos últimos trechos encachoeirados, se caracteriza como percurso navegável, tendo como referência as cidades de Pirapora ao lado direito e Buritizeiro ao lado esquerdo a jusante. Segundo o IBGE, o rio São Francisco foi importante no período da mineração, para transporte de abastecimento e carga da região mineradora. Isso fez com que a região de Pirapora, posteriormente, fosse um ponto estratégico para embarque e desembarque de trabalhadores e carga e descarga de mercadorias que chegavam da Bahia por meio do Rio São Francisco.</p> <p>No extremo norte do estado, os municípios fazem parte do Polígono da Seca, clima e vegetação que correspondem a quase todo o sertão nordestino e aos vales médios e inferiores do rio São Francisco. A área fica sobre influência da massa tropical atlântica, que, ao chegar à região, já se apresenta com pouca umidade acarretando períodos extensos de secas prolongadas.</p> <p>O Rio São Francisco é paisagem marcada onde se aglutina as relações sociais, econômicas, culturais e políticas de inúmeros povos. Ser um pescador, barranqueiro, ilheiro, vazanteiro, indígena e ou quilombola faz parte de um complexo cultural que envolve religiosidade, os saberes, fazeres e ofícios, as lendas, ritos e mitos, bens identificados ao longo do trabalho desenvolvido. Socioculturalmente, a vida se expressa a partir do rio, com o rio e sobre o rio.</p>	
	Paisagem Natural e Meio Ambiente	
	<p>Com extensão de 2.814 quilômetros, desde a Serra da Canastra, no município mineiro de São Roque de Minas, onde nasce, até a sua foz, entre os estados de Sergipe e Alagoas, com área de Bacia: 619.543,94 km², a bacia do São Francisco é dividida em 4 regiões fisiográficas: Alto, das nascentes até Pirapora (MG); Médio, entre Pirapora e Remanso (BA); Submédio, de Remanso até a Cachoeira de Paulo Afonso; e Baixo, de Paulo Afonso até a foz no oceano Atlântico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Alto São Francisco - das nascentes até a cidade de Pirapora (MG), com 100.076 km², ou 16% da área da Bacia, e 702 km de extensão. Sua população é de 6,247 milhões de habitantes;- Médio São Francisco - de Pirapora (MG) até Remanso (BA), com 402.531 km², ou 53% da área da Bacia e 1.230 km de extensão. Sua população é de 3,232 milhões de habitantes;	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

- Submédio São Francisco - de Remanso (BA) até Paulo Afonso (BA), com 110.446 km², ou 17% da área da Bacia, e 440 km de extensão. Sua população é de 1,944 milhões de habitantes;

- Baixo São Francisco - de Paulo Afonso (BA) até a foz, entre Sergipe e Alagoas, com 25.523 km², ou 4% da área da Bacia, e 214 km de extensão. Sua população é de 1,373 milhões de habitantes.

A Bacia do rio São Francisco abrange 504 municípios em suas quatro regiões, ou 9% do total de municípios do país com um total de 56.168.834 milhões de habitantes. Desse total, 24,96% estão na Bahia; 34,89% em Minas Gerais; 15,66% em Pernambuco; 5,56% em Alagoas; 3,68% em Sergipe; 10,69% em Goiás e 4,56% no Distrito Federal. (IBGE, 2010).

As paisagens aqui contempladas estão inseridas num complexo ecossistema que apresenta clima tropical com duas estações bem definidas. As chuvas acontecem no verão, e no inverno a seca, apresentando as temperaturas máximas que variam entre 30 a 35°C, e mínimas que chegam a 15°C. A pluviosidade anual está entre 900 a 1300mm. As estiagens são prolongadas, e as chuvas concentradas e irregularmente distribuídas. O Cerrado é o bioma predominante da região, apresentando cerrado de campo limpo, campo sujo e as matas de galerias nas margens dos rios. No entanto, há veredas que compõem parte dessa paisagem e no extremo norte da região apresenta-se espécies da Caatinga e da Mata Seca.

Como toda a área está inserida na grande Depressão sanfranciscana, as elevações são moderadas em alguns topos de chapadas e serras, com médias de 600 a 800 metros. Na margem do rio São Francisco a altitude é mais modesta, entre 450m. É característico dessa paisagem sua distribuição ao longo de cursos d'água de maior grau de desenvolvimento nas cotas mais baixas. Essas áreas são também denominadas de leito maior, sendo, portanto, áreas de inundações pelas águas fluviais por ocasião das cheias. As planícies são de relevo plano e popularmente conhecidas por várzeas.

Na ocupação das margens do São Francisco, inúmeros grupos sociais, pertencentes a diversas culturas, se encontraram e, a partir de variadas formas de interações, na maioria das vezes conflituosas, se incorporando e organizando-se com modos de vida diversificados na apropriação do espaço e na identificação do lugar. As áreas em questão tem importância fundamental para as comunidades tradicionais, em específico as vazanteiras, ribeirinhas, pescadores artesanais, populações residentes nas áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco que se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas sanfranciscano, combinando, nos diversos ambientes que constituem o seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação animal e o extrativismo.

É necessário chamar atenção para o fato de que ao trabalhar com a perspectiva de paisagem, essa não deve ser compreendida somente como elementos geográficos dispersos em um determinado espaço, mas o resultado da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialogicamente uns em relação aos outros, constituem a paisagem como um conjunto único e indissociável, em constante transformação. Deve ser entendida como um produto de uma história, natural e/ou social. Conforme a definição de Ab'Saber, paisagem deve ser considerado herança:

[...] uma herança, em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos, biológicos e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades. Mais do que simples espaços territoriais os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, mas todos têm uma parcela de responsabilidade permanente de uma herança única que é a paisagem terrestre. (AB'SABER. 2003, p. 9).

Dessa forma, o sítio aqui trabalhado é compreendido não somente a partir de sua paisagem natural,

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

mas a partir dos diversos processos que contribuíram para sua transformação ao longo dos séculos.

Quando os primeiros viajantes (colonizadores) chegam às margens do São Francisco lá encontraram variados grupos indígenas, como os caeté, tupinambá, tapuia, amorpira, ubirajara e amazona. Com o passar das décadas e as ações predatórias dos colonizadores, os indígenas que antes habitavam tais margens foram dizimados e substituídos por colonos que a partir da criação de bovinos, estenderam a área da colônia para o interior. O fato se agravou quando no século XVII iniciou a exploração de ouro a cabeceira do São Francisco. Nesse momento o rio firmou-se como rota estratégica para o abastecimento dos grandes grupos de trabalhadores que se fixaram na região mineradora. É nesse período que se abriu possibilidade para o adentramento das primeiras expedições mais bem estruturadas para os sertões do São Francisco. Dessa maneira, nota-se que a ocupação do São Francisco, se estabeleceu a partir da penetração pelo vale, de norte para sul, em direção oposta a corrente.

Até a década de 1960 a ocupação econômica se concretizou como possibilidade de transportes a longas distâncias e de baixo custo, realizadas nos trechos Médio e Baixo do rio; além de suprir de água e peixes as populações ribeirinhas, principalmente no semi-árido; propiciar a agricultura de vazante e ser uma fonte de energia hidrelétrica. No entanto, com a expansão da industrialização e a modernização da agricultura, as atividades alvo das políticas governamentais, baseadas no potencial econômico, passam a ser a indústria de minério de ferro, a agricultura irrigada, a agroindústria e a geração de energia. Atualmente, as atividades predominantes no Alto São Francisco são indústria, mineração e pecuária; no Médio, agricultura, pecuária e indústria; no Submédio, agricultura, pecuária, agroindústria e geração de energia; no Baixo, agricultura, pecuária e pesca. Em todo o Vale existem 330 mil hectares de terras irrigadas, foram construídas sete barragens e dez usinas hidrelétricas (OLIVEIRA, 2005).

De acordo com Oliveira (2005), como consequências desse modelo de exploração econômica são apontadas pelo Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco que o rio já perdeu 95% dos cerrados que protegiam suas margens, ocasionando o secamento de afluentes e nascentes e o desmoronamento dos barrancos. A autora ainda aponta que em Minas Gerais mais de 80% da vegetação nativa foi devastada em decorrência da produção agrícola, pecuária e de carvão vegetal. Calcula-se que 18 milhões de toneladas de solo caem na calha do São Francisco por ano. Como consequência observa-se um alto índice de assoreamento que já quase impede a navegação entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA) e, nos últimos anos, três entre os 19 maiores afluentes perenes – o Verde Grande, o Salitre e o Ipanema – deixaram de ser perenes, pelo assoreamento e irrigação desordenada. Outros pontos importantes destacados por Oliveira é que os projetos de agricultura irrigada, especializados na produção de frutas para exportação e para a agroindústria, trouxeram crise à produção voltada para o mercado local, além de concentração da terra e da renda. O alto índice de intervenção antrópica, como as barragens por exemplo, alteraram os ciclos naturais de cheia e vazante, provocando o alagamento ou secamento das lagoas marginais, onde os peixes se reproduziam. Com a conclusão da Usina de Sobradinho (BA) em 1982, a vazão na foz do rio diminuiu em 30%, secando 72 lagoas marginais. A poluição por resíduos domésticos e industriais, metais pesados dos garimpos, ferro da mineração e agrotóxicos lançados no rio e em seus afluentes completa o contexto real do São Francisco. (OLIVEIRA, 2005).

Marcos

Como marcos deve-se entender o conjunto de elementos naturais e edificados que se constituem enquanto referência para as comunidades a qual pertencem, pois carregam em si características formadoras de uma identidade territorial. Esse marcos se constitui enquanto lugares ou bens imóveis localizados em um espaço que, de acordo com Doreen Massey (2004; 2008), devem ser compreendido fora do domínio do estático, do fixo, do morto, mas sim como dotado de movimento, sempre aberto, como produto de relações estabelecidas entre os grupos que coexistem numa extensão comum. Dessa forma, além dos bens inventariados ao longo do Projeto São Francisco, tantos outros de caráter material foram encontrados e identificados como sendo de grande relevância para as cidades e comunidades envolvidas. Entre eles destaca-se o próprio Rio São Francisco. Segue a relação:

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO****- Pirapora:**

Voltada para o rio São Francisco, a ponte Marechal Hermes da Fonseca, tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais em 1983, remete à história da ferrovia federal, assim como o rio, caminho estruturante desta localidade. A antiga estação que agora abriga biblioteca, secretária de cultura e museu, também marca a presença da ferrovia. A Capitania Fluvial do Rio São Francisco, o cais de Pirapora, o encontro do Rio das Velhas e do Rio São Francisco, a praia e a cachoeira são marcos que se relacionam com os pescadores e vaporzeiros. Eles mesmos, junto ao rio, constituem-se referência para temas utilizados pelas bordadeiras Dumont. A praia e a margem do rio são lugares privilegiados para a realização de feiras, celebrações e encontros.

- Buritizeiro:

A ponte Marechal Hermes da Fonseca também pertence a Buritizeiro e está entre os marcos edificados importantes do município, assim como o Prédio da Fundação Caio Martins, marco expressivo do patrimônio arquitetônico de Buritizeiro. Como patrimônio arqueológico tem-se o cemitério dos índios Caiapós, conhecido como “Cemitério Caixa D’Água”. Possui um formato retangular e é composto por estruturas funerárias e artefatos líticos lascados e polidos. Entre os marcos naturais estão o encontro do Rio das Velhas e do Rio São Francisco, a Cachoeira do Manteiga, Cachoeira das Almas, Cachoeira das Andorinhas, Cachoeira do Córrego da Areia, Cachoeira do Riacho Doce e a Cachoeira Grande.

- Várzea da Palma:

Podem ser destacados como marcos da cidade de Várzea da Palma: a ponte sobre o Rio das Velhas, inaugurada em 1928; a estátua do Cristo Redentor, localizada na Serrinha; a Igreja Nossa Senhora da Conceição, no centro da cidade; o prédio da antiga estação ferroviária, que atualmente abriga a Casa da Cultura, e o Museu Iconográfico Dr. Luis de Paula Ferreira. Além disso, temos o encontro do Rio das Velhas e do Rio São Francisco e a Caixa D’água das quatorze casas construídas pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira na década de 1950, marco histórico local, e o Mercado Municipal, localizado na Rua Grande ou Dr. Salvador Roberto.

- Ibiaí:

Entre os marcos de maior destaque de Ibiaí foram apontados o Porto Fluvial; a Igreja de São Sebastião e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição; a Praça Trinta e um de Março; o Clube de Pesca Tangará e Clube Social de Ibiaí; a Praia do Rio São Francisco e o Rio Pacuí.

- Ponto Chique:

Os principais marcos edificados e naturais de Ponto Chique são a Igreja de Nossa Senhora Santana, a Praça da Igreja, Prefeitura Municipal, a Câmara Municipal, a Creche Municipal, a Escola Estadual de Ponto Chique, o Parque de Vaquejada e o Ginásio Poliesportivo Teldo Kasper.

- São Romão:

Em São Romão o pé de tamarindo, que de acordo com o discurso local possui aproximadamente 400 anos, mede 5 metros de circunferência e 20 metros de altura foi traduzido como um dos principais bens identificados. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída há 300 anos; Matriz do Divino Espírito Santo, localizada na Praça da Abadia e construída há aproximadamente 120 anos; o Cruzeiro de madeira, em frente à Igreja do Divino Espírito Santo, que é um local utilizado para a queima das velas em eventos festivos e religiosos; Ilha Caiapó; Porto; Centro Histórico da cidade de São Romão; o cais da cidade e o Prédio da Antiga Cadeia Pública, que hoje é utilizado como Secretaria de Cultura e Turismo se constituem como outros espaços

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

de grande importância para a comunidade de São Romão.

- Gerais Velho – Ubiaí:

A Igreja do Bom Jesus; a Escola Municipal Vitalina Pereira da Cruz e o jatobá cuja sombra de sua copa era utilizada no passado para celebração das missas são os marcos fundamentais para a comunidade de Gerais Velho em Ubiaí.

- Pintópolis:

Na cidade de Pintópolis foram apontados a Igreja de Nossa Senhora da Abadia e seu Largo, assim como a imagem do Cristo na entrada da cidade como os mais importantes marcos locais.

- São Francisco:

A cidade de São Francisco congrega variados elementos que compõem seu patrimônio material. Entre eles, destaca-se a Caixa d'água, que possibilitou a cidade ser uma das primeiras localidades do Rio São Francisco a desenvolver um serviço de abastecimento d'água, tendo sua obra inaugurada em janeiro de 1939. Marco fundamental para a comunidade a Igreja de São Felix foi fundada no ano de 1877 e conserva o estilo próprio de sua época, com forma um pouco rústica. Outra igreja referência é a Igreja Matriz de São José. Construída aproximadamente em 1890, foi demolida a mando de um sacerdote da época para a construção de um templo maior que atenderia a população crescente. A atual Igreja Matriz de São José teve sua construção iniciada em 1900, entretanto, a sua construção foi concluída em 22 de abril de 1936, pelo padre José Ribeiro do Vale.

Também apontado como referência, o cruzeirinho representa o símbolo da religiosidade do povo São Franciscano. É uma referência para todas as pessoas que navegam no Rio São Francisco e deslumbram com a imagem monumental do Cruzeiro da Igreja bem de frente para o rio. O Cruzeirinho situa-se em frente à Igreja Matriz de São José, na margem direita do rio São Francisco.

Marco importante referente à navegação é o Cais do Porto que antes de sua construção, às margens do rio, existia um barranco íngreme, que se transformava em lamaçal escorregadio na estação chuvosa. O que dificultava o embarque e desembarque de cargas e passageiros.

Referência para os moradores de São Francisco a Praça Centenário, antigo Largo do Santo Antônio, foi construída em meados de 1930. Tanto no passado, quanto no presente, a Praça Centenário representa um espaço público multifuncional, de grande importância no contexto urbano, pois é local de convívio social, ponto de encontro dos casais de namorados, amigos e crianças. Assim como o restaurante Peixe Vivo, construído na década de 1980, que citado como um dos pontos em destaque, sendo reconhecido pelos moradores como uma das principais atrações turísticas da cidade.

A Balsa da cidade de São Francisco também se constitui como referência local. Com a construção da rodovia São Francisco surgiu o problema de como atravessar o rio. Assim, os antigos ajoujos movidos a vara e remos deviam ser substituídos por barcos de maior capacidade, providos de motor. Dessa maneira, foi montado o primeiro barco metálico composto de duas unidades, barco e rebocador acionado a motor Diesel. A Balsa ainda é o principal meio de travessia entre as margens do rio São Francisco utilizado até hoje.

- Vila Morro – São Francisco:

No povoado de Vila do Morro, em São Francisco, destaca-se a Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto e a Praça da Matriz como principais marcos locais.

- Pedras de Maria da Cruz:

Na cidade de Pedras de Maria da Cruz, a prefeitura Municipal, o Cartório Municipal e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, destacam-se como marcos para seus moradores.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO****- Comunidade Quilombola de Palmeirinha – Pedras de Maria da Cruz:**

Já na comunidade quilombola de Palmeirinha, pertencente à Pedras de Maria da Cruz, a Igreja matriz, a praça, o Tele-Centro e o córrego Palmeirinha foram destacados como os principais bens materiais locais.

- Januária:

Como principais marcos da cidade de Januária, destacam-se a praia no rio São Francisco, o cais, o Mercado Municipal e a Ponte sobre o rio São Francisco que faz a ligação com a cidade de Pedras de Maria da Cruz. A Ponte tem importância fundamental para a região, pois acelerou o desenvolvimento local, eliminando a dependência do transporte através de balsas, que era lento, caro e insuficiente para a demanda de carros

- Brejo do Amparo – Januária:

Entre os marcos importantes para os moradores do povoado de Brejo do Amparo, localizado na zona rural de Januária, destaca-se o Largo e Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Cruzeiro e o Cemitério Barro Alto.

- São João das Missões:

A Igreja de São João das Missões é um marco edificado do município. Tanto a população local não indígena, quanto os Xakriabá, têm uma história ligada à existência do templo católico. Casos, lendas e mitos estão diretamente relacionados com a religião e a cosmovisão ancestral desses povos que habitaram a região. Atualmente, na Praça Central da cidade, ainda é realizada a festa em homenagem ao Padroeiro, a Festa de São João das Missões.

- Itacarambi:

Entre os marcos edificados encontram-se o Cais Água Viva - Praça Arnaldo Correia; a Igrejinha da padroeira Nossa Senhora da Conceição; o Prédio da Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Lazer e a Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Como Marcos naturais destaca-se o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

- Jaíba:

Em Jaíba encontram-se as ruínas da Igreja de Mocambinho, um patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, por ser importante marco na história da formação de Minas Gerais, especialmente do Norte de Minas Gerais. A cidade é conhecida mundialmente por contemplar, em grande parte de seu território, o maior projeto de irrigação da América Latina, exportadora de frutos e grãos para todo o Brasil e para o mundo.

Na sede do município, há a Igreja de Nossa Senhora da Glória, padroeira da cidade, que ainda busca se tornar a Igreja Matriz e que acolhe a maior festa religiosa da cidade, movimentando parte considerável dos moradores com participações diversas no contexto da festa.

Outra construção importante para os moradores foi a edificação do Mercado Municipal. É ali que os turistas e moradores encontram frutas, verduras e produtos típicos da região: o queijo caseiro, o frango e ovos caipiras, que são trazidos pelos produtores rurais de seus sítios e fazendas para serem revendidos na cidade. No local, também é possível encontrar as tradicionais raízes medicinais, remédios caseiros em geral, temperos diversos, doces e produtos confeccionados a partir da palha das bananeiras.

- Matias Cardoso:

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, O Centro Histórico da cidade de Matias Cardoso, Cruzeiro e Cais são os principais pontos levantados pelos moradores de

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

Matias Cardoso.

- Manga:

Entre os marcos edificados presentes na cidade, destacam-se a Escola Estadual Olegário Maciel; o antigo Mercado Municipal, conhecido como “Mercado Velho”; o Casarão dos Pastor; a Rua Sete de Setembro, chamada de “Rua do Tomba”; a Rua 24 de Outubro, mais conhecida como “Rua do Cascavel”; a Rua Getúlio Vargas, denominada “Rua do Bar”; o Prédio da Antiga Usina Cia Manga Industrial Ltda.; a Igreja de Nossa Senhora Aparecida; o Cais da Cidade; o Porto de Manga; o Parque Uirapuru e o Cruzeiroinho.

- Japoré – Manga:

Entre os marcos edificados presentes no povoado de Japoré, em Manga, verifica-se a Igreja de Brejo São Caetano do Japoré, seu Altar-mor e seu Largo, também conhecido como Praça da Igreja de Brejo São Caetano do Japoré; a Escola Estadual de Brejo São Caetano do Japoré; a Casa de Farinha do “Seu Nego” e o Casarão da Família Alves.

- Justa II – Manga:

Em justa II, o principal marco edificado reconhecido pelos moradores do povoado foi a Igreja de Santo Antônio.

04 FORMAÇÃO HISTÓRICA

O rio São Francisco ou Opará, na linguagem tupi-guarani, é um dos principais cursos d’água do Brasil e da América Latina. Seu nome está associado à expedição de reconhecimento da costa brasileira, feita por Américo Vespúcio, que avistou sua foz no dia 4 de outubro de 1501. Neste período era comum que as expedições batizassem os lugares com o nome do santo padroeiro do dia, naquele dia específico, São Francisco de Assis (DINIZ; MOTA; DINIZ, 2009). Contudo o uso das águas do rio e a ocupação de suas imediações remete a um passado longínquo.

Vestígios arqueológicos encontrados no Norte de Minas, principalmente nas cidades de Itacarambi, Januária e São João das Missões, localizadas no Vale do Peruaçu, indicam que a ocupação humana na região do norte do Alto Médio São Francisco data de aproximadamente 12 mil anos (PROUS, A.; RODET, 2009). Tais indícios (restos alimentares, instrumentos, pinturas rupestres, fósseis) apontam que, desde aquela época, a fertilidade do rio São Francisco contribuiu para o assentamento das diferentes populações que ocuparam às suas margens.

Relatos e mapas dos viajantes e naturalistas estrangeiros que cruzaram o sul da Bahia e o norte de Minas Gerais entre os séculos XVI e XIX, apontam que a região norte mineira era habitada por diversos grupos indígenas, entre eles os Ampiras, Tabajaras, Maracás, Catolés, Caiapós, Cururus, Kiriris, Akroás e Xakriabás. Contudo já no século XIX, o Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju, menciona somente os índios Xakriabás, etnia existente até hoje, mostrando a intensa extinção dos grupos indígenas na região (NIMUENDAJU, 1981).

Os grupos indígenas do norte de Minas sofreram intensamente com a chegada das primeiras expedições portuguesas empreendidas durante a segunda metade do século XVI, visto que a finalidade dessas expedições era identificar possíveis minas de metais e pedras preciosas e aprisionar os índios. Durante os séculos XVIII e XIX a dizimação dos índios continuou, principalmente após a entrada das bandeiras paulistas e pernambucanas que adentraram no norte de Minas formando vilas e povoados na região (IEPHA, 2015). Outra estratégia de ocupação territorial foi a utilização da mão de obra indígena, usada na construção das fazendas de gado, atividade extensiva nos sertões do norte de Minas (MOREIRA, 2010). Além dos nativos e dos bandeirantes, escravos fugidos fundaram quilombos na região antes mesmo da chegada dos colonos e também sofreram com a violência empregada pelos portugueses. Muitos desses agrupamentos, assim como os indígenas, produziam sua própria subsistência a partir da caça, pesca e do extrativismo de plantas nativas

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SÍTIO

como a mandioca e os frutos do cerrado.

A ocupação da bacia do Alto Médio São Francisco foi, portanto, um dos primeiros processos de adentramento e territorialização da colônia por parte da Metrópole portuguesa. A região, nos primeiros séculos de ocupação, foi fortemente marcada pela presença dos currais. O rio, sua navegação, a pesca, a pecuária e a agricultura foram importantes fatores de ocupação. No século XVIII a produção diversificada, com destaque para a pecuária, abastecia as minas, principalmente na região da Serra Geral (Serra do espinhaço no Distrito Diamantino do Tijuco), no vale do Jequitinhonha. Toda essa produção e a fertilidade da região propiciou o estabelecimento de diversos povoados, vilas e lugarejos situados ao longo do São Francisco.

A grande maioria das entradas e bandeiras que embrenharam no norte de Minas estavam vinculadas às figuras do Mestre de Campo Matias Cardoso, fundador da sociedade pastoril de Morrinhos e um dos principais responsáveis pela expansão do povoamento na região norte do Rio São Francisco ao longo do século XVII (COSTA, 2003); do seu filho Januário Cardoso, Antônio Gonçalves Figueira e Manuel Nunes Viana, dono de grandes fazendas de gado e um dos líderes da Guerra dos Emboabas.

Formação dos municípios tratados no inventário:

A divisão administrativa dos municípios da região norte de Minas Gerais foi decorrência da experiência das bandeiras nessa área, principalmente no que diz respeito ao desenho dos territórios e à divisão dos cargos (SOUZA, 2009). Nesse contexto, os municípios do Alto Médio São Francisco tem em comum um histórico de formação que remonta ao período colonial de adentramento das bandeiras, bem como as figuras dos bandeirantes que por ali se estabeleceram e formaram os municípios que hoje compõem a região sanfranciscana. Também partilham a formação pastoril, com concentração de grandes pastos, o que contribuiu para a rápida expansão das atividades agropecuárias.

Uma das cidades mais antigas da região é **Matias Cardoso**, fundada, por volta de 1660 e chamada à época, de Morrinhos. Foi a primeira freguesia da Capitania de Minas, fixada no ano de 1695, antes mesmo da fundação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo (cidade de Mariana) que ocorreu em julho de 1696. O título de freguesia deveu-se principalmente a construção de uma suntuosa igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição, edificada a mando do bandeirante Januário Cardoso. A construção da enorme igreja – existente até hoje – teve uma importância religiosa e contribuiu para a consolidação da interiorização do território brasileiro, resultando em um intenso comércio com a capitania da Bahia. Contudo é importante ressaltar que sua fundação administrativa se deu somente em 1755, sob a denominação de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos.

Até 1911, Morrinhos pertenceu a Januária. Posteriormente, em 1923 o distrito de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos passou a se chamar Matias Cardoso e foi incorporado ao município de Manga pela lei estadual nº 843, assim permanecendo até 1991. Matias Cardoso só foi elevado à categoria de município em 1992, quando foi desmembrado de Manga.

São Romão foi fundada em 1668, sob o nome de Santo Antônio da Manga. Segundo consta, os primeiros habitantes foram os índios caiapós, que viviam em uma ilha que dividia o rio São Francisco à altura do que seria, mais tarde, o então arraial, fundado às margens esquerdas do rio. Após a conquista, a transformação em empório comercial e ponto de ligação dos sertões com o litoral, o arraial viveu seus dias de glória tendo sido porto de escoamento de ouro e de cunho de moedas bem como de pedras preciosas e minerais oriundos, em sua grande maioria, de Goiás e Mato Grosso. Em 1831, o arraial passou à condição de vila, com o nome de Vila Risonha de Santo Antônio da Manga de São Romão, homenagem ao Santo do dia de sua fundação. Pela Lei Estadual nº 843 de 7 de Setembro de 1923 a localidade recebeu o nome de São Romão, e no ano de 1924 foi elevada à condição de município.

A formação histórica de **Ibiaí** também remonta a meados do século XVII, quando ocorreu a fundação

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SÍTIO

da fazenda do Pacuí, conhecida como Barra do Pacuí Antônio da Silva Vasconcelos. Ela esteve vinculada ao povoado de Extrema, que pertencia ao município de Vila Risonha de Santo Antônio da Manga de São Romão.

Segundo consta, a gênese do povoado está ligada a figura de Adrião Gonçalves Ferreira, conhecido como fundador da fazenda de Extrema, região palco de insurreições e motins motivados pela cobrança do quinto de ouro, imposto cobrado pela coroa portuguesa. Até se emancipar o município de Ibiaí passou por diversas alterações toponímicas e administrativas. Nesse contexto, o distrito, que anteriormente se chamava Conceição da Extrema, criado oficialmente em 1848, passou a se chamar Borda do Rio, a partir da Lei estadual nº 556, de 30-08-1911. Posteriormente, em 1926, o distrito de Borba do Rio passou a se denominar Ibiaí. No ano de 1960 houve nova mudança e a localidade foi subordinada ao município de Coração de Jesus. Somente 30 de dezembro de 1962 Ibiaí foi elevada à categoria de município, tendo se desmembrado de Coração de Jesus.

A cidade de **Manga**, também começou a ser formada no início do século XVIII e tem sua história vinculada ao nome de Antônio Gonçalves Figueira, membro da Bandeira de Matias Cardoso. De acordo com Pereira (2004) o bandeirante fundou o Arraial de São Caetano do Japoré a cinco léguas de distância do porto denominado Manga e instalou no local um engenho de rapadura. Barbosa (1995, apud SOUZA, 2008) evidenciou que o referido arraial foi fundado ainda na primeira metade do século XVIII. No local havia uma concentração de grandes pastos, o que contribuiu para a rápida expansão das suas atividades pastoris. Durante o século XIX a economia do Arraial de Brejo São Caetano do Japoré alcançou considerável projeção, devido principalmente a localização geográfica e as atividades econômicas desenvolvidas no local.

Alkimim (1999) apontou que a expansão das fazendas criadoras de *gado vacum*, destacando o curral fundado pelo bandeirante Amador Machado, denominado Manga do Armador. O curral estava situado próximo ao Arraial de São Caetano do Japoré, região que também contou com a atuação do bandeirante Manoel Nunes Viana, durante parte dos anos de 1800. Até meados do século XIX, Manga do Armador e o Arraial de São Caetano constituíam-se em regiões separadas, ainda que próximas espacialmente. No século XX, em 1923 brejo São Caetano do Japoré passou a se denominar Manga.

O atual município de **Buritizeiro** embora tenha sua história vinculada à construção da ponte Marechal Hermes, iniciada 1920 e concluída em 1922, também possui relação com o povoamento da região norte de Minas Gerais e com presença de diversas etnias indígenas, dentre elas a dos Caiapós, fixados na área que hoje é Buritizeiro. Essa ocupação antecedeu ao processo de conquista do sertão mineiro empreendido pelas bandeiras paulistas, pernambucanas e baianas. Os índios da região foram dizimados, uma vez que a ocupação do sertão mineiro se deu por meio das inúmeras guerras travadas entre os bandeirantes e os indígenas que viviam na localidade, tendo como principais figuras Manoel Francisco Toledo, um dos primeiros bandeirantes a ocupar a região do atual município de Buritizeiro. A localidade também tem como base a formação de fazendas produtoras de gado, atividade predominante na região até o final do século XIX. Outra característica da economia local foi a presença de pescadores, que por sua vez comercializavam com os tropeiros e viajantes que transitavam pelo território.

Foi criado administrativamente por meio da Lei provincial nº 1112, de 16 de outubro de 1861, quando recebeu o nome de São Francisco do Pirapora, estando submetido ao município de São Francisco. Permaneceu assim até 1911, quando foi anexado ao município de Pirapora. Alguns anos depois, a partir de 1920, iniciou-se a edificação da Ponte Marechal Hermes, uma construção férrea fixada sobre o Rio São Francisco, entre Buritizeiro e Pirapora. No mesmo ano de implantação da Ponte foi inaugurado o Prédio da Antiga Estação Ferroviária batizada com o nome de Estação da Independência. O nome foi uma homenagem ao centenário da Independência do Brasil, comemorado em 1922. Um ano após tais ações, a Lei estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923, determinou que São Francisco de Pirapora passasse a ser chamado de Buritizeiro. Posteriormente, com a Lei estadual nº 2764 de 30 de dezembro de 1962, Buritizeiro foi desmembrado de Pirapora e passou a ser município.

Pirapora, cidade ao lado de Buritizeiro, também tem vínculo com o processo histórico de

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SÍTIO

adentramento das bandeiras. Surgida em meados do século XVII, a cidade assumiu destaque na colonização do norte das Minas e da Bahia, por ser importante na comunicação fluvial entre a vasta extensão territorial existente entre as estas capitanias. Inicialmente, a localidade se denominava São Gonçalo das Tabocas, e em 1911 foi elevada a categoria de vila, passando a se chamar Pirapora. Em 1915, foi elevada à categoria de cidade. No século XIX a atividade comercial de Pirapora vivenciou um grande impulso com a instalação de algumas companhias como o depósito de algodão e tecidos.

Com a instalação da estação férrea em 1911, Pirapora centralizou o comércio regional, “transformando-se posteriormente no maior centro industrial local, principalmente após a instalação da *Companhia Indústria e Viação de Pirapora*, em 1918” que tinha suas atividades focadas na navegação e na “fabricação de óleos vegetais de algodão, babaçu e mamona, fabricação de sabão e serviços de abastecimento de água”, o que fez com que Pirapora centralizasse o comércio do noroeste mineiro neste período (SOUZA, p. 80-81). O transporte comercial que antes era feito pelo rio São Francisco foi complementado com a instalação da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) como parte da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), em 1922. Essas duas formas de transporte tornaram Pirapora um importante entroncamento hidro ferroviário, proporcionando uma importância econômica para a cidade que resultou na criação administrativa do município em 1º de junho de 1912.

A história **Pedras de Maria da Cruz** também se vincula ao século XVII e XVIII. O nome da cidade deve-se a Maria da Cruz, uma descendente de nobre família, que sempre participou ativamente da vida pública, tendo se dedicado a formação educacional. Casou-se com Salvador Cardoso de Oliveira, sobrinho de Matias Cardoso, que havia fixado residência na região, e obteve grande destaque na vida política com suas ações junto às comunidades próximas. É considerada uma das principais protagonistas das rebeliões do sertão do São Francisco, chamados Motins do Sertão, ocorridos entre os meses de março e agosto de 1736.

Onde fixou formou-se um povoado denominado Pedras de Baixo. O distrito foi criado com denominação de Pedras de Maria da Cruz, pela Lei Estadual nº 556, em 1911, estando subordinado ao município de Januária até 1991. Foi desmembrado de Januário somente em 1992, quando foi elevado a condição de município.

A cidade de **Várzea da Palma** possui uma origem que remonta ao século XVII. Está situada na região conhecida como “Peixe Seco”, nas terras que pertenciam ao Morgado Guedes Brito, grande extensão de terra, que detinha um território que ia desde a nascente do rio das Velhas até o Morro do Chapéu da Bahia. No início, o lugarejo chamava-se Porto da Palma, nome que fazia referência à quantidade de palmeiras que existia no local. No povoado havia balsas que faziam a travessia dos tropeiros que vinham de Curvelo (MG) rumo a Montes Claros (MG). Com a chegada da estrada de ferro em Pirapora, entre as décadas de 1910 e 1920, houve aumento populacional na localidade. Em 1928, já com o surgimento dos primeiros veículos, foi necessária a construção da ponte sobre o rio das Velhas. Ela foi edificada com cimento da Inglaterra, que veio em barricas de madeira. Com a construção da ponte, foi desativada a Balsa de Porto da Palma e o lugar passou a ser chamado de Palma Velha.

Em 1948, o lugarejo foi elevado a distrito sob o nome de Várzea da Palma e passou a pertencer a Pirapora. Foi emancipada como cidade somente em 1953, quando também recebeu como distrito Barra do Guaicuí.

A área onde hoje está instalada a cidade **São Francisco**, também compartilha o tempo histórico das outras localidades, o século XVIII. Segundo o memorialista Brasileiro Braz (1977), a história dessa localidade teve início quando o bandeirante Domingos do Prado de Oliveira, sobrinho de Matias Cardoso, instalou a Fazenda Pedras de Cima entre os anos de 1700 e 1702. Posteriormente a fazenda foi transformada na povoação de Pedras dos Angicos. Esta localidade foi, por duas vezes, incorporada ao município de Montes Claros das Formigas, sendo a última em 1850. Em 1877, a Lei Estadual 2.416, elevou a vila de São José das Pedras dos Angicos a categoria de cidade, sendo seu nome modificado para São Francisco. O novo município era composto por sete distritos: Sede, Morro, Conceição da Vargem, Brejo da Passagem, Urucuaia, São Romão e

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SÍTIO

Capão Redondo. Na década de 1920, o município de São Francisco, além da parte territorial de sua atual composição, contava ainda com as áreas onde hoje compõem os municípios de Urucuia, Chapada Gaúcha, Pintópolis e Icaraí de Minas. Ao longo dos anos o município se consolidou, mantendo suas tradições e sua cultura, história que confere identidade e que congrega valores, crenças e costumes.

O surgimento do município de **Icaraí de Minas** está vinculada à ocupação da região onde hoje é a cidade de São Francisco. Quando em 1877, a Lei Estadual 2.416, elevou a vila de São José das Pedras dos Angicos a categoria de cidade, um dos distritos anexos era Conceição da Vargem. Segundo consta esse povoado começou a se desenvolver a partir da década de 1920, se formando nas imediações da fazenda do Coronel José Bernardino Teixeira. O povoamento ficou conhecido pelo nome de Tiririca ou Sucupira. Com o intuito de fomentar o crescimento da povoação, o coronel mandou construir a primeira escola juntamente com a primeira igreja do local. No ano de 1956, o povoado passou a jurisdição da paróquia de São Francisco, permanecendo assim até o ano de 1992, quando o povoado foi elevado à categoria de município, com o nome de Icaraí de Minas, pela Lei Estadual nº 10.704, de 27 de abril de 1992.

Assim como outras localidades da região, a cidade de **Januária** começou a se formar no início do século XVIII. Um dos principais elementos que garantiu a organização territorial da região onde hoje está situado o município foram as relações familiares e o prestígio obtido por Matias Cardoso, sua parentela, sua bandeira e sua fixação nesse território durante o período colonial (SOUZA, 2009). É importante lembrar que o estabelecimento dos arraiais, povoados e vilas no norte de Minas na primeira década do século XVIII tornou-se importante para o abastecimento da região aurífera que se formava ao sul da província, principalmente por se apresentar como canal de comunicação econômica entre as cidades do ciclo do ouro e Salvador (SOUZA, 2009).

Foi nesse contexto que se iniciou a formação do município de Januária, diante da necessidade de intensificar as transações comerciais que ocorriam através do Rio São Francisco entre os povoados. Por isso, foi aberta uma estrada de rodagem até o Porto do Salgado, instalado nas imediações do povoado de Brejo do Amparo, criado em 1811. Em 1833, o povoado de Brejo do Salgado passou a se chamar de Vila Januária. Quanto à sua denominação, existem três versões. A primeira está vinculada ao bandeirante Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso; outra relata que o nome se trata de uma homenagem feita à princesa imperial D. Januária; e a última, difundida pela tradição popular e presente na memória social dos ribeirinhos, associa a origem do topônimo ao nome de uma velha escrava negra que residia à beira do Rio. Ao longo dos anos, por meio de leis provinciais e estaduais, a vila Januária passou por inúmeras modificações administrativas, pertencendo ora a Porto do Salgado, ora a Brejo do Amparo. Após se estabilizar econômica e administrativamente, o município reapareceu em posição central no Norte de Minas, voltando a ser considerado o polo da microrregião do alto médio São Francisco.

Itacarambi, embora tenha se emancipado efetivamente somente em 1962, sua remonta ao passado pré-colonial, haja vista a concentração de sítios arqueológicos existentes no local e a presença de uma reserva indígena Xakriabá em São João das Missões, município fronteiro a Itacarambi. De acordo com o *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil* o nome da localidade está associado à língua tupi-guarani, que em português significa "rio das pedras arranhadas". Sua formação também está associada ao período colonial, principalmente à meados do século XVII, quando os bandeirantes e jesuítas chegaram a região e doaram um território de 160 léguas – da nascente do Rio Jacaré até às nascentes do rio das Velhas, onde hoje está Itacarambi –, a Antônio Guedes de Brito, que ficou incumbido de criar povoados na margem direita do Rio São Francisco. Tal doação, realizada em 1663, foi uma das primeiras tentativas metropolitanas de conquista do sertão mineiro (BAETA, 2009: 160; AMARAL e LIMA, 2010). Com a ocupação na margem direita, a maioria das populações indígenas que estavam fixadas no local atravessaram o São Francisco, se concentrando a partir de então, na margem esquerda.

Após o período de colonização, o local que até então possuía a denominação de Jacaré, e que posteriormente viria a se constituir na cidade de Itacarambi, tornou-se uma região de modesta produção de gêneros alimentícios. James Wells (1995) sinalizou que a natureza econômica da cidade estava ligada às

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

transações comerciais do povoado, que ocorriam através do Rio São Francisco. Tal relação com o rio exigia infraestrutura também por terra, e para isso foi aberta uma estrada de rodagem até um porto, conhecido como Porto do Salgado, cujo desenvolvimento justificou a transferência da sede do arraial para a localidade que futuramente viria a se chamar Januária. Ao longo dos anos Itacarambi passou por inúmeras mudanças administrativas até se consolidar como município. No ano de 1933, passou a ser administrado pelo município de Januária, posteriormente, em 30 de dezembro de 1962, foi elevado a condição de município, ano em que se emancipou de Januária e anexou ao seu território o distrito de Missões. São João das Missões desvinculou-se de Itacarambi em 1995.

A história de **São João das Missões** se enquadra em um dos variados conflitos ocorridos entre Matias Cardoso e os indígenas que viviam no norte da Capitania de Minas. Segundo consta ainda no século XVII o bandeirante chegou ao local onde hoje é São João das Missões, e encontrou os índios Xakriabá, que já ocupavam a região. Matias Cardoso os venceu-os em guerra e os transformou em mão-de-obra escrava para a abertura de fazendas e para a fundação do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos.

Um dos principais mecanismos opressores utilizados pelos colonizadores foi a catequização dos indígenas, submetendo-os ao processo colonizador via Igreja Católica. Assim, em meados de 1712 o Padre Antônio Mendes, foi nomeado para atuar na região que hoje é São João das Missões. Santos (apud Santos, 2010, p.27), defende que há “possibilidade do Padre Antônio Mendes ter sido o responsável pela fundação da Missão do Senhor São João do Riacho do Itacaramby, embora não existam quaisquer fontes a respeito”. Na segunda metade do século XVIII, Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso, convocou os Xakriabá para formarem uma aliança contra um inimigo comum, os Kayapó. Após esta aliança, em 10 de fevereiro de 1728, em reconhecimento aos serviços prestados, Januário Cardoso, doou ao povo Xakriabá um lote de terras delimitado por um lado pelos rios Itacarambi, Peruaçu e São Francisco, e do outro pela Serra Geral e Boa Vista.

Em 1856, motivados pela criação da Lei de Terras de 1850 que considerava como devoluta as terras não registradas em cartório dentro do prazo estipulado, os Xakriabá registraram a doação de terras em dois cartórios, de Januária, sede da comarca, e de Ouro Preto, capital da província. Pouco tempo depois, em 1891, o distrito de São João das Missões foi criado oficialmente, ficando subordinado à Januária. Posteriormente, em 1923, passou a se denominar Jacaré.

Em 1927 houve o primeiro embate entre indígenas e fazendeiros locais, quando, na aldeia de Rancharia, derrubaram uma cerca que delimitava o território da aldeia, construída a mando dos fazendeiros locais e referida pelos indígenas como “curral de vara”. Ao passo que aconteciam esses embates as leis administrativas de divisão territoriais também iam sendo decretadas. O distrito de foi anexado ao de Itacarambi, assim permanecendo até 1937. Posteriormente, em 1938, foi criado o distrito de Missões com terras desmembradas de Itacarambi e anexado ao município de Januária, assim, permanecendo até 1960. Nesse ínterim, com a promulgação da lei Estadual n. 550 de 1949, a terra Xakriabá foi novamente enquadrada como devoluta.

Principalmente nas décadas de 1960 e 1970, houve falta de eficiência por parte das instituições públicas responsáveis em proteger o território, resultando na venda de terras que eram cercadas e comercializadas como territórios muito maiores que os registrados. (BAETA 2009, p. 170-171). O processo de enfrentamento em disputas abertas e sangrentas para a manutenção de seu território culminou com a homologação da Terra Indígena Xakriabá em 1987 e da Terra Indígena Xakriabá Rancharia em 2000.

Oficialmente a cidade só foi elevada à categoria de município com a denominação de São João das Missões (ex- Missões), em 21 de dezembro de 1995. Atualmente São João das Missões, possui 80% do seu território demarcado como Terra Indígena e 70% da população é Xakriabá atingindo aproximadamente 7.700 indivíduos, divididos em 27 aldeias, 25 sub-aldeias e 52 localidades. Em 2005 a administração municipal passou a contar com lideranças indígenas compondo o seu quadro de vereadores, secretários e o próprio prefeito. Conforme Furiati, “atualmente o município já está em sua terceira gestão conduzido por um Xakriabá, o que tem modificado de modo significativo a relação entre o poder público local e o povo indígena”. (FURIATI, 2014,

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SÍTIO

p. 1-2).

Jaíba começou como um projeto de colonização que teve início em 1949, quando ocorreram os primeiros assentamentos de colonos na região de Gado Bravo, na margem esquerda do Rio Verde Grande. Nessa ocasião, foi lançado o Projeto Jaíba, projeto de irrigação, localizado no município de Jaíba, com água captada do Rio São Francisco, em sua margem direita. No período de 1967 a 1976 houve grande avanço nas atividades econômicas do Projeto, ocasionando o surgimento do Povoado de Novo Horizonte, na margem direita do Rio Verde Grande, município de Monte Azul. O povoado cresceu rapidamente e foi transformado em distrito, em 1976, com o nome de Otinolândia. Em setembro de 1991, foi criado o Distrito de Jaibênia. Em 20 de janeiro de 1992, a Lei Estadual nº 10.784 trouxe a emancipação do município, sendo que, partindo da margem direita do Rio Verde até a Vila de Otinolândia, desmembrou uma parte de Monte Azul; e da margem esquerda até a Vila Jaibênia, a área deixou de pertencer a Manga.

Em sua origem, **Ubaí** era distrito de Brasília de Minas, e lentamente começa a se desenvolver e lutar por sua emancipação. A cidade foi fundada em 30/12/1962, mas o seu primeiro nome foi Santa Rita de Canoas. O nome atual é oriundo de um termo indígena que comporta o significado de uma canoa, que era utilizada pelos os índios para a travessia na região, principalmente o São Francisco. Portanto, houve uma influência decisiva do espírito aventureiro de homens que desbravaram terras e navegaram rios em busca de riquezas e terras férteis. Ubaí só foi elevado à categoria de cidade na data de 01/03/1963, quando se desmembrou da cidade de Brasília de Minas.

A formação histórica do município de **Ponto Chique** é recente, datando de meados do século XX e difere das outras ocupações da região, geralmente ligadas ao processo de interiorização. Mas é sabido que seu território, por estar na região ribeirinha ao Rio São Francisco, foi habitado por indígenas nativos que foram expulsos ou abandonaram as terras fugindo dos colonizadores.

Seu surgimento tem relação direta com o povoado de Paracatu de Seis Dedos, que data do século XIX, pois algumas famílias que viviam no local até esse período foram os fundadores de Ponto Chique. De acordo com a história oral da região, o pequeno vilarejo vivia da agricultura, mas sofria com as constantes enchentes do rio que prejudicavam as plantações. Tantas foram as cheias que as pessoas foram se deslocando para outros lugares e o povoado foi desaparecendo. A última, e maior de todas as enchentes, ocorreu em 1945, destruindo por completo o povoado. Sem abrigo os moradores reuniram-se para solucionar o problema. Foi aí que Nestor Alves Clementino, trocou a terra por uma fazenda próxima, que viria a ser Ponto Chique. Em 1982, o povoado fora registrado como Distrito do município de Ubaí, nomeado "*Ponto Chic*" pela Lei Estadual nº 8285/82. Somente treze anos mais tarde, em 1995, Ponto Chique foi elevado à categoria de município.

Outra cidade recém-formada na região é **Pintópolis**, também emancipada em 1995. Contudo sua formação histórica está associada ao surgimento do município de Urucuaia, que por sua vez se desdobrou do município de São Francisco. A região onde Pintópolis se localiza começou a ser desbravada por volta do ano de 1553 pela Bandeira Espinoza, mas começou a ser povoada somente em meados do século XVIII, quando algumas pessoas começaram a se ficar na região.

Segundo a história oral local, Germano Pinto, fazendeiro de São Francisco foi o fundador e um dos primeiros moradores de Pintópolis, quando, em março de 1953, visitou a região e decidiu se fixar no local. Uma das primeiras providências foi construir uma fazenda em torno da qual surgiu o povoado denominado Currutela ou Riacho. Germano doou uma porção de terra e construiu uma igreja em homenagem a "Nossa Senhora da Abadia", eleita por ele padroeira da região e cujos festejos continuam hoje. Além disso, em entrevista realizada no ano 2012, Germano Pinto afirmou que foi ele quem providenciou professoras para o município, visto que no local ainda não havia escola. Nas suas palavras: "*Pintópolis é lugar muito bom e de muita fartura. Eu não dava conta de colher o que eu plantava aqui. Plantei muita cana. Trabalhava com dois carros de boi. Engenho assentado fabrica de farinha e rapadura tudo eu tinha. Farinha e rapadura sempre foi tradição daqui*". Tradições estas se mantêm presentes até hoje e representam a identidade do lugar.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SÍTIO
05 PERFIL SOCIOECONÔMICO
População

A Bacia do rio São Francisco abrange 504 municípios em suas quatro regiões, ou 9% do total de municípios do país com um total de 56.168.834 milhões de habitantes. Desse total, 24,96% estão na Bahia; 34,89% em Minas Gerais; 15,66% em Pernambuco; 5,56% em Alagoas; 3,68% em Sergipe; 10,69% em Goiás e 4,56% no Distrito Federal. (IBGE, 2010).

- Alto São Francisco – se estende das nascentes até a cidade de Pirapora (MG) e sua população é de 6,247 milhões de habitantes;
- Médio São Francisco – vai de Pirapora (MG) até Remanso (BA), possui população estimada em 3,232 milhões de habitantes;
- Submédio São Francisco - de Remanso (BA) até Paulo Afonso (BA), com população de 1,944 milhões de habitantes;
- Baixo São Francisco - de Paulo Afonso (BA) até a foz, entre Sergipe e Alagoas. Sua população é de 1,373 milhões de habitantes.

Nota-se que os municípios contemplados neste inventariado são de pequeno porte, nenhum deles chega a 100 mil habitante. Na sequência encontra-se tabela com alguns dados de referência (IBGE, 2010):

Municípios	IDH	PIB per capita	Renda Rural	Renda Urbana	Pop. Total	Pop. Alfabetizada
Pirapora	0,731	21.784,44	352,00	402,50	53.368	45.334
Buritizeiro	0,624	9.668,09	277,50	287,14	26.922	21.004
Várzea da Palma	0,666	16.573,41	272,00	332,50	35.809	28.948
Ibiaí	0,614	7.792,00	200,00	233,33	7.839	5.876
Ponto Chique	0,606	7.44,06	207,25	254,00	3.966	3.074
Ubaí	0,609	5.181,27	191,67	226,40	11.681	8.512
São Romão	0,640	8.531,00	170,00	261,33	10.276	8.033
Icaraí de Minas	0,624	5.204,12	203,33	264,29	10.746	8.416
São Francisco	0,638	5.856,86	183,25	284,00	53.828	40.772
Pintópolis	0,594	5.843,49	195,00	308,80	7.211	5.462
Jaíba	0,638	10.857,05	266,67	340,00	33.587	24.891
Matias Cardoso	0,616	13.035,41	177,33	252,50	9.979	6.952
Manga	0,642	6.687,50	127,50	255,00	19.813	14.071
Januária	0,658	6.696,41	155,00	350,00	65.463	49.537
Itacarambi	0,641	7.490,00	175,00	265,00	17.720	13.446
Pedras de M ^a da Cruz	0,614	5.775,47	190,00	255,00	10.315	7.418
São João das Missões	0,529	4.229,22	128,80	306,00	11.715	7.122

Tabela 1: IBGE - 2010.

- **Pirapora:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 21.784,44 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,731 e um total de 53.368 habitantes, sendo que 52.385 (98,16%) habitantes se localiza em área urbana e 983 (1,84%) em área rural. Desse total, 26.146 são homens e 27.222 são mulheres,

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

com um total de 45.334 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 352,50 reais e em área urbana é de 402,50.

- **Buritizeiro:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 9.668,09 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,624 e um total de 26.922 habitantes, sendo que 23.630 (87,77%) habitantes se localiza em área urbana e 3.292 (12,23%) em área rural. Desse total, 13.529 são homens e 13.393 são mulheres, com um total de 21.004 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 277,50 reais e em área urbana é de 287,14.

- **Várzea da Palma:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 16.573,41 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,666 e um total de 35.809 habitantes, sendo que 31.313 (87,44%) habitantes se localiza em área urbana e 4.496 (12,56%) em área rural. Desse total, 18.150 são homens e 17.659 são mulheres, com um total de 28.948 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 272,00 reais e em área urbana é de 332,50.

- **Ibiaí:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 7.792,00 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,614 e um total de 7.839 habitantes, sendo que 6.004 (76,59%) habitantes se localiza em área urbana e 1.835 (23,41%) em área rural. Desse total, 4.034 são homens e 3.805 são mulheres, com um total de 5.876 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 200,00 reais e em área urbana é de 233,33.

- **Ponto Chique:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 7.444,06 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,606 e um total de 3.966 habitantes, sendo que 2.581 (65,08%) habitantes se localiza em área urbana e 1.385 (34,92%) em área rural. Desse total, 2.019 são homens e 1.947 são mulheres, com um total de 3.074 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 207,25 reais e em área urbana é de 254,00.

- **Ubaí:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 5.181,27 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,609 e um total de 11.681 habitantes, sendo que 5.665 (48,5%) habitantes se localiza em área urbana e 6.016 (51,5%) em área rural. Desse total, 5.979 são homens e 5.702 são mulheres, com um total de 8.512 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 191,67 reais e em área urbana é de 226,40.

- **São Romão:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 8.531,00 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,640 e um total de 10.276 habitantes, sendo que 6.469 (62,95%) habitantes se localiza em área urbana e 3.807 (37,05%) em área rural. Desse total, 5.239 são homens e 5.037 são mulheres, com um total de 8.033 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 170,00 reais e em área urbana é de 261,33.

- **Icaraí de Minas:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 5.204,12 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,624 e um total de 10.746 habitantes, sendo que 2.986 (27,79%) habitantes se localiza em área urbana e 7.760 (72,21%) em área rural. Desse total, 5.567 são homens e 5.179 são mulheres,

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SÍTIO

com um total de 8.416 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 203,33 reais e em área urbana é de 264,29.

- **São Francisco:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 5.856,86 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,638 e um total de 53.828 habitantes, sendo que 34.204 (63,54%) habitantes se localiza em área urbana e 19.624 (36,46%) em área rural. Desse total, 27.278 são homens e 26.550 são mulheres, com um total de 40.772 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 183,25 reais e em área urbana é de 284,00.

- **Pintópolis:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 5.843,49 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,594 e um total de 7.211 habitantes, sendo que 2.532 (35,11%) habitantes se localiza em área urbana e 4.679 (64,89%) em área rural. Desse total, 3.778 são homens e 3.433 são mulheres, com um total de 5.462 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 195,00 reais e em área urbana é de 308,80.

- **Jaíba:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 10.857,05 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,638 e um total de 33.587 habitantes, sendo que 17.635 (52,51%) habitantes se localiza em área urbana e 15.952 (47,49%) em área rural. Desse total, 17.344 são homens e 16.243 são mulheres, com um total de 24.891 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 266,67 reais e em área urbana é de 340,00.

- **Matias Cardoso:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 13.035,41 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,616 e um total de 9.979 habitantes, sendo que 5.136 (51,47%) habitantes se localiza em área urbana e 4.843 (48,53%) em área rural. Desse total, 5.096 são homens e 4.883 são mulheres, com um total de 6.952 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 177,33 reais e em área urbana é de 252,50.

- **Manga:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 6.687,50 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,642 e um total de 19.813 habitantes, sendo que 13.848 (69,89%) habitantes se localiza em área urbana e 5.965 (30,11%) em área rural. Desse total, 9.794 são homens e 10.019 são mulheres, com um total de 14.071 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 127,50 reais e em área urbana é de 255,00.

- **Januária:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 6.696,41 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,658 e um total de 65.463 habitantes, sendo que 41.322 (63,12%) habitantes se localiza em área urbana e 24.141 (36,88%) em área rural. Desse total, 32.344 são homens e 33.119 são mulheres, com um total de 49.537 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 155,00 reais e em área urbana é de 350,00.

- **Itacarambi:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 7.940,00 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,641 e um total de 17.720 habitantes, sendo que 13.799 (77,87%) habitantes se

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

localiza em área urbana e 3.921 (22,13%) em área rural. Desse total, 8.842 são homens e 8.878 são mulheres, com um total de 13.446 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 175,00 reais e em área urbana é de 265,00.

- **Pedras de Maria da Cruz:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 5.775,47 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,614 e um total de 10.315 habitantes, sendo que 6.328 (61,35%) habitantes se localiza em área urbana e 3.987 (38,65%) em área rural. Desse total, 5.293 são homens e 5.022 são mulheres, com um total de 7.418 indivíduos alfabetizados. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 190,00 reais e em área urbana é de 255,00.

- **São João das Missões:** teve em 2012 um PIB per capita a preços correntes de 4.229,22 reais, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0,529 e um total de 11.715 habitantes, sendo que 2.446 (20,88%) habitantes se localiza em área urbana e 9.269 (79,12%) em área rural. Desse total, 6.048 são homens e 5.667 são mulheres, com um total de 7.122 indivíduos alfabetizados. Nota-se que 80% do território do municipal é Terra Indígena demarcada pela FUNAI e 70% da população é Xakriabá atingindo aproximadamente 7.700 indivíduos, divididos em 27 aldeias, 25 sub-aldeias e 52 localidades. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes em área rural é de 128,80 reais e em área urbana é de 306,00.

Qualidade de Vida

O Médio São Francisco possui grande variação entre seus municípios e povoados com realidades sociais diversas e muitas vezes discrepantes. É uma região com cidades pequenas e rurais, mas com a presença de polos urbanos industriais como são os casos de Pirapora e Várzea da Palma, ambas com os maiores índices de desenvolvimento e produto interno dessa sub-bacia, com IDHs de 0,666 e 0,731 e PIBs per capita de 21.784,44 reais e 16.573,41 reais.

Rica em recursos naturais, a bacia do São Francisco abriga uma diversidade de culturas, de locais históricos, de sítios arqueológicos e de importantes centros urbanos, tudo isso associado ao rio e seu significado. As belezas naturais da região oferecem um grande potencial para o desenvolvimento do turismo, atividade já desenvolvia, porém, ainda incipiente.

A agricultura é uma das mais importantes atividades econômicas praticadas em larga escala ou familiarmente, mas a região possui fortes contrastes socioeconômicos, com áreas de acentuada riqueza e alta densidade demográfica e áreas de pobreza crítica e população bastante dispersa. Dos 456 municípios, com sede na bacia, somente 93 tratam seus dejetos. No caso de São João das Missões, onde 70% da população é Xakriabá, o IDH é 0,529, o mais baixo da área pesquisada. Assim, como o PIB per capita de 4.229,22 reais.

De forma variada em sua intensidade e características, mas muito evidente em sua extensão, toda a bacia tem sido agredida ambientalmente pela forma predatória de sua ocupação e das atividades industriais desenvolvidas, principalmente desde as últimas décadas do século XX. Isso influencia diretamente a qualidade de vida das populações locais, pois o rio, para muitos tradicionais, faz parte de seu território produtivo. Dessa maneira, nota-se há necessidade de recuperação ambiental das áreas degradadas para mitigar os impactos sobre os recursos hídricos. A região vive extremos de secas e de cheias, variações que compõem o modo de vida de muitas comunidades, mas devido a períodos de prolongadas estiagens parte da população de algumas áreas foram obrigadas a se deslocarem para variadas regiões, ocasionando verdadeiro êxodo rural.

Trabalho e Renda Familiar

A região é marcada pela perda histórica de população, com elevado índice de migração para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho, embora exista na região acentuada riqueza em fontes extrativistas que vão da castanha de barú aos peixes do rio São Francisco, suas lagoas e afluentes. Além do sistema de cultivo desenvolvido em suas vazantes e ilhas. Entretanto, a alta concentração

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

de renda e todo o tipo de ameaças às formas de ocupações locais são uma queixa constante das populações tradicionais ribeirinhas. Exemplo desse contexto é a atual degradação do rio que influencia numa das principais atividades das populações tradicionais, a pesca.

Em 2007 houve um grave problema com a proliferação das chamadas “algas azuis”, causada pelo esgoto da região metropolitana de Belo Horizonte que é despejado no Rio das Velhas que deságua no São Francisco. O ocorrido contaminou uma extensão de aproximadamente 600 quilômetros segunda o CPP (Conselho Pastoral da Pesca). Outro fator que influencia diretamente a qualidade das águas do rio e a alta mortandade de peixes é a ação poluidora por metais pesados provenientes das empresas instaladas ao longo da calha. Muitos desses pescadores também utilizam da lavoura atrelada ao sistema de vazantes como possibilidade de trabalho.

De acordo com pesquisa realizada pela CPP (2010) no médio São Francisco, dos 368 pescadores entrevistados, 23,1% utilizam outras ocupações para complementar a renda devido a precariedade que a atividade pesqueira enfrenta. Sendo que 70% dos pesquisados utilizam da pesca e da lavoura como principais fontes de renda.

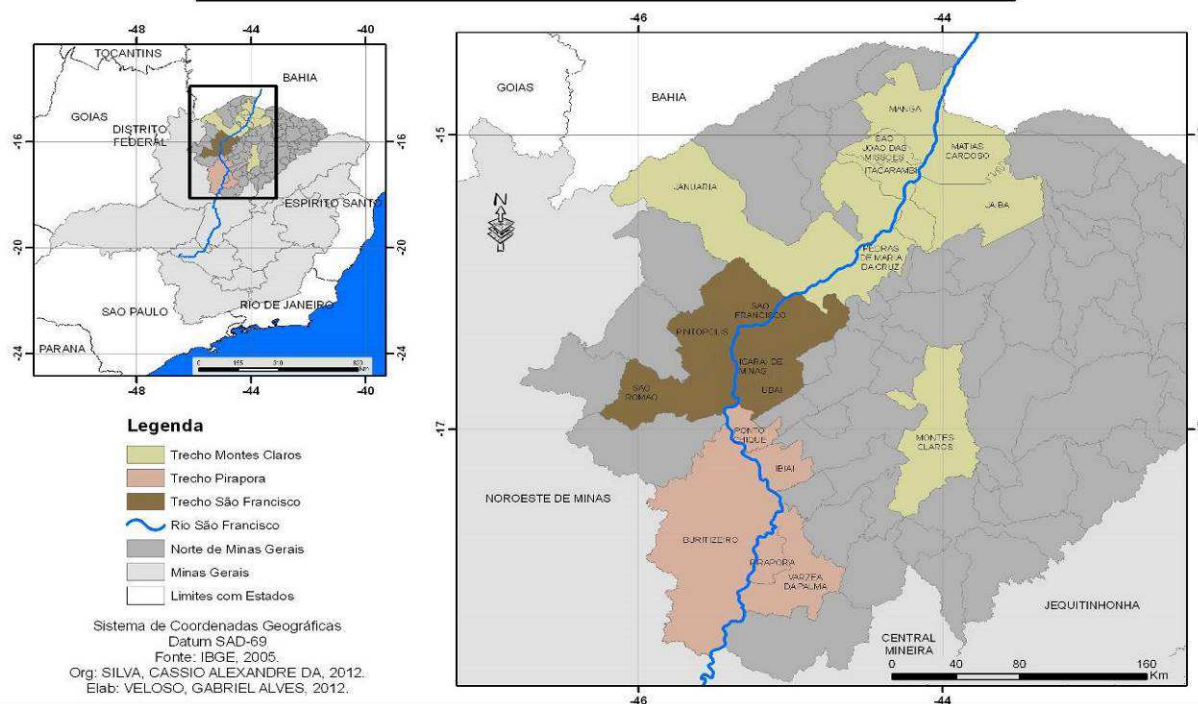
Fator que deve ser levado em consideração é a variação da renda per capita entre os municípios pesquisados e a diferença observada entre as rendas rurais e urbanas. Como já apontado no quadro acima, os municípios de Buritizeiro e Várzea da Palma concentram um elevado PIB per capita ultrapassando R\$ 16.000,00. Por outro lado localidades como Jaíba, Pintópolis e Icarai de Minas possuem um PIB per capita inferior a R\$ 6.000,00. No caso de Pintópolis, a diferença da renda entre áreas rurais e urbanas também é marcada. Enquanto a média de ganhos de um morador de área urbana é de aproximadamente R\$ 308,00, a renda de um produtor rural não ultrapassa R\$200,00.

As políticas públicas dos governos municipais, estaduais e federais são marcadas por iniciativas governamentais, muitas vezes, caracterizadas por forte instabilidade e descontinuidade. Um dos maiores desafios é que a bacia do São Francisco registra todos os tipos de usos dos recursos hídricos (irrigação, geração de energia, navegação, saneamento, pesca e aquicultura, atividades turísticas e de lazer), o que exige uma análise do conjunto para que se possa planejar adequadamente sua gestão. O planejamento que deveria ser participativo, na maioria das vezes, é verticalizado; levando a resultados aquém do esperado e do investimento social aplicado.

O crescimento da agricultura, a pretendida revitalização da navegação, o aumento da demanda energética e a retirada de água da bacia por transposição são temas que geram conflitos entre os setores envolvidos.

Educação

A bacia é complexa e apresenta situações setoriais diversificadas com consideráveis diferenças entre a suas seções. Ao longo da bacia encontramos uma rede de ensino complexa e estruturada de forma hierárquica, correspondendo a diferenças de tamanho das cidades que a compõem. Encontra-se ensino de todos os níveis, desde o ensino fundamental e médio, assim como universidades e instituições de ensino superior públicas e privadas. Temos municípios com grandes deficiências no atendimento das políticas públicas e alguns maiores como Pirapora, Várzea da Palma, Januária, São Francisco e Jaíba que apresentam suporte na área da educação em todos os níveis, inclusive com a presença de universidades. A Universidade Estadual de Montes Claros /UNIMONTES possui campus em Januária, Pirapora e São Francisco, além de outras Instituições de Ensino Superior como Institutos Federais / IFET em Januária e Pirapora. Isso faz com que essas cidades sejam polos na área de educação.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SÍTI
06 PLANTAS, MAPAS E CROQUIS
Inventário para Fins de Salvaguarda e Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do São Francisco

07 LEGISLAÇÃO
Instrumentos de Proteção Ambiental e Patrimonial e de Planejamento

Ao longo da pesquisa foram levantadas as legislações municipais, estaduais e federais referentes às questões patrimoniais, ambientais e de planejamento. O levantamento visa referendar a estrutura legal disponível com via à proteção do ambiente pesquisado. O compêndio de tal marco legal encontra-se abaixo.

Legislação federal:

- Constituição Federal Brasileira de 1988;
- Decreto-lei nº 25 de 1937- Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961-dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Lei sobre áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico nº 6513 de 1962, revisada na lei nº 4517 de 1965.
- LEI Nº 4.845, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1965- proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico;
- LEI Nº 6.292, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1975- dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan);
- DECRETO LEGISLATIVO Nº 74, DE 30 de junho de 1977- aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural;
- Lei Federal de Parcelamento do Solo 6766/1979;
- Política Nacional de Meio Ambiente, lei 6938 de 1981;
- Decreto nº 95.733 de 1988 que dispõe sobre a inclusão no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

social decorrente da execução desses projetos e obras;

- LEI Nº 7.668, DE 22 DE AGOSTO DE 1988- autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares – FCP e dá outras providências;
- Política nacional de Educação Ambiental, Lei 9795 de 1999;
- SNUC – Sistema Nacional de Meio Ambiente Lei nº 9985 de 2000;
- Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000 que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial;
- Estatuto da Cidade lei nº 10 257 de 2001;
- Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos;
- Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006 que promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003;
- Decreto nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007 que promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.
- Decreto nº 6.514, de 2008 que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências;
- Plano nacional de Cultura Lei nº 12343 de 2010;
- Código Florestal de 1934 revisto em 1965 e Lei nº 12 651 de 2012;
- LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991-restabelece princípios da Lei Nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)e dá outras providências;
- LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;

Legislação Estadual:

- Lei 3924 de 1961 que dispõe sobre patrimônio arqueológico e pré-históricos;
- Constituição Estadual de Minas Gerais de 1989;
- Lei 14.007/2001 do Estado de Minas Gerais, que declara o trecho mineiro do Rio São Francisco como patrimônio cultural, paisagístico e turístico do estado e dá outras providências;
- Decreto nº 42505 de 2002 que Institui as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais.
- Portaria nº 47 de 2008 que dispõe sobre os procedimentos e normas internas de instrução dos processos de Registros de bens culturais de natureza imaterial, no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG;
- Lei nº 18.030, de 2009 que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.
- Decreto 46671 de 2014 que cria a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

Legislação do municípios:

A maior parte dos municípios contemplados neste Inventário não tem um sistema de gestão e normatização minimamente organizados. Os municípios mais populosos, em destaque Pirapora, Várzea da Palma, Buritizeiro e São Francisco, têm legislações mais abrangentes, mas ainda incipientes. Daí as diferen

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

encontradas em cada um deles, no trato dessa questão.

Pirapora:

Pirapora tem um corpo legal bem organizado, se comparado com a realidade norte mineira, tem Secretaria e Conselho de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Tem também Secretaria Municipal de Planejamento, Agropecuária e Desenvolvimento Econômico; Lei Orgânica de 1992, dois planos diretores de 1997 e 2006, respectivamente; e ainda Lei de Parcelamento do Solo de 1997. O vapor Benjamin Guimarães, tombado pelo Estado de Minas Gerais, foi reformado recentemente com recursos do Ministério do Turismo e de outras instituições. Entretanto, outros bens estão ameaçados, como a Ponte Marechal Hermes, cujo trânsito de veículos foi interditado pelo Ministério Público; também tombada, mas em estado precário de conservação, representando um risco para a população.

- 1985 - O decreto estadual nº 24.840, de 1º de agosto de 1985, tombamento do vapor Benjamin Guimarães como bem cultural;
- Lei Orgânica do município de Pirapora nº 001/92 promulgada em 28 de dezembro de 1992;
- Lei Municipal nº 1471 1997 que dispõe sobre uso e a ocupação no município de Pirapora e dá outras providências - Plano Diretor do Município de Pirapora;
- Lei Municipal nº 1470 de 1997 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no município de Pirapora e dá outras providências - Plano Diretor do Município de Pirapora;
- Lei Municipal nº 1469 de 1997 que delimita o perímetro urbano do município de Pirapora e dá outras providências - Plano Diretor do Município de Pirapora;
- Lei Municipal nº 1468 de 1997 que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e estabelece outras diretrizes para o desenvolvimento do município - Plano Diretor do Município de Pirapora;
- Lei Municipal nº 1846 de 2006 que dispõe sobre Plano Diretor Estratégico, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Pirapora.

Buritizeiro: Lei Orgânica do Município de Buritizeiro 1990.

Várzea da Palma:

- Decreto nº 24.324 de 1985. Lei 1768-05 - Circuito Tur. Serra do Cabral;
- Lei 1969/09 - Cria o memorial iconográfico Luiz de Paula Ferreira (MUSEU QUE SE LOCALIZA NA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA).

Ibiaí:

- Possui Conselho Municipal de Meio-ambiente, Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico, Lei Orgânica do Município.
- 2003 – Decreto de Tombamento – cidade de Ibiaí – bem tombado : Balsa CC-15-69-01;
- Lei municipal nº 168 de 26 de março de 2002 e Decreto 162 de 23 de janeiro de 2003.

Ponto Chique: No município há Lei Orgânica que menciona instrumentos de proteção ambiental, cultural e patrimonial. Porém, não há Conselhos Municipais de Cultura.

Ubaí:

- Lei de número 2764 que elevou o distrito a condição de município.

São Romão:

- Decreto-lei estadual 843- elevação da vila a município;
- Decreto-lei estadual 4.457- Município elevado a comarca de primeira instância.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

- 1999 – Conselho Municipal do Matrimônio Cultural. Decreto nº 019/99 de 20 de setembro de 1999.
- 2003 – Instituição do Conselho Municipal de Turismo. Decreto Lei nº 1421 de 27 de agosto de 2003;
- 2010 – Lei nº 1626 de 09 de dezembro de 2010. Lei de proteção do patrimônio cultural.

Icaraí de Minas:

- Criação do distrito de Conceição da Vargem, pelas leis Municipal e Estadual: nº 143, de 16-07-1890; nº 2, de 14-09-1891.

São Francisco:

- Norma de Proteção do patrimônio Cultural da cidade de São Francisco, Lei nº. 2.032/2002;
- Decreto de Tombamento - cidade de São Francisco, bem Tombado : Cruzeiro. Lei nº. 072003/2003;
- Plano Diretor da cidade de São Francisco (Lei Municipal), de 26/10/2004;
- Código de Postura do Município de São Francisco:(Lei Municipal) Número : 2.190/2004; Código de Obras da cidade de São Francisco (Lei Municipal) Lei Complementar nº. 09/2004;
- Fundo Municipal de Patrimônio Cultural da cidade de São Francisco: (Lei Municipal) Lei nº. 2.255/2005;
- Lei de criação do Centro Histórico da cidade de São Francisco, Lei nº. 2.342/2006;
- Alteração da Lei nº. 2.233 que reestrutura a Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, - Lei nº. 2483/2008;
- Decreto de Tombamento - cidade de São Francisco, bem tombado : Imagem de São Félix, Lei nº. 036/2009.

Pintópolis:

- Lei estadual nº 12030, de 21/12/1995, elevando à categoria de município e distrito com a denominação de Pintópolis, desmembrado de Urucuia. Sede no atual distrito de Pintópolis ex-povoado. ICMS 2006, IEPHA Quadro II, páginas 02 a 22.

Jaíba:

- Lei Estadual nº 10.704, de 27 de janeiro de 1992, emancipação do município.

Matias Cardoso:

- O Distrito de Matias Cardoso, por meio da Lei Estadual nº 10704/1992, é elevado à categoria de município.

Manga:

- O distrito de Brejo São Caetano do Japoré, vinculado à Januária, passa a compor a formação territorial do, então, município de Manga, criado por meio da Lei nº 843/1923, sendo composto por três distritos: Manga (sede) – (antigo distrito de Brejo São Caetano do Japoré) –, Japoré e Matias Cardoso (antigo Morrinhos).

Januária:

- Informe histórico do município Localizado em Sítio [Quadro] p.7:
- Inventário do Acervo Cultural, IEPHA, ICMS 2008 - Igreja Nossa Senhora do Rosário primeira igreja de Minas Gerais edificada na primeira metade do século XVII, em 1688, um dos raros exemplares da arquitetura jesuítica do sertão, foi construída em estilo rústico, no Barro Alto, no distrito de Brejo do Amparo - Januária -, pelo português Manuel Pires Maciel. A construção reproduz alguns elementos do barroco mineiro em sua primeira fase, localizado em Bem Cultural [Texto] p.19 – Categoria: Edificação/

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SÍTIO**

Lugar- IEPHA, ICMS 2008.

- Inventário de proteção do acervo cultural. Descrições e Informações históricas dos bens culturais, localizados em Bem Cultural [Texto] – Categoria: Lugar - IEPHA, ICMS 2008.

Itacarambi:

- ICMS CULTURAL: Quadro II, 2003. Informações e características gerais do município. Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Itacarambi. / IEPHA, ICMS, 2004.

Pedras de Maria da Cruz:

- Distrito criado com denominação de Pedras de Maria da Cruz, pela Lei Estadual nº 556, de 30 de agosto de 1911, subordinado ao município de Januária, elevado à categoria de município com a denominação de Pedras de Maria da Cruz, pela Lei Estadual nº 10704, de 27 de abril de 1992, desmembrado de Januária, com sede no antigo distrito de Pedras de Maria da Cruz. Constituído de 2 distritos: Pedras de Maria da Cruz e São Pedro das Tabocas, ambos desmembrados de Januária. Instalado em 1º de janeiro de 1993. Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído de 2 distritos: Pedras de Maria da Cruz e São Pedro das Tabocas.

São João das Missões:

- Pela Lei Estadual nº 12030 de 1995, o distrito de Missões desmembra do município de Itacarambi, e elevado à categoria de município com a denominação de São João das Missões.

08 RECOMENDAÇÕES

- Faz-se a criação de um comitê gestor do Patrimônio Cultural do Rio São Francisco com o objetivo de fortalecimento e articulação dos agentes locais;
- A partir do comitê construir uma rede de articulação entre lideranças de diferentes localidades para a promoção da salvaguarda dos bens identificados;
- Construção de um Plano de Trabalho para o patrimônio cultural na bacia, que contenha diretrizes gerais para curto médio e longo prazo e que aponte zoneamentos em territórios culturais das manifestações comuns em toda bacia.
- Observou-se que os municípios com mais de 20 mil habitantes apresentam legislação urbanística básica como, por exemplo, Plano Diretor. Propõe-se elaboração de planos diretor para os municípios menores que contemplem os usos e ocupação do solo, código de obras, entre outras.
- A partir da instituição de um Comitê Gestor, trabalhar para a construção de editais que contemple ações públicas específicas para o médio São Francisco;
- Com base no presente Inventário, recomenda-se ações de tombamento dos seguintes bens pertencentes às suas devidas localidades:
 - o Encontro das Águas do rio São Francisco com o rio das Velhas que abrange os municípios de Pirapora, Várzea da Palma, Buritizeiro e Barra do Guaicuí;
 - o centro histórico de Januária com base na revisão das 148 fichas de estruturas urbanísticas e arquitetônicas do IPAC elaboradas em 1985;
 - a Estação Independência de Buritizeiro, a Ponte Marechal Hermes e o antigo prédio onde estão instaladas a Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer e a biblioteca pública de Pirapora, conformando assim o complexo ferroviário de ambos os municípios;
 - o antigo Prédio da Escola de Aprendizes Marinheiros de Buritizeiro;
 - o prédio da Capitania Fluvial do São Francisco em Pirapora;

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SÍTIO
<ul style="list-style-type: none"> - o centro histórico de São Romão, assim como a igreja do rosário e a antiga cadeia; - o porto do município de Manga; - o conjunto arquitetônico da cidade de São Francisco composto pelo cais e pela igreja de São Francisco; - a igreja de Nossa Senhora da Conceição do município de Pedras de Maria da Cruz; - a igreja de Nossa Senhora da Conceição juntamente com seu largo e o centro histórico de Matias Cardoso; - o centro histórico de Itacarambi simultaneamente com a igreja de Nossa Senhora da Conceição; • Regularização das áreas do entorno dos tambamentos; • Trabalhar para a melhor continuidade dos municípios que demonstram dificuldades de comprometimento com a política; • Trabalhar para aprovação do Plano Estadual de Patrimônio Imaterial; • Desenvolvimento de linhas de pesquisas nas instituições de ensino normal e superior das regiões que contemplem a diversidade patrimonial local; • Fortalecimento dos conselhos locais; • Fórum permanente de discussão; • Apoio técnico nas orientações de preservação; • Desenvolver ação que contemplo a estruturação de Arquivos da região. 	

09	DOCUMENTOS ANEXOS	
	Bens Culturais Inventariados	
<p>Buritizeiro Modo de Fazer Artesanato com Buriti Modo de Fazer Doce de Buriti Modo de Fazer Licor de Pequi e Murici Plantas Medicinais</p> <p>Ibiaí Barra do Pacuí: Lugares Mitos e Lendas do Rio: Mãe d'água e caboclo d'água Modo de Fazer Paçoca de Barú</p> <p>Icaraí Modo de Fazer Roncoio Dança do Carneiro Festa de Nossa Senhora da Conceição</p> <p>Jaíba Batuque Festa de Nossa Senhora da Glória Artesanato com Fibra de Bananeira</p> <p>Manga Modo de Fazer Redes de Pesca Modo de Fazer Selas Modo de Fazer Barco</p>	<p>Ponto Chique Modo de Fazer Rapadura Batuque</p> <p>Pintópolis Modo de Fazer Biscoito de Peta Festa de Nossa Senhora da Abadia Modo de fazer Rapadura Modo de fazer Requeijão Modo de fazer Cachaça</p> <p>Pirapora Pesca Artesanal Praia Modo de Fazer Matizes e Bordados Dumont Vaporzeiro</p> <p>São Francisco Modo de Fazer Carro de Boi (Vila do Morro) Modo de Fazer Beiju Modo de Fazer Ginete Boi de Reis Folia de Reis Largo da Igreja Matriz de São José Modo de Fazer Viola</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SÍTIO
<p> Modo de Fazer Manteiga de Garrafa Incelença (Japoré) Largo da Igreja de São Caetano do Japoré Modo de Fazer Farinha de Mandioca Comunidade Brejo São Caetano do Japoré Encomendação das Almas (Justa II) Benzeção Modo de Fazer Esculturas em Madeira </p> <p> São Romão Caboclo Congado Batuque </p> <p> Ubaí Comunidade de Gerais Velho Arroz com Pequi Carne de Sol Festa de Santa Rita de Cássia </p> <p> Várzea da Palma Comunidade de Barra do Guaicui Mitos de Povoação de Buriti das Mulatas São Gonçalo de Promessa </p> <p> São João das Missões Casa de Medicina Lenda da Onça Yaya Pintura Corporal </p>	<p> Moqueca de Surubim Modo de Fazer Paçoca de Carne de Sol Parteira </p> <p> Pedras de Maria da Cruz Batuque de Palmeirinha Modo de fazer Pilões e Gamelas Comunidade Quilombola de Palmeirinha </p> <p> Januária Dança de São Gonçalo Modo de Fazer Feijão Tropeiro Festa de Nossa Senhora do Rosário Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário Mercado de Januária Rei dos Temerosos </p> <p> Matias Cardoso Cantiga de Roda Festa do Divino Festa de Nossa Senhora da Conceição Largo da Igreja Nossa Senhora da Conceição Comunidade Pau de Légua Reza da Chuva </p> <p> Itacarambi Festa Reis de Bois Mitos e Lendas do rio: Mãe d'água, caboclo d'água e carranca Praça do Cais Água Viva </p>
Contatos	
<p> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, Tel: (31) 3235-2882; Núcleo de História e Cultura Regional – NUHICRE, Tel: (38) 3229-8051; Prefeituras: - Pirapora; Buritizeiro; Várzea da Palma; Icaraí de Minas; Ibiaí; Ponto Chique; São Romão; Ubaí; Pintópolis; São Francisco; Pedras de Maria da Cruz; Januária; São João das Missões; Itacarambi; Jaiba; Matias Cardoso; Manga. </p>	
Fichas Relacionadas	
Ver anexos.	

10 REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALMEIDA, A. W. B. de. "As quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização." São Luís, MIQCB – **Caderno de Formação**, n.1, p.17-8, 1995.
- ANDRADE, M. **Pequena História da Música**. 8ª ed. Editora: Martins: São Paulo, 1987.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas (1711)**. São Paulo: Cia. Editora

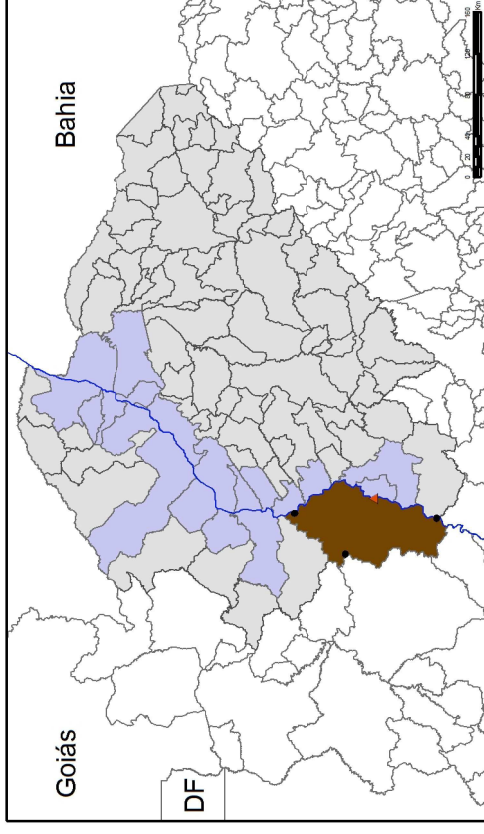
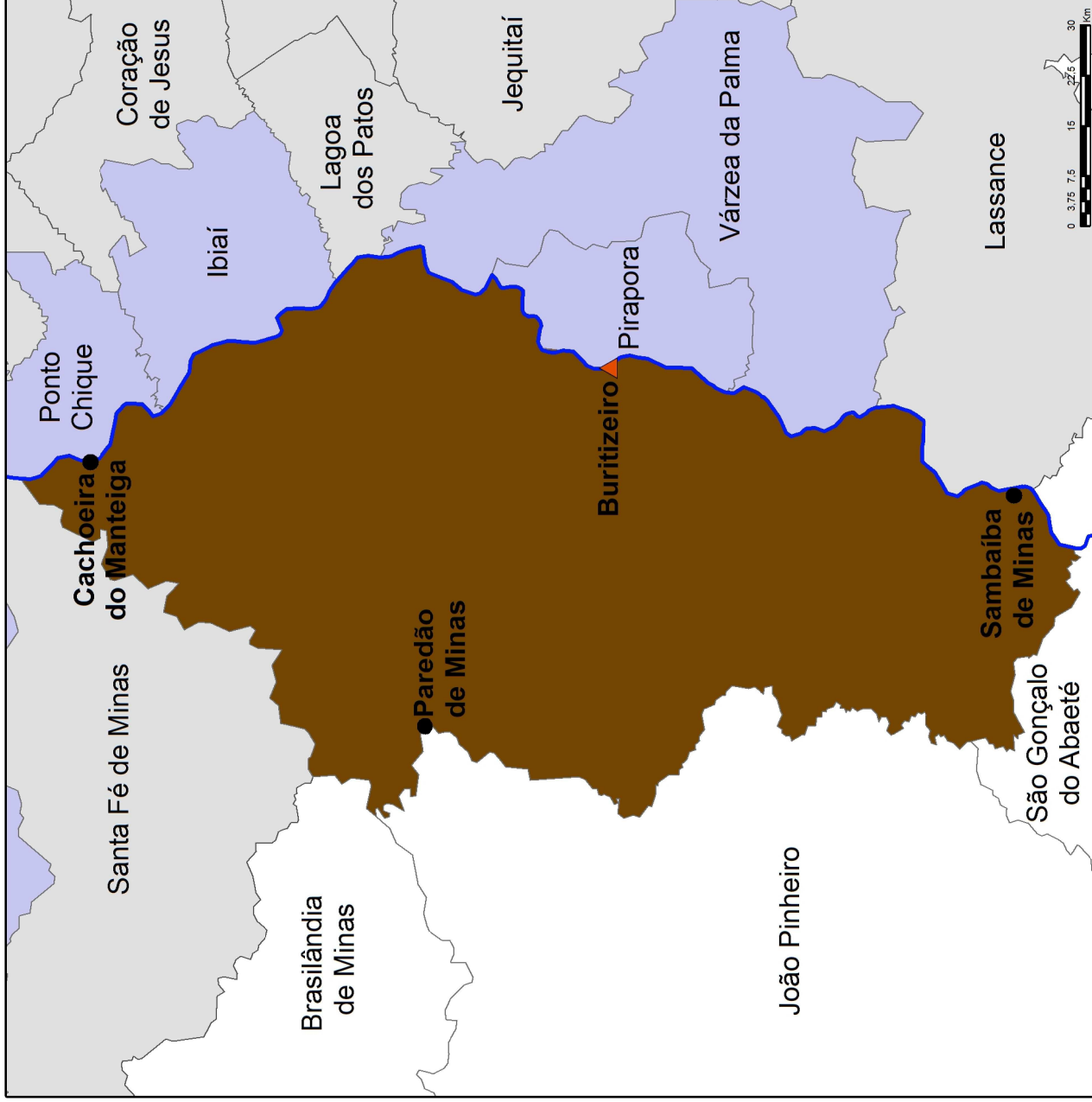
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SÍTIO
Nacional, 1966.	
BRASIL. Rio São Francisco/ Dados técnicos da Bacia. Disponível em: < http://www.chesf.gov.br/riosaofrancisco_dadostecnicos.shtml >. Acesso em: 21 Janeiro 2005.	
CARVALHO, Anna Isabel. Poder em Disputa : o processo de emancipação dos municípios norte mineiros na década de 1990. Montes Claros: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em História, UNIMONTES, 2013. (Orientação: Profa. Simone Narciso Lessa)	
CASCUDO, Luís da Câmara. Literatura Oral no Brasil . Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.	
COHN, Amélia. Crise Regional e Planejamento : O Processo de Criação da SUDENE. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1976.	
Diagnóstico da Pesca Artesanal no Alto Médio São Francisco - Norte de Minas. Parceria: CPT, CPP e Irmãs da Divina Providência. Buritizeiro – Buritizeiro/MG, 2010.	
DINIZ, Domingos, MOTA, Ivan Passos Bandeira, DINIZ, Mariângela. Rio São Francisco: Vapores & Vaposeiros Pirapora: Autores, 2009.	
FONSECA, M. C. L. Referências culturais : base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. Manual de aplicação do INRC. Brasília: MinC/IPHAN/Departamento de Documentação e Identificação, 2000.	
FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e Vilas D’el Rei . Espaço e Poder nas Minas Setecentista. Belo Horizonte: UFMG, 2011.	
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: editora Guanabara, 1989.	
[DAS VILLAS, de São Paulo para o Rio São Francisco] . in: Informações sobre as minas do Brasil . Anais da Biblioteca Nacional, 1939.	
IBGE. Censo Demográfico . Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.	
IEPHA. Cadernos do Patrimônio . Inventário cultural do Rio São Francisco. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Imprensa Oficial – Belo Horizonte, 2015.	
HIRSCHIMAN, A. O. Política Econômica na América Latina . Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1963.	
LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: História e Memória . Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483, 1998, p. 93-101.	
LESSA, Simone Narciso. Trem-de-ferro : do cosmopolitismo ao sertão. Campinas, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, IFCH, UNICAMP, 1993.	
LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. <i>Série Antropologia</i> . Nº 322. Brasília: DAN/UNB. 2002.	
MASSEY, Doreen. Pelo espaço : uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.	
MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. <i>GEOgraphia</i> , Niterói, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.	
OLIVEIRA, Cláudia Luz de. VAZANTEIROS DO RIO SÃO FRANCISCO : um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. 2005. 135p. Dissertação de mestrado, Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, FAFICH, UFMG, Belo Horizonte. 2005.	
PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha. Tessituras do Viver : Gente Barranqueira da Comunidade Rural de Barra do Pacuí- Ibiai- Norte De Minas Gerais - http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1488_1.pdf Acessado em 25/03/2013.	
PEREIRA, Anete Marília; SOARES, Beatriz Ribeiro. O RURAL E O URBANO NO NORTE DE MINAS (MG): uma abordagem sob a ótica da paisagem . II ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: agricultura, desenvolvimento regional e transformações sociais. Uberlândia/MG. 2006.	
RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). As Minas Setecentistas . Vol. 1. Belo Horizonte:	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SÍTIO
Autêntica, 2007.	
RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro : A formação e o sentido do Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p. 18. Disponível em http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf Acesso em 23/03/2013.	
ROSA, João Guimarães. Grande Sertão Veredas . Rio de Janeiro : Nova Fronteira, pg.863, 2001.	
ROCHA, José Joaquim da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais . Descrição Geográfica, Topográfica, Histórica e Política da capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.	
SALISBÚRIA, João de. Metalogicon III . Oxford: Webb, 1929.	
UNESCO. Convenção para Salvaguarda do Patromônio Cultural Imaterial. Paris, 2003.	
http://www.almg.gov.br/consulte/ . Acessado em 25/05/2013.	
http://www.biodiversitas.org.br/atlas/mapaflora.asp . Acessado em 25/06/2013.	
http://www.der.mg.gov.br/mapa_internet2/mapa-rodoviario.htm . Acessado em 04/06/20013.	
http://www.ibge.gov.br/cidades . Acessado em 04/06/2013.	
http://www.iepha.mg.gov.br . Acessado em 02/08/2013	
http://www.iga.br . Acessado em 02/08/2013	
http://www.igam.mg.gov.br . Acessado em 07/09/2013.	
http://www.iphan.gov.br . Acessado em 08/09/2013.	
http://www.integracao.gov.br/pt/numeros-do-rio . Acessado em 15/10/2013.	
http://www.turismo.mg.gov.br . Acessado em 16/10/2013.	
NIMUENDAJU, Curt. Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.	
PROUS, A.; RODET, M. J. Arqueologia do Vale Do Rio Peruaçu E Adjacências (1). <i>Arquivos do Museu De História Natural UFMG</i> , v. 19, 533 p. 2009.	

11 FICHA TÉCNICA		
Fotografia	IEPHA/MG, NUHICRE/UNIMONTES	
Vídeos	IEPHA/MG, NUHICRE/UNIMONTES	
Audio	IEPHA/MG, NUHICRE/UNIMONTES	
Transcrição	IEPHA/MG, NUHICRE/UNIMONTES	
Levantamento	Simone Narciso Lessa	2013
Elaboração	Simone Narciso Lessa	
Revisão	Angela Canfora Dolabela, Breno Trindade, Débora Raiza Rocha, Luis Gustavo Molinari, Tarcisio Guadalupe.	30/11/2015 17/02/2016
Observações		
* Sobre o conceito de identidades específicas, ver Almeida (1995). * De acordo com o decreto nº 6. 040, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, pode-se agrupar nessa categoria “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.		

Buritizeiro

BURITIZEIRO



Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- Localidades
- ▲ Localidade Inventariada
- ~ Rio São Francisco
- Macrorregião do Norte de Minas
- Municípios Inventariados
- Município de Buritizeiro
- Municípios de Minas Gerais

Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: Sad - 69
Fonte: IBGE 2010, Convênio IEPHA/ UNIMONTES.
Org: OLIVEIRA, G.H.G.; RIBAS, J.L.T, 2013.

IEPHA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO-ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

NUHIGRE
Núcleo de História e Cultura Regional

Bens Culturais e Contatos – Buritizeiro

-  Aldeia dos Índios Cariris
-  Aldeia dos Índios Cariris
-  Aniversário da Cidade
-  Antiga Estação Ferroviária
-  Arraial de Cachoeira de Manteiga
-  Arraial dos Buritis
-  Artesã - Sueli de Oliveira Lopes
-  Artesanato Derivados da Madeira – Produção de Gamelas, Pilões e Dornas – José de Almeida
-  Artesanato Derivados de Chifre – Produção de Berrante – Chico Vaqueiro
-  Artesanato Derivados de Fibras Vegetais – Fabricação de Peneiras, Esteiras e Balaios
-  Artesanato Derivados do Fio – Fabricação de Tarrafa
-  Artesão - Edson Cardoso do Rosário
-  Artesão Fabricante de Tarrafas "Pedrão"
-  Associação dos Pescadores de Buritizeiro
-  Benzedor – Agripino
-  Benzedor – Seu Antônio
-  Benzedor do Sertão Mineiro - Antônio
-  Cachoeira das Almas
-  Cachoeira das Andorinhas
-  Cachoeira do Córrego da Areia
-  Cachoeira do Córrego do Gentil
-  Cachoeira do Manteiga
-  Cachoeira do Riacho Doce
-  Cachoeira Grande
-  Câmara Municipal de Buritizeiro - Endereço - Avenida 1, 289 –Novo Buritizeiro (38) 3742 1088
-  Cavalgada Grande Sertão Veredas
-  Colônia dos Pescadores
-  Contação de Causos – Dona Antônia
-  Dança de São Gonçalo
-  Derivados de Cana – Produção de rapadura
-  Artesanato Derivados de Couro – Fabricação de Celas e Arreatas – Odair. Rua Professor Antônio Cândido.
-  Derivados da Mandioca – Modo de Fazer Farinha – Pedro Araújo
-  Derivados de Pequi – Modo de Fazer Óleo e Doce de Pequi
-  Doces Feitos a Partir da Fruta do Buriti
-  Dona Iara Bordadeira
-  Encontro Grande Sertão Veredas
-  Escola Caio Martins
-  Estação Ferroviária

- Feira Livre. Rua Professor Antônio Cândido
- Festa da Imaculada Conceição
- Festa da Padroeira
- Festa de São Gonçalo
- Festa de Senhora Santana
- Festa do Carro de Boi
- Festa do Carro de Boi
- Festa do Padroeiro
- Festas Juninas
- Festival de Folclore
- Folia de Reis
- Grupo de Dança de São Gonçalo
- Igreja de São Pedro
- Igreja Matriz Imaculada Conceição
- Interprete, Intrumentista e Compositor – Inácio Loyola
- Modo de Fazer Farinha de Mandioca
- Opará Rio Mar - Aniversário do São Francisco
- Paredão de Minas
- Parteira - Carmozina - Rua Tiradentes
- Parteira e Benzedeira do Sertão Mineiro - Lorena
- Pesca das corredeiras do São Francisco
- Pescaria por mulheres
- Ponte Marechal Hermes
- Prefeitura Municipal de Buritizeiro. Praça Cel José Geraldo, 101. Centro. Buritizeiro/MG. (38) 3742-1011.
- Projeto Chico Fulô. Rua 21 de Abril, 1393. Buritizeiro/MG.
- Projeto do Movimento do Graal no Brasil. Rua 21 de abril, 1393. Buritizeiro/MG. (38) 3742-2224/3742-1160.
- Projeto Folclore nas Barrancas do São Francisco
- Sambaíba
- São Geraldo
- São Sebastião
- Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura
- Semana Santa
- Seu Sílvio
- Teatro Arte Sacra

■ Celebrações e Ritos ■ Formas de Expressão ■ Lugares ■ Saberes e Ofícios ■ Localidade ■ Contato
--

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS						LOCALIDADE			
01	IDENTIFICAÇÃO								
Localidade	BURITIZEIRO								
Município	Buritizeiro					IPAC/MG	-		
Distritos	Sede				Sítio	Vale do Médio São Francisco			
GPS	23k	Long.UTM	503575.00 m E	Lat. UTM	8080344.00 m S	Urbano	X	Rural	



Figura 1: Prefeitura Municipal de Buritizeiro.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2012.

02	REFERÊNCIAS CULTURAIS
	<p>No município de Buritizeiro são abundantes as referências culturais, principalmente as associadas à sua riqueza natural. Assim como seu nome, muitos bens culturais de Buritizeiro estão vinculados às árvores típicas do cerrado. Entre essas referências encontram-se diversos saberes e fazeres, tais como os doces, bombons e geleias feitas com Buriti, Pequi e Panã, os licores de Pequi e Murici, o artesanato produzido com o talo e as fibras da folha de buriti e a farinha de Mandioca.</p> <p>Entre as festas e celebrações estão o Aniversário da cidade, a Cavalgada Grande Sertão Veredas, o Encontro Grande Sertão Veredas, a Festa da Imaculada Conceição, Festa da Padroeira, Festa de São Geraldo e São Sebastião, Festa de São Gonçalo, Festa de Senhora Santana, Festa do Carro de Boi, Festa do Padroeiro, Festas Juninas, Festival de Folclore, Folia de Reis e Semana Santa. Temos também o encontro do Rio das Velhas e do Rio São Francisco, que acontece entre as cidades de Buritizeiro, Pirapora e Várzea da Palma, no território de Barra do Guaicuí.</p> <p>Como uma das referências culturais, podemos destacar a Escola de Aprendizes Marinheiros em</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
<p>Buritizeiro, atualmente conhecida como Fundação Educacional Caio Martins. O prédio, inaugurado em 1905 pelo Ministério da Marinha, nasceu com o propósito de iniciação dos trabalhos do ministério no município. Por volta de 1950, o prédio foi disponibilizado para a Granja-Escola Caio Martins, centro direcionado ao amparo e auxílio a adolescentes e jovens de famílias carentes, e passou a ser conhecido como Fundação Educacional Caio Martins, ou FUCAM, que presta atendimentos à cidade de Buritizeiro até os dias atuais.</p> <p>No município há diversos espaços significativos para a comunidade local. Lugares que extrapolam seus limites físicos e geográficos, alcançando uma dimensão simbólica e cultural. Entre eles cita-se o Paredão de Minas, o Arraial de Cachoeira do Manteiga, o Arraial dos Buritis, o Prédio da Antiga Estação Ferroviária, a Estação da Independência, o Prédio da Escola Caio Martins, a Igreja de São Pedro, a Igreja Matriz Imaculada Conceição e a Ponte Marechal Hermes e as cachoeiras do Manteiga, das Almas, das Andorinhas, do Córrego da Areia, de Santa Maria, do Riacho Doce, do Jatobá e a Cachoeira Grande.</p>	
03	DESCRIÇÃO
<p>População e Localização</p> <p>O município de Buritizeiro localiza-se na margem esquerda do Rio São Francisco, na região norte do Estado de Minas Gerais. Faz fronteira com Pirapora, Várzea da Palma, Lassance, Três-Marias, São Gonçalo do Abaeté, João Pinheiro, Brasilândia de Minas, Santa Fé de Minas, Ponto-Chique, Ibiaí e Lagoa dos Patos.</p> <p>O município é dividido entre quatro distritos: sede (Buritizeiro), Paredão de Minas, Cachoeira do Manteiga e Sambaíba e de acordo com o censo do IBGE de 2010, possui o total de 26.992 habitantes. A população do município caracteriza-se pelos aspectos típicos da cultura ribeirinha, dispostos na culinária, no artesanato, nas celebrações, dentre outros elementos que compõem o modo de vida local.</p>	
<p>Paisagem Natural e Meio Ambiente</p> <p>No município de Buritizeiro predomina uma topografia plana com incidência de leves ondulações e algumas serras, como a Serra dos Alemães com extensão aproximada de 13 km e altura de 500m, e o pico do Itacolomi, com uma formação rochosa de aproximadamente 20m de altura. A altitude máxima é de 910m em Chapada dos Geraes e a mínima é de 465m no encontro do rio Paracatu com o São Francisco.</p> <p>Buritizeiro possui uma extensa rede hidrográfica que sustenta considerável parte da biodiversidade do norte de Minas Gerais. É banhado pelos rios São Francisco, Paracatu, do Sono, por várias veredas, riachos e córregos, como o córrego Doce, Formoso, das Pedras, Cedro, Paulo Geraldo e Santa Maria, formando cachoeiras em diversos pontos.</p> <p>Com uma extensão territorial de 7.218,401 km², o município caracteriza-se pela densa variedade socioambiental, compondo-se de um ecossistema formado por vegetação de cerrado, que embora tenha sofrido significativa degradação ambiental, sobretudo a partir da década de 70, ainda mantém expressivas áreas preservadas. O município conta com várias árvores frutíferas, como o pequi, o panã, o baru, o buriti, o murici, entre outras, que produzem alimentos e renda para as pessoas que vivem do extrativismo.</p>	
<p>Marcos</p> <p>Dentre os marcos edificadas no município de Buritizeiro destacam-se a ponte ferroviária Marechal Hermes da Fonseca, tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais em 1983 e o Prédio da Fundação Caio Martins, marco expressivo do patrimônio arquitetônico da cidade de Buritizeiro.</p> <p>Como patrimônio arqueológico tem-se o cemitério dos índios Caiapós, conhecido como “Cemitério Caixa D’Água”. Possui um formato retangular e é composto por estruturas funerárias e artefatos líticos lascados e polidos. Entre os marcos naturais estão a Cachoeira do Manteiga, Cachoeira das Almas, Cachoeira das Andorinhas, Cachoeira do Córrego da Areia, Cachoeira do Riacho Doce e a Cachoeira Grande.</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
04	FORMAÇÃO HISTÓRICA	
<p>O atual município de Buritizeiro tem sua história vinculada à construção da ponte Marechal Hermes, iniciada 1920 e concluída em 1922, contudo sua história precede a esse período. O povoamento da região norte de Minas Gerais relaciona-se inicialmente com presença de diversas etnias indígenas, dentre elas a dos Caiapós, fixados na área que hoje é Buritizeiro. Essa ocupação antecedeu ao processo de conquista do sertão mineiro empreendido pelas bandeiras paulistas, pernambucanas e baianas.</p> <p>Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1963) a cobiça pelos metais preciosos e a intensão de ampliar a atividade pecuária ao longo do Rio São Francisco foram os principais motivos para que essas expedições fossem realizadas na região. A incursão dessas bandeiras, principalmente as vinculadas à figura de Matias Cardoso, foi responsável pela expansão do povoamento no norte de Minas durante o século XVII.</p> <p>É importante ressaltar que a ocupação do sertão mineiro se deu por meio das inúmeras guerras travadas com os indígenas que viviam na localidade, tendo como uma das principais figuras Manoel Francisco Toledo, um dos primeiros bandeirantes a ocupar a região do atual município de Buritizeiro.</p> <p>Como a presença dos índios era entendida como obstáculo ao desenvolvimento da atividade mineradora, Manoel Francisco e seus aliados expulsaram, mataram e escravizaram grande parte dos indígenas, a fim de facilitar o processo de exploração das pedras preciosas existentes nos afluentes do Rio São Francisco: o Rio Paracatu e o Rio das Velhas (Rodrigues, 2009, p. 39).</p> <p>A ampliação da mineração intensificou o povoamento da região, propiciando o estabelecimento da criação de bovinos, atividade predominante durante o século XIX. Outra característica da economia local foi a presença de pescadores, que por sua vez comercializavam com os tropeiros e viajantes que transitavam pelo território. Desse modo, as atividades econômicas como mineração, a pecuária, a navegação e a pesca, bem como a fixação territorial das pessoas que as executavam, contribuiu para o surgimento dos vários arraiais existentes às margens do Rio São Francisco.</p> <p>Esse foi o caso de Buritizeiro, criado administrativamente por meio da Lei provincial nº 1112, de 16 de outubro de 1861. Nesse período, o local recebeu o nome de São Francisco do Pirapora, estando submetido ao município de São Francisco. Permaneceu assim até 1911, quando foi anexado ao município de Pirapora.</p> <p>Alguns anos depois, a partir de 1920, iniciou-se a edificação da Ponte Marechal Hermes, uma construção férrea fixada sobre o Rio São Francisco, entre Buritizeiro e Pirapora. A edificação da ponte fazia parte da Estrada de Ferro Brasil Central, um projeto que tinha o objetivo de ligar o Rio de Janeiro, então capital da República, à Belém, capital do Pará. Erguida com ferro fundido importado da Bélgica e assentada sob 13 pilares de cimento importados dos Estados Unidos, a ponte foi inaugurada em 1922. Contudo, o projeto não foi levado adiante, pois o governo passou a priorizar as construções rodoviárias em detrimento do transporte ferroviário. A ponte Marechal Hermes nunca foi utilizada para a passagem de locomotivas, servindo apenas para a travessia de automóveis e pedestres. A construção é um patrimônio cultural tombado pelo Estado, desde 1985. Assim, com o objetivo de preservar a edificação, atualmente a ponte é utilizada somente para a passagem de pedestres e ciclistas.</p> <p>No mesmo ano de implantação da Ponte foi inaugurado o Prédio da Antiga Estação Ferroviária batizada com o nome de Estação da Independência. O nome foi uma homenagem ao centenário da Independência do Brasil, comemorado em 1922.</p> <p>Um ano após tais ações, a Lei estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923, determinou que São Francisco de Pirapora passasse a ser chamado de Buritizeiro. Posteriormente, com a Lei estadual nº 2764 de 30 de dezembro de 1962, Buritizeiro foi desmembrado de Pirapora e passou a ser município.</p>		
05	CRONOLOGIA	
	Data	Evento
	16/10/1861	Criação do distrito de São Francisco de Pirapora pela Lei provincial nº 1112, de 16/10/1861.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
14/09/1891	Lei estadual nº 2 subordinando São Francisco de Pirapora ao município de São Francisco.
30/08/1911	Pela lei Estadual nº 556 o distrito de São Francisco de Pirapora, foi desvinculado do município de São Francisco e passou a pertencer ao município de Pirapora.
1920	Iniciou-se a construção da ponte Marechal Hermes sob o rio São Francisco, ligando a vila, atual cidade de Buritizeiro, a Pirapora, município já emancipado na época.
07/09/1923	Pela lei Estadual nº 843 o distrito de São Francisco de Pirapora passou a se chamar Buritizeiro, mas continuou como distrito Pirapora até 1960.
30/12/1962	Buritizeiro foi desmembrado de Pirapora e elevado à categoria de município pela lei Estadual nº 2764.
1995	Tombamento Estadual da Ponte Marechal Hermes.

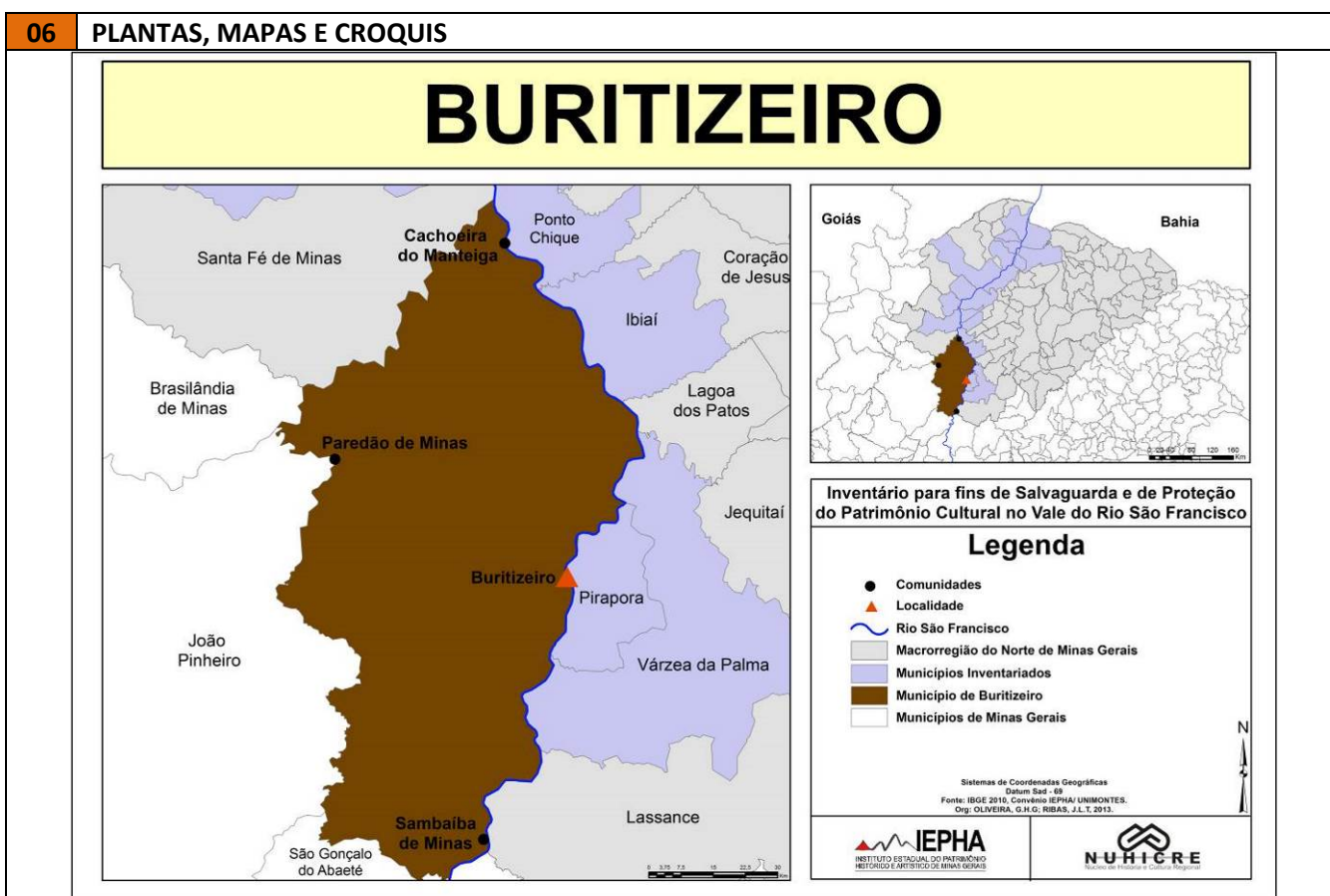
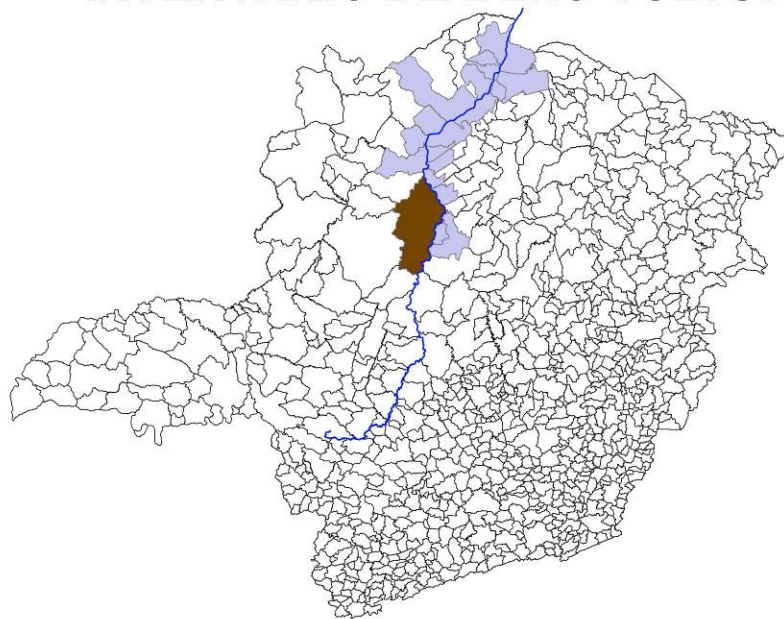


Figura 2: Mapa de localização de Buritizeiro
Fonte: IEPHA/MG - NUHICRE

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE BURITIZEIRO



BENS INVENTARIADOS

- . Saberes: Modo de Fazer Artesanato com Fibra de Buriti
- . Saberes: Modo de Fazer Doce de Buriti
- . Saberes: Modo de Fazer Licor de Pequi e Murici
- . Saberes: Plantas Medicinais



Figura 3: Mapa de localização de Buritizeiro na bacia do São Francisco e Bens Inventariados na localidade

Fonte: IEPHA/MG - NUHICRE

07 LEGISLAÇÃO

Instrumentos de Proteção Ambiental e Patrimonial e de Planejamento

- Lei estadual 14007, 04/10/2001. Declara o Trecho Mineiro do Rio São Francisco Patrimônio Cultural, Paisagístico e Turístico do Estado.
- Decreto 19156, de 24/04/1978. Altera o Estatuto da Fundação Educacional Caio Martins – FUCAM.
- Lei Orgânica do município de Buritizeiro de 20 de março de 1990.
- Lei Nº 822, de 13 de abril de 1998, lei de proteção do patrimônio cultural e de criação do conselho municipal de proteção do patrimônio cultural. Regimento interno do conselho aprovado em 06 de dezembro de 2003.
- Setor de proteção do patrimônio cultural vinculado à Secretaria Municipal de Turismo.

08 RECOMENDAÇÕES

Parte considerável dos bens culturais de Buritizeiro é gerenciada pela equipe do Movimento Graal, que se dedica a auxiliar, valorizar e promover os saberes, ofícios, celebrações e formas de expressão do município. Acredita-se muito no potencial de articulação existente entre os mestres e praticantes dos modos de fazer doce, licor, artesanato, entre outros elementos da cultura do município, e as ações desenvolvidas pelo Projeto “Chico Fulô” (criado a partir do Movimento Graal).

Sendo assim, recomenda-se como estratégia para a continuidade das atividades existentes na

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
---	------------

localidade, que por sua vez são mantenedoras da coesão e da identidade de vários grupos locais, o apoio ao Movimento e ao Projeto.

Entende-se que a descontinuidade e o desinteresse das ações do poder público, pelas atividades culturais mantenedoras das identidades locais, dificultam e em muitos casos impossibilitam a realização das atividades tradicionais da cultura regional. Por isso, torna-se importante investir em cursos e pesquisas sobre as várias manifestações culturais de Buritizeiro.

09	DOCUMENTOS ANEXOS
	Fotografias
	Figura 1: IPAC_Buritizeiro_Localidade_Nuhicre_Iepha (386) Figura 2: IPAC_Buritizeiro_Localidade_Mapas
	Bens Culturais Inventariados
	Modo de Fazer Artesanato com Buriti. Modo de Fazer Doce de Buriti. Modo de Fazer Licor de Pequi e Murici. Plantas Medicinais.
	Contatos
	Câmara Municipal de Buritizeiro; Projeto Graal no Brasil, sede Buritizeiro; Prefeitura Municipal de Buritizeiro.
	Numeração das Fichas de Identificação de Bens
	5307 – Modo de Fazer Artesanato com Buriti. 5308 – Modo de Fazer Doce de Buriti. 5309 – Modo de Fazer Licor de Pequi e Murici. 5310 – Plantas Medicinais.

10	REFERÊNCIAS
	HOLANDA, Sérgio Buarque de. <i>Raízes do Brasil</i> . 4 ed. Brasília: UNB, 1963.
	IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <i>Minas Gerais: Buritizeiro</i> . Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=310940# >. Acesso em 04 dez. 2012.
	IEPHA. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. <i>Processo de Tombamento da Ponte Marechal Hermes – Pirapora Sede – IEPHA/MG</i> . Disponível em < http://www.iepha.mg.gov.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=628 >. Acesso em 12 jun. 2013.
	RODRIGUES, G. R. <i>No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América Portuguesa, Minas Gerais – 1736</i> . 2009. 243f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História Moderna, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2009.
	TOMBAMENTO histórico: prédio da Estação Ferroviária. Buritizeiro: [s.e], 1999.
	WELLS, James W. <i>Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil: do Rio de Janeiro ao Maranhão</i> . Ávila, Miriam (Trad.). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos Culturais, vol. 01, 1995.

11	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	Denílson Meireles Barbosa.	2013
Vídeos	Elis Medrado Viana.	2013

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
Áudio	Elis Medrado Viana, Carlos Caixeta de Queiroz, Raquel Helena Mendonça de Paula.	2013
Transcrição	Maria Regina Antunes Carvalho.	2013
Levantamento	Raquel Helena Mendonça de Paula, Elis Medrado Viana, Carlos Caixeta de Queiroz.	2012/2013
Elaboração	Carlos Caixeta de Queiroz.	2013
Revisão	Denílson Meireles, Nôila Alencar, Patrícia Lopes da Silva, Debora Raíza Rocha, André Elias Oliveira, Renata Lopes, Breno Trindade.	2013 11/2014 2015 06/2015 22/09/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SABERES E OFÍCIOS
--	--------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação	MODO DE FAZER ARTESANATO COM BURITI						IPAC/MG	5307		
Município/s	Buritizeiro	Distrito		Sede						
Endereço	Rua 21 de Abril, 1393, Bairro Vila Maria – Buritizeiro, MG. Tel. (038) 3742-2224.									
GPS	23k	Long. UTM	503575.00 m E	Lat. UTM	8080344.00 m S	Urbano	X	Rural		



Figura 1: Boneca de Fibra Buriti.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

Categoria						
Âmbito/Tema	Artesanato		Datas			
Tipologia da Atividade	Técnica Artesanal	Anual	Periódica	Mensal	Contínua	Cada X anos
Denominação	Artesanato feito com buriti.				X	
Outras denominações	Trabalhos manuais, arte popular.		Nível de integração			
		Comunidade		Oficial		Intercomunitária x

Descrição da Periodicidade

Os artesanatos são produzidos, geralmente, de acordo com as encomendas ou, menos frequentemente, para serem vendidos em épocas de feiras e exposições. Os artesãos produzem ainda objetos para o uso próprio, como mesas, cadeiras e sofás, utilizados pelas pessoas que moram na zona rural. De acordo com o conhecimento popular a extração do “olho do buriti” deve ser feita antes da lua cheia, não podendo também ser colhido na lua minguante.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS****02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE**

O município de Buritizeiro localiza-se na região norte do Estado de Minas Gerais no Alto Médio do Rio São Francisco. É o 5º maior município do Estado em extensão territorial, com 7.236 km. Possui quatro distritos: Buritizeiro (sede), Paredão de Minas, Cachoeira do Manteiga e Sambaíba de Minas, além de três Comunidades Rurais de Assentamento de Reforma Agrária: Santa Helena, Jatobá e São Francisco.

A cidade de Buritizeiro, sede do município, situa-se às margens do Rio São Francisco, próximo à BR 365 e sua origem está relacionada com o estabelecimento de um porto de navegação entre a cidade de Buritizeiro e Pirapora e à atividade de pesca que se concentrou na região. Os dois municípios são interligados pela ponte Marechal Hermes que está sobre o rio São Francisco e fazia parte do traçado da ferrovia de um projeto que pretendia conectar o Rio de Janeiro à Belém. A ponte é um bem cultural tombado pelo Estado de Minas Gerais.

O município de Buritizeiro herdou múltiplas tradições culturais associadas ao Rio São Francisco, tais como as histórias, mitos, lendas, artesanato e culinária. Um dos elementos mais populares é a utilização dos frutos típicos da região na produção de alimentos e artefatos. Dentre eles destacam-se o murici, o buriti, o pequi e o baru, importantes espécies que contribuem para alimentação e sustento dos moradores de Buritizeiro.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

No Tesouro do Folclore Brasileiro o artesanato é definido como todo “artefato produzido de forma não industrializada, que escapa à produção em série, oriundo de um saber advindo da tradição e vivência do indivíduo em seu grupo”. A partir dessa definição, entende-se que o artesanato constitui-se em uma atividade manual, realizada por um artesão para produzir, principalmente, objetos utilitários, decorativos, conceituais, litúrgicos ou lúdicos, utilizando geralmente uma matéria-prima natural.

A produção de artigos artesanais é realizada pelos chamados artesãos, que geralmente, trabalham na sua própria ou em pequenas oficinas, onde em certos casos, contam com a ajuda de um aprendiz. O artesão é aquele que, grosso modo, concebe, recolhe e manipula a matéria-prima, executa e comercializa o produto do seu trabalho, ficando sob sua guarda todo as etapas da sua produção. Em muitas ocasiões os artesãos também, são reconhecidos como artistas populares e seu trabalho é entendido como arte popular, e em outros casos, a produção é categorizada apenas como trabalho manual.

É importante destacar que na questão conceitual, há um intenso debate sobre as diferenças e aproximações entre artista e artesão, arte e artesanato e a utilização da palavra “popular” para designá-los. Segundo o dicionário de Belas Artes publicado em 1962, o artista é “aquêl que pratica as belas-artes” e o artesão é um “artífice; oficial de qualquer ofício”. O artífice por sua vez é descrito como aquele que está “entre o artesão e o artista” (REAL, 1962, p. 70-71). Nessa perspectiva, o artista é aquele que expressa beleza e sentimentos por meio da sua obra de arte, ao passo que o artesão atua mais como um obreiro, um oficial, o que produz artesanato como forma de angariar renda.

Em contraponto, o autor Manoel de Souza Barros (1979) afirma que não existe uma separação entre o artesanato e a chamada “arte”. Entretanto, o autor chama a atenção para o fato de que é fundamental analisar o processo de construção do produto artesanal, pois segundo Barros, há um intenso contraste entre as peças feitas com uma repetição exaustiva e as que o artesão emprega um esforço de criação e técnica.

O antropólogo Luis Gonzaga de Mello (2004) fez uma observação quanto a dificuldade de se estabelecer essa diferenciação, visto que, é típico do artesanato a repetitividade de modelos, devido ao seu vínculo com o trabalho. Vale ressaltar que mesmo que as peças produzidas possuam uma característica comercial, elas estão imbuídas de um senso estético, crítico, criativo e imaginativo. Além disso, em muitos casos os artesãos revelam nas suas obras aspectos da sua vivência cotidiana, da cultural e identidade local e de seus sentimentos e emoções.

Quanto à origem do artesanato, o historiador Ciro Flamarion Cardoso (2003) apontou que esta

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

relaciona-se com períodos remotos da história, tal como o neolítico (6.000 a.c.). Desde esse tempo diversos tipos de matérias-primas foram utilizadas pelas populações da época, na confecção de adornos e artefatos. No Brasil, os povos indígenas desenvolviam técnicas artesanais sofisticadas, produzindo materiais de pesca, caça, cestarias, esteiras, peneiras, urnas, pintura em cerâmica, máscaras, entres tantas outras.

Em Buritizeiro há a predominância da utilização das folhas da palmeira de buriti como matéria-prima para a produção artesanal, uma herança dos indígenas que viviam na região. O artesanato com a fibra do buriti é um conhecimento tradicional da população que vive no município, sobretudo, por pessoas residentes da área rural. A técnica tradicional de fabricação do artesanato a partir das folhas do buritizeiro é mantida ainda hoje pelos artesãos da cidade de Buritizeiro.

Ao longo dos anos esses saberes ganharam apoio e valorização com a chegada do Movimento Graal, Organização Não Governamental que articula os artesãos e oferece cursos para a comunidade local. Os artesãos produzem seus artefatos em casa ou nas suas oficinas, e atualmente contam com o Movimento na organização e comercialização dos produtos.

04 DESCRIÇÃO**Extensão da Atividade na Região**

Atualmente a produção do artesanato com a fibra do buriti é realizada essencialmente por habitantes da cidade de Buritizeiro, e em menor escala, pelos moradores das comunidade de Santa Helena, Jatobá e São Francisco.

Procedimentos Técnicos Básicos

O buritizeiro, que dá o nome a cidade, possui um caule longo e grosso, chamado localmente de “talo da folha”. Suas folhagens são grandes e estão dispostas em um formato de leque que lembra o desenho de uma estrela. As folhas mais novas (ainda não abertas) são conhecidas como “olho do buriti”. Elas ficam na extremidade do caule do buritizeiro e são cortadas com a ajuda de um facão. O corte é feito em uma altura adequada e com bastante destreza para que o buritizeiro possa rebrotar e não secar. A extração feita da maneira correta é vital para preservação da palmeira. Essa técnica possibilita a manutenção das folhas mais velhas do buritizeiro e do “talo da folha”, que fornece uma madeira esponjosa e bastante leve. Tanto o “olho do buriti” quanto os talos das folhas mais velhas são guardadas até que estejam secos e prontos para serem usados na produção do artesanato.

As folhas são batidas até se transformarem em fibras finas, que são usadas na tecelagem usando-se um tear manual ou uma lançadeira. Com as fibras retiradas do “olho do buriti” os artesãos fabricam diversos artigos, tais como bolsas, toalhas de mesa, tapetes, porta copos, bijuterias, redes, chapéus, brinquedos, objetos ornamentais, entre outros. Com o talo da folha fabricam mesas, cadeiras, sofás, caixas variadas, balaies e cestaria. Os produtos são comercializados como forma de complementar a renda familiar e em alguns casos figura como principal atividade de renda.

De acordo com a artesã Juraci Ferreira Pinto, uma das mais conhecidas na região, na maioria das vezes a demanda de encomendas é que determina o tipo de objeto a ser produzido. Segunda ela, grande parte da produção dos artesãos de Buritizeiro é realizada na forma de trançados e tecelagem feitas, manualmente, a partir das fibras das folhas novas do buritizeiro.

O artesanato de modelagem e montagem é feito com os talos já secos. Usando um facão, os talos são cortados longitudinalmente, e lixados até se produzir pequenas ripas ou tábuas. Em seguida, essas pequenas ripas são montadas e fixadas com cola. Os modelos variam entre caixas e móveis reduzidos, tais como cadeiras e mesas, utilizados como artigo decorativo. As caixas são revestidas com uma fina película retirada dos talos das folhas do buritizeiro.

Transformações e Permanências

Há algumas transformações em relação à técnica tradicional de produção do artesanato com a fibra

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS

das folhas do buritizeiro. Uma das transformações mais recorrentes é a utilização da cola de sapateiro na colagem e modelagem do artesanato, e a introdução, em alguns casos, de objetos industrializados como o plástico, flores artificiais e tintas químicas. Essas mudanças mais significativas estão relacionadas com a chegada do Movimento Graal, que ensina técnicas de reaproveitamento de materiais recicláveis. Outra modificação ocorreu na maneira de comercializar, pois antes os próprios artesãos vendiam seus produtos e hoje, o fazem por intermédio do Movimento Graal.

Espaços/ Ateliê
Direção

Parte da direção e organização do grupo de artesãos de Buritizeiro está sob a administração do Movimento Graal, embora os artesãos tenham controle da sua produção.

Descrição

A produção artesanal é feita nas casas ou oficinas dos próprios artesãos.

Fontes de Energia

Tipo	Descrição	Variedades	Uso	Custos
Humana	Não se aplica.	Não se aplica.	Artesanato	Variável.

Matérias Primas

Fibras do buriti

Descrição	O buriti é uma palmeira e as fibras são retiradas da sua folhagem.
Procedência	Buritizeiro.
Forma de Aquisição	As folhas do buritizeiro são coletadas pelos próprios artesãos.
Uso	Utilizado na fabricação de vários tipos de artesanato.
Custo	Variável.
Período de Obtenção	Durante todo o ano, com alguns intervalos para reflorescimento.

Instrumentos/ Ferramentas

Alicate, faca, facão, cegueta, lixa fina, cola de sapateiro, compasso para esquadrear, tear manual ou lançadeira.

05 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Buritizeiros	Matéria-prima	Planta	-	-
Modo de Fazer Doce de Buriti	Culinária	Doçaria	-	5308
Veredas	Matéria-prima	Vegetação	-	-

06 FORMAS DE TRANSMISSÃO
Procedência do Saber

A técnica artesanal é ensinada e transmitida tradicionalmente de geração em geração.

Transmissão

Pais – Filhos	X	Mestre – Aprendiz	X	Escolas		Grupos	X	Outros	
---------------	---	-------------------	---	---------	--	--------	---	--------	--

Modo de Transmissão

Como a produção artesanal é uma atividade desenvolvida por núcleos familiares, a transmissão da técnica e das formas de artesanato, geralmente, efetiva-se a partir do ensino que os pais oferecem aos filhos, iniciando-os nas técnicas do artesanato.

Mais recentemente, os modos de fazer associados ao artesanato com a fibra do buriti, tem sido repassados por meio cursos e oficinas ministradas por uma Organização Não Governamental da cidade de São Francisco – MG. A artesã Juraci passou a integrar a equipe do Movimento Graal no Brasil, localizado na

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS

subsede de Buritizeiro, e atualmente ministra oficinas sobre a produção artesanal com a fibra do buritizeiro.

Forma de Continuidade

A transmissão do modo de fazer artesanato com a fibra do Buriti mantém-se como uma atividade corriqueira na região de Buritizeiro. No local existem diversos artesãos e artesãs que, ao trabalharem com a fibra repassam seus saberes. Além disso, uma forte maneira de manter o repasse desses conhecimentos tem sido por meio das oficinas oferecidas pelo Movimento Graal.

Transformações

Não há transformações significativas no modo de transmissão dos conhecimentos, visto que, ainda hoje, o saberes são repassados por meio da oralidade e da vivência do ofício. Cabe ressaltar que essa transmissão sofreu modificações espaciais, pois anteriormente era realizada nas casas e oficinas dos artesãos e agora, têm acontecido com frequência nas salas da subsede do Graal.

07 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Comunidade	x	Município	x	Região	x	Estado		Nacional	
------------	---	-----------	---	--------	---	--------	--	----------	--

Observação

Participação turística

O artesanato com a fibra do Buriti constitui-se em um forte elemento turístico do município de Buritizeiro, e é constantemente procurado pelos turistas que visitam a cidade.

08 COMENTÁRIOS
Identidade construída em torno da atividade

A produção artesanal em Buritizeiro possibilita a manutenção de uma rede estratégica de relações entre pessoas e grupos, auxiliando na consolidação de um sentimento social e comunitário. Mais do que uma forma de complementar a renda, o artesanato instaura uma relação simbólica, propiciando uma percepção da história, da cultura e da tradição local. No artesanato crenças, símbolos, mitos, lendas e vivências são retratadas. Emoções e sentimentos são imprimidos, conferindo identidade e identificação com as práticas tradicionais da comunidade de Buritizeiro.

Possibilidade de continuidade

É perceptível que no município de Buritizeiro existem grandes possibilidades de continuidade da produção artesanal com a fibra do buriti. Inicialmente pelo fato de ser uma prática típica da população local, repassada para as novas gerações. Depois, pelo fato de contribuir como fonte de renda e sobrevivência. Além disso destaca-se o apoio das atividades de transmissão dos saberes promovidas pelo Movimento Graal, o que contribui significativamente para essa continuidade.

Necessidades do Ofício	Instalações	Construir um espaço de referência tanto para a confecção do artesanato, quanto para oficinas e comercialização.
	Instrumentos	Assegurar a obtenção do instrumentos básicos.
	Matéria-Prima	Garantir áreas destinadas ao extrativismo sustentável do Buritizeiro.
	Pessoal	Estimular os mais jovens a aprender e praticar o ofício do artesanato com a fibra do buriti.
	Formação	Produzir oficinas e cursos para transmissão do saber.
	Comercialização	Melhorar e ampliar a comercialização do artesanato na região, regularizando os produtores.

Ofícios ou técnicas com necessidade de documentar/ proteger

Uma das técnicas que merece ser registrada é o processo de colheita dos elementos do Buritizeiro, visto que várias partes da planta são extraídas e para cada uma existe uma metodologia, uma periodicidade e uma utilidade. Em maior medida, há a necessidade de proteção dos móveis produzidos artesanalmente como

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS

mesas, cadeiras e sofás, com o talo da folha do buritizeiro.

Comentários do elaborador

Verificou-se, a partir das conversas com alguns artesãos e participantes do Movimento Graal, que a atividade artesanal é pouco desvalorizada atualmente, visto que muitos artesãos da região não conseguem vender seus produtos. Com isso, o artesanato com as fibras do buritizeiro passou a ser feito somente sob encomenda e/ou para o armazenamento do doce de buriti.

Comentários dos Entrevistados

O artesanato, a Juraci, vamos dizer assim ela é 'expert', ela ensina os outros, já fez algumas oficinas também, mas o que acontece com o artesanato? O artesanato na nossa região ele é ainda muito desvalorizado, não é só aqui não, no Brasil de modo geral. É mais, ele costuma ser vendido junto com o doce. Ai faz a caixinha do buriti, tanto faz ele da madeira do buriti, aquela parte que parece um isopor, você conhece? Como pode fazer da casca daquela madeira. Ai faz as caixinhas e acondiciona os tabletes de doce. Ai você vende o doce e vende a caixinha do buriti. E eles fazem também porta-jóias, fazem pequenos móveis que alguém encomenda, fazem suportes.

Arlete de Almeida Silva

É o olho que a gente faz assim, eu uso fazendo de quatro em quatro palha ai eu tiro um. Ai eu tiro um olho e quando ele da quatro em quatro palha eu tiro outro olho. Porque se a gente tirar todos a gente mata a planta". "Também faz do olho. Porque a gente para e aproveita pra fazer a bolsa e a esteira. E o talozinho da palha a gente faz o jogo americano, a cortina, o descanso de panela e o descanso de copo.

Juraci Ferreira Pinto

Significados socioeconômicos

O artesanato com a fibra do buriti é economicamente muito significativo para a vida dos artesãos de Buritizeiro, pois em muitos casos, não apenas complementam a renda, mas constitui-se como forma de sobrevivência.

09 AÇÃO DE SALVAGUARDA

Registro audiovisual e fotográfico sobre a história do artesanato feito a partir da palmeira do buriti, como forma de compreensão da importância do Buritizeiro para os habitantes da região. É importante que sejam realizadas ações de valorização do ofício do artesão bem como de seus saberes. Outra maneira de salvar este saber, é realizar momentos contínuos de transmissão dos conhecimentos.

Ressalta-se a importância de agregar valor comercial aos produtos artesanais, valorizando a mão-de-obra dos artesãos.

10 ENTREVISTADOS

01	Nome	Juraci Ferreira Pinto	Tipo	Artesã e mestre de ofício				
	Nascimento	Buritizeiro	Sexo	F	Idade	50	Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)								
Planejamento e fabricação do doce								
Contato		Movimento Graal						

02	Nome	Marica	Tipo	Artesã				
	Nascimento	Buritizeiro	Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)								
Contato								
Contato		Movimento Graal						

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SABERES E OFÍCIOS

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 2: Caixas de fibra de buriti.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 3: Cadeira de fibra de buriti.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 4: Esteiras de fibra de buriti.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 5: Sacolas de fibra de buriti.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	<p>Figura 1: IPAC_5307_Buritizeiro_ABuri_Nuhicre_lepha (24)</p> <p>Figura 2: IPAC_5307_Buritizeiro_ABuri_Nuhicre_lepha (28)</p> <p>Figura 3: IPAC_5307_Buritizeiro_ABuri_Nuhicre_lepha (27)</p> <p>Figura 4: IPAC_5307_Buritizeiro_ABuri_Nuhicre_lepha (29)</p> <p>Figura 5: IPAC_5307_Buritizeiro_ABuri_Nuhicre_lepha (30)</p>
Vídeos	<p>IPAC_5309_Buritizeiro_ABuri_Nuhicre_lepha_2013 (1)</p> <p>IPAC_5309_Buritizeiro_ABuri_Nuhicre_lepha_2013 (2)</p> <p>IPAC_5309_Buritizeiro_ABuri_Nuhicre_lepha_2013 (3)</p> <p>IPAC_5309_Buritizeiro_ABuri_Nuhicre_lepha_2013 (4)</p> <p>IPAC_5309_Buritizeiro_ABuri_Nuhicre_lepha_2013 (5)</p>
Áudio	<p>Entre_IPAC_5307_Buritizeiro_ABuri_Nuhicre_lepha</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SABERES E OFÍCIOS
--	--------------------------

13	REFERÊNCIAS
<p>BARROS, Manuel de Souza. <i>Arte, folclore e subdesenvolvimento</i>. Rio de Janeiro: Itambé, 1979.</p> <p>CARDOSO, Ciro Flamarion. <i>O trabalho compulsório na antiguidade: ensaio introdutório e coletânea de fontes primárias</i>. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.</p> <p>Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Objeto artesanal In.: <i>Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira</i>. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/00001852.htm acesso 13/08/2014 > Acesso em: 28 jan.2015.</p> <p>DVD. <i>Modos de Fazer – Urucuia/MG</i>. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=wcTbmpwETwY. Acesso em: 02 set. 2013.</p> <p>IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=310940#. Acesso em: 10 jun. 2013.</p> <p>MARICA. Artesanato de Derivados de Buriti. [04/05/2012]. Buritizeiro. <i>Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco</i>. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.</p> <p>MARTINS, Saul. <i>Contribuição ao Estudo Científico do Artesanato</i>. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.</p> <p>MELLO, Luiz Gonzaga de. <i>Antropologia cultural : iniciação, teoria e temas</i>. 11. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.</p> <p>PINTO, Juraci Ferreira. Doce de Buriti. [04/05/2012]. Buritizeiro. <i>Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco</i>. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.</p> <p>REAL. Regina, M. <i>Dicionário de Belas Artes</i>. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.</p> <p>ROCHA, Eliana (coord.). <i>Almanaque Folclore nas Barrancas do São Francisco: retomando, refazendo e percebendo os caminhos da cultura</i>. Movimento Graal no Brasil: Belo Horizonte/MG e Buritizeiro/MG. S/D.</p>	

14	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	Elis Medrado Viana, Carlos Caixeta de Queiroz, Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Vídeos	Elis Medrado Viana.	2013
Áudio	Elis Medrado Viana, Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Transcrição	Caroline Marques Flávio.	2013
Levantamento	Elis Medrado Viana, Carlos Caixeta de Queiroz, Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Elaboração	Carlos Caixeta de Queiroz.	2013,
Revisão	Patrícia Lopes da Silva, Débora Raiza Rocha, André Elias Oliveira.	2013 10/2014 05/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SABERES E OFÍCIOS
--	--------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO									
Denominação		MODO DE FAZER DOCE DE BURITI					IPAC/MG		5308
Município/s		Buritizeiro		Distrito		Sede			
Endereço									
GPS	23k	Long. UTM	503575.00 m E	Lat. UTM	8080344.00 m S	Urbano	X	Rural	



Figura 1: Doce de Buriti.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2012.

Categoria								
Âmbito/Tema		Alimentação		Datas				
Tipologia da Atividade		Culinária		Anual	Periódica	Mensal	Contínua	Cada X anos
Denominação		Doce de buriti					X	
Outras denominações				Nível de integração				
				Comunidade	X	Oficial		Intercomunitária
Descrição da Periodicidade								
<p>O doce de buriti pode ser preparado em qualquer época do ano, desde que haja disponibilidade da polpa e demanda. O doce é produzido para consumo próprio, mas também é feito sob encomenda, além de ser comercializado nas feiras da cidade. O fruto do buriti é colhido principalmente, durante os meses de novembro e dezembro, período de maior maturação do fruto.</p>								

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS****02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE**

O município de Buritizeiro localiza-se na região norte do Estado de Minas Gerais no Alto Médio do Rio São Francisco. É o 5º maior município do Estado em extensão territorial, com 7.236 km. Possui quatro distritos: Buritizeiro (sede), Paredão de Minas, Cachoeira do Manteiga e Sambaíba de Minas, além de três Comunidades Rurais de Assentamento de Reforma Agrária: Santa Helena, Jatobá e São Francisco.

A cidade de Buritizeiro, sede do município, situa-se as margens do Rio São Francisco, próximo à BR 365 e sua origem está relacionada com o estabelecimento de um porto de navegação entre a cidade de Buritizeiro e Pirapora e à atividade de pesca que se concentrou na região. Os dois municípios são interligados pela ponte Marechal Hermes que está sobre o rio São Francisco e fazia parte do traçado da ferrovia de um projeto que pretendia conectar o Rio de Janeiro à Belém. A ponte é um bem cultural tombado pelo Estado de Minas Gerais.

O município de Buritizeiro herdou múltiplas tradições culturais associadas ao Rio São Francisco, tais como as histórias, mitos, lendas, artesanato e culinária. Um dos elementos mais populares é a utilização dos frutos típicos da região na produção de alimentos e artefatos. Dentre eles destacam-se o murici, o buriti, o pequi e o baru, importantes espécies que contribuem para alimentação e sustento dos moradores de Buritizeiro.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

O doce de buriti é feito com a polpa do fruto da palmeira também denominada buriti. Na linguagem popular recebe diversas denominações, tais como: coqueiro buriti, buritizeiro, miriti, muriti, muritim, muruti, palmeira-dos-brejos, carandá-guaçu e carandá-guaçu. As expressões buriti, miriti, muritim, muriti originam-se da língua indígena Tupi mhambuti.

A Palmeira de Buriti é amplamente encontrada na América do Sul, e no Brasil está distribuída entre a Amazônia, parte do norte, do centro, sudeste e sul. Também é possível encontrar a espécie em Trinidad, país localizado no continente africano (Silva, 2009, p.4).

O buriti está situado na categoria de frutos do cerrado, assim como o pequi, a pana, a cagaita, o murici, entre outros. O fruto concentra-se nas veredas, pois para sua frutificação, depende da abundância de água e ao mesmo tempo é importante na preservação das nascentes de água ou dos olhos d'água. Na região de Buritizeiro o fruto é amplamente consumido, seja in natura, em forma de doce, geléia, sorvete, bombom e tantos outros. O buriti, além de ter o sabor apreciado pelos moradores da região, contribui de forma significativa na composição nutricional da população, visto que, é fonte de proteínas, vitaminas, sais mineirais, entre outros (Almeida e Silva, 1994, p. 5)

A adaptação do fruto ao doce, tem sua história vinculada ao processo de ocupação da região norte de Minas Gerais. Esse processo, conhecido como movimento de interiorização da metrópole foi empreendido pelos portugueses que compunham as bandeiras baianas, pernambucanas e principalmente paulistas, estendendo-se durante os séculos XVII e XVIII. Os bandeirantes que adentraram o território mineiro banhado pelo Rio São Francisco depararam-se com uma vasta população indígena que até então habitava a região (COSTA, 2003).

Anteriormente à chegada dos portugueses, os indígenas da região consumiam as frutas *in natura*, ao passo que na culinária lusa as frutas eram transformadas em sobremesa (Abdala, 2006, p.124).

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

A incorporação desses dois tipos de consumo alimentar propiciou o surgimento de uma culinária típica na região. E um desses resultados foi a introdução dos doces, geleias e compotas feitos com as frutas do cerrado.

Embora os habitantes do município, principalmente das zonas rurais, ainda façam o consumo do buriti *in natura*, o uso ressignificado do fruto foi sendo incorporado ao longo dos anos pelos moradores da região e hoje é uma tradição reconhecida pela comunidade local.

Diversos núcleos familiares produzem o doce de buriti de forma artesanal, tanto para consumo próprio como para comercializar. Com a atuação do Movimento Graal, que mobilizou um conjunto de mulheres da área urbana e rural de Buritizeiro, a produção de doces com frutos do cerrado se intensificou. O Movimento, juntamente com essas mulheres, criou o projeto chamado “Chico Fulô”, que tem como proposta possibilitar a discussão sobre questões de saúde, segurança alimentar, redes reprodutivas, geração de trabalho e renda na perspectiva da economia popular solidária, articular as diversas manifestações culturais locais e organizar debates sobre o meio ambiente.

O projeto “Chico Fulô” busca desenvolver uma articulação entre os saberes locais, entre eles o da culinária e do artesanato, visando a geração de um complemento da renda familiar e uma relação colaborativa entre a população local e a natureza. A partir dessa discussão a comunidade local passou a repensar o reaproveitamento dos frutos do cerrado, promovendo a geração de renda com a venda de doces como o de buriti.

04 DESCRIÇÃO**Extensão da Atividade na Região**

A produção do Doce de Buriti se estende por toda região de Buritizeiro, tanto na sede como nos assentamentos próximos. Comunidades rurais como Santa Helena, Jatobá, São Francisco, Gerais do Calixto e os grupos urbanos, como a Comunidade Vila Maria, perpetuam o saber tradicional associado ao modo de fazer o doce de buriti.

Procedimentos Técnicos Básicos

A coleta do fruto é um dos procedimentos técnicos básicos para a produção do doce. Saber a época correta para colher o buriti é parte fundamental para se obter um doce saboroso e de qualidade. Para os moradores de Buritizeiro, o momento certo de cortar o cacho é quando ele começa a escurecer.

No grupo de doceiros e doceiras que compõem o projeto Chico Fulô, o processo de colheita é feito por um membro conhecido pelo nome: Santo. Inicialmente o Senhor Santo faz os nós na corda e vai subindo na palmeira até chegar ao topo, momento em que corta o cacho. Posteriormente, cava um buraco na terra no qual faz uma espécie de ninho com capim, coloca o cacho e o cobre de terra. Passados, aproximadamente, três dias, as pessoas desenterram o cacho de buriti e começam a retirar a casca do fruto. Alguns moradores da região utilizam uma técnica diferente. Depois de colher o cacho eles deixam o buriti dentro da água morna de dois a três dias e retiram a casca.

Depois de descascar o fruto, que possui uma casca que se assemelha com escamas, iniciam o processo de retirada da polpa. Fazem isso raspando o coco, formando uma massa, que irá derivar no doce. Posteriormente, passam a poupa na peneira. A polpa pode tanto ser congelada, como passar

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

pelo processamento.

Nessa parte uma questão que deverá ser observada é a condição, tempo de armazenamento e a estrutura do fruto, pois isso definirá as medidas que serão utilizadas na produção do doce. Por exemplo, se o buriti for novo, terá mais polpa e demandará mais açúcar. Se a polpa estiver armazenada há muito tempo, a quantidade de açúcar será menor.

Segundo Jandra e Arlete, doceiras entrevistadas na pesquisa, geralmente, para cada dois quilos de massa, coloca-se um quilo e duzentos gramas de açúcar.

Os ingredientes são levados ao fogo no tacho de cobre e o ponto certo doce se dá quando o fundo da panela começa a “chiar”, nessa hora o doce já pode ser retirado do tacho. Depois disso, inicia-se o processo de bater a massa, o que é feito por, aproximadamente, vinte minutos. Após esse procedimento coloca-se o doce nas formas e após vinte minutos já está pronto para ser degustado.

Transformações e Permanências

Há algumas transformações no modo artesanal de fazer o doce. Um das mais significativas é a utilização do fogão à gás. Anteriormente os produtores utilizavam o fogão a lenha, que por sua vez, deixava cheiro no doce. De acordo com Arlete Silva, em entrevista concedida ao projeto de inventário do São Francisco, esse foi um dos motivos que contribuiu para que muitos produtores deixassem de preparar o doce no fogão à lenha: “Isso, a gás, porque a lenha costuma ficar um cheirinho de fumaça. Ai o mercado já vai recusar. E o pessoal lá não vai aceitar, a vigilância sanitária.”

Espaços/ Ateliê**Direção**

Parte da direção e organização do grupo de doceiras doceiros de Buritizeiro está sob a administração do Movimento Graal, embora muitos produzam o doce nas suas próprias residências, mantendo o controle de sua produção.

Descrição

O doce de buriti é feito nas cozinhas e varandas dos moradores do município de Buritizeiro. No projeto Chico Fulô, os doces são produzidos em cozinhas equipadas com instrumentos e ferramentas apropriadas para a sua fabricação. Essas cozinhas foram construídas na sede do Projeto Graal em Buritizeiro e nas comunidades rurais de Santa Helena, Jatobá e São Francisco. O doce é feito pelas mulheres, e ocasionalmente contam com a ajuda dos homens.

A maioria dos produtores usa um tacho de cobre para fazer o doce. Nele colocam a polpa do buriti, o açúcar e um pouco de água. Coloca-se o tacho sob o fogo de fogão a gás, mexendo até se ouvir um chiado, momento em que o doce começa a desgrudar-se do fundo do tacho. Então, retira-se o tacho do fogo e continua mexendo até o doce esfriar. Coloca-se o doce em formas apropriadas e em seguida os tabletes do doce são embalados.

Fontes de Energia

Tipo	Descrição	Variedades	Uso	Custos
Humana	Não se aplica.	Não se aplica.	Preparação.	Variável.
Gás	Não se aplica.	Não se aplica.	Preparação.	Preparação.

Matérias Primas

Buriti

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

Descrição	O buriti é um fruto proveniente da Palmeira que recebe o mesmo nome. Seu nome científico é <i>Mauritia flexuosa</i> , possui uma casca dura e com formato de escamas.
Procedência	Natureza.
Forma de Aquisição	O buriti é adquirido pelas pessoas que se ocupam da coleta dos frutos do cerrado, e hoje conhecidos como extrativistas.
Uso	Utilizado na produção do doce.
Custo	Variável
Período de Obtenção	A coleta é feita principalmente nos meses de, outubro, novembro e dezembro quando o coco do buriti começa ter uma coloração escura.
Instrumentos/ Ferramentas	
Tacho, colher de madeira, faca, fogão a gás, mesa, forma metálica, material de embalagem plástica e feito com o talo da folha do buriti.	

05 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Buritizais	Matéria-prima	Planta	-	-
Modo de Fazer Artesanato com Buriti	Técnica Artesanal	Trançado	-	5307
Veredas	Matéria-prima	Vegetação	-	-

06 FORMAS DE TRANSMISSÃO**Procedência do Saber**

O modo de fazer doce de buriti é derivado da mistura dos fazeres culinários dos portugueses com o consumo nativo dos frutos do cerrado. Neste sentido, os saberes relacionados com o preparo do doce de buriti tem uma procedência que remete ao período de povoamento do norte de Minas Gerais e à sua transmissão ao longo dos anos.

Transmissão

Pais – Filhos	X	Mestre – Aprendiz	X	Escolas		Grupos	X	Outros	
---------------	---	-------------------	---	---------	--	--------	---	--------	--

Modo de Transmissão

O modo de fazer o doce de Buriti é transmitido às novas gerações por meio da oralidade. Como sua produção faz parte do cotidiano das famílias de Buritizeiro, esse saber é repassado de pais para os filhos, e atualmente nos cursos promovidos pelo Projeto Chico Fulô.

Forma de Continuidade

A comunidade de Buritizeiro dá continuidade ao modo de fazer doce de buriti transmitindo o saber aos que se interessam e também por meio dos cursos organizados pelo Projeto Chico Fulô.

Transformações

A fabricação tradicional do doce de buriti é feita sobretudo por núcleos familiares residentes na área rural do município de Buritizeiro. A produção artesanal do doce se concentra na época de maturação do fruto do buriti, meses de novembro e dezembro. Anteriormente atendia à necessidade de consumo somente dessas famílias, situação que mudou depois da implantação do Projeto Chico Fulô. O aumento das doceiras e da demanda tem possibilitado uma maior produção

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

do doce.

Anteriormente, o fruto era transformado em doce no mesmo período em que havia sido colhido, contudo, hoje a polpa do buriti por ser retirada em maior escala é acondicionada em refrigeradores. Esse procedimento é realizado principalmente a partir da demanda de produção do doce ao longo de todo o ano. Tradicionalmente o doce é feito no fogão a lenha, mas atualmente também tem sido feito em cozinhas planejadas e com fogão a gás. Atualmente os produtores do doce, essencialmente os vinculados ao Projeto Chico Fulô, buscam respeitar as exigências da vigilância sanitária para comercializam seus produtos.

07 **ÁREA DE ABRANGÊNCIA**

Comunidade	x	Município	x	Região	x	Estado		Nacional	
------------	---	-----------	---	--------	---	--------	--	----------	--

Observação	
------------	--

Participação turística

A participação turística envolvida no modo de fazer o doce associa-se ao seu produto final, pois o doce de buriti é comercializado em feiras, mercados e lojas especializadas em produtos artesanais.

08 **COMENTÁRIOS****Identidade construída em torno da atividade**

O processo tradicional de transformação dos frutos do cerrado pelas comunidades rurais e urbanas do município de Buritizeiro passou a ser organizado pelo Projeto “Chico Fulô”, desenvolvido como uma das várias atividades do Movimento Graal no Brasil, subsede em Buritizeiro, que se tornou um espaço de referência para os extrativistas e produtores de doces e outros derivados de frutos do cerrado. Ao organizar o processamento de frutos do cerrado, como o doce, a geléia e o bombom de buriti, mobilizou-se uma rede de relações sociais e simbólicas, que possibilitou o fortalecimento, o conhecimento e o autoconhecimento da identidade do cerradeiro e do extrativista.

Portanto, esta atividade ao mesmo tempo em que ressignifica uma tradição dos povos do cerrado e fortalece a coesão entre as várias comunidades rurais e os moradores da área urbana, marca uma relação simétrica entre o humano e a natureza. Com isso, insere na população uma coletividade e traz a tona conceitos identitários tais como: povos do cerrado, povos da floresta, cerradeiros, geraizeiros, vazanteiros, etc. Percebe-se que esse processo agrupador de produção confere valor ao saber e proporciona um autorreconhecimento identitário.

Além disso, o aproveitamento dos frutos do cerrado, como o buriti, o pana, a cagaita, o baru, o murici e o pequi, para a fabricação de doces, geléias, licores, representa o modo de vida sustentável das comunidades de Buritizeiro e traduz uma percepção específica sobre a relação homem/natureza.

O que se instaura ou reinstaura, portanto, é uma perspectiva centrada no respeito à diversidade socioambiental e na valorização dos saberes tradicionais dos povos sertanejos.

Possibilidade de continuidade

O grupo de mulheres produtoras dos doces oferece cursos e buscam parcerias com outras ONGs para a realização de capacitações, a fim de divulgar e reciclar os conhecimentos já tradicionais.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

Além disso, como saber popular, o modo de fazer o doce de buriti tem grandes possibilidades de se manter presente na vida dos povos ribeirinhos.

Necessidades do Ofício	Instalações	Construção de um espaço destinado ao repasse dos conhecimentos associados ao modo de fazer tradicional do doce.
	Instrumentos	Assegurar os instrumentos básicos, como tachos, colheres, peneiras, entre outros.
	Matéria-Prima	Garantir áreas de plantio e extrativismo do fruto.
	Pessoal	Estimular os mais jovens a aprender o ofício.
	Formação	Apoiar o Projeto já existente, garantindo a produção de oficinas.
	Comercialização	Viabilizar melhorias na comercialização do doce em feiras, supermercados e lojas especializadas em elementos típicos da região.

Ofícios ou técnicas com necessidade de documentar/ proteger

O processo de obtenção, colheita e maturação fruto.

Comentários do elaborador

Com a institucionalização do Movimento Graal no Brasil, especialmente com o registro da marca Chico Fulô, o grupo pretende expandir a produção de doces e derivados do buriti, com a finalidade de comercialização.

Comentários dos Entrevistados

E aqui o Chico Fulô ficou forte, porque as pessoas se identificaram, as pessoas se vêem no trabalho. Porque em nenhum momento, por exemplo, eu sou filha de doceira e de carroceiro, então pra mim trabalhar com as comunidades, discutir o doce baru, de pequi, de buriti (..) isso pra mim eu agreguei valor no que eu já sabia e tem assim nas comunidades, minha família também era agroextrativista, mas a minha família desenvolveu a técnica de produção de doce. Então o que é que fazia? Eles compravam o buriti que a família deles aqui coletava, não é Jandra? (Jandra responde: é, do meu avó). Então a gente construiu (...) a gente não sabia, e aí eu estou falando dos mais velhos, que a gente não era nem gente ainda, não sabia dessa ideia de rede, mais já havia uma rede solidária sustentável entre essas pessoas, e nós herdamos isso. Buriti pra mim tinha o significado de pegar o buriti e comer com açúcar e minha mãe fazia o doce a gente ajudava, a gente ia pra rua vende o doce, na medida em que eu agreguei valor ao me tornar adulta nessa prática, eu compreendi também que não há outra proposta, nossos antepassados já tinham uma rede de coleta e de produção nós podíamos agregar mais valor e mais conhecimento, porque nossa relação com o cerrado ela passou a ser diferente.

Arlete de Almeida Silva

Significados socioeconômicos

Ao longo dos anos a produção do doce de buriti tem garantido uma complementação de renda para diversas famílias, pois sua comercialização é feita em diversos estabelecimentos, supermercados, feiras, porta a porta, etc. Em alguns casos, a comercialização desse doce é que garante o sustento das famílias da região de Buritizeiro.

09 AÇÃO DE SALVAGUARDA

Atuar no controle do extrativismo, armazenamento e comercialização do fruto e seus derivados, como forma de se valorizar a biodiversidade e a diversidade cultural do cerrado norte

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS



SABERES E OFÍCIOS

mineiro. Assegurar formas de transmissão do processo de beneficiamento dos chamados frutos do cerrado. Possibilitar a institucionalização de grupos envolvidos na produção do doce de buriti, criando uma cooperativa ou algo similar. Esse procedimento pode regularizar os aspectos legais e jurídicos relacionados à comercialização de produtos alimentícios.

Sugere-se ainda, que sejam feitas ações de educação patrimonial nas escolas da região, bem como ações de valorização dos mestres que detêm este conhecimento.

10	ENTREVISTADOS									
01	Nome	Arlete Almeida Silva			Tipo	Coordenadora do Projeto Chico Fulô				
	Nascimento		Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual	X		
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)										
É responsável pelo planejamento e fabricação do doce no projeto Fulô.										
Contato Movimento Graal										

02	Nome	Jandra			Tipo	Mestre doceira				
	Nascimento		Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual	X		
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)										
Planejamento e fabricação do doce.										
Contato Movimento Graal										

11	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA	
		
Figura 2: Doce de Buriti em barra. Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.	Figura 3: Doce de Buriti. Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS****Figura 4:** Doce de Buriti.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

**Figura 5:** Doce de Buriti.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5308_Buritizeiro_DBuri_Nuhicre_iepha (99) Figura 2: IPAC_5308_Buritizeiro_DBuri_Nuhicre_iepha (101) Figura 3: IPAC_5308_Buritizeiro_DBuri_Nuhicre_iepha (108) Figura 4: IPAC_5308_Buritizeiro_DBuri_Nuhicre_iepha (105) Figura 5: IPAC_5308_Buritizeiro_DBuri_Nuhicre_iepha (106)
Vídeos	Não se aplica.
Áudio	Entre_IPAC_5309_Buritizeiro_LPeMu_AAAlmeida_Nuhicre_iepha_4mar2013

13 REFERÊNCIAS

ABDALA, M. C. Sabores da Tradição. <i>Revista do Arquivo Público Mineiro</i> , v. n.2, p. 119-129, 2006.
ALMEIDA, S.P. de; SILVA, J.A. <i>Piqui e buriti: Importância alimentar para a população dos Cerrados</i> . Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1994. 38p. (EMBRAPA-CPAC. Documentos 54).
COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência</i> . Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília. 2003.
FERREIRA, A. B. H. <i>Novo Dicionário da Língua Portuguesa</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=310940# . Acesso em: 10 jun. 2013.
ROCHA, Eliana (coord.). <i>Almanaque Folclore nas Barrancas do São Francisco: retomando, refazendo e percebendo os caminhos da cultura</i> . Movimento Graal no Brasil: Belo Horizonte/MG e Buritizeiro/MG. S/D.
SILVA, Arlete de Almeida. Modo de fazer Doce de Buriti [04 de maio, 2013]. Buritizeiro. <i>Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco</i> . Entrevista concedida a Carlos Caixeta de Queiroz. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.

14 FICHA TÉCNICA

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		SABERES E OFÍCIOS
Fotografia	Elis Medrado Viana, Carlos Caixeta de Queiroz, Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Vídeos	Elis Medrado Viana	2013
Áudio	Elis Medrado Viana, Carlos Caixeta de Queiroz.	2013
Transcrição	Carlos Caixeta de Queiroz	2013
Levantamento	Elis Medrado Viana, Carlos Caixeta de Queiroz, Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2012 /2013
Elaboração	Carlos Caixeta de Queiroz	2013
Revisão	Patrícia Lopes da Silva, Débora Raiza Rocha, André Elias Oliveira, Renata Lopes	2013 10/2014 2015/ 06/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SABERES E OFÍCIOS
--	--------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação	MODO DE FAZER LICOR DE PEQUI E MURICI					IPAC/MG	5309			
Município/s	Buritizeiro	Distrito			Sede					
Endereço	Rua 21 de Abril, 1393, Bairro Vila Maria – Buritizeiro, MG. Tel. (038) 3742-2224.									
GPS	23k	Long. UTM	503575.00 m E	Lat. UTM	8080344.00 m S	Urbano	X	Rural		



Figura 1: Engarrafamento do licor de pequi e murici.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

Categoria						
Âmbito/Tema	Alimentação	Datas				
Tipologia da Atividade	Culinária	Anual	Periódica	Mensal	Contínua	Cada X anos
Denominação	Licor de Murici e Pequi				X	
Outras denominações		Nível de integração				
		Comunidade	x	Oficial		Intercomunitária

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS****Descrição da Periodicidade**

A fabricação dos licores ocorre durante o ano inteiro. Essa produção contínua depende da conserva feita com os frutos, visto que, a frutificação do pequi e do murici acontece em períodos específicos do ano. As conservas são utilizadas ainda na fabricação de doces, geleias, entre outros, o que permite o consumo dos derivados de pequi e murici durante todo o ano.

Quanto a periodicidade do extrativismo, verifica-se que ela varia de acordo com o fruto. O pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.) pode ser coletado em meio ao período chuvoso, entre novembro e janeiro. Já o Murici (*Byrsonima crassifolia* Rich) de dezembro a abril, sendo abundante em fevereiro.

02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE

Buritizeiro localiza-se na região norte do Estado de Minas Gerais no Alto Médio do Rio São Francisco, sendo o 5º maior município do Estado em extensão territorial, com 7.236 km. Possui quatro distritos: Buritizeiro (sede), Paredão de Minas, Cachoeira do Manteiga e Sambaíba de Minas, além de três Comunidades Rurais de Assentamento de Reforma Agrária: Santa Helena, Jatobá e São Francisco.

A cidade de Buritizeiro, sede do município, situa-se às margens do Rio São Francisco, próximo à BR 365 e sua origem está relacionada com o estabelecimento de um porto de navegação entre a cidade de Buritizeiro e Pirapora e à atividade de pesca que se concentrou na região. Os dois municípios são interligados pela ponte Marechal Hermes que está sobre o rio São Francisco e fazia parte do traçado da ferrovia de um projeto que pretendia conectar o Rio de Janeiro a Belém. A ponte é um bem cultural tombado pelo Estado de Minas Gerais.

O município de Buritizeiro herdou múltiplas tradições culturais associadas ao Rio São Francisco, tais como as histórias, mitos, lendas, artesanato e culinária. Um dos elementos mais populares é a utilização dos frutos típicos da região na produção de alimentos e artefatos. Dentre eles destacam-se o murici, o buriti, o pequi e o baru, importantes espécies que contribuem para alimentação e sustento dos moradores de Buritizeiro.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

O licor constitui-se em uma bebida doce, aromatizada e com certo teor alcoólico, variável de acordo com seu processo de fabricação. A produção de licores geralmente é feita a partir da mistura de bebidas alcoólicas ou do próprio álcool com frutas, ervas, sementes, cascas de árvores e açúcar, ou ainda com o xarope feito à base de açúcar e água.

A origem do licor remonta à períodos longínquos e sua história associa-se à elementos mágicos, espirituais e medicinais. Sua utilização era feita para curar doenças ligadas ao estômago, sendo muito usado como digestivo (Aquarone, 1993). No Brasil, as referências encontradas estão presentes nos dicionários produzidos ao longo dos séculos. No *Diccionario da lingua portugueza*, de 1789, feito por Antonio de Moraes Silva, liquòr (licor) foi definido como: “corpo líquido como água, vinhos, óleos, espíritos. Em geral se diz das bebidas espirituosas”. De maneira semelhante, o *Diccionario da Lingua Brasileira*, de 1832, também apresentou o licor como uma “bebida espiritual”.

Na região de Buritizeiro a fabricação do licor parece ter acompanhado essa estrutura. No local, tradicionalmente, o álcool é misturado aos frutos do cerrado, que por sua vez possuem substâncias terapêuticas. A prática de acrescentar o álcool às frutas, raízes, sementes e ao xarope de açúcar para formar o licor é uma técnica amplamente utilizada pelos moradores.

Os frutos mais utilizados são o pequi e o murici, elementos típicos e abundantes na vegetação de veredas, presente em Buritizeiro. A produção de licor de pequi e murici é uma tradição familiar transmitida e propagada de geração em geração.

Muitos produtores da região mantém o modo artesanal de fazer licor com os frutos do cerrado.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

Contudo, novos elementos e materiais foram inseridos nesse contexto, como o fogão à gás e bebidas destiladas, como vodka e cachaça.

Atualmente, a cidade de Buritizeiro conta com a atuação do Movimento Graal no Brasil, que a partir da ideia de promover o reaproveitamento dos frutos do cerrado e de promoção da economia popular solidária, conseguiu articular e promover a união dos produtores de licor da região. Hoje, por meio do projeto “Chico Fulô”, pertencente ao Graal, diversas atividades vinculadas a manutenção e valorização dos saberes regionais são desenvolvidas, entre eles a de produção artesanal do licor de pequi e murici.

04 DESCRIÇÃO**Extensão da Atividade na Região**

O modo artesanal de fazer licor de pequi e murici se estende por toda a região de Buritizeiro. Os extrativistas estão localizados em maior número na zona rural, enquanto os produtores concentram-se, em sua maioria, na cidade.

Procedimentos Técnicos Básicos

O processo artesanal de fabricação do licor com frutos do cerrado segue uma técnica tradicional, que consiste na mistura da essência dos frutos em um caldo preparado com água e açúcar (conhecido como xarope) e álcool.

Em Buritizeiro, o processo de extração da essência do fruto se inicia com o procedimento conhecido como infusão, quando o pequi ou o murici são deixados de molho no álcool destilado. O procedimento é iniciado colocando-se o fruto dentro de um garrafão coberto com vodka ou cachaça, onde ficam submersos durante sete dias. Nesse processo de infusão é necessário prestar bastante atenção para identificar os frutos. A infusão do Murici é mais transparente que a do pequi, que possui uma estrutura mais densa.

Em seguida, coa-se a vodka composta com o pequi ou o murici para ser colocada na calda feita de açúcar. A calda é produzida misturando-se para cada quilo de açúcar dois litros de água e fervida até se atingir o ponto chamado “ponto fio”, ou seja, quando o preparado escorre formando um fio. Chega-se nesse ponto após o preparado levantar fervura três vezes, na terceira já pode desligar o fogo. Depois de ser retirada do fogo, reserva-se a calda para resfriamento.

Posteriormente, mistura-se para cada litro de calda, um litro de infusão de pequi ou murici. A proporção ideal da combinação é um litro de infusão de pequi ou murici, um litro de açúcar e um litro de água. Após a mistura, já é possível se obter o licor, que deverá ser filtrado e engarrafado, de preferência em garrafas de vidro escuro. O licor engarrafo é guardado por um tempo para que possa “curtir”, ou seja, apurar o sabor.

“Aí tá pronto o licor, agora o que por no momento é que precisa de coar, e aí vai precisar de um tempo pra poder apurar melhor o gosto. A sugestão, ou melhor, a orientação é que ele seja guardado em vidros escuros, porque o licor de pequi por exemplo se você guarda ele por muito tempo num vidro branco com o tempo ele vai perdendo aquela cor amarela, ele fica um licor branco. Aí então quando colocar num vidro branco a orientação é que deixe sempre num local escuro.”

Transformações e Permanências

Anteriormente os procedimentos que envolviam o fogo eram realizados no fogão a lenha, mas hoje, principalmente nas zonas urbanas, passou-se a utilizar o fogão a gás. Outra modificação observada está no elemento utilizado na infusão do fruto, visto que antes utilizava-se o álcool de cereais e atualmente prevalece o álcool destilado industrial, como a vodka, bebida comumente consumida na Rússia.

Um elemento que chama a atenção é a dependência espacial dos produtores de licor. Se antes a cozinha da própria casa era o lugar ideal para fabricação da bebida, hoje o espaço existente na subsele do Movimento Graal em Buritizeiro, que inclusive segue as medidas determinadas pela vigilância sanitária, é um

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SABERES E OFÍCIOS
--	--------------------------

dos espaços utilizados pelos produtores de licor.				
	Espaços/ Ateliê			
	Direção			
Parte da direção e organização do grupo de produtores de licor está sob a supervisão do Movimento Graal, embora muitos produzam o licor nas suas próprias residências, mantendo o controle de sua produção.				
	Descrição			
A produção artesanal do licor é feita nas cozinhas das residências dos produtores ou no espaço institucional do Graal, destinado à essa prática.				
	Fontes de Energia			
	Tipo	Descrição	Variedades	Uso
	Humana			Fabricação do licor
				Variável
	Matérias Primas			
	Pequi			
	Descrição	O pequi é um fruto amplamente apreciado pelos habitantes da região do cerrado.		
	Procedência	O fruto é proveniente do pequizeiro, uma árvore típica do cerrado, localizado nas veredas encontradas próximas a cidade de Buritizeiro e nas comunidades rurais.		
	Forma de Aquisição	O pequi é colhido pelos próprios produtores do licor ou comprado diretamente de pessoas que se dedicam ao extrativismo.		
	Uso	Produção do licor.		
	Custo	Variável.		
	Período de Obtenção	Entre novembro e janeiro.		
	Matérias Primas			
	Murici			
	Descrição	O murici é um fruto de sabor peculiar. Pode ser consumido <i>in natura</i> ou em forma de doce, sorvete, geleia, entre outros.		
	Procedência	O murici é proveniente de uma árvore típica do cerrado, localizado nas veredas encontradas próximas a cidade de Buritizeiro e nas comunidades rurais.		
	Forma de Aquisição	O murici é colhido pelos próprios produtores do licor ou comprado diretamente de pessoas que se dedicam ao extrativismo.		
	Uso	Produção do licor.		
	Custo	Variável.		
	Período de Obtenção	Entre dezembro e abril, sendo abundante em fevereiro.		
	Instrumentos/ Ferramentas			
Painéis, colheres, facas, fogão, funil, garrafa de vidro e utensílios de cozinha.				

05	ELEMENTOS RELACIONADOS			
	Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria
	Mestres	Pessoa	-	-
	Modo de colher murici	Atividade Produtiva	Extrativismo	-
	Modo de colher pequi	Atividade Produtiva	Extrativismo	-

06	FORMAS DE TRANSMISSÃO			
	Procedência do Saber			
O saber associado ao modo de fazer licor de pequi e murici é um conhecimento transcorrido por várias				

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SABERES E OFÍCIOS
--	--------------------------

gerações.									
Transmissão									
Pais – Filhos	X	Mestre – Aprendiz	X	Escolas		Grupos	X	Outros	X
Modo de Transmissão									
Os modo de fazer licor de pequi e de murici é conhecido e repassado por meio da oralidade pelas cozinheiras e donas de casa. Tradicionalmente o modo de fazer licor de pequi e murici é transmitido nas conversas e nos momentos em que a prática está sendo realizada.									
Forma de Continuidade									
Cursos e oficinas nas escolas e espaços educativos e fabricação contínua dos produtores, que para manterem a produção necessitam ser valorizados.									
Transformações									
Não existem grandes modificações no modo de transmitir os conhecimentos associados ao modo de fazer licor, pois ainda se mantém por meio da transmissão oral. Em alguns casos as transformações significativas estão nos lugares e no modo como esse repasse é feito, pois, anteriormente os locais eram as próprias cozinhas residenciais e hoje são as salas do Graal no Brasil e por meio de oficinas e cursos.									

07	ÁREA DE ABRANGÊNCIA								
Comunidade	X	Município	X	Região	X	Estado		Nacional	
Observação									
Participação turística									
<p>Por ser uma atividade produzida de maneira artesanal, o modo de fazer de licor com os frutos do cerrado alcança proporções turísticas no que se refere ao produto final. De acordo com Stuart Hall (1999), a produção artesanal atual se apresenta como recurso ampliador do imaginário e valorização da cultura local, agregando também um valor simbólico ao produto.</p> <p>Nesse sentido, a fabricação de licor com pequi e murici figura como elemento significativo no turismo cultural de Buritizeiro, sendo comercializado em feiras, mercados e principalmente de porta a porta.</p>									

08	COMENTÁRIOS								
Identidade construída em torno da atividade									
<p>A atividade de transformação dos frutos do cerrado em bebidas, como o licor de pequi e murici, são importantes no processo de consolidação, no reconhecimento e no autoreconhecimento da identidade da população da região do Rio São Francisco, conhecidos como povos do cerrado, geraizeiros ou cerradeiros.</p> <p>Portanto, mais que uma forma de geração de renda, a produção de licor estabelece uma coesão em torno de um modo de vida tradicional voltada para a preservação da mata de cerrado.</p>									
Possibilidade de continuidade									
A produção de licor é um elemento importante na cultura local e na complementação da renda de diversos produtores da região. Além disso o Projeto “Chico Fulô” tem investido em cursos e oficinas, estrutura física e capacitação dos produtores. Esses três itens são imensamente motivadores para a continuidade da produção de licor em Buritizeiro.									
Necessidades do Ofício		Instalações	Espaços destinados à produção do licor.						
		Instrumentos	Panelas, colheres, facas, fogão, funil, garrafa de vidro e utensílios de cozinha.						
		Matéria-Prima	A preservação e a manutenção das áreas de extrativismo dos frutos.						
		Pessoal	Valorização dos produtores e alcance da população mais jovem.						
		Formação	Manutenção de cursos e oficinas e apoio o Movimento Graal nas						

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS

capacitações que oferecem.

Comercialização

Grande necessidade em auxiliar na circulação do produto.

Ofícios ou técnicas com necessidade de documentar/ proteger

O processo de colheita dos frutos e suas especificidades, os mestres do saber e a figura do provador.

Comentários do elaborador

Observou-se que com a institucionalização do Movimento Graal no Brasil, especialmente com o registro da marca Chico Fulô, houve uma valorização da atividade na região. O projeto auxiliou também na união e articulação dos produtores, garantindo a expansão da produção na perspectiva da economia popular solidária, que também contribui para a preservação da vegetação de cerrado.

Percebeu-se ainda, que há uma necessidade em inserir no contexto de valorização os produtores que não adentraram nesse projeto, especialmente os da zona rural e das comunidades tradicionais, que também necessitam de investimento na comercialização, capacitação e no gerenciamento da produção.

Comentários dos Entrevistados

[...] a gente tem sobrevivido desde 2003... 10 anos, tem dia que dá vontade de parar aqui. Aí como que cê fala pra mais de... às vezes que tem mais de 180 famílias envolvidas. O trabalho diminuiu um pouco, porque o povo vai trabalhar nas fazendas... e depois volta todo mundo. Toda semana dá vontade de parar, pois não aguenta mais. Mas não dá pra falar isso, porque, pra além desse conhecimento que foi melhorado do ponto de vista da produção, do alimento, tem também outro conhecimento que esse não é muito quantificado, a própria relação, com a mata, com as águas, com os bichos, com a própria... segurança alimentar que é um fator também muito importante. Porque, pra nós aqui do cerrado... achava que comer essas coisas era pobreza né. [...] Isso é muito interessante. Isso é um sinal de pobreza, aí a gente foi descobrindo que não. Primeiro que não é pobreza, segundo que é uma alimentação natural, é uma alimentação [...] Saudável né. Tá quase boa. É... e aí a gente vai descobrindo tudo isso.

Arlete de Almeida Silva

Significados socioeconômicos

A produção de licor tem proporcionado o sustento ou a complementação da renda de diversas famílias que vivem em Buritizeiro. A fabricação e comercialização do produto aumentou ao longo dos anos. Atualmente, os produtores expõem sua produção em diversos eventos, estando presente também nas feiras e mercados.

09 AÇÃO DE SALVAGUARDA

Nas ações de salvaguarda do modo de fazer licor de pequi e murici também devem ser levados em conta a questão da vegetação, visto que ela é a matéria-prima no processo de produção. Nesse sentido é necessário que haja um controle do extrativismo, como forma de valorizar e garantir a existência da biodiversidade do cerrado norte mineiro.

Além disso, devem existir ações no sentido de garantir espaço para o armazenamento, a produção e a comercialização dos frutos e seus derivados, como o licor. É preciso assegurar também a transmissão dos saberes associados ao beneficiamento dos frutos do cerrado, atividade característica dos moradores dessa região.

Além desses itens, é importante possibilitar a regularização ou institucionalização de pessoas e/ou grupos envolvidos na atividade de produção do licor, pois isso os habilita a participar de feiras e exposições, visto que atualmente essa formalidade garante e regulariza os aspectos legais e jurídicos relacionados à comercialização de produtos alimentícios. Outra ação viável é a realização de registro audiovisual sobre o processo de extração dos frutos do cerrado e de sua transformação em licor.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS **SABERES E OFÍCIOS**
10 ENTREVISTADOS

01	Nome	Arlete Almeida Silva	Tipo	Produtora de Licor			
Nascimento		Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
Mestre na fabricação do licor.							
Contato	Movimento Graal						

02	Nome	Jandra	Tipo	Produtora de Licor			
Nascimento		Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
Contato	Movimento Graal						

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Figura 2: Murici imerso na vodka.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

Figura 3: Extração da essência do Murici.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

Figura 4: Mistura do Murici na Vodka e Coamento.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

Figura 5: Engarrafamento do Licor.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5309_Buritizeiro_LPeMu_Nuhicre_iepha (39) Figura 2: IPAC_5309_Buritizeiro_LPeMu_Nuhicre_iepha (36) Figura 3: IPAC_5309_Buritizeiro_LPeMu_Nuhicre_iepha (40)
-------------	--

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SABERES E OFÍCIOS
--	--------------------------

	Figura 4: IPAC_5309_Buritizeiro_LPeMu_Nuhicre_iepha (51) Figura 5: IPAC_5309_Buritizeiro_LPeMu_Nuhicre_iepha (51)
Vídeos	Não se aplica.
Áudio	Entre_IPAC_5309_Buritizeiro_LPeMu_AAAlmeida_Nuhicre_iepha_4mar2013

13 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.P. de; SILVA, J.A. *Pequi e buriti: Importância alimentar para a população dos Cerrados*. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1994. 38p. (EMBRAPA-CPAC. Documentos 54).

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HALLS, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Guacira Lopes. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

IBGE. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=310940#> >. Acesso em 10 jun. 2013.

ROCHA, Eliana (coord.). *Almanaque Folclore nas Barrancas do São Francisco: retomando, refazendo e percebendo os caminhos da cultura*. Movimento Graal no Brasil: Belo Horizonte/MG e Buritizeiro/MG. S/D.

SILVA, Arlete de Almeida. Modo de fazer Doce de Buriti [04 de maio, 2013]. Buritizeiro. *Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco*. Entrevista concedida à Carlos Caixeta de Queiroz. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.

14 FICHA TÉCNICA

Fotografia	Raquel Helena de Mendonça e Paula, Elis Medrado Viana, Carlos Caixeta de Queiroz	2013
Vídeos	Elis Medrado Viana	2013
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula e Elis Medrado Viana	2013
Transcrição	Caroline Marques Flávio	2013
Levantamento	Elis Medrado Viana, Raquel Helena de Mendonça e Paula e Carlos Caixeta de Queiroz	2013
Elaboração	Carlos Caixeta de Queiroz	2013,
Revisão	Patrícia Lopes da Silva, Débora Raiza Rocha, Breno Trindade	2013 10/2014 22/09/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SABERES E OFÍCIOS

01 IDENTIFICAÇÃO

Denominação	PLANTAS MEDICINAIS				IPAC/MG	5310		
Município/s	Buritizeiro	Distrito						
Endereço	Rua 21 de abril, 1393. Bairro Vila Maria – Buritizeiro/MG. Tel. (038) 3742-2224.							
GPS	23k	Long. UTM	503575.00 m E	Lat. UTM	8080344.00 m S	Urbano	X	Rural



Figura 1: Plantação de ervas.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

Categoria						
Âmbito/Tema	Medicina Popular		Datas			
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual	Anual	Periódica	Mensal	Contínua	Cada X anos
Denominação	Raizeiros				X	
Outras denominações		Nível de integração				
		Comunidade		Oficial		Intercomunitária
Descrição da Periodicidade						
<p>O processo de coleta, esterilização e secagem de plantas com princípios ativos terapêuticos, é realizado de forma a atender às necessidades da população local. Algumas plantas utilizadas para a produção de medicamentos são cultivadas em hortas, outras são coletadas diretamente da vegetação nativa do cerrado. Assim, as plantas são colhidas de acordo com seu crescimento ou maturação.</p>						

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS****02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE**

O município de Buritizeiro localiza-se na região norte do Estado de Minas Gerais no Alto Médio do Rio São Francisco e é o 5º município do Estado em extensão territorial, com 7.236 km. Possui quatro distritos: Buritizeiro (sede), Paredão de Minas, Cachoeira do Manteiga e Sambaíba de Minas, além de três Comunidades Rurais de Assentamento de Reforma Agrária: Santa Helena, Jatobá e São Francisco.

A cidade de Buritizeiro, sede do município, situa-se nas margens do Rio São Francisco, próximo à BR 365 e sua origem está relacionada com o estabelecimento de um porto de navegação entre a cidade de Buritizeiro e Pirapora e à atividade de pesca que se concentrou na região. Os dois municípios são interligados pela ponte Marechal Hermes que está sobre o rio São Francisco e fazia parte do traçado da ferrovia de um projeto que pretendia conectar o Rio de Janeiro à Belém. A ponte é um bem cultural tombado pelo Estado de Minas Gerais.

O município de Buritizeiro herdou múltiplas tradições culturais associadas ao Rio São Francisco, tais como a memória histórica, seus mitos e lendas relacionados à vivência com o Rio, seu artesanato característico do vale, sua culinária, entre outros. Uma de suas tradições mais populares é a utilização dos frutos típicos da região na produção de alimentos e artefatos. Dentre eles destacam-se o murici, o buriti, o pequi e o baru, importantes espécies que contribuem para alimentação e sustento dos moradores de Buritizeiro. A flora própria do cerrado propiciou do mesmo modo a obtenção dos medicamentos necessários para a colonização da região.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

A origem do conhecimento do homem sobre as virtudes das plantas confunde-se com sua própria história e experiência com o ambiente a sua volta. Provavelmente, o domínio sobre esse universo se deu a partir da necessidade em suprir demandas básicas, através das casualidades, tentativas e observações, conjunto de fatores que constituem o empirismo. Os primeiros grupos humanos dependiam fundamentalmente da natureza para a sua sobrevivência e tinham nas plantas naturais sua principal fonte de cura de suas enfermidades.

Almeida (2011) aponta que o registro mais antigo relacionado ao conhecimento de plantas medicinais refere-se a Pen Ts'ao, de 2800 a.C., escrito pelo herborista chinês Shen Numg, que descreve o uso de centenas de plantas medicinais na cura de várias moléstias.

São diversas as fontes que tratam da eficácia das drogas de origem vegetal e seus usos desde as mais remotas civilizações, na chamada “Matriz Geográfica” da civilização ocidental: o quadrante noroeste que envolvia Europa (Mar Mediterrâneo), África Setentrional (Vale do Rio Nilo), Ásia Ocidental (Mesopotâmia) e as regiões entre os rios Tigre e Eufrates. (ALMEIDA, 2011, p. 35).

O autor destaca que no Brasil, são consideradas cinco principais regiões em abundância de espécies medicinais: Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Pantanal Matogrossense, Cerrado e Caatinga. Algumas dessas regiões possuem plantas medicinais indicadas popularmente, das quais ainda não foram realizados estudo químico, farmacológico ou toxicológico.

Entre as contribuições dos variados povos que ocupam o Brasil, destaca-se a influência negra que após três séculos de tráfico escravo, muitas foram as espécies vegetais trazidas, substituídas por outras de morfologia externa semelhante, enquanto algumas foram levadas daqui para o continente africano. Após a abolição e em decorrência do refluxo migratório de africanos e seus descendentes muitas espécies foram transplantadas para a África: milho, guiné, pinhão branco, batata doce, fumo e algumas espécies de Annona (pinha, fruta de conde, graviola). Em contrapartida, muitas espécies africanas como a mamona, dendê, quiabo, inhames, tamarineiro e jaqueira, se adaptaram bem ao clima brasileiro e tornando-se comuns em algumas regiões.

Os grupos indígenas são outra importante base desse conhecimento acumulado. Durante muitos

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

anos a atenção dos pesquisadores em etnofarmacologia esteve voltada para a Amazônia, em busca de produtos psicoativos de origem vegetal. Nessa busca, tornaram-se conhecidas várias drogas utilizadas pelos indígenas, principalmente nos momentos ritualísticos. Nas últimas décadas os costumes de alguns grupos indígenas localizados para além da Amazônia como Pataxós, Kaiapós, Tiriyo e Tenharins, vêm sendo estudados por pesquisadores em etnofarmacologia. Os resultados revelam ampla experiência em plantas medicinais.

Outras heranças culturais que contribuíram diretamente para a medicina popular no Brasil estão os grupos de imigrantes orientais e europeus concentrados mais ao Sul e Sudeste do país, fato explicável pelo forte fluxo migratório dessas comunidades nessas regiões. Algumas plantas europeias adaptaram-se e difundiram-se na medicina e culinária regionais. Por exemplo, a erva-cidreira, a erva-doce, o manjeriço, o alecrim, o anis-verde e o louro. O mesmo tem ocorrido com espécies de origem asiática como o gengibre, a raiz forte, a canela e o cravinho da Índia.

Mesmo com a intensa transformação gerada pelo acesso à serviços de saúde formais, a aplicação desse conhecimento no cotidiano de famílias se tornou comum em muitas localidades do país convivendo concomitantemente com outras formas de saberes. Em Buritizeiro, paralelamente ao uso difuso entre os moradores, a prática do uso de plantas medicinais ganhou outra proporção quando passou a ser organizada com a ação do Movimento Graal no Brasil a partir do Projeto Vila Maria II, desenvolvido na comunidade Vila Maria. Um grupo de mulheres e homens reúne-se no laboratório de remédios naturais Ipê Roxo para pesquisar sobre plantas medicinais e produzir medicamentos. A pesquisa visa resgatar os saberes tradicionais relacionados ao uso e cultivo das plantas de uso terapêutico. Hoje a principal responsável pelo saber das plantas medicinais é a Sra. Maria de Lourdes Meireles, moradora da cidade de Buritizeiro e participante do Movimento Graal no Brasil, uma organização não governamental com fundamentos ecumênicos.

04	DESCRIÇÃO
	Extensão da Atividade na Região
	O uso das chamadas plantas medicinais se estende por toda área rural e pequenos municípios do vale do São Francisco.
	Procedimentos Técnicos Básicos
	A preparação de plantas medicinais para uso terapêutico pode ser feita de várias formas: cataplasma (espécie de pomada para uso tópico); decocção (fervura para dissolução dos princípios ativos); inalação (através da combinação de vapor d'água com plantas aromáticas); infusão (modo tradicional de preparação de chás); sumos ou sucos; poções (mistura de plantas, xarope e outros extratos); xarope (preparações dissolvendo-se a substância da planta em açúcar e água ou álcool), entre outras.
	Transformações e Permanências
	Pelo menos em casos isolados como a da entrevistada Maria de Lourdes, técnicas e saberes paralelos a prática tradicional foram incorporados ao conhecimento. Como é o caso da caso da Bioenergética, em que se utiliza duas hastes de metal que se abrem ou fecham conforme a energia transmitida pela pessoa, usada por Maria para identificar a planta adequada para se utilizar no doente.
	Espaços/ Ateliê
	Direção
	Maria de Lourdes, responsável pela Farmácia Ipê Roxo, onde se cultiva plantas medicinais e se prepara os medicamentos.
	Descrição
	Há duas formas de obtenção da matéria prima vegetal. A primeira se dá por meio da coleta de raízes e

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

sementes. A segunda pelo cultivo de vários tipos de ervas em hortas domésticas. Depois de obtidas as plantas são lavadas cuidadosamente e seguem para o processo de secagem na sombra.

Após a secagem, o material é armazenado em caixas separadas e identificadas de acordo com cada tipo de planta ou raiz, flores ou sementes. Feito este processo, as plantas medicinais encontram-se em um estado de conservação que permite sua utilização por longo tempo. Os usos e funções que as plantas possuem são de conhecimento popular. As plantas secas serão usadas principalmente para se fazer chás ou misturas. Uma dessas misturas consiste em triturar as plantas, sementes ou raízes secas e misturar em farinha de mandioca ou de batata que poderá ser colocada nas refeições. Das plantas verdes extraem-se essências e aromas a partir da infusão em álcool puro. A essência extraída de cada planta é armazenada em garrafas de vidros escuros. As essências são usadas para a preparação de xaropes, garrafadas ou compostos de acordo com o tipo de doença a ser tratada.

Fontes de Energia

Tipo	Descrição	Variedades	Uso	Custos
Não se aplica.				

Matérias Primas

Descrição	Plantas, raízes, sementes, flores, ervas em geral. Água potável, álcool absoluto, cachaça e vodka.
Procedência	Algumas plantas utilizadas na medicina popular são cultivadas em hortas, outras plantas, raízes e sementes são coletadas na vegetação de cerrado da região de Buritizeiro.
Forma de Aquisição	Plantio e coleta
Uso	Terapêutico.
Custo	Não identificado.
Período de Obtenção	Todo o ano.

Instrumentos/ Ferramentas

Mesa para secagem das plantas; vidros escuros, armário de madeira para armazenar o xarope extraído das plantas, pia para lavagem, luvas, sacos plásticos e tesoura.

05 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Garrafada	Medicamento	Medicina Caseira	-	-
Modo de Fazer Farinha de Mandioca	Culinária	Comida	-	5322
Parteira	Ofício	Medicina Caseira	-	5364

06 FORMAS DE TRANSMISSÃO**Procedência do Saber**

O saber procede de práticas tradicionais disseminadas entre os habitantes do cerrado mineiro.

Transmissão

Pais – Filhos	X	Mestre – Aprendiz	X	Escolas		Grupos	X	Outros	
---------------	---	-------------------	---	---------	--	--------	---	--------	--

Modo de Transmissão

Geralmente a transmissão do saber sobre as plantas medicinais e seu uso é feito através das gerações que experimentaram um modo de vida rural. O conhecimento das espécies e técnicas utilizadas é transmitido pela oralidade. Hoje em Buritizeiro a transmissão se dá também a partir de cursos e seminários promovidos pelo Movimento Graal no Brasil.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS****Forma de Continuidade**

Atualmente o Movimento Graal no Brasil vem desenvolvendo atividades de fomento ao conhecimento de plantas medicinais junto à Buritizeiro, o que auxilia na continuidade dessas práticas. Outra possibilidade de ação é o envolvimento do poder público junto aos produtores locais e a expansão desse conhecimento junto às escolas do município de forma a divulgar para demais gerações o saber em questão.

Transformações

Em relação ao saber tradicional, as técnicas e o uso das plantas medicinais não sofreram grandes transformações a partir da criação do laboratório de remédios naturais.

07 **ÁREA DE ABRANGÊNCIA**

Comunidade		Município		Região	x	Estado		Nacional	
Observação									

Participação turística

Não identificada.

08 **COMENTÁRIOS****Identidade construída em torno da atividade**

O processo de coleta de plantas medicinais, a produção de remédios naturais e o uso que se faz dessas plantas e remédios instituem uma relação simétrica entre o social e o natural, entre os homens e a biodiversidade do cerrado. O uso de plantas medicinais é fortalecido não apenas como uma alternativa para aqueles que não têm acesso aos produtos produzidos pela indústria e pelo mercado de fármacos, mas, sobretudo, caracteriza o saber e a prática de um determinado povo.

Possibilidade de continuidade

Há uma considerável possibilidade de continuidade deste ofício, pois existe um grupo de mulheres que trabalham com remédios naturais e oferecem cursos, buscando parcerias com outras ONGs, escolas e igrejas para a realização dessas capacitações a fim de atualizar os conhecimentos já adquiridos e conhecer novas técnicas e usos das plantas medicinais. Ponto de maior relevância é em relação a necessidade de preservação dessas plantas nativas do cerrado do norte de Minas Gerais para a continuidade da prática e da biodiversidade regional. A continuidade das práticas ligadas a biodiversidade do cerrado é totalmente dependente de sua conservação enquanto bioma específico.

Necessidades do Ofício	Instalações	Não se verificou necessidade.
	Instrumentos	Não se aplica.
	Matéria-Prima	Não se aplica.
	Pessoal	Não se aplica.
	Formação	Não se aplica.
	Comercialização	Não se aplica.

Ofícios ou técnicas com necessidade de documentar/ proteger

Os saberes tradicionais sobre as espécies e as técnicas utilizadas para a manipulação das plantas medicinais são passíveis de estudos mais aprofundados de modo a resultar em publicação para sistematização desse conhecimento e possibilidade de divulgação para setores e instituições diversas.

Comentários do elaborador

O uso das plantas medicinais constitui um dos importantes aspectos dos sistemas de classificação dos saberes tradicionais. Representa, portanto, uma prática e uma cosmologia marcante e definidora das comunidades que ainda preservam medicamentos elaborados a partir das plantas, configurado assim, em um patrimônio cultural expressivo e significativo.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS****Comentários dos Entrevistados**

Assim, primeiro por necessidade que a gente, que eu tava tendo, porque eu tinha um menino que toda vida tava quase toda semana, que eu celebrava duas vezes por dia, ele sofreu pneumonia, e aí sempre ta levando no hospital, e aquela demanda forte por ser atendida na época, através aqui uns 17 anos atrás, aí sendo que, eu fui uma pessoa que eu já falei lá, meu pai tinha um conhecimento muito grande de plantas medicinais, só que eu só sabia fazer assim um chá, uma coisa assim muito simples, mais aí veio. Ainda, que é da paróquia, que faz o curso na paróquia, e ela começou a dar o curso, aí a gente aprendeu a fazer xarope, tipo já conhecia os remédios, mas não sabia como fazia.

No caderninho, e foi fazendo, pegou todas as plantas que a gente colhia, e eu saía pelos quintais com as mulheres, como eu tinha conhecimento eu ia falando pra que servia. Igual, por exemplo, eu tive naquele quintal lá e eu ia falando pra ela, algumas plantas ela tirou, aí sempre assim meu trabalho aqui não era sozinha, nós éramos 22 mulher, nós era várias. E eu fiz aquele curso, que fala bioenergético, aquele que a gente sabe que a pessoa ta sentido ao mesmo tempo. O teste que eles fazem o teste da varinha, porque faz de duas né, eu fiz aquele lá também que a gente, no caso a gente olha qual é a planta que realmente ela serve pra remédio pra qual organismo que ela pode passar. Porque às vezes, por exemplo, a imbaúba pode ser bem pra mim, mas pra você pode não ser. Sabe, então a gente testava a planta no organismo da pessoa através do teste.

Com a tintura nós prepara um composto que nós chama composto. Por exemplo, se a pessoa tem problema de coluna nós passamos, dois pra coluna, dois pro rim, a gripa e um tem ser o composto, por exemplo, se eu passo pra coluna ou seja o rins, o remédio é muito fresco, eles costumam dizer assim, aí a gente tem que passar o que serve pra gripe porque não vai sentir, não vai ficar gripado.

E pra extrair essa tintura é o que, é infusão, é fervura? Infusão. Infusão em álcool, só que hoje, até por isso nós 'tamo querendo ter um novo conhecimento porque a gente ficou sabendo que o álcool não pode ser mais usado, tem que ser com a pinga. Que tem que extrair com a pinga, porque e tem que ser pinga boa, pinga que tem destilada, que não seja qualquer pinga.

É seca. Da folha da mandioca, a gente tritura ela, da uma quebrada nela lá, vê as toxina né, tentar trazer pra lavar, e que nem usava isso, antes que é mais produto que fazia a multimistura era com a folha da batata né, aí nós trabalhamos mais com a batata. Depois a gente tira ela nós fazia com, semente de abobora, com semente de mamão, mas as crianças não estavam gostando, com casca de laranja também não.

Maria de Lourdes

Significados socioeconômicos

Oferecer uma alternativa viável economicamente para o medicamento alopático.

09 AÇÃO DE SALVAGUARDA

Propomos como ação de salvaguarda etnografar os sistemas de classificações sobre biodiversidade do cerrado como forma de se preservar o saber e o uso das plantas medicinais como um patrimônio cultural dos moradores da região do cerrado. Sugerimos também o registro áudio visual sobre o processo de preparo das plantas medicinais, bem como o registro fotográfico sobre os tipos de plantas mais utilizadas na região e sua função. Tal proposta busca preservar e divulgar a cultura popular de Buritizeiro.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SABERES E OFÍCIOS

10 ENTREVISTADOS

01	Nome	Maria de Lourdes Meireles	Tipo					
	Nascimento		Sexo	F	Idade	50	Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)								
Responsável pela equipe do Projeto Movimento Graal do Brasil.								
Contato		Movimento Graal do Brasil						

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

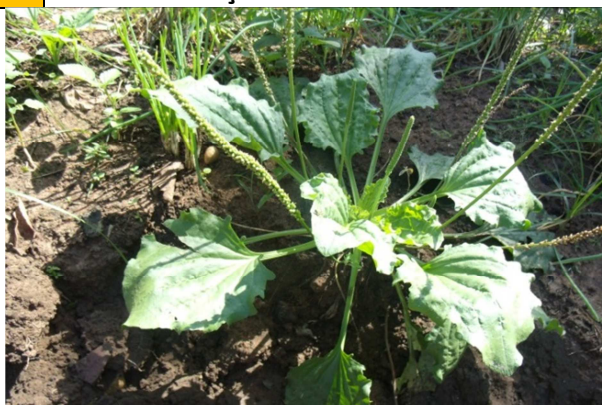


Figura 2: Plantas medicinais Tansagem.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

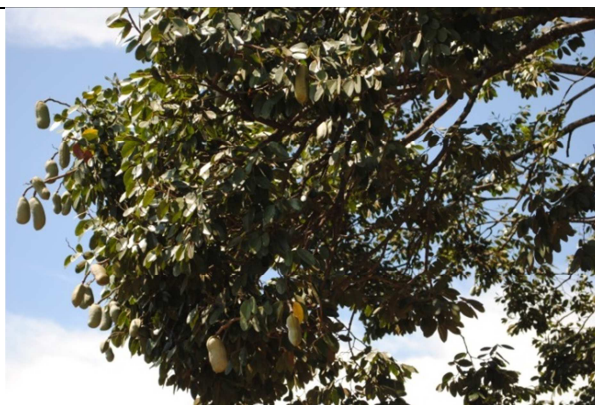


Figura 3: Plantas medicinais Jatobá.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 4: Secagem das plantas medicinais.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

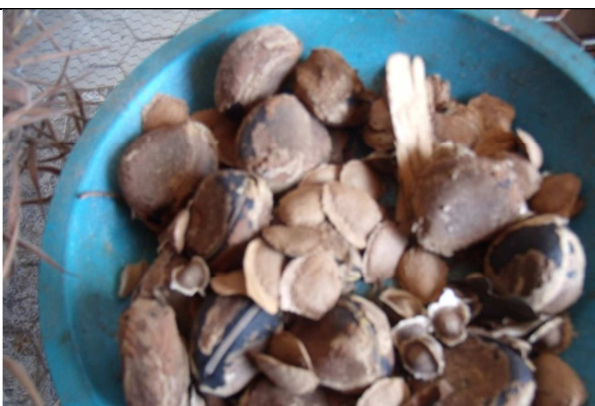


Figura 5: Sementes secas.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5310_Buritizeiro_PMedi_Nuhicre_lepha (12) Figura 2: IPAC_5310_Buritizeiro_PMedi_Nuhicre_lepha (14) Figura 3: IPAC_5310_Buritizeiro_PMedi_Nuhicre_lepha (48) Figura 4: IPAC_5310_Buritizeiro_PMedi_Nuhicre_lepha (4) Figura 5: IPAC_5310_Buritizeiro_PMedi_Nuhicre_lepha (9)
Vídeos	Vídeo 1: IPAC_5310_Buritizeiro_PMedi_MMeireles_Nuhicre_lepha_2013 (1) Vídeo 2: IPAC_5310_Buritizeiro_PMedi_MMeireles_Nuhicre_lepha_2013 (2) Vídeo 3: IPAC_5310_Buritizeiro_PMedi_MMeireles_Nuhicre_lepha_2013 (3) Vídeo 4: IPAC_5310_Buritizeiro_PMedi_MMeireles_Nuhicre_lepha_2013 (4)

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

	Vídeo 5: IPAC_5310_Buritizeiro_PMedi_MMeireles_Nuhicre_iepha_2013 (5)
Áudio	Entre_IPAC_5310_Buritizeiro_PMedi_MMeireles_Nuhicre_iepha_2013

13 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mara Zélia de. *Plantas Mediciniais*. 3. ed. - Salvador : EDUFBA, 2011. 221 p.

Cartilha de Plantas Mediciniais. Elaborada no âmbito do Projeto Vila Maria II, desenvolvido pelo Movimento do Graal no Brasil e CRIC (Centro Regionale d'Intervento per La Cooperazione Calabria). Buritizeiro: CADCS (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Sustentável), 2003.

Farmácia Ipê Roxo – Buritizeiro. Disponível em: < <http://cirandas.net/farmacia-ipe-roxo-buritizeiro/> > Acesso em: 26 nov.2014.

GASPAR, Lúcia. *Plantas medicinais*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

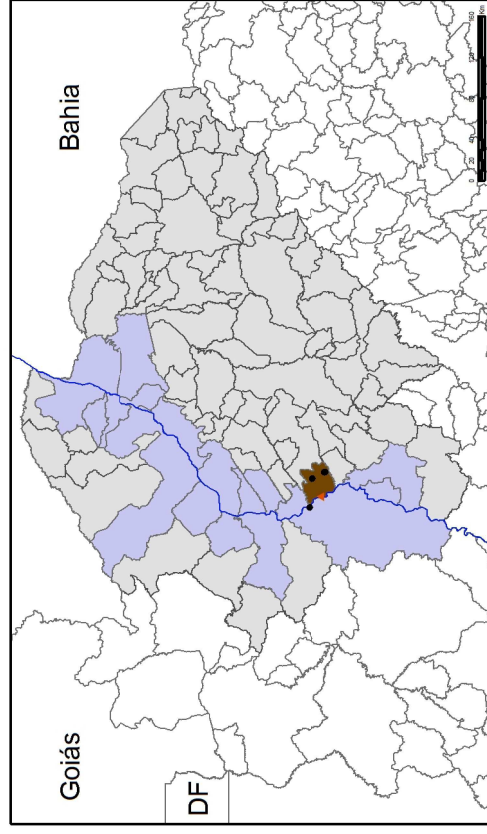
MEIRELES, Maria de Lurdes. *Plantas Mediciniais*. [2013]. Buritizeiro. *Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco*. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.

14 FICHA TÉCNICA

Fotografia	Elis Medrado Viana, Carlos Caixeta de Queiroz, Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Vídeos	Elis Medrado Viana.	2013
Áudio	Elis Medrado Viana, Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Transcrição	Caroline Marques Flávio.	2013
Levantamento	Elis Medrado Viana, Carlos Caixeta de Queiroz, Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2012 /2013
Elaboração	Carlos Caixeta de Queiroz.	2013
Revisão	Denílson Meireles Barbosa, Nôila Ferreira Alencar, Patrícia Lopes da Silva; Débora Raiza Rocha; Leonardo Augusto Silva de Freitas, Breno Trindade.	2013 11/2014 23/09/2015
Observações		

Ibiaí

IBIAÍ



Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- Localidades
- ▲ Localidade Inventariada
- ~ Rio São Francisco
- Macrorregião do Norte de Minas
- Municípios Inventariados
- Município de Ibiaí
- Municípios de Minas Gerais

Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: Sad - 69
Fonte: IBGE 2010, Convênio IEPHA/ UNIMONTES.
Org: OLIVEIRA, G.H.G.; RIBAS, J.L.T, 2013.

Bens Culturais e Contatos – Ibiaí

- Arraiá do Povo
- Benzedeira – Dona Messias
- Benzedeira – Dona Tazinha
- Benzedor – Minervino Pereira da Silva
- Benzedor – Seu Gregório
- Comunidade Quilombola Barra do Pacuí
- Comunidade Quilombola Barra do Pacuí
- Dança de São Gonçalo
- Derivados de farinha e bens associados – Beijú
- Festa da Padroeira – Nossa Senhora Aparecida
- Festa do Padroeiro – Santo Antônio
- Festa do Padroeiro – São João
- Festa do Padroeiro – São Pedro
- Festa do Padroeiro São Gonçalo
- Igreja da Nossa Senhora da Conceição
- Lenda da Mãe d'Água
- Lenda do Caboclo D'água
- Pastorinha
- Prefeitura Municipal de Ibiaí. Endereço: Praça 31 de Março, 555. Ibiaí/MG. 39350-000. (38) 3746-1107
- Voleiros de Ibiaí

■ Celebrações e Ritos ■ Formas de Expressão ■ Lugares ■ Saberes e Ofícios ■ Localidade ■ Contato

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
--	-------------------

01 IDENTIFICAÇÃO									
Localidade		IBIAÍ							
Município		Ibiaí					IPAC/MG		-
Distritos		Ibiaí			Sítio	Vale do São Francisco			
GPS	23k	Long.UTM	519915.00 m E	Lat. UTM	8143001.00 m S	Urbano	X	Rural	



Figura 1: Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

02	REFERÊNCIAS CULTURAIS
-----------	------------------------------

Em Ibiaí, muitos vivem da pesca e da agricultura. A principal festa religiosa homenageia a padroeira do município: Nossa Senhora Imaculada Conceição, no dia 08 de dezembro. Com suas praias a beira do Rio São Francisco, tornou-se tradição a realização da Festa de Praia, no mês de setembro. O Clube de Pesca Tangará, é um importante marco cultural do município, pois, mantém a tradição da pesca artesanal. Vale destacar ainda a Festa Junina de Ibiaí, importante festa do município que conta com shows, barraquinhas e atividades religiosas. Acontece em Ibiaí, também, a Festa de São Sebastião com a cavalgada. Na culinária se destaca a Paçoca de Baru, feita e consumida por muitos moradores da cidade. Como elemento cultural cita-se ainda as lendas do Caboclo d'água e da Mãe d'água, bem como a comunidade de Barra do Pacuí.

03	DESCRIÇÃO
-----------	------------------

	População e Localização
--	--------------------------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
<p>O município de Ibiaí está localizado à margem esquerda do rio São Francisco, ao norte do estado de Minas Gerais. O município limita-se com as cidades de Ponto Chique, Buritizeiro, Lagoa dos Patos e Coração de Jesus e está há cerca de 550 km de Belo Horizonte. O acesso rodoviário se dá através das BR-040, BR-135, BR-496 e BR-365. Tem como elemento natural a presença do rio São Francisco. Ibiaí possui uma população que gira em torno de 8000 habitantes, distribuídos em uma área de 874.760 km².</p>	
Paisagem Natural e Meio Ambiente	
<p>A altitude máxima de 772m está na divisa com o município de Coração de Jesus e a mínima na foz do rio Pacuí, com 469m. As terras são planas com ondulações de baixas altitudes, por estar na depressão são-franciscana. Na área central, no interior do município, destaca-se o riacho da Extrema, o riacho das Gamelas e o riacho Canabrava que são afluentes que desaguam no rio São Francisco. O riacho do Barro faz limite com o município de Lagoa dos Patos na porção sul. Destaca-se, também, a formação de praias fluviais ao longo do rio São Francisco. O Cerrado é o bioma predominante, diferenciando-se entre Cerrado de campo limpo e campo sujo e as matas de galerias nas margens dos rios.</p>	
Marcos	
<ul style="list-style-type: none">- Porto Fluvial;- Igreja de São Sebastião;- Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição;- Praça Trinta e um de Março;- Clube de Pesca Tangará;- Clube Social de Ibiaí;- Praia- Rio Pacuí- Rio São Francisco	

04	FORMAÇÃO HISTÓRICA
<p>A formação histórica de Ibiaí remonta a meados do século XVII, quando ocorreu a fundação da fazenda do Pacuí, conhecida como Barra do Pacuí Antônio da Silva Vasconcelos. Esteve vinculada ainda ao povoado de Extrema, que pertencia ao município de Vila Risonha de Santo Antônio da Manga de São Romão. Segundo consta, a gênese do povoado está ligada a figura de Adrião Gonçalves Ferreira, conhecido como fundador da fazenda de Extrema. A região de Extrema foi palco de insurreições e motins motivados pela cobrança do quinto de ouro, imposto cobrado pela coroa portuguesa.</p> <p>O povoado também foi visitado por viajantes durante o século XIX, como o botânico, médico e desenhista austríaco Johann Baptist Emanuel Pohl, que registrou em seu diário que "a nove milhas ao noroeste fica o arraial ainda menor da Extrema, no rio São Francisco, onde se produzem laranjas e outras frutas, e, sobretudo muito algodão. O rio fornece peixe em abundância, e a próspera criação de gado dos arredores, grande quantidade de carne".</p> <p>Podem-se citar ainda as referências descritas pelo engenheiro alemão Henrique Halfeld, que passa por Extrema, e em seu relatório registrou suas impressões:</p> <p style="padding-left: 40px;">Sobre uma colina está situado o arraial da Extrema, que tem uma igreja e 45 casas pequenas. O seu comércio é tanto pelo rio acima, bem como por terra com o arraial da Manga [Guaicuí] e rio abaixo com o Brejo do Salgado e para dentro com a vila de Formigas e o Distrito Diamantino. Não observei muita animação neste arraial e sim muita pobreza e depravação.</p> <p>Até se emancipar o município de Ibiaí passou por diversas alterações relativas à sua toponímia e sua subordinação jurídica e administrativa. Nesse contexto, o distrito, que anteriormente se chamava Conceição da Extrema, criado oficialmente em 1848, pela Lei provincial nº 377. Já no século XX, passou a se chamar</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
<p>Borda do Rio, a partir da Lei estadual nº 556, de 30-08-1911. Posteriormente, pela Lei Estadual nº 921, de 24-12-1926, o distrito de Borba do Rio passou a se denominar Ibiaí. No ano de 1960 houve uma nova mudança e a localidade foi subordinada ao município de Coração de Jesus. Somente 30 de dezembro de 1962 Ibiaí foi elevada à categoria de município, tendo se desmembrado de Coração de Jesus.</p> <p>O transporte fluvial através do rio São Francisco em conjunto com a atividade agropecuária e o comércio de sal foram determinantes para a ocupação da região. Na década de 1920, foi construída a estrada de ferro, completando o transporte fluvial e o de via animal. Com o evento da exploração agropecuária, a comunidade passou a se dedicar a esse tipo de atividade que viria a se tornar a base maior da economia municipal. Durante longos anos existiram inúmeras festividades na cidade, hoje, muitos vivem das lembranças de uma terra que sempre estava em festa e que quase já não acontecem mais como: leilões, procissões religiosas e alvoradas. A banda da cidade, que acompanhava os festejos, também não existe, deixando saudade em muitos. Contudo, ainda é muito forte no município a celebração de Nossa Senhora Imaculada Conceição, a pesca artesanal e a intensa ligação com o rio São Francisco.</p>	

05 CRONOLOGIA	
Data	Evento
Século XVIII 09-10-1848	As referências mais antigas sobre o início da povoação remontam ao século XVIII, quando por aqui passou o Padre Pizarro, secretário do Arcebispo do Rio de Janeiro, já encontrando um núcleo formado com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Extrema. Distrito criado com a denominação de Conceição da Extrema, pela Lei, provincial nº 377, de 09-10-1848 (IBGE).
30-08-1911	Pela Lei estadual nº 556, de 30-08-1911, o distrito de Conceição da Extrema passou a chamar-se Borda do Rio.
1920	A navegação pelo rio São Francisco, um comércio ativo de sal e a criação de gado bovino, presume-se que foram os fatores determinantes da ocupação do território. Esse ritmo de evolução foi incentivado com a implantação da estrada de ferro ligando Corinto a Montes Claros, passando o transporte a ser feito, também, pela navegação (IBGE).
01-09-1920	No quadro de apuração do Recenseamento Geral 1-IX-1920, figura no município de Inconfidência o distrito denominado Extrema (Ex - Conceição da Extrema).
07-09-1923	Pela Lei estadual nº 843, de 07-09-1923, o distrito de Extrema passou a chamar-se Borda do Rio.
24-12-1926	Pela Lei estadual nº 921, de 24-12-1926, o distrito de Borda do Rio passou a chamar-se Ibiaí.
20-09-1928	Pela Lei estadual nº 1035, de 20-09-1928, o município de Inconfidência passou a denominar-se Coração de Jesus.
1933 a 1960	O distrito de Ibiaí (ex-Borda do Rio) passa a pertencer ao município de Coração de Jesus (ex-Inconfidência), a partir de uma divisão administrativa, permanecendo até 01/7/1960.
30-12-1962	Elevado à categoria de município com a denominação de Ibiaí, pela Lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, desmembrado de Coração de Jesus. Sede no antigo distrito de Ibiaí.
01-03-1963 a 1969	Ibiaí é constituído do distrito sede. Instalado em 1963. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-01-1979.
08-10-1982	Pela Lei estadual nº 8285, de 08-10-1982, é criado o distrito de Bom Jesus de Vereda é anexado ao município de Ibiaí.
2003	Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído de 2 distritos: Ibiaí e Bom Jesus de Vereda. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.
2011/2012	A pavimentação da estrada que liga Ibiaí ao município de Coração de Jesus altera as relações sociais e econômicas.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

06 PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

IBIAÍ

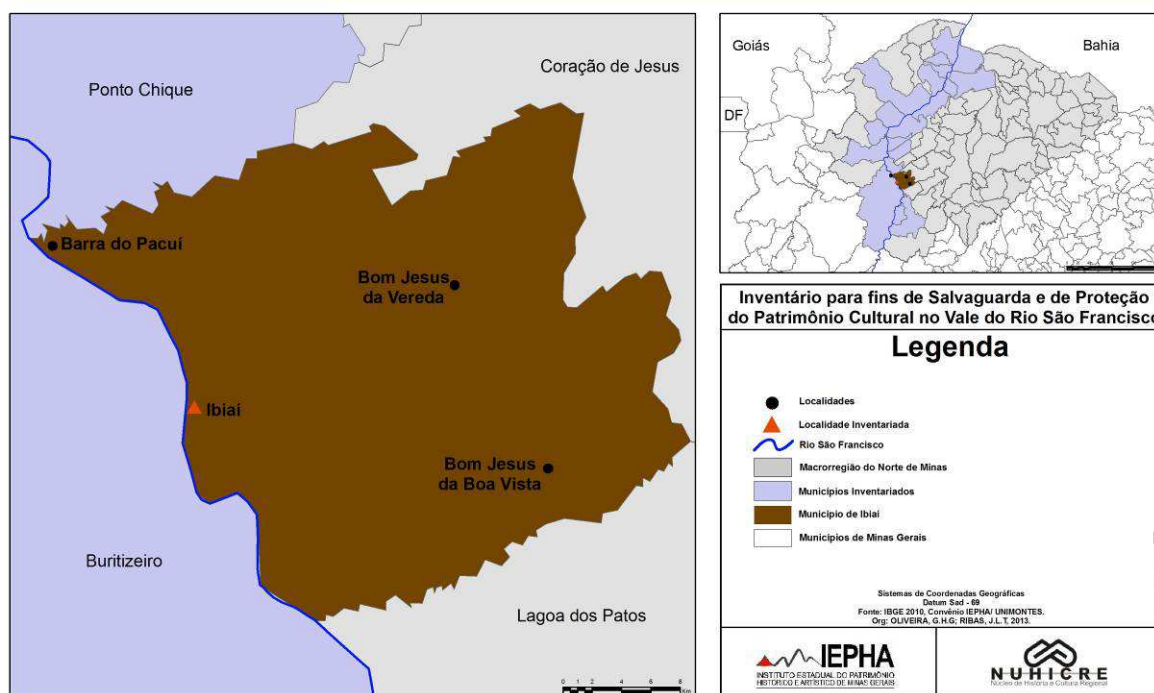
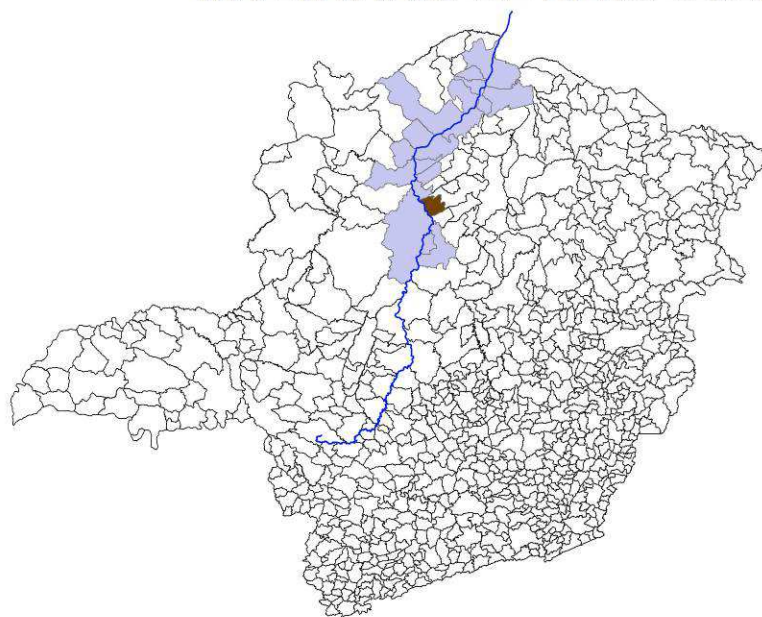


Figura 2: Mapa de localização de Ibiaí
Fonte: IEPHA/MG - NUHICRE

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE IBIAÍ



BENS INVENTARIADOS

- . Lugares: Comunidade Barra do Pacuí
- . Expressão: Mitos e Lendas do Rio - Mãe d'água e Caboclo d'água
- . Saberes: Modo de Fazer Paçoca de Barú



Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum Sad - 69
Fonte: IBGE, 2010; Imagens Rapideye - Composição: 1R,2G,3R, 2011; Convênio IEPHA / UNIMONTES
Org: OLIVEIRA, G.H.G; RIBAS, J.L.T,2013.



Figura 3: Mapa de localização de Ibiaí e bens inventariados na localidade.
Fonte: IEPHA/MG - NUHICRE

07 LEGISLAÇÃO

Instrumentos de Proteção Ambiental e Patrimonial e de Planejamento

Conselho Municipal de Meio-ambiente.
Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico.
Lei Orgânica do Município de Ibiaí.
Tombamento da Embarcação “Balsa CC-15-69-01”, ancorada no Porto Fluvial do Rio São Francisco, no município de Ibiaí (Lei Municipal nº 168 de 26 de março de 2002; Decreto 162 de 23 de Janeiro de 2003).

08 RECOMENDAÇÕES

- 1 - Desenvolver projetos – principalmente nos ambientes escolares – sobre a importância do rio São Francisco em questões culturais, ambientais, econômicas e sociais, realizando desse modo a educação patrimonial.
- 2 – Realizar cursos de capacitação para as doceiras e biscoiteiras, construção de locais para que melhor se organizem, valorizem e divulguem sua produção, como um cunho cultural e também como forma de renda.
- 3 – Promover ações de divulgação e valorização da cultura e tradições.
- 4 – Produzir documentários audiovisuais sobre as manifestações culturais presentes nos municípios, como forma de valorização e divulgação das mesmas.

09 DOCUMENTOS ANEXOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
Fotografias	
Figura 1: IPAC_Ibiai_Localidade_Nuhicre_Iepha (30) Figura 2: IPAC_Ibiai_Localizacao_Mapa Figura 3: IPAC_Ibiai_Bens_Inventariados_Mapa	
Bens Culturais Inventariados	
Comunidade Barra do Pacuí. Mitos e Lendas do Rio: Mãe d'Água e Caboclo d'Água. Modo de Fazer Paçoca de Barú.	
Contatos	
Maria do Céu – Prefeitura (9922-4852) Clésio Almeida – Secretário de Cultura do Município – 9727-3636 Prefeitura de Ibiaí – 38- 3746-1107 Hélio Batista Costa – Setor Administrativo da Prefeitura (38) 9860-8253 Izalva Pereira da Fonseca – (38)9801-5247 João Batista Queiroz de Oliveira – (38)9801-5247	
Numeração das Fichas de Identificação de Bens	
5311 – Comunidade Barra do Pacuí. 5312 – Mitos e Lendas do Rio: Mãe d'Água e Caboclo d'Água. 5313 – Modo de Fazer Paçoca de Barú.	

10	REFERÊNCIAS
	PIZARRO e ARAUJO, Jose de Souza Azevedo. <i>Memórias históricas do Rio de Janeiro</i> . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: INL 1948. v.8. T. 2 (Biblioteca Popular Brasileira, 10)
	Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais, caixa 5, doc. 41
	BELÉM, R. A. <i>Zoneamento ambiental e os desafios da implementação do Parque Estadual Mata Seca, Município de Manga, Norte de Minas Gerais</i> . 2008. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.
	BRANDÃO, C.R et al. A Geo-etnografia da Barra do Pacuí: experiências vividas nos lugares, nos espaços e entre a gente do sertão. In: <i>Unimontes Científica</i> , 2009.
	CEDEFES. <i>Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI – História e resistência / organizado por Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva</i> . Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.
	COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência</i> . Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília. 2003.
	HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; Relatório de viagem, 1860
	LACERDA, Carlos. <i>Desafio e Promessa – O Rio São Francisco</i> . Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.
	SANTOS, Thaís Dias Luz Borges. <i>A Comunidade rural Barra do Pacuí e suas territorialidades</i> . Montes Claros: Unimontes, 2012. Disponível em: < http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt08-06.pdf >. Acesso em: 10.04.2013.

11	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	Denílson Meireles Amaral Barbosa.	2013
Vídeos	Caio Hudson Rabelo Alves, Jorge Luiz Teixeira Ribas.	2012
Áudio	Jorge Luiz Teixeira Ribas, Simone Narciso Lessa.	2012

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
Transcrição	Jorge Luiz Teixeira Ribas, Elis Medrado Viana.	2012
Levantamento	Denílson Meireles Amaral Barbosa, Maria Generosa Ferreira Souto, Simone Narciso Lessa.	2012
Elaboração	Maria Generosa Ferreira Souto.	2013
Revisão	Flávia Alves Figueirêdo Souza; Leonardo Augusto Silva de Freitas; Debora Raíza Rocha, Andrezza Alves Velloso.	2013 10/2014 02/2015 22/06/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

01	IDENTIFICAÇÃO									
Denominação	MITOS E LENDAS DO RIO: MÃE D'ÁGUA E CABOCLO D'ÁGUA					IPAC/MG	5312			
Município(s)	Ibiaí			Distrito	Sede					
Endereço										
GPS	23k	Long. UTM	519915.00 m E	Lat. UTM	8143001.00 m S	Urbano		Rural	X	



Figura 1: Escultura do Caboclo D'água na praça Cais Água Viva, em Itacarambi -MG.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-MG - 2013.

	Categoria	Lendas e Mitos
	Tipologia da Atividade	Literatural Oral
	PERIODICIDADE	
	Início	Não se aplica.
	Fim	Não se aplica.
	Calendário Litúrgico	Não se aplica.
	Invocação	Não se aplica.
	Observação das Datas	Não se aplica.
	DENOMINAÇÃO	Lenda do Caboclo D'água

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES			
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE					
Os mitos e lendas fazem parte da tradição oral do município, estando presentes no cotidiano daqueles que se relacionam com o rio São Francisco, sendo constantemente contados e recontados.					
Outras denominações	Caboclo d'água	Nível de integração			
		Comunidade	X	Oficial	Intercomunitária

02	Histórico da Localidade
<p>A formação histórica de Ibiaí remonta a meados do século XVII, quando ocorreu a fundação da fazenda do Pacuí, conhecida como Barra do Pacuí Antônio da Silva Vasconcelos. Esteve vinculada ainda ao povoado de Extrema, que pertencia ao município de Vila Risonha de Santo Antônio da Manga de São Romão. Segundo consta, a gênese do povoado está ligada a figura de Adrião Gonçalves Ferreira, conhecido como fundador da fazenda de Extrema. A região de Extrema foi palco de insurreições e motins motivados pela cobrança do quinto de ouro, imposto cobrado pela coroa portuguesa.</p> <p>Até se emancipar o município de Ibiaí passou por diversas alterações relativas à sua toponímia e sua subordinação jurídica e administrativa. Nesse contexto, o distrito, que anteriormente se chamava Conceição da Extrema, criado oficialmente em 1848, pela Lei provincial nº 377. Já no século XX, passou a se chamar Borda do Rio, a partir da Lei estadual nº 556, de 30-08-1911. Posteriormente, pela Lei Estadual nº 921, de 24-12-1926, o distrito de Borba do Rio passou a se denominar Ibiaí, cujo topônimo significa em tupi-guarani, “o rio do planalto”. No ano de 1960 houve uma nova mudança e a localidade foi subordinada ao município de Coração de Jesus. Somente 30 de dezembro de 1962 Ibiaí foi elevada à categoria de município, tendo se desmembrado de Coração de Jesus.</p> <p>O transporte fluvial através do rio São Francisco em conjunto com a atividade agropecuária e o comércio de sal foram determinantes para a ocupação da região. Na década de 1920, foi construída a estrada de ferro, completando o transporte fluvial e o de via animal. Com o evento da exploração agropecuária, a comunidade passou a se dedicar a esse tipo de atividade que viria a se tornar a base maior da economia municipal.</p>	

03	ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS
<p>O sítio abordado para o desenvolvimento da pesquisa possui grande importância histórico-cultural. Foi identificado como os ribeirinhos que “percebem” a paisagem do rio São Francisco, cada um de maneira particular, de acordo com seus valores, suas crenças e suas experiências. Os barranqueiros que convivem cotidianamente com esse rio o tem como parte de sua identidade.</p> <p>A influência que o lugar exerce sobre a produção de sentimentos, crenças e ideias acerca do espaço experienciado fez com que os mitos assumissem papel na compreensão do meio em que vivem. Os ribeirinhos afirmam que no rio há muitas criaturas vivas que moram nas profundezas, num rio vivo e cheio de mistérios. Dizem que o rio dorme e que à meia-noite, ele para na cachoeira de Pirapora, por um segundo; logo, as águas voltam a correr, pulsando como sangue vivo nas veias da identidade barranqueira, na crença no sagrado, enfim, na respiração do homem que vive nas barrancas do Velho Chico.</p> <p>Souto e Brandão (2012) analisam as narrativas orais do norte de Minas e Jequitinhonha e têm o objetivo de “apreender a relação intrínseca entre a história oral e a memória coletiva, como uma dimensão da cultura, dotada de historicidade (p.7).” A análise recai no “historicizar contínuo”, que se dá na passagem da apreensão dos discursos narrativos, na sua elaboração individual e na sua retransmissão. Segundo eles se pode dizer “que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e variações nesse ponto de vista podem ocorrer dependendo do lugar que o indivíduo ocupa no tecido social (p.13)”. Nessa cadeia comunicativa, “a memória está envolvida na interseção entre história e identidade”, consistindo num</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

“intermediário cultural” (p.7).

A tradição narrativa tem a função de ser uma história exemplar para uma lição de vida e ensinamento, mostrando, para o nosso caso, os cuidados para se navegar num rio cheio de surpresas e perigos, sejam reais ou imaginários, no que Souza e Brandão chamaram de “espaço de construção de significados de moralidade, de respeito (p.13)”.

Amaral e Lima (2010), situam historicamente a presença das lendas, informando que no ano de 1867, enquanto viajava de Sabará ao Oceano Atlântico, o naturalista Richard Burton, em viagem de pesquisa e reconhecimento do território, relatou suas impressões à respeito dos ribeirinhos: “as superstições dos barqueiros são tão numerosas [...] acreditam na aparição dos esqueletos. [...] Contam casos curiosos a respeito do “cavalo d’água” e outros animais fabulosos”.

Os mitos da Mãe d’água e do Caboclo d’Água têm lugar nesse espaço de interação entre o ser humano e a natureza, não conhecida. O imaginário ocupa o espaço do desconhecido e representa a tentativa de domínio das forças da natureza. No município de Ibiaí, as lendas e mitos do rio São Francisco compõem o imaginário dos moradores da cidade desde tempos remotos e ainda hoje figuras míticas como o Caboclo d’água e a Mãe d’água estabelecem relações de divertimento, crença, advertência entre outras.

04 | DESCRIÇÃO

Caboclo D’água, Mãe d’água e Carranca fazem parte dos mitos e lendas da beira do rio São Francisco. Diferentes narrativas sobre esses símbolos são encontradas ao longo do seu leito navegável. O caboclo e a mãe d’água são seres que dificultam os ofícios de quem depende do rio, enquanto a carranca é uma espécie de amuleto que auxilia no bom andamento das atividades de pesca, transporte, etc.

Para a descrição dos mitos relacionados acima, recorre-se a pesquisadores como Márcia Almada, em *Estórias Fantásticas do Rio São Francisco* (2006), onde a autora faz uma análise reflexiva sobre a obra de Manoel Ambrósio escrita em 1912, cuja primeira edição data de 1934: *Brasil Interior: Palestras populares – folk-lore das margens do São Francisco*. Nesta obra, foram feitos os registros de lendas, narrativas e contos do imaginário regional e até mesmo universal.

Sobre a lenda de Mãe D’Água, Márcia Almada (2006) diz do desejo de riqueza do pescador, materializado pela possibilidade de se encontrar ouro ou diamante no leito do rio, que é tornada concretude imagética através da figura lendária de Mãe d’água. Sua morada é um luxuoso palácio no fundo do rio, sua figura é sedutora, seu canto encantador, é a rainha das águas. Conforme Ambrósio (1934): “tanta riqueza e ele [o pescador] tão pobre; tanta riqueza onde ele nunca sonhara!”. Para Almada a moral contida na história repetidamente lembrada seria o de se contentar com o que o homem comum tem.

Por sua vez, o Caboclo D’Água é responsabilizado por tragédias durante as enchentes do rio, pois ele

é caprichoso e vingativo, tomando birra com qualquer vasanteiro (sic), não podendo agarrá-lo facilmente, na ocasião das enchentes grandes, rói furiosamente a base dos barrancos, quebra formidáveis barreiras, abre solapões (sic) profundos, devasta ilhas e margens até derrubar o rancho, beira-no no chão o desditoso; depois, satisfeito, qual grosso tronco de árvore bóia parado, ou então resvala pelo meio do rio (Ambrósio, 1934 *apud* Almada, 2006, p. 153).

Embora não exista uma referência, Maria Fernandes Verônica de Carvalho (2002, p. 59) faz um retrato do Caboclo: “o mito mais difundido em todo o Médio São Francisco é certamente o do Caboclo d’Água. Esse é descrito de forma bastante precisa: baixo, atarracado, calvo e dotado de uma grande cabeça”. Também é bastante comum que os pescadores coloquem carrancas na proa de suas embarcações para espantar o Caboclo d’água.

Indumentária

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES
Não se aplica.		
Instrumentos		
Não se aplica.		

05	FORMAS DE TRANSMISSÃO
	Origem do Saber

Todos em Ibiaí narram causos advindos da memória coletiva ao utilizarem de suas memórias individuais, eles põem em prática o cabedal de conhecimentos de uma coletividade do qual se constrói uma identidade social. Dessa forma, o ser mítico é entendido como um ser sem discussão morfológica, mas que se faz memória coletiva viva em Ibiaí - através do Caboclo d'Água e da Mãe d'Água. Eles são sempre (re) atualizados, através de novos contadores, que propagam as lendas em sua forma particular de apreensão de cada uma das narrativas, demonstrando a dinâmica cultural dessas narrativas.

	Transmissão
--	--------------------

A transmissão é oral. O aprendizado da lenda é feito através da convivência cotidiana dos membros através do reconto, da memória e das experiências vividas no rio.

No Vale do São Francisco, a figura do contador de causos tem um destaque social bem delimitado. Em Ibiaí, a figura do contador divide a sua função, na mesma pessoa, com alguma outra atividade profissional: Pescador-contador; Cozinheira-contadora; Vaqueiro-contador; Lavrador-contador; Lavadeira-contadora. Ou seja, todos eles têm o dom de contar causos e lendas. Os barranqueiros têm status privilegiado nas narrativas tradicionais, que se transformam em práticas de resistência das comunidades ribeirinhas ao narrar passa a ser inerente a sua cultura.

	Forma de Continuidade
--	------------------------------

A forma de continuidade da lenda se dá pela preservação da narrativa nas novas gerações. O mito não morre, se transforma. Ele existe pela presença da voz de crianças, jovens e adultos que contam e recontam a narrativa e, por isso, percebe-se que ela se manterá viva pelas gerações futuras. Contado em forma de "causos", quando são perguntados pelos mitos da localidade, os barranqueiros têm prazer em relatar as experiências vividas ou aprendidas com os mais velhos, guardiões da memória coletiva daquela comunidade. O mito só existe por causa da presença do rio.

	Transformações
--	-----------------------

Os jovens contadores das narrativas míticas dizem sempre: "eu nunca vi não, só vejo falar" (SOUTO, 2001), quando, por tradição, ouviram narrativas de contadores idosos ou apreenderam na escola e remetem à relação com o conhecimento oral e escrito. Cada contador acrescenta novos dados ao mito, de acordo com a época, o lugar e a idade. Desse modo, a tradição do ato de contar nas barrancas do Velho Chico continuam vivas, mas transformadas, fragmentadas em memória. E estão vivas, justamente, porque se transformaram.

06	ELEMENTOS RELACIONADOS
-----------	-------------------------------

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Canoas				
Dourado Gigante	Bem Imaterial	Formas de Expressão	Literatura Popular	
Minhocão Gigante	Bem Imaterial	Formas de Expressão	Literatura Popular	
Rio São Francisco	Bem Imaterial	Lugares	rio	
Surubim de Cabelo	Bem Imaterial	Formas de Expressão	Literatura Popular	
Modo de Fazer Carrancas	Bem Imaterial	Saberes	Artesanato	

07	MODELO DE ORGANIZAÇÃO
-----------	------------------------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS				FORMAS DE EXPRESSÕES			
TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros	X	
Denominação	Não se aplica.						
Descrição	Não se aplica.						
Organizadores e Financiadores							
Tipo	Não se aplica.						
Organizadores	Não se aplica.						
Financiadores	Não se explica.						

08	COMENTÁRIOS
	Identities criadas em torno da atividade
	<p>As narrativas míticas mencionadas e contadas cotidianamente constituem repertórios de conhecimentos associados à cultura ribeirinha. Fazer parte da cadeia narrativa é dar continuidade à tradição e se vincular ainda mais com o rio São Francisco.</p>
	Comentários dos entrevistados
	<p>Eu estava em São Francisco, aí fomos entrevistar o pessoal lá, aí eu estava na beira do rio à noite, e quando eu olhei, tinha um pontinho preto lá no meio do rio, eu não consegui enxergar pra saber o que era e quando eu voltei pra pousada, eu conversei com o dono que estava sentado lá e tem um ponto preto lá no centro do rio. O que que era aquilo? Ele falou que era uma boia pra sinalizar que há pedras ali, mas que vez ou outra sempre vê o Caboclo d'Água sentado lá acendendo seu cachimbo. Ele falava com naturalidade que era vivo. E vê, e vê, e vê, <i>cê</i> acredita que vê? E vê, vê do imaginário. Eles veem a história. Eu fui criado diferente um pouco né, Francisco, meu avô, apesar de que ele nunca estudou, ele é uma pessoa muito interessante e ele já criou a gente muito no quintal e não tinha nada dessas coisas. Então eu não assimilei isso, mas meus amigos aí de infância juram que foram tomar banho, que aprenderam a nadar no rio aí com cabaças e <i>tava</i> eu e meus amigo aí tudo e tal, aí uns tinham medo dele puxar... (risos) e o menino lá falou assim 'e como é que ele acende esse cachimbo dentro d'água?' Aí não tem explicação <i>né</i>, essa coisa deles, quando não entende de maloca e tem a casa deles, em casa e tal, mas aí <i>cê</i> tá equivocado e <i>cê</i> vai fazer igual castor. O castor é friorento e ele constroi a casa acima do nível da barragem <i>né</i>, aí a água vai até ali e sobe. Tem é só uma possibilidade <i>né</i>. É uma possibilidade. Então essa lenda do Caboclo d'Água é bem forte ainda.</p> <p style="text-align: right;">Seu Adão.</p>
	Comentários do elaborador
	<p>O contador barranqueiro se lamenta ao perceber em seus contemporâneos uma aquiescência passiva, quase cúmplice, ao presente que o ameaça e se alastra em novas formas de estabelecer comunicação, num tempo novo em que não há espaço para conversas descompromissadas e troca de experiência. Quase todos os informantes salientaram que antigamente o povo contava tudo porque não tinha rádio, televisão, luz elétrica; ou seja, não tinham nada. Contudo, percebe-se que o advento da energia elétrica fez com que os jovens encontrassem outros divertimentos à luz da tecnologia.</p> <p>A presença do rádio e da televisão nas cidades do Vale do São Francisco, promoveu combinações do popular com a cultura de massa, e até mesmo com o erudito, revelando capacidade da cultura popular de assimilar e transformar elementos urbanos e tecnológicos. percebe-se que a presença do rádio e da televisão nas cidades do Vale do São Francisco, promove combinações do popular com a cultura de massa, e até mesmo com o erudito, revelando capacidade da cultura popular de assimilar e transformar elementos urbanos e tecnológicos.</p> <p>Reinaldo Marques, citando Canclini, diz-nos:</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
FORMAS DE EXPRESSÕES

que o referido autor observou que o avanço da indústria cultural e da comunicação de massa, as transformações tecnológicas e culturais, derivadas da combinação da microeletrônica com a telecomunicação, não destruíram o folclore. Ao contrário, segundo Canclini, a indústria do disco, os festivais de dança, os meios de comunicação de massa — em particular, o rádio e a televisão — contribuíram para incrementar a produção do artesanato e para divulgar as canções e as danças populares [...] (2000, s/p).

Se levarmos em conta o fenômeno da reciclagem cultural que, segundo Silvestra Mariniello, citada por Marques (2000) “é o resultado de um retorno da oralidade, associada à aparição de uma oralidade secundária, a do audiovisual e da informática”, com certeza, as narrativas orais do Vale se encontram permeadas nesse fenômeno. Prefere-se empregar o termo reciclagem cultural enquanto transformações narrativas que ocorrem no São Francisco com seus barranqueiros, sem que precisem sair do Vale, mas que sofrem a influência dos meios de comunicação de massa. Segundo a autora, ao eliminar e reduzir as barreiras geográficas, linguísticas, culturais e sociais, os meios de comunicação de massa vão acelerar os processos de reciclagem cultural. E com isso, o ato de narrar permanece e se transforma, ou melhor, permanece porque se transforma reciclado.

Os mais velhos tecem ainda os fios da memória coletiva. Quebram o isolamento territorial e criam momentos necessários à partilha de seus conhecimentos. O “contar tudo” é feito na troca de lembranças, nos comentários sobre as lidas rurais, as lidas pesqueiras, a fartura dos tempos passados, tudo isso para que se avalie e se reelabore a sabedoria das barrancas. É um contar de ensino e aprendizagem. A voz dos contadores-barranqueiros delinea, sobre o rio São Francisco, o seu espaço, a sua lida, a sua vida, traçando nele o cenário no qual se sustenta o imaginário coletivo. O contador busca na memória os bons tempos em que ser admitido nas conversas e no relacionamento social com os idosos consistia em honra e privilégio para os moços.

Possibilidade De Continuidade

As lendas sobre o Caboclo d’Água e da Mãe d’água sempre atraem a atenção dos viajantes e fazem parte da memória coletiva daqueles moradores ribeirinhos, fator que contribui para a continuidade e transmissão dessa expressão.

Necessidades

Instalações	Instalar uma tenda cultural para se trabalhar os recontos e a contação de histórias e lendas daquele povo. Criar espaços próprios para a prática dos recontos.
Instrumentos	Gravadores, computadores, impressoras, filmadoras.
Matéria-Prima	Não se aplica.
Pessoal	Prefeitura, professores, artesãos da palavra, agentes culturais, empresas, associações, ONGs e fundações envolvidas na cultura popular.
Formação	Capacitar, duas vezes por ano, os responsáveis pela manutenção do saber. Gestão e Educação Patrimonial.
Atividade Macro	Não se aplica.
Modo de expressão com necessidade de documentar/proteger	Outras lendas e mitos locais.

09 AÇÃO DE SALVAGUARDA

Considerando a necessidade de salvaguardar um bem imaterial de importância para a identidade do povo de Ibiaí, recomenda-se que se desenvolvam documentários audiovisuais com o povo da comunidade que detém o conhecimento sobre causos e lendas do rio São Francisco.

É necessário que haja projetos culturais diversos para se instalar nas escolas municipais e estaduais, bem como nas associações comunitárias rurais e urbanas em torno do ato de contar histórias, lendas e mitos. É

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
FORMAS DE EXPRESSÕES

necessário, também, estimular a recolha dos mitos através de gravadores e de transcrições, para não se perder os detalhes daquela década, de costumes contemporâneos, de modismos, de transformações, através de uma Arqueologia. O povo ribeirinho conta com mais facilidade aos seus pares, pois, se veem acanhados diante do estrangeiro. Sendo assim, é importante alavancar um projeto em que os próprios barranqueiros se sintam valorizados para os motivarem, em parceria com a administração pública, fazerem um CD ou DVD com imagens, áudio e um pequeno filme sobre seus costumes, seus medos, suas vidas. É preciso incentivá-los a pôr as lendas no papel, grava-las em áudio, para que crianças e jovens de gerações futuras possam conhecer e dar continuidade ao ato de narrar, tradicionalmente.

Capacitar, duas vezes por ano, com o envolvimento da prefeitura, professores, artesãos da palavra, agentes culturais, empresas, associações, ONGs e fundações envolvidas na cultura popular.

10 ENTREVISTADOS

01	Nome	Geraldo Barbosa		Tipo	Morador de Ibiaí			
	Nascimento	Ibiaí	Sexo	M	Idade	60	Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber).								
Transmissão do saber								
Contato		Prefeitura						
Observações		-						

02	Nome	Adão		Tipo	Morador de Ibiaí			
	Nascimento	Ibiaí	Sexo	M	Idade	78	Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)								
Transmissão do saber								
Contato		Rua do Meio						
Observações		-						

11
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
FORMAS DE EXPRESSÕES


Figura 2: Vista do Rio São Francisco em Ibiaí onde mora o Cabloco d'água.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-MG - 2013.



Figura 3: Vista do Rio São Francisco em Ibiaí.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-MG - 2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5312_Ibiai_MLRio_Nuhicre_Iepha (3) Figura 2: IPAC_5312_Ibiai_MLRio_Nuhicre_Iepha (1) Figura 3: IPAC_5312_Ibiai_MLRio_Nuhicre_Iepha (2)
Vídeos	Não se aplica.
Áudio	Entre_IPAC_Ibiai_MCulturais_GSales_Nuhicre_Iepha_01Ago12

12 REFERÊNCIAS

ALMADA, Márcia. Estórias Fantásticas do Rio São Francisco. <i>Revista do Arquivo Público Mineiro</i> , v. 1, p. 150-154, 2006.
AMBRÓSIO, Manuel. <i>Brasil interior; palestras populares, folclore das margens do São Francisco</i> : Januária, Minas Gerais, 1912. v.1, São Paulo, Nelson Benjamin Monção, 1934, 175p.
BARBOSA, Geraldo. <i>Mitos e Lendas: Mãe d'água e Caboclo d'água</i> . [01 de Agosto 2012]. Ibiaí. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Simone Narciso Lessa. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.
BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: <i>Magia e Técnica, Arte e Política</i> . Tradução de Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
CARVALHO, M.F.V. <i>Os Múltiplos Olhares Sobre a Educação Ambiental em Januária</i> . 152f. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.
CEDEFES. <i>Caboclo d'Água</i> . Disponível em: < http://www.ipac.iepha.mg.gov.br/ >. Acesso em 10 abr. 2010
IBGE. <i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> . Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/ibiai.pdf >. Acesso em 20 mar. 2012
MARQUES, Reinaldo Martiniano. Entre o local e o global: cultura Popular do Vale do Jequitinhonha e reciclagens culturais. <i>Revista Brasileira de Literatura Comparada</i> . Salvador, v.v. 5, p. 125-140, 2000.
NEVES, Zanoni. Os Remeiros do São Francisco na Literatura. <i>Revista de Antropologia</i> , São Paulo, USP, 2003, v. 46 N° 1.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

SANTIAGO, Silvano. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SOUTO, M. G. F. *Eu nunca vi não... só vejo falar: Mitos e Ritos da Narrativa Oral nas barrancas do São Francisco*. 2001. 119f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SOUTO, M. G. F.; BRANDÃO, C.A.F.; MITO, F. Tradição e Modernidade: Uma Arqueologia das Narrativas Oraís dos Vales do Jequitinhonha e do São Francisco. *Revista Litteris*, v. 9, p. 39-53, 2012.

13 FICHA TÉCNICA		
Fotos	Denilson Meireles Amaral Barbosa	2013
Vídeos	Caio Hudson Rabelo Alves, Jorge Luiz Teixeira Ribas	2012
Áudio	Jorge Luiz Teixeira Ribas, Simone Narciso Lessa	2012
Transcrição	Jorge Luiz Teixeira Ribas, Elis Medrado Viana	2012
Levantamento	Denilson Meireles Amaral Barbosa, Maria Generosa Ferreira Souto, Simone Narciso Lessa	2012
Elaboração	Maria Generosa Ferreira Souto	2013
Revisão	Flávia Alves Figueirêdo Souza, Leonardo Augusto Silva de Freitas, Andrezza Alves Velloso, Luis Molinari, Debora Raiza Rocha.	2013 Outubro 2014 23/06/2015 30/09/2015 25/11/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
--	-----------------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO									
Denominação	MODO DE FAZER PAÇOCA DE BARU					IPAC/MG	5313		
Município(s)	Ibiaí		Distrito	Ibiaí					
Endereço	-								
GPS	23 K	Long. UTM	519915.00 m E	Lat. UTM	8143001.00 m S	Urbano		Rural	



Figura 1: Paçoca de Barú.

Fonte: Acervo NUHICRE – IEPHA/MG 2013.

Categoria						
Âmbito/Tema	Alimentação/ Cozinha		Datas			
Tipologia da Atividade	Culinária	Anual	Periódica	Mensal	Contínua	Cada X anos
Denominação	Culinária		X		X	
Outras denominações	Paçoca	Nível de integração				
		Comunidade	X	Oficial		Intercomunitária

Descrição da Periodicidade

Os comerciantes locais vendem a paçoca nas barraquinhas das festas municipais. A paçoca também é feita por pequenos agricultores que a têm como alimento cotidiano.

02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE	
A formação histórica de Ibiaí remonta a meados do século XVII, quando ocorreu a fundação da	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**MODOS DE FAZER - ALIMENTOS**

fazenda do Pacuí, conhecida como Barra do Pacuí Antônio da Silva Vasconcelos. Esteve vinculada ainda ao povoado de Extrema, que pertencia ao município de Vila Risonha de Santo Antônio da Manga de São Romão. Segundo consta, a gênese do povoado está ligada a figura de Adrião Gonçalves Ferreira, conhecido como fundador da fazenda de Extrema. A região de Extrema foi palco de insurreições e motins motivados pela cobrança do quinto de ouro, imposto cobrado pela coroa portuguesa.

Até se emancipar o município de Ibiaí passou por diversas alterações relativas à sua toponímia e sua subordinação jurídica e administrativa. Nesse contexto, o distrito, que anteriormente se chamava Conceição da Extrema, criado oficialmente em 1848, pela Lei provincial nº 377. Já no século XX, passou a se chamar Borda do Rio, a partir da Lei estadual nº 556, de 30-08-1911. Posteriormente, pela Lei Estadual nº 921, de 24-12-1926, o distrito de Borba do Rio passou a se denominar Ibiaí, cujo topônimo significa em tupi-guarani, “o rio do planalto”. No ano de 1960 houve uma nova mudança e a localidade foi subordinada ao município de Coração de Jesus. Somente 30 de dezembro de 1962 Ibiaí foi elevada à categoria de município, tendo se desmembrado de Coração de Jesus.

O transporte fluvial através do rio São Francisco em conjunto com a atividade agropecuária e o comércio de sal foram determinantes para a ocupação da região. Na década de 1920, foi construída a estrada de ferro, completando o transporte fluvial e o de via animal. Com o evento da exploração agropecuária, a comunidade passou a se dedicar a esse tipo de atividade que viria a se tornar a base maior da economia municipal.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

Durante o século XVIII, Minas Gerais sofreu com a escassez de comida devido a grande movimentação de pessoas atraídas pela mineração. As estradas precárias dificultava a chegada dos alimentos, demandando dos tropeiros, viajantes e desbravadores a utilização de recursos alimentares limitados, possibilitando assim a ampla utilização de técnicas de conservação para se alimentarem nas longas viagens empreendidas para comercializar suas mercadorias. (MATIAS; MASCARENHAS, 2008)

Devido a precariedade de se cozinhar durante as viagens, os tropeiros e outros optavam por alimentos fáceis de carregar, que garantissem maior saciedade e que se conservassem por mais tempo. Nesse contexto alimentício se inserem o feijão tropeiro, a carne de sol e a paçoca. De acordo com a historiadora Mônica Chaves Abdala (2007) o “escaldado, pirão, **paçoca**, farofas, pratos à base de mandioca e de milho foram os primeiros feitos sob a influência indígena”.

O *Novo Dicionário Nacional*, de Carlos Teschauer, de 1928, “paçoca” é comida de origem indígena e significa, em tupi-guarani, desfiar, pilar, esfarinhar. A farinha, pilada junto com carne seca, constitui uma espécie de conserva, apropriada para as viagens do sertão, feito por bandeirantes e tropeiros, visto que na composição e preparo da paçoca não há umidade. Segundo Abdala (2007) “os tropeiros carregavam sua própria cozinha, cozinhavam o feijão e comiam-no com torresmo e farinha, seguido de rapadura ou melado, chá ou café. Com as carnes secas, salgadas, ou alguma caça faziam paçocas e farofas” (p. 120).

A feitura da paçoca atravessou os séculos e ainda hoje é um costume espalhado por todo país, com diversas apropriações regionais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o alimento é feito com carne-seca, farinha de mandioca ou de milho. Já na Amazônia, utiliza-se a amêndoa da castanha assada e socada num pilão com farinha de mandioca, sal e açúcar. No estado do Pará a paçoca é feita com castanha de caju ou de gergelim igualmente piladas com carne-seca assada. Em São Paulo, a carne é pilada com farinha, amendoim e açúcar.

Em Ibiaí, esse hábito também foi reinventado, resultando na produção da paçoca de baru. O barureizeiro é uma árvore frutífera nativa do cerrado. Seu fruto, o baru, é uma amêndoa, que é protegida com uma casca dura. A paçoca é feita com as amêndoas cruas ou torradas, acrescida de rapadura ou açúcar e farinha de mandioca. Os ingredientes são levados ao pilão e desse modo misturados e triturados. No município e nas regiões próximas a paçoca de baru é tracional e compõe seus costumes alimentares.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
	Descrição Dos Elementos Constitutivos
	Ingredientes
	Castanhas de baru torradas, farinha de mandioca e rapadura ou açúcar. O Baru é composto por sua polpa externa, uma camada de resíduo lenhoso envolvendo a castanha. A polpa quando está fresca é utilizada para alimentação de animais, mas também pode ser feita farinha de sua polpa, ou consumida <i>in natura</i> .
	Condimentos
	Açúcar, rapadura, farinha de mandioca.
	Processos de Obtenção
	Compra em mercados locais, coleta própria ou através dos coletores do baru.
	Instrumentos/ Ferramentas
	<p>Para se partir o fruto, usa-se machado, facão, foice ou martelo. Para se torrar a castanha, utiliza-se panelas e colher de pau para mexer. Grande esforço é exigido para a quebra do fruto e posterior extração da castanha. Existem outros meios para o corte do Baru, bem como da torrefação da castanha, além dos utilizados pela Comunidade.</p> <p>Até o momento, esses métodos ainda deixam a desejar, pois alguns apresentam problemas de baixa eficiência e rendimento, aspectos ergonômicos envolvendo segurança, grande esforço físico e desgaste dos operadores. Outros equipamentos apresentam altos custos para aquisição, construção e operação. Um equipamento foi construído no Laboratório de Mecanização Agrícola da Embrapa Cerrados, baseado em métodos utilizados pelos produtores de baru que foram incluídos e adaptados no equipamento, mecanismos que permitissem melhores condições de corte/quebra dos frutos evitando danos a amêndoa, regulagem das lâminas conforme o tamanho do fruto, melhores condições de segurança e aspectos operacionais, facilidade de transporte e instalação. O equipamento apresenta vantagens quanto a aspectos ergonômicos, principalmente os de segurança, menor esforço e melhores condições operacionais para o trabalhador rural.</p>
	Seleção de Alimentos
	Depois de colhidas, as castanhas são partidas para a seleção das amêndoas inteiras e de boa aparência.
	Processos de Preparação
	A preparação da paçoca de baru envolve a participação de várias pessoas. Adultos e crianças vão para a mata catarem os barus. Em casa, começam o ritual para partir quebrar com faca ou facão em cima de uma pedra ou peça de madeira. Depois de partidas e limpas, vão para a panela para serem torradas. Depois são colocadas no pilão com farinha de mandioca e rapadura (ou açúcar). Por último, pode-se jogar uma pitadinha de cravo ou canela.
	Modos de Apresentar e Servir os Alimentos
	A paçoca de baru é colocada em travessas ou saquinhos de plástico e pode durar até seis meses sem que haja alteração no sabor.
	Quem Oferece e Quem Recebe
	<p>A paçoca é servida em casa para as visitas. Em época de festas na cidade, a paçoca é vendida nas barraquinhas. No comércio, são vendidos em pacotinhos ou saquinhos. É utilizada, também, como alimento durante o trabalho na lavoura.</p> <p>A paçoca de baru já se tornou famosa e tem significados simbólicos importantes para a comunidade. Há a confraternização das pessoas para realizar ritualmente os vários procedimentos de preparo em que o baru pode ser considerado como um símbolo das festas e sua presença é indispensável nas comemorações e refeições.</p>
	Modos de se Dispor dos Restos Alimentares
	Se houver sobra das paçocas, o que é raro, elas são doadas para os visitantes levarem para suas

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
MODOS DE FAZER - ALIMENTOS

casas. A casca do baru é um ótimo combustível para churrasqueiras e fogões à lenha.

04 ELEMENTOS RELACIONADOS				
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD.IPAC
Coleta do Baru	Bem Imaterial	Saberes e Ofícios	Estrativismo	-
Modo de Fazer Farinha de Mandioca	Bem Imaterial	Saberes e Ofícios	Alimentos	5322
Modo de Fazer Rapadura	Bem Imaterial	Saberes e Ofícios	Alimentos	5344
Modo de Fazer Pilão	Bem Imaterial	Saberes e Ofícios	Ofício	5366
05 FORMAS DE TRANSMISSÃO				
Procedência do Saber				
A vivência numa área do sertão mineiro onde os Baruzeiros são abundantes fez com que as populações que ali habitaram fizessem vários usos de seu fruto, entre eles a paçoca.				
Transmissão				
Pais-Filhos	X	Mestre-Aprendiz	Escolas	Grupos
				Outros
Modo de Transmissão				
Pela prática e oralidade.				
Forma de Continuidade				
A continuidade do modo de fazer e dos saberes relacionados com a paçoca de baru está associada ao processo de transmissão desses conhecimentos às novas gerações, bem como da manutenção do baruzeiro na região, visto que a espécie está ameaçada pela extração predatória de sua madeira, que é conhecida pela sua resistência e qualidade, com propriedades fungicidas.				
Transformações				
O acréscimo de canela é recente no saber tradicional.				

06 COMENTÁRIOS	
Identidades construída em torno da atividade	
<p>Partilhar do conhecimento e da prática relacionada ao modo de se fazer a paçoca de baru, é compartilhar um saber enraizado na comunidade local, nos hábitos diários que moldam o ser, inserindo-o nos valores locais. Percebe-se que o modo de fazer paçoca de baru está inserido no sistema culinário do norte de Minas. Nessa perspectiva entende-se que os hábitos alimentares envolvidos no modo de fazer os pratos típicos da região alcançaram dimensões imaginárias e são permeadas por um conjunto de normas (não engessadas), valores, crenças, linguagens e simbologias. A repetição e manutenção desses hábitos culinários são, portanto, identitárias e acompanhadas de sentimentos e emoções que mantêm vivas as tradições culturais surgidas no período colonial e reinventadas na atualidade.</p>	
Comentários dos entrevistados	
<p>Palavras do morador João Batista de Jesus sobre a utilização do baru no início da Comunidade de Barra do Pacuí:</p> <p style="padding-left: 40px;">Comia, a gente comia apesar de que a gente não foi...mas comia por que sempre tinhas eles aí, mas a gente não dava tamanho valor [como agora], mas tinha e domia, fazer paçoca, né? Quebrava ele, torrava, fazia uma paquinha com farinha e rapadura, por que nessa época não usava açúcar não, era rapadura [...]</p> <p>Secretário de Administração da Prefeitura de Ibiaí, Geraldo de Sales Barbosa, sobre o Baru no município:</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
--	-----------------------------------

a região nossa aqui é a que mais tem, é uma árvore que não tem muito em extensão né, é no cerrado e mais aqui nessa região de Lassance até aqui em São Francisco aproximadamente, é que detém essa grande quantidade de baru. Em Goiás também tem né, em Goiás também tem bastante e em alguns lugares né, lá você encontra pequizeiro em grandes extensões mas é diferente, o baru e a castanha.

Comentários do elaborador

Uma particularidade observada é que no momento do preparo da paçoca, principalmente ao partirem as castanhas e ao socarem no pilão, as pessoas narram causos e lendas como narradores-artesãos. Podemos perceber, também, a solidariedade no processo de preparo da paçoca, pois quem termina primeiro sua tarefa ajuda o outro na sua, em uma cadeia de relações.

POSSIBILIDADE DE CONTINUIDADE

A possibilidade de continuar a prática da extração das castanhas do baru e do preparo da paçoca é grande, pois trata-se de uma iguaria do povo norte-mineiro e possivelmente permanecerá na culinária do povo ribeirinho e sertanejo, além de ser uma fonte de sustento para as famílias extrativistas, como é o caso da Comunidade Barra do Pacuí.

Necessidades

Instalações	Não se aplica.
Instrumentos	Martelo, Pilão, facas.
Matéria-Prima	Manutenção da biodiversidade para proteção da atividade extrativista.
Pessoal	Extrativistas
Formação	Vabilizar cursos para transmissão dos saberes envolvidos com o modo de fazer a paçoca e de extrair os frutos.
Atividade Macro	Modo de fazer Paçoca de Baru
Modo de expressão com necessidade de documentar/proteger	Não se aplica.

06 PROPOSTAS DE AÇÕES DE SALVAGUARDA

Incentivar o consumo do baru e a tradição da sua colheita; registrar os modos de preparo e colheita do baru e conceder melhores condições de trabalho para os extrativistas e para os produtores da paçoca. Não existe ameaça de acabar com a prática da coleta dos barus e da feitura de sua paçoca.

Atualmente é proibido cortar os baruzeiros, contudo, é necessário fiscalizar e valorizar os extrativistas. É importante, portanto, conscientizar a população local, além de incentivar as comunidades na colheita e na feitura de barus através de oficinas e cursos de capacitação para a manipulação da matéria-prima e torrefação da castanha.

Nota-se que uma forma de apoiar a produção da paçoca seria a inserção de uma ferramenta que contribuíssem para a abrir os barus, pois, abrir com facas, facões e machados afiados, além de perigoso, demanda muito esforço. Neste sentido recomenda-se a aquisição da máquina de abrir baru, já encontrada no mercado de Goiás, que tira o risco de acidentes em crianças, adolescentes e mulheres que trabalham diretamente com esse labor para ajudarem no sustento das suas famílias.

07 ENTREVISTADOS

01	Nome	João Batista de Jesus	Tipo	Líder comunitário
----	------	-----------------------	------	-------------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
--	-----------------------------------

Nascimento	1937	Sexo	M	Idade		Registro Sonoro Visual	Sim
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber).							
Líder Comunitário, de Barra do Pacuí							
Contato	-						

02	Nome	Geraldo de Sales Barbosa				Tipo	-	
Nascimento	-	Sexo	M	Idade		Registro Sonoro visual	Sim	
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber).								
Secretário de Administração da Prefeitura de Ibiaí.								
Contato	-							

08	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA
-----------	---------------------------------

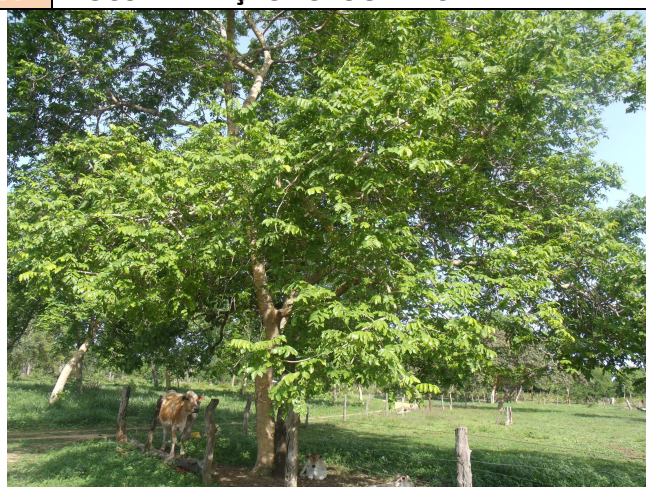


Figura 2: Baruzeiro.
Fonte: NUHICRE /IEPHA-MG - 2013



Figura 3: Fruto do Baruzeiro.
Fonte: NUHICRE /IEPHA-MG - 2013



Figura 4: Preparação do almoço da Festa da Abolição.
Fonte: NUHICRE /IEPHA-MG - 2013



Figura 5: Servindo paçoca de baru.
Fonte: NUHICRE /IEPHA-MG - 2013

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
MODOS DE FAZER - ALIMENTOS

Figura 6: Paçoca de baru.

Fonte: NUHICRE /IEPHA-MG - 2013

Figura 7: castanha de baru torrada.

Fonte: NUHICRE /IEPHA-MG - 2013

09 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha (31) Figura 2: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha (24) Figura 3: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha (19) Figura 4: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha (42) Figura 5: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha (37) Figura 6: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha (41) Figura 7: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha (21)
Vídeos	Vídeo 1: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha_2013 (1) Vídeo 2: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha_2013 (2) Vídeo 3: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha_2013 (3) Vídeo 4: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha_2013 (4) Vídeo 5: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha_2013 (5) Vídeo 6: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha_2013 (6) Vídeo 7: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha_2013 (7) Vídeo 8: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha_2013 (8) Vídeo 9: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha_2013 (9) Vídeo 10: IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha_2013 (10)
Áudio	Entre_IPAC_5313_Ibiai_PBaru_Nuhicre_lepha

10 REFERÊNCIAS

- AMARAL, Amadeu. *O Dialeto Caipira*. Disponível em <
<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao13/pdfs/dialeto.pdf> > Acesso em 01 de out.2014
- BARBOSA, Geraldo de Sales. *Manifestações Culturais*. [01 de Agosto de 2012]. Ibiaí. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Simone Narciso Lessa. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papyrus, 1989.
- CARRAZZA, Luis Roberto; SILVA, Mariane Lima da; ÁVILA, João Carlos Cruz. *Manual Tecnológico de. Aproveitamento integral do Fruto do Baru*. Brasília – DF. Instituto Sociedade, População e Natureza. Brasil,

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
2010.	
CASCUDO, Luís da Camara. <i>Dicionário do folclore do Brasil</i> . Rio de Janeiro, INL, 1962.	
CASCUDO, Luís da Camara. <i>História da alimentação no Brasil</i> . Vol 2. São Paulo: Itatiaia, 1967.	
IBGE. <i>Instituto Brasileiro de Geografia e estatística</i> . Disponível em: < http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312960&search=minas-gerais ibiai > Acesso em 01 out. 2014.	
JESUS, João Batista de. <i>Comunidade Barra do Pacuí</i> . [04 de Novembro de 2013]. Ibiaí - Projeto Inventário Para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco. Entrevista concedida à Denilson Meireles Barbosa. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	
LUCENA, Célia Toledo. Comida e Sociabilidade em festejo sul-mineiro. Cuiabá. <i>Revista Polifonia</i> . 2006. Disponível em: < www.memoriadopovo.com.br/ComidaeSociabilidadeemfestejosulmineiro >. Acesso em 10 abr. 2013	
OLIVEIRA, João Batista Queiroz de. <i>Manifestações Culturais</i> . [01/08/2012]. Ibiaí. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Simone Narciso Lessa. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA	
ROCHA, Lucas Gomes. <i>Dossiê Técnico: cultivo e aproveitamento do baru</i> . Belo Horizonte: CETEC, 2012.	
SANO, Sueli Matiko; RIBEIRO, José Felipe; BRITO, Márcia Aparecida de. <i>Baru: biologia e uso</i> . Brasília: Embrapa, 2004.	
SANTOS, Grazielle Gebrim et al. <i>Aceitabilidade e qualidade físico-química de paçocas elaboradas com amêndoas de baru</i> . Goiânia. <i>Pesq. Agropec. Trop.</i> , Goiânia, v. 42, n. 2, p. 159-165, abr./jun. 2012.	
TESCHAUER, Carlos. <i>Novo dicionário nacional</i> . Barcellos: Bertaso, 1928.	

11	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	Denilson Meireles Barbosa	2013
Vídeos	Caio Hudson Rabelo Alves, Jorge Luiz Teixeira Ribas	2012
Áudio	Jorge Luiz Teixeira Ribas, Simone Narciso Lessa	2012
Transcrição	Jorge Luiz Teixeira Ribas, Elis Medrado Viana	2012
Levantamento	Denilson Meireles Barbosa, Maria Generosa Ferreira Souto, Simone Narciso Lessa	2012
Elaboração	Maria Generosa Ferreira Souto	2013
Revisão	Flávia Alves Figueirêdo Souza, Leonardo Augusto Silva de Freitas, Andrezza Alves Velloso, Débora Raíza Rocha.	2013 Outubro 2014 23/06/2015 25/11/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
--	-------------------

01 IDENTIFICAÇÃO							
Localidade		BARRA DO PACUÍ					
Município		Ibiaí			IPAC/MG		-
Distritos		Ibiaí		Sítio		Vale do São Francisco	
GPS	23k	Long.UTM	519915.00 m E	Lat. UTM	8143001.00 m S	Urbano	X Rural



Figura 1: Igreja Nossa Senhora Aparecida.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

02	REFERÊNCIAS CULTURAIS
-----------	------------------------------

Barra do Pacuí é uma comunidade onde se mescla a vida do sertão mineiro com o Rio São Francisco, compondo um cenário onde se relacionam a natureza, a vida sertaneja e a cidade. Os moradores lutam para a preservação de seu modo de vida estruturado no plantar, pescar, colher e, acima de tudo, conviver com seus filhos, netos e bisnetos. A população da Barra do Pacuí vive em Comunidade e se une em prol de sua unidade, baseada em padrões de comportamento tradicionais utilizados para pescar, cozinhar, plantar, colher, rezar, contar, enfim, viver.

A Comunidade concentra várias referências culturais. As manifestações culturais ligadas à religião, ao artesanato, às crenças no caboclo d'água, e à culinária se fazem presentes entre a população e mantém atuantes os laços com a tradição do povo sertanejo e da cultura ribeirinha. As cozinheiras trazem para a mesa feijão tropeiro, arroz com pequi, galinha caipira, peixe cozido com pirão, peixe seco com abóbora, carne de sol, mocotó de boi, costela de boi, língua de boi, feijoada com Joelho de porco, e doces de casca de laranja, mamão e de leite.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
---	------------

As principais festas da comunidade são a Festa de São Gonçalo, Folia de Reis e Festa de Nossa Senhora Aparecida. Essas festas religiosas marcam a dinâmica da comunidade e movimentam toda a população na realização dos festejos.

03	DESCRIÇÃO
----	-----------

	População e Localização
--	-------------------------

A Comunidade de Barra do Pacuí está localizada no município de Ibiaí - margem direita do Rio São Francisco, na região Norte do Estado de Minas Gerais. O município faz limite com as cidades de Ponto Chique, Buritizeiro, Lagoa dos Patos, Coração de Jesus. O acesso rodoviário é através das BR-040, BR-135, BR-496, BR-365, ao Norte de Minas. Tem o cerrado e o Rio São Francisco como paisagem natural. Conforme Souza *et al.* (2009, p.40), a comunidade se formou na década de 1930, quando cinco famílias conhecidas decidiram comprar o terreno, distante 20 km de Ibiaí.

	Paisagem Natural e Meio Ambiente
--	----------------------------------

Souza *et al.* (2009), distinguem três diferentes formas de ocupação espacial dos moradores de Barra do Pacuí. A primeira classificação, feita pelos pesquisadores, foi de espaço “de relações sociais e de convivência”, em que identificaram basicamente o quintal, espaço tipicamente feminino; a praça, “lugar de convivência entre os núcleos familiares”; a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, espaço de uso comum; os dois campos de futebol, espaço identificado como exclusivo dos homens, assim como o bar; e a casa de farinha, onde todos convivem.

A segunda classificação se relaciona aos “espaços de socialização precária”, onde são realizadas as produções agrícolas e a pesca. São três principais: a Ilha, de 24 ha, de uso comum para o plantio, onde normalmente não se habita; a lagoa, de seis ha, é outro espaço exclusivo para a agricultura; a região próxima ao Rio Pacuí, onde os espaços são delimitados por famílias, cuja ocupação é essencialmente masculina. Conforme Souza *et al.* (2009) a “roça plantada é para a comunidade rural tradicional uma representação de equilíbrio entre a cultura e a natureza.”

A segunda classificação, a mais pertinente para o momento, é o espaço da natureza, definido “pelo seu não uso e sua evitação [...] pela presença de flora e fauna bastante desenvolvida (SOUZA ET AL 2009)”. São quatro classificações desse espaço pelos moradores:

Matinho: Roças recém abandonadas, em que a vegetação típica começa a retornar. Pode ser reincorporada a área agricultável sem a necessidade de técnicas muito elaboradas de limpeza e preparo da terra.

Capoeira: Roça abandonada há poucos anos. A vegetação já se encontra em um estágio de sucessão mais avançado. A capoeira para ser novamente incorporada na agricultura demanda utilização de técnicas de preparo.

Matão: Roça abandonada há vários anos. Apresenta vegetação bastante densa. Para cultivar novamente nessa área, será necessária muita força de trabalho e a utilização de técnicas agrícolas e de preparo da terra. Ocasionalmente, se maneja gado e cavalos nessas áreas.

Cerrado: Natureza nunca trabalhada. Como a disponibilidade de terras é pequena nessa comunidade, a taxa de cerrado preservado é pequena (p. 43).

Como se vê, a paisagem natural agrega o Rio Pacuí, a ilha, a lagoa, o matinho, o matão, a capoeira e o cerrado. E isso é identidade para aquela gente que possui amor pelo seu habitat.

	Marcos
--	--------

Dentre os marcos edificadas na Comunidade Barra do Pacuí tem-se a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, espaço comum a todos, onde são celebradas missas aos domingos pela manhã. Os cultos são realizados por membros da comunidade e em ocasiões especiais o padre da paróquia de Ibiaí rege a missa. A organização das atividades eclesiais fica a cargo das senhoras. Reúnem-se, duas ou três vezes por

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LOCALIDADE**

semana, sempre às 19 horas, para cuidar das atividades da igreja.

Para o divertimento existem dois campos de futebol, frequentados por jovens e adultos. Há também alguns bares que, geralmente, são frequentados apenas por homens. Há uma escola de Ensino Fundamental na Comunidade e a continuidade dos estudos, é feita em Ibiaí. Na comunidade existe ainda a casa de farinha que se estabelece como um espaço de sociabilidade familiar, estendida à parentela. O uso da fábrica de farinha é comunitário, sendo utilizado em épocas de beneficiamento da mandioca e da produção de farinha e de goma. Como referência da localidade, destaca-se ainda o porto, espaço importante para as atividades de pesca e a quadra poliesportiva, destinada ao desenvolvimento de atividades de esporte e lazer.

04 FORMAÇÃO HISTÓRICA

A comunidade de Barra do Pacuí está localizada em um ponto quase que escondido por entre matas, capoeirão, chão batido, árvores frutíferas no município de Ibiaí, localizado no médio São Francisco a cerca de 550 km de Belo Horizonte. A comunidade se situa a 20 km da sede do município. De acordo com Angela Fagna Gomes de Souza *et al.* (2009), a formação da comunidade Barra do Pacuí teve início na década de 1930.

Nesse contexto, algumas famílias, principalmente de ribeirinhos e pescadores, mudaram-se para a Barra do Pacuí, onde continuam morando até hoje. No local, criam animais, plantam e colhem, em regime de economia familiar, considerando a valorização de seus saberes e práticas criadoras de uma identidade cultural local e regional.

Souza *et al.* (2009), fornece um trabalho teórico bastante oportuno e esclarecedor em torno da comunidade rural tradicional e explica que cinco famílias, de origem negra, advindas de uma fazenda na região, instalaram-se em uma área, às margens do Rio São Francisco. Os pesquisadores realizaram entrevistas com moradores da comunidade, e um dos entrevistados relata o início da Comunidade de Barra do Pacuí:

Eram cinco famílias que comprou o direito aqui. Eram amigos na fazenda e reuniram os cinco e compraram o direito aqui, no caso da fazenda não sei de quem ficaram sabendo desse terreno estava disposto, aí vieram e compraram quarenta e oito alqueires de terra. Entre os cinco, ficaram quatro com dez alqueires e um com oito, foi por aí que começaram, mudaram para aqui em 1934. Eu nasci em 1937, e aí foram indo, no princípio morava na beira do rio, mas naquele tempo chovia bastante, tinha muita enchente, tinha que ficar mudando cá para fora, para o alto (2009, p.40).

Conforme os pesquisadores, as famílias “desenvolviam ali atividades relacionadas à pesca e à agricultura em terra firme e em várzea”. Com a agricultura, obtinham melancia, abóbora, arroz, feijão, fava e milho. Por meio de canoas, eram transportados os produtos cultivados na comunidade para serem vendidos ou trocados nos mercados ribeirinhos, principalmente na feira de Pirapora. Nestas ocasiões obtinham gêneros não produzidos por eles, “como sal e tecidos” (SOUZA, 2009, p.40).

De acordo os dados de Souza (2009), a comunidade de Barra do Pacuí é habitada por 249 pessoas, ocupando 31 casas residenciais, “sendo predominante o gênero feminino, em uma proporção de 56,25% de mulheres contra 43,75% de homens”. A preservação do território dá-se na manutenção de costumes, crenças, e ritos da população local.

05 CRONOLOGIA

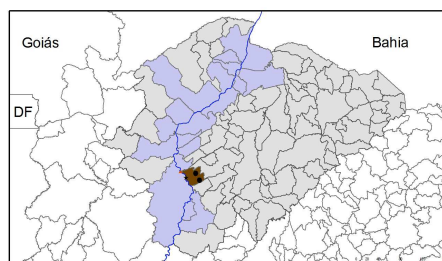
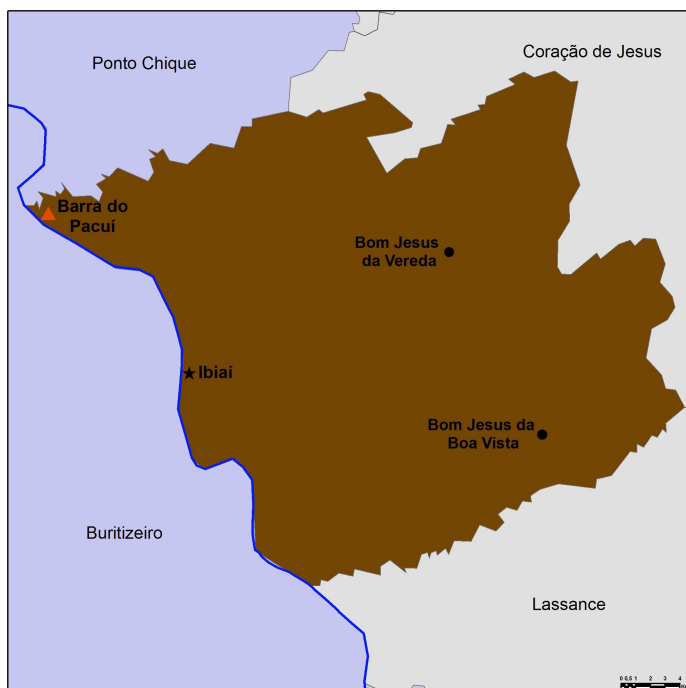
Data	Evento
2007	Foi decretado no Brasil o Decreto Federal nº 6040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

06 PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

Ibiaí/Barra do Pacuí



Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- ★ Distrito Sede
- Localidades
- ▲ Localidade Inventariada
- Rio São Francisco
- Macrorregião do Norte de Minas
- Municípios Inventariados
- Município de Ibiaí
- Municípios de Minas Gerais

Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum Srd - 69
Fonte: IBGE 2010. Convênio IEPHA/ UNIMONTES.
Org: OLIVEIRA, G.H.G; RIBAS, J.L.T, 2013.



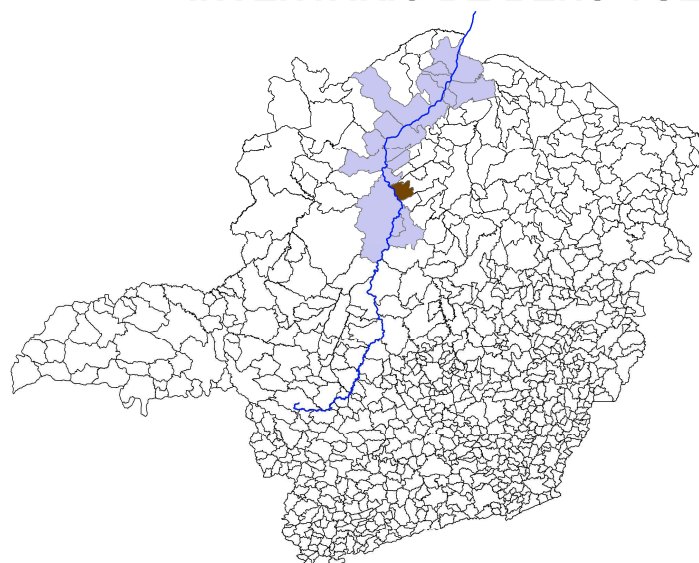
Figura 2: Mapa de Localização de Barra do Pacuí/ Ibiaí.

Fonte: IEPHA/MG, NUHICRE - Unimontes.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS


LOCALIDADE


INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE IBIAÍ





BENS INVENTARIADOS

- . Lugares: Comunidade Barra do Pacuí
- . Expressão: Mitos e Lendas do Rio - Mãe d'água e Caboclo d'água
- . Saberes: Modo de Fazer Paçoca de Baru






Sistemas de Coordenadas Geográficas Datum Sad - 69


Fonte: IBGE, 2010; Imagens Rapideye - Composição: 1R,2G,3R, 2011; Convênio IEPHA / UNIMONTES
 Org: OLIVEIRA, G.H.G; RIBAS, J.L.T,2013.

Figura 3: Mapa de localização de Ibiaí e bens inventariados na localidade.

Fonte: IEPHA/MG, NUHICRE - Unimontes.

07 LEGISLAÇÃO

Instrumentos de Proteção Ambiental e Patrimonial e de Planejamento

Conselho Municipal de Meio-ambiente.
Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico.
Lei Orgânica do Município de Ibiaí.
Decreto Federal nº 6040

08 RECOMENDAÇÕES

Mediante a realidade vivida na Comunidade, em relação as suas tradições e manifestações culturais, recomenda-se:

- 1 - Desenvolvimento de projetos – principalmente nos ambientes escolares – sobre a importância do Rio São Francisco em questões culturais, ambientais, econômicas e sociais, realizando deste modo a educação patrimonial.
- 2 – Realizar cursos de capacitação para as doceiras e biscoiteiras locais para que melhor se organizem, valorizem e divulguem sua produção como um cunho cultural e também uma forma de recurso financeiro.
- 4 - Promover ações de divulgação e valorização da cultura e tradições desenvolvidas na.
- 5 – Produzir documentários audiovisuais sobre as manifestações culturais presentes na comunidade como forma de valorização, registro e difusão das tradições locais.

09 DOCUMENTOS ANEXOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
Fotografias	
Figura 1: IPAC_Ibiai_BPacu_Localidade_Nuhicre_Ipeha (5) Figura 2: IPAC_Ibiai_BPacu_Localizacao_Mapa Figura 3: IPAC_Ibiai_Bens_Inventariados_Mapa	
Bens Culturais Inventariados	
Comunidade Barra do Pacuí	
Contatos	
Maria do Céu – Prefeitura (38-9922.4852) Clésio Almeida – Secretário de Cultura do Município – (38-9727.3636) Prefeitura Municipal de Ibiaí – Rua 31 de março, 555 – (38- 3746.1107) Josemar Alves Durães - Presidente da Colônia de Pescadores. Nélia Rodrigues (Conselheira da Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado) João Batista de Jesus (João Bento)	
Numeração das Fichas de Identificação de Bens	
5311 – Comunidade Barra do Pacuí	

10	REFERÊNCIAS
	BELÉM, R. A. <i>Zoneamento ambiental e os desafios da implementação do Parque Estadual Mata Seca, Município de Manga, Norte de Minas Gerais</i> . 2008. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.
	CASA CIVIL. <i>Decreto nº 6040/07</i> . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm > Acesso em 06 out.2014.
	CEDEFES. <i>Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI – História e resistência / organizado por Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva</i> . – Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.
	COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência</i> . Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília. 2003.
	FELFILI, J. M. <i>et al. Estudos de vegetação para subsidiar a criação das Reservas Extrativistas Barra do Pacuí e Buritizero, MG</i> . Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010. 168p .
	IBGE. <i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> . Acesso em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/ibiai.pdf >. Acesso em: 03/03/2013.
	LACERDA, Carlos. <i>Desafio e Promessa: O Rio São Francisco</i> . Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.
	SANTOS, Thaís Dias Luz Borges. <i>A Comunidade rural Barra do Pacuí e suas territorialidades</i> . Montes Claros: Unimontes, 2012. Disponível em: < http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro_gt08-06.pdf >. Acesso em: 10.04.2013.
	SOUZA, A. F. G. <i>et al. A Geo-etnografia da Barra do Pacuí: experiências vividas nos lugares, nos espaços e entre a gente do sertão</i> . In: <i>UNIMONTES Científica</i> , v. 11, p. 37-45, 2009. Disponível em: < http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/viewFile/302/246 > Acesso em 03out2014.

11	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	Denílson Meireles Amaral Barbosa.	2013
Vídeos	Caio Hudson Rabelo Alves, Jorge Luiz Teixeira Ribas.	2012
Áudio	Jorge Luiz Teixeira Ribas, Simone Narciso Lessa.	2012

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
Transcrição	Jorge Luiz Teixeira Ribas, Elis Medrado Viana.	2012
Levantamento	Denílson Meireles Amaral Barbosa, Maria Generosa Ferreira Souto, Simone Narciso Lessa.	2012
Elaboração	Maria Generosa Ferreira Souto.	2013
Revisão	Andrezza Velloso, Débora Raiza, Leonardo Augusto Silva de Freitas.	06/10/2014 06/2015 11/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

01 IDENTIFICAÇÃO									
Denominação	COMUNIDADE BARRA DO PACUÍ					IPAC/MG	5311		
Município(s)	Ibiaí	Distrito		Sede					
Endereço									
GPS	23K	Long. UTM	519915.00 m E	Lat. UTM	8143001.00 m S	Urbano		Rural	X



Figura 1: Praça da Igreja Nossa Senhora Aparecida e residências.

Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2013.

	Categoria	Comunidade Ribeirinha							
	Tipologia	Comunidade Tradicional							
	DENOMINAÇÃO								
	Outras denominações								
	Comunidade Tradicional Barra do Pacuí								
	Nível de integração								
	Comunidade	x	Oficial			Intercomunitária			x

02	Origens Documentadas ou Atribuídas
A comunidade Barra do Pacuí está situada no município de Ibiaí, a cerca de 20 quilômetros da sede da cidade. Foi fundada na década de 1930, por um grupo de famílias, de ascendência negra, que trabalhava em fazendas do município de Pirapora-MG e que compraram em conjunto, uma terra de aproximadamente	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES

38 hectares assentada no desemboque entre o rio São Francisco e o Córrego Pacuí. Segundo consta, o território foi adquirido por Benedito Siqueira, Francisco Bigodão, Aneleto, Manuel Vermelho e Joaquim da Silva, que resolveram se mudar juntos e com suas famílias para a região. Ao chegaram na localidade se estabeleceram e fixaram suas casas e sua vida na beira do São Francisco, atuando principalmente nas atividades agrícolas e da pesca. Porém, com as cheias do rio, eles acabaram por realocar-se pouco mais de dois quilômetros acima das margens do rio. Com o passar dos anos, a comunidade cresceu e hoje possui aproximadamente sessenta e oito famílias morando na região. Conforme Souza *et al.* (2009): “Quase a totalidade da comunidade é descendente direto das famílias originais.”

Para se chegar ao local, há um estreito corredor estreito de terra, ladeado por duas áreas de fazendas, ligando Ibiaí à Comunidade. O povo vive de modo tradicional, extraindo o sustento da pesca e da agricultura em regime familiar. Plantam milho, feijão, abóbora e melancia nas ilhas. Ao longo dos anos, os fazendeiros alargaram mais e mais as suas cercas e encurtaram o território, que antes da população de Barra do Pacuí, que hoje possui aproximadamente 20 hectares. A resistência e a luta dos moradores de Barra do Pacuí consiste em preservar o lugar para plantar, pescar, colher e, acima de tudo, conviver com seus filhos, netos e bisnetos.

03 DESCRIÇÃO
Caracterização Geral do Espaço

A Comunidade de Barra do Pacuí está na margem direita do rio São Francisco, na região Norte do estado de Minas Gerais. O município se limita com as cidades de Ponto Chique, Buritizeiro, Lagoa dos Patos e Coração de Jesus. O acesso rodoviário se dá através das BR-040, BR-135, BR-496, BR-365, ao Norte de Minas. A população de Barra do Pacuí, de acordo com o Censo do IBGE (2010), é constituída por migrantes mineiros, principalmente do município de Pirapora. O lugar agrupa características de uma cultura tradicional ribeirinha, cujas manifestações culturais são a culinária, as crenças, os ritos, as celebrações, o artesanato, os saberes e ofícios. A comunidade abriga 68 famílias (Luz, T., 2012) que mantém laços de amizade e preservam seus saberes repassando-os de pai para filhos. O traçado da comunidade se fez ao redor da Igreja, as casas são desprovidas de muros, as janelas e portas são voltadas para a rua e os quintais são abertos.

A Prefeitura Municipal de Ibiaí construiu no povoado a Quadra Poliesportiva Sr. Joaquim Pereira Gonçalves, local em que os jovens praticam esportes e se socializam. Na praça da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, os moradores do povoado conversam, as crianças brincam, os namorados se encontram. Existe na Comunidade a Escola Coronel Luiz Pires, onde são também realizados eventos comunitários.

De acordo com Souza *et al.* (2009) a comunidade de Barra do Pacuí é habitada por cerca de 249 pessoas, que ocuparam um total de 31 casas. A ocupação da comunidade pode ser dividida entre a parte alta e a baixa. Na parte de cima estão 22 residências, onde estão ainda a escola, a praça e a igreja. Conforme Souza *et al.* (2009) separando “as duas partes, estão duas ruas; uma no centro das fileiras de casas e outra na porção nordeste da comunidade. Na parte de baixo, encontram-se o restante das casas, um bar e o campo de futebol.

Relações (simbólicas, sociais, econômicas, religiosas, etc)

Na Comunidade se encontra diversas manifestações culturais. Há uma riqueza de tradições ligadas ao contexto cultural e histórico da relação sertaneja com o rio São Francisco. A população mantém tradições culturais locais, uma vez que existe considerável envolvimento entre os mais velhos e as novas gerações. O envolvimento da Comunidade com suas práticas e saberes tradicionais gera um sentimento de pertencimento, solidariedade, e de identidade com o lugar. A preservação do território dá-se na manutenção de costumes, crenças, e ritos do povo.

Usos do Lugar

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

A Comunidade da Barra do Pacuí, como uma Comunidade Tradicional, usa seu território para a prática da agricultura familiar, seja em seu território ou na ilha fluvial. São realizadas também a atividade da pesca artesanal e o extrativismo dos frutos do cerrado. A Comunidade se articula por meio da Igreja, da Associação Comunitária e da Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado, que abrange outras Comunidades Tradicionais.

Souza *et al.* (2009) identifica três maneiras de ocupação do território da Comunidade. O primeiro deles é nomeado de *Espaço de relações sociais e de convivência* que são distinguidos entre: a casa, dividida entre o local de abrigo e o quintal para pequenos cultivos; a praça, lugar de integração entre as famílias, “mais intensamente o lugar das crianças”; a Igreja de Nossa Senhora Aparecida; dois campos de futebol; “botecos” e a casa de farinha, local de sociabilidade entre as famílias “apenas em épocas de beneficiamento da mandica e produção de farinha (pp 41-42)”.

A segunda maneira identificada pelos pesquisadores é chamado de “espaços de socialização precária”, onde são estabelecidas as relações de trabalho, são eles: a ilha, onde são plantados o milho, o feijão e a abóbora, além de ser praticada a pesca artesanal; a lagoa, que foi incorporada “ao polígono produtivo da comunidade, em virtude da sua fertilidade natural”; a beira do rio Pacuí, considerado como o “mais tradicional espaço de produção”, onde também é feita a criação de gado e cavalo.

O terceiro e último é o “espaço da natureza”, definido “precisamente pelo seu não uso e sua evitação [...] pela presença de fauna e uma flora natural bastante desenvolvida (p. 42).” Esses espaços são divididos, segundo classificação da comunidade entre: matinho, capoeira, matão e cerrado.

Conforme os autores, a “Igreja, a casa, o quintal, o campo de futebol, a ilha e o cerrado são na verdade a expressão da produção espacial do povo de Pacuí (2009)”.

Transformações e Permanências

As transformações ocorridas na Comunidade da Barra do Pacuí passam não apenas pelo aumento populacional e incorporação de pessoas de fora, principalmente de pescadores, mas também com as que ocorreram com a instalação da rede elétrica, com a melhoria do transporte viário e fluvial, com o associativismo para distribuição dos produtos extraídos do Cerrado. Com as melhorias da estrutura urbana, o próprio padrão construtivo sofreu alterações, quando algumas casas construídas em tijolo de adobe foram substituídas por alvenaria. Outro elemento de mudança foi a construção de estradas, visto que anteriormente só se chegava próximo a comunidade de barco e depois se caminhava ou ia a cavalo até chegar à localidade.

Dados Fundiários e Construtivos

Foram adquiridos 38 hectares de terras e hoje são 20 hectares.

04 MARCOS NATURAIS E/ OU EDIFICADOS

Como marcos naturais tem-se o rio São Francisco, suas ilhas e vazantes, a lagoa e o rio Ibiaí. Como marcos edificados a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, a Casa de Farinha, Quadra Poliesportiva Sr. Joaquim Pereira Gonçalves, Escola Municipal Coronel Luiz Pires e o Porto.

05 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	x	Outros	x
Denominação	Associação Comunitária, Igreja, Empório do Cerrado						
Descrição	Sem referência.						
Organizadores	Sem referência.						
Financiadores	Sem referência.						
Produção de atividades e eventos	Sem referência.						
Meios de Comunicação	No caso do comércio extrativista, o Empório do Cerrado realiza a divulgação e						

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

e Divulgação	comercialização dos produtos.
--------------	-------------------------------

06	ÁREA DE ABRANGÊNCIA								
Comunidade	x	Município		Região		Estado		Nacional	
Observação									
Caracterização do Público Frequentador									
Na comunidade é predominante o gênero feminino, em uma proporção de 56,25% de mulheres contra 43,75% de homens. As mulheres ocupam funções ligadas aos afazeres domésticos, às hortas nos quintais e à Igreja. Aos homens é incumbida a prática da agricultura próximo ao Rio Pacuí, à lagoa e à Ilha, além da pesca e da extração dos frutos do cerrado, como o Barú. Além disso frequentam o lugar, moradores de regiões vizinhas, parentes, amigos, além de pesquisadores.									
Participação turística									
Sem referência.									

07	ELEMENTOS RELACIONADOS			
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD.IPAC
Casa de Farinha	Bem Material	EUA	Arquitetura de produção	-
Igreja de Nossa Senhora Aparecida	Bem Material	EUA	Arquitetura Religiosa	-
Largo da Igreja (Praça)	Bem Material	EUA	Largo	-
Porto fluvial	Bem Material	EUA	Porto	-
Rio São Francisco	Bem Material	Paisagístico ou Natural	Rio	-

08	COMENTÁRIOS
Comentários dos entrevistados	
Souza <i>et al.</i> (2009) realizaram entrevistas com moradores da comunidade, e um dos entrevistados relata o início da Comunidade de Barra do Pacuí:	
<p style="margin-left: 40px;">Eram cinco famílias que comprou o direito aqui. Eram amigos na fazenda e reuniram os cinco e compraram o direito aqui, no caso da fazenda não sei de quem ficaram sabendo desse terreno estava disposto, aí vieram e compraram quarenta e oito alqueires de terra. Entre os cinco, ficaram quatro com dez alqueires e um com oito, foi por aí que começaram, mudaram para aqui em 1934. Eu nasci em 1937, e aí foram indo, no princípio morava na beira do rio, mas naquele tempo chovia bastante, tinha muita enchente, tinha que ficar mudando cá para fora, para o alto (Entrevista com o Sr. J. B., 2007) (2009, p.40).</p>	
No relato de João Batista, em entrevista realizada pelo Prof. Denílson Meireles Barbosa, ele diz sobre a juventude atual:	
<p style="margin-left: 40px;">[...] a nova geração não quer procurar emprego, alguns que ainda arranha aí, mas as pessoas de mais idade, mas eu ainda planta umas coisinha, aí, mas os novo tá tudo correndo pra cidade querendo caçá emprego, essas coisa, não qué mais puxá enxada, machado e foice, essas coisa, não.</p>	
Sobre o comércio realizado com as cidades de Pirapora e até Januária, João Batista diz:	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
<p>Farinha...trazia muita cachaça de Januária, esteira, pote, além de outras cois que eles pegava, caixa de negócio de mantimento, que eles pegava. Dos depósito, pegava sacaria de milho, de feijão, do que fosse...Trazia umas coisa de lá de Pirapora e levava outras coisa daqui pra lá, havia essa comercialização.</p> <p>Sobre migração e a necessidade de criação da Reserva Extrativista na Comunidade é Nélia quem informa:</p> <p>Aqui muitas pessoas tá indo embora mas esse pessoal que tá na reserva é pessoa que não sai daqui não , mas se conseguir trazer a reserva a gente conseguiria manter os jovens aqui né porque traz mais serviço, porque aqui serviço nós não consegue, porque você vê que os jovens tudo saí daqui aí forma e fica aqui parado então, tem que ir pra outro lugar, mas eu acho que se nós conseguisse dava uma força muito grande. Hoje no campo se a pessoa investir tiver um lugar ele tira uma renda boa que dá pra sobreviver né. [...] A gente estava bem forte já e estava marcada até a data pra fazer o decreto e tudo [da RESEX], só que aí um monte de gente desistiu porque aqui a pressão dos fazendeiros em cima de nós foi muita, eles não estavam deixando mais a gente fazer coleta nas propriedades e nós aqui somos cercados, você sabe que nós aqui temos uma cerca e só esse pedacinho é da comunidade, o outro é tudo dos fazendeiros, aí, muitas famílias desistiu (<i>apud</i> LUZ, T., 2012).</p>	
Comentários do elaborador	
Identities construídas em torno da atividade	
<p>Participar de uma cultura de uma Comunidade Tradicional é ter pensamento e prática imbricados com a natureza envolvente, de modo que a compreensão e a interpretação do mundo, compartilhado socialmente, são estruturantes de seu universo particular. O que fornece a identidade dos membros da Comunidade de Barra do Pacuí é esse estar no mundo partilhado principalmente com as vivências privilegiadas com o rio São Francisco e Pacuí.</p>	
Possibilidade de Continuação	
<p>A Comunidade de Barra do Pacuí possui consideráveis possibilidades de continuidade, uma vez que os moradores se constituem em grupos de famílias que se sentem pertencentes ao lugar, mantendo seu modo de vida tradicional e de sua subsistência fundamentada no extrativismo de frutos do cerrado, na pesca e na agricultura. O cotidiano e a economia familiar promovem laços entre os grupos, fixando-os no lugar e transmitindo seus saberes e tradições às novas gerações.</p> <p>A obra “Estudos de vegetação para subsidiar a criação das Reservas Extrativistas Barra do Pacuí e Buritiziero” é um indicativo da possibilidade de criação de uma Reserva Extrativista na região, o que garantiria a conservação do bioma necessário para a prática da extração de frutos do Cerrado, além de oferecer uma garantia do direito fundiário da Comunidade frente à pressão exercida por fazendeiros locais. Enquanto isso, as famílias continuam mobilizadas para a institucionalização da Reserva, na expectativa de manter seu modo de vida camponês e sonhando com dias melhores. A migração continua sendo estratégia para que o alimento não falte à mesa.</p> <p>Uma ação da Comunidade identificada para a organização do trabalho e distribuição dos frutos e plantas do Cerrado é sua inserção na “Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado”, formada por Comunidades e Grupos distribuídos entre Pescadores e Vazanteiros, Assentamentos Agrícolas, Pequenos Agricultores Familiares e Extrativistas, somando mais de 50 Comunidades e Grupos, distribuídos em Minas Gerais, Goiás e Bahia.</p>	
Plano de ação	
<ul style="list-style-type: none"> • Documentar o modo de vida dos moradores da Comunidade de Barra do Pacuí e sua relação com o cerrado – de onde grande parte dos moradores tiram seu sustento; 	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES

- Desenvolver projetos sobre a valorização do rio São Francisco em questões culturais, ambientais, econômicas e sociais, realizando desse modo, também, a educação patrimonial;
- Desenvolver ações de salvaguarda fundamentadas na educação patrimonial como forma de contribuir para a continuidade das tradições locais e organização do grupo da comunidade;
- Realizar cursos de capacitação para que melhor se organizem, valorizem e divulguem sua produção vinculada a um valor cultural para agregar valor financeiro;
- Promover ações de divulgação e valorização das práticas culturais desenvolvidas na Comunidade, através, por exemplo de Feiras Culturais;
- Produzir documentários audiovisuais sobre as manifestações culturais presentes na comunidade.
- Verificar a existência de saberes relacionadas à utilização das plantas do cerrado para fins medicinais.

09 ENTREVISTADOS

01	Nome	João Batista de Jesus (João Bento)				Tipo	N.A	
	Nascimento	1937	Sexo	M	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber).								
Liderança Comunitária, nasceu na Comunidade								
Contato		Morador da comunidade						
Observações								

02	Nome	Nélia Rodrigues				Tipo	N.A	
	Nascimento	N.A	Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)								
N.A								
Contato		Conselheira da Rede de Comercialização Solidária						
Observações								

10 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA


Figura 2: Quadra poliesportiva Sr. Joaquim Pereira Gonçalves.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2012



Figura 3: Escola Municipal Coronel Luis Pires.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2012

11 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5311_lbiai_BPacu_Nuhicre_lpeha (4) Figura 2: IPAC_5311_lbiai_BPacu_Nuhicre_lpeha (3)
-------------	--

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES
	Figura 3: IPAC_5311_Ibiai_BPacu_Nuhicre_lpeha (5)	
Vídeos	Não se aplica.	
Áudio	Áudio 1: Entre_IPAC_5311_Ibiai_BPacu_JBento_Nuhicre_lpeha Áudio 2: Entre_IPAC_5311_Ibiai_BPacu_NRodrigues_Nuhicre_lpeha_2013	

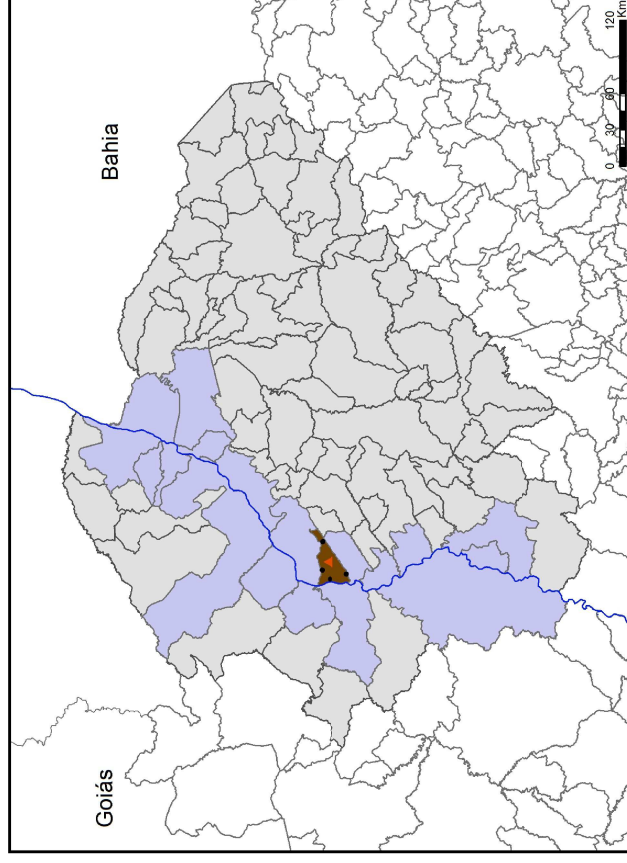
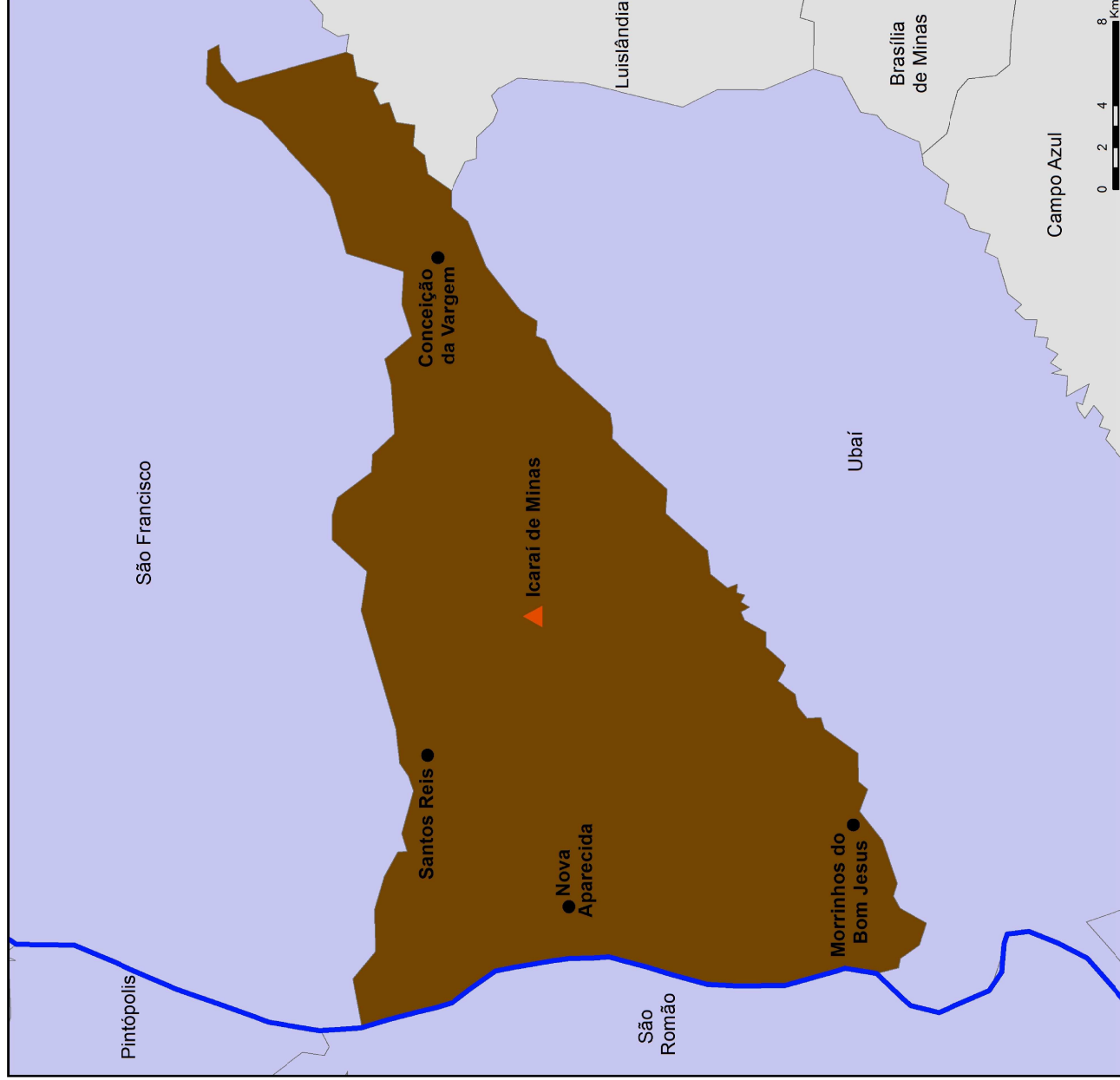
12	REFERÊNCIAS
	BELÉM, R. A. <i>Zoneamento ambiental e os desafios da implementação do Parque Estadual Mata Seca, Município de Manga, Norte de Minas Gerais</i> . 2008. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.
	CEDEFES. <i>Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI – História e resistência / organizado por Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva</i> . – Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.
	COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência</i> . Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília. 2003.
	Empório do Cerrado – <i>Rede de Comercialização Solidária de Agricultores Familiares e Extrativistas do Cerrado</i> . Disponível em: < http://www.emporiocerrado.org.br/pt-br/rede/ > Acesso em 20 out.2014
	FELFILI, J. M. et al. <i>Estudos de vegetação para subsidiar a criação das Reservas Extrativistas Barra do Pacuí e Buritiziero, MG</i> . Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010. 168p .
	IBGE. <i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> . Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/ibiai.pdf >. Acesso em: 03 mar. 2013
	IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <i>Ibiaí – MG – Histórico</i> . In: <i>IBGE Cidades</i> . 2012. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1 >. Acesso em: 04 dez. 2012.
	JESUS, João Batista de. <i>Comunidade Barra do Pacuí</i> . [04 de Novembro de 2013]. Ibiaí - Projeto Inventário Para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco. Entrevista concedida à Denílson Meireles Barbosa. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.
	LACERDA, Carlos. <i>Desafio e Promessa – O Rio São Francisco</i> . Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.
	RODRIGUES, Nélia. <i>Comunidade Barra do Pacuí</i> . [04 de Novembro de 2013]. Ibiaí - Projeto Inventário Para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco. Entrevista concedida à Denílson Meireles Barbosa. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.
	SANTOS, T. D. L. B. <i>A Comunidade Rural Barra do Pacuí e suas territorialidades</i> . In: VII ECONTRO ANUAL DA ANDHEP – DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E DIVERSIDADE, 2012, Montes Claros, Apresentação de trabalho, Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, 2012. p. 2
	SOUZA, A. F. G. ; MARTINS, G. I. ; SANTOS, R. H.; BRANDAO, C. R. A Geo-etnografia da Barra do Pacuí: experiências vividas nos lugares, nos espaços e entre a gente do sertão. <i>UNIMONTES Científica</i> , v. 11, n. 1/2 p. 37-45, 2009.

13	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Denílson Meireles Barbosa	2013
Vídeos	Caio Hudson Rabelo Alves, Jorge Luiz Teixeira Ribas	2012
Áudio	Jorge Luiz Teixeira Ribas, Simone Narciso Lessa	2012
Transcrição	Jorge Luiz Teixeira Ribas, Elis Medrado Viana	2012
Levantamento	Denílson Meireles Barbosa, Maria Generosa Ferreira Souto, Simone Narciso Lessa	2012
Elaboração	Maria Generosa Ferreira Souto.	2013
Revisão	Denílson Meireles Barbosa, Nôila Ferreira Alencar, Flávia Alves	2013

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES
	Figueirêdo Souza, Leonardo Augusto Silva de Freitas, Andrezza Alves Velloso, Débora Raiza Rocha.	10/ 2014 06/2015 11/2015
	Observações	

Icaraí de Minas

Icarai de Minas



Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- Comunidades
- ▲ Localidade
- ~ Rio São Francisco
- Macrorregião do Norte de Minas
- Municípios Inventariados
- Município de Icarai de Minas
- Municípios de Minas Gerais

Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum Sad - 69
Fonte: IBGE 2010. Convênio IEPHA/ UNIMONTES.
Org: OLIVEIRA, G.H.G; RIBAS, J.L.T, 2013.



Bens Culturais e Contatos – Icaraí de Minas

- Brejinho
- Brinquedos e Brincadeiras Infantis
- Capela Antiga
- Carro de Boi
- Catira
- Cavalgada
- Dança do Carneiro
- Dança do Frango
- Derivados da Cana – Modo de Fazer Cachaça
- Derivados da Cana – Modo de Fazer Rapadura
- Derivados da Farinha – Modo de Fazer Biscoito
- Derivados do Fio – Artesanato em Tecelagem
- Derivados do Leite – Modo de Fazer Queijo
- Derivados do Leite – Modo de Fazer Requeijão
- Festa da Igreja de Nossa Senhora da Conceição
- Festa de Santos Reis
- Festa do Leite
- Festa do Milho
- Futebol
- Moagem de Cana e Bens Associados
- Produção de Leite
- Modo de Fazer Farinha de Mandioca
- Parteiras
- Prefeitura Municipal de Icaraí de Minas
- Roncoio
- Vaquejada Nacional de Icaraí de Minas

■ Celebrações e Ritos ■ Formas de Expressão ■ Lugares ■ Saberes e Ofícios ■ Localidade ■ Contato

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
--	-------------------

01 IDENTIFICAÇÃO								
Localidade		ICARAÍ DE MINAS						
Município		Icaraí de Minas				IPAC/MG		-
Distritos		Sede			Sítio		Vale do Médio São Francisco	
GPS	23 K	Long.UTM	510276.93 m E	Lat. UTM	8207008.86 m S	Urbano	X	Rural



Figura 1: Praça da cidade de Icaraí de Minas.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

02	REFERÊNCIAS CULTURAIS
-----------	------------------------------

Como referências culturais de Icaraí de Minas destacam-se: Festa da Igreja Nossa Senhora de Conceição, Festa de Santos Reis, Festa do leite, Festa do milho, futebol, brincadeiras infantis, carro de boi, catira, cavalgada, roncoio, vaquejada nacional de Icaraí de Minas, Dança do Carneiro, dança do frango, prefeitura municipal de Icaraí de Minas, Brejinho, capela antiga, moagem e derivados da cana (rapadura e cachaça), parteiras, produção de derivados de leite (queijo e requeijão), produção de derivados da mandioca (farinha e biscoito), artesanato e tecelagem.

03	DESCRIÇÃO
-----------	------------------

	População e Localização
--	--------------------------------

O município de Icaraí de Minas situado à margem esquerda do Rio São Francisco, na macrorregião do Norte de Minas, microrregião de Januária, e está a 583 quilômetros de Belo Horizonte, capital do estado. As principais vias de acesso à localidade são as rodovias estaduais MG-402, MG-202, e, as rodovias federais BR-135 e BR-040. Possui uma área territorial de 630.32 km². Os municípios que fazem limite são Luislândia, São Francisco, São Romão, Ubaí, Ritópolis e Pintópolis. De acordo com a Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE, em 2014 a população estimada de Icaraí de Minas é de 11.524 habitantes.

	Paisagem Natural e Meio Ambiente
--	---

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
<p>A região do norte de Minas possui características particulares referentes à biodiversidade, devido a existência concomitante de dois biomas predominantes: caatinga e o cerrado. De acordo com Ronaldo Belém (2008), a diversidade vegetacional associada à distribuição dos solos, rochas, clima, relevo e hidrografia conferem à região um contexto fisiográfico bastante diversificado e integrado constituindo, assim, uma grande variedade de ecossistemas.</p> <p>Icarai de Minas está situado nesse contexto, onde as paisagens naturais são extremamente influenciadas por essas condições, principalmente quanto aos períodos de chuva e estiagem. Na cidade há também a predominância das vegetações denominadas: campo, campo-cerrado, cerrado e floresta estacional decidual. O clima característico da localidade pode ser considerado quente, uma vez que a temperatura média anual de 23,6° C e o índice pluviométrico é de 1156,1 mm. É importante ressaltar que as chuvas são irregulares e estão concentradas principalmente nos meses de verão.</p> <p>A paisagem natural mais significativa e que exerce grande influência sobre a vida da população, é o rio São Francisco, um dos principais rios perenes da região, que por sua vez compõe um dos atrativos do município.</p>	
<p>Marcos</p>	
<p>Como marcos do município de Icarai de Minas se destaca: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Escola Estadual Manoel Tibério e o rio São Francisco.</p>	

04	FORMAÇÃO HISTÓRICA
<p>A ocupação da área que compreende a região do Norte de Minas se inscreve no processo de ocupação e interiorização do território brasileiro, ocorrida no século XVII e XVIII. Durante os primeiros anos da colonização, a Coroa Portuguesa centrou seus esforços na zona litorânea da colônia, sendo fundadas pequenas vilas e feitorias próximas ao mar. Contudo, o movimento de interiorização dos territórios da colônia, começou a ser realizado, sobretudo, pelos bandeirantes que adentraram ao sertão aprisionando índios e explorando metais preciosos.</p>	
<p>A criação do povoado que deu origem a Icarai de Minas tem ligação com o bandeirante Domingos do Prado de Oliveira, sobrinho de Matias Cardoso, um dos principais líderes das bandeiras paulistas que exploraram a região. Domingos do Prado fundou entre os anos de 1700 e 1702, a Fazenda Pedras de Cima, que posteriormente foi transformada na povoação de Pedras dos Angicos, esta localidade foi, por duas vezes, incorporada ao município de Montes Claros das Formigas, sendo a última em 1850. Em 1877, a Lei Estadual 2.416, eleva a vila de São José das Pedras dos Angicos categoria de cidade, sendo seu nome modificado para São Francisco. O novo município era composto por sete distritos: Sede, Morro, Conceição da Vargem, Brejo da Passagem, Urucuia, São Romão e Capão Redondo. Icarai de Minas teria origem a partir do distrito de Conceição da Vargem, contudo, esse distrito permaneceu sem uma sede até 1920.</p>	
<p>A partir dos anos 1920, um pequeno povoado começou a ser formado nas imediações da fazenda do Coronel José Bernardino Teixeira. O povoamento ficou conhecido pelo nome de Tiririca ou Sucupira. Com o intuito de fomentar o crescimento da povoação, o coronel mandou construir a primeira escola juntamente com a primeira igreja do local.</p>	
<p>No ano de 1956, o povoado passou a jurisdição da paróquia de São Francisco, permanecendo assim até o ano de 1992, quando o povoado foi elevado à categoria de município, com o nome de Icarai de Minas, pela Lei Estadual nº 10.704, de 27 de abril de 1992.</p>	

05	CRONOLOGIA
Data	Evento
Julho de 1890	Decreto que criou o Distrito de Conceição da Vargem.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
1920	Criação do povoado que viria a dar origem a Icaraí de Minas.	
15 de novembro de 1991	Plebiscito no Distrito de Conceição da Vargem para decidir sobre sua emancipação política.	
27 de abril de 1992	Lei Estadual nº 10.704, que decretou a criação do município de Icaraí de Minas.	

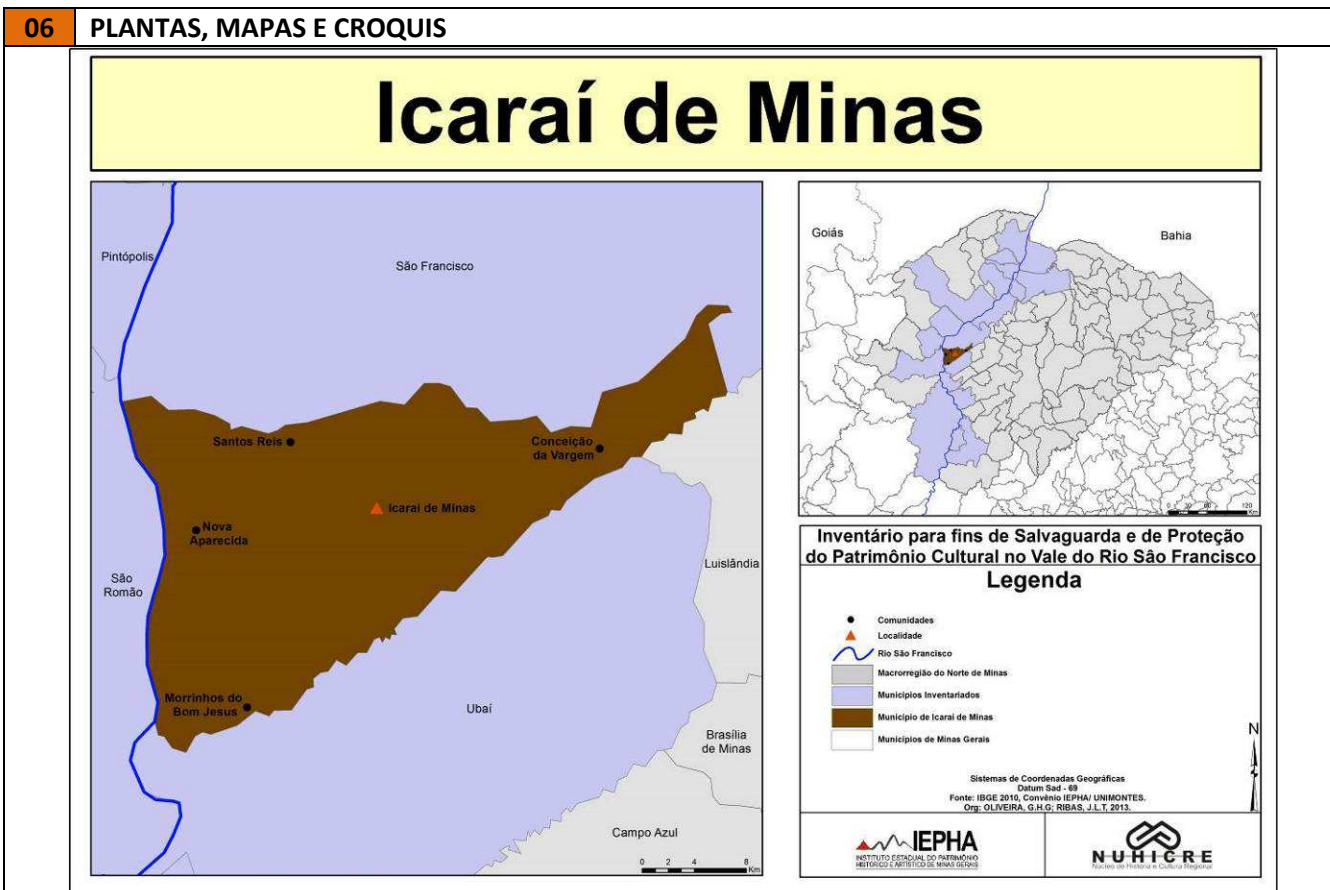
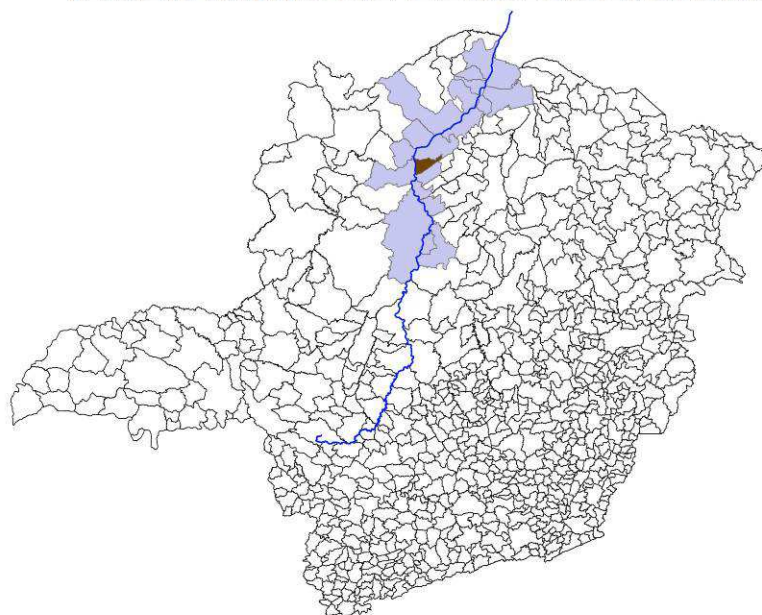


Figura 2: Mapa de localização de Icaraí de Minas

Fonte: IEPHA/MG - NUHICRE

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LOCALIDADE
INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE ICARAÍ DE MINAS

BENS INVENTARIADOS

- . Saberes: Modo de Fazer Roncoio
- . Expressão: Dança do Carneiro
- . Celebração: Festa de Nossa Senhora da Conceição


 Igreja Sra. da Conceição
 Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG

 Merquida Luiza
 Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG

 Roncoio
 Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG

 Praça Central
 Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG

 Batuque-roncoio
 Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG

Figura 3: Mapa de localização de Icarai de Minas e bens inventariados na localidade

Fonte: IEPHA/MG - NUHICRE

07 LEGISLAÇÃO
Instrumentos de Proteção Ambiental e Patrimonial e de Planejamento

Lei Nº 262, de 23 de abril de 2007, lei de proteção do patrimônio cultural e de criação do conselho municipal de proteção do patrimônio cultural.

Decreto Nº 03, de 13 de fevereiro de 2009, constitui o conselho municipal. Criação do departamento municipal de proteção do patrimônio cultural vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura, Lazer e Turismo.

08 RECOMENDAÇÕES

O município de Icarai de Minas é uma cidade jovem, com apenas 22 anos. No entanto, a região onde está inserido é uma localidade com diversas tradições e histórias que conferem identidade ao povo da região do norte de Minas. Muitas dessas tradições estão enraizadas nos moradores do município devido à vivência com o rio São Francisco e ao modo de vida das populações ribeirinhas.

Para que haja maior interação da população com os vestígios da sua história que remonta as primeiras expedições com o intuito de conhecer e desbravar o sertão, se faz necessário o fomento a pesquisas voltadas para o estudo histórico da formação de Icarai de Minas, além da necessidade de inserção da população mais jovem nos festejos e atividades da localidade, como a Festa de Nossa Senhora da

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
<p>Conceição, a Dança do Carneiro e o modo de fazer o Roncoio, que é muito utilizado para a realização das danças da região.</p> <p>Além disso, faz-se importante a regulamentação fundiária da cidade, para que haja o desenvolvimento sustentável de forma a promover a melhoria das condições socioeconômicas da população, bem como a criação de um plano municipal de cultura e turismo, com o intuito de promover a manutenção e preservação das manifestações culturais da região.</p>		
09	DOCUMENTOS ANEXOS	
	Fotografias	
	Figura 1: IPAC_IMinas_Localidade_Nuhicre_Iepha (2) Figura 2: IPAC_IMinas_Localidade_Mapa Figura 3: IPAC_IMinas_Bens_Inventariados_Mapa	
	Bens Culturais Inventariados	
	Dança do Carneiro, Festa de Nossa Senhora da Conceição, Roncoio.	
	Contatos	
	- Antônia Carrada, - Profª. Marquiza, - Profª. Vanda.	
	Numeração das Fichas de Identificação de Bens	
	5314 - Modo de Fazer Rocoio 5315 - Dança do Carneiro 5316 - Festa de Nossa Senhora da Conceição	
10	REFERÊNCIAS	
	BARBOSA, Waldemar de Almeida. <i>Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais</i> . : Belo Horizonte: Itatiaia, 1971.	
	BELÉM, R. A. <i>Zoneamento ambiental e os desafios da implementação do Parque Estadual Mata Seca, Município de Manga, Norte de Minas Gerais</i> . 2008. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.	
	CITY BRAZIL. <i>Icarai de Minas</i> . Disponível em < http://www.citybrazil.com.br/mg/icaraideminas/index.php >. Acesso em 03 dez. 2014.	
	COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência</i> . Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília. 2003.	
	IBGE. <i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> . Disponível em < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/icaraideminas.pdf >. Acesso em 03 dez. 2014.	
	IBGE. <i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> . Disponível em < http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=316110&search= infogr%E1ficos:-hist%F3rico >. Acesso em 03 dez. 2014.	
	ICARAÍ DE MINAS. <i>Assembléia Legislativa de Minas Gerais</i> . Disponível em < http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html?aba=js_tabMunicipios&sltMuni=764 >. Acesso em 03 dez. 2014.	
11	FICHA TÉCNICA	
	Fotografia	Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Junior.
		2012/2013

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
Vídeos	Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Junior.	2012/2013
Áudio	Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Junior.	2012/2013
Transcrição	Maria Regina Antunes Carvalho.	2013
Levantamento	César Henrique de Queiroz Porto, Elis Medrado Viana, Jorge Luiz Teixeira Ribas, Roberto Veríssimo da Silva Junior.	2012/2013
Elaboração	César Henrique de Queiroz Porto, Roberto Veríssimo da Silva Junior.	2012/2013
Revisão	Bruna Luisa de Paula, Débora Raiza Rocha, Denílson Meireles Barbosa, Flávia Alves Figueirêdo Souza, Luis Molinari, Mariana Rabêlo de Farias, Nôila Ferreira Alencar, Breno Trindade.	2013 12/2014 2015 30/11/2015
Observações		
<ul style="list-style-type: none">• A cidade não tem regulamentação fundiária,• Não possui plano municipal de cultura, turismo e patrimônio cultural,• Não possui plano diretor participativo.		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SABERES E OFÍCIOS

01 IDENTIFICAÇÃO

Denominação	MODO DE FAZER RONCOIO			IPAC/MG	5314
Município/s	Icaraí de Minas	Distrito	Sede		
Endereço	-				
GPS	23k	Long. UTM	510276.93 m E	Lat. UTM	8207008.86 m S
		Urbano	X	Rural	



Figura 1: Roncoio.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

Categoria						
Âmbito/Tema	Modo de fazer		Datas			
Tipologia da Atividade	Artesanal	Anual	Periódica	Mensal	Contínua	Cada X anos
Denominação	Roncoio					x
Outras denominações	Fungador; Roncolho; Roncador; Tambor onça.		Nível de integração			
		Comunidade	X	Oficial		Intercomunitária

Descrição da Periodicidade

Fazer o rocoio na localidade é atividade casual, pois, o único morador da cidade de Icaraí de Minas, o Sr. Adelino Soares de Cardoso que possuía o saber, faleceu sem ter ensinado o ofício para outras pessoas. Contudo a produção de roncoio também acontece em outras localidades do norte de Minas, como na Comunidade Quilombola de Gerais Velho em Ubaí.

02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE

A ocupação da área que compreende a região do Norte de Minas se inscreve no processo de ocupação e interiorização do território brasileiro, ocorrida no século XVII e XVIII. Durante os primeiros anos da

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

colonização, a Coroa Portuguesa centrou seus esforços na zona litorânea da colônia, sendo fundadas pequenas vilas e feitorias próximas ao mar. Contudo, o movimento de interiorização dos territórios da colônia, começou a ser realizado, sobretudo, pelos bandeirantes que adentraram ao sertão aprisionando índios e explorando metais preciosos.

A criação do povoado que deu origem a Icaraí de Minas tem ligação com o bandeirante Domingos do Prado de Oliveira, sobrinho de Matias Cardoso, um dos principais líderes das bandeiras paulistas que exploraram a região. Domingos do Prado fundou entre os anos de 1700 e 1702, a Fazenda Pedras de Cima, que posteriormente foi transformada na povoação de Pedras dos Angicos, esta localidade foi, por duas vezes, incorporada ao município de Montes Claros das Formigas, sendo a última em 1850. Em 1877, a Lei Estadual 2.416, eleva a vila de São José das Pedras dos Angicos categoria de cidade, sendo seu nome modificado para São Francisco. O novo município era composto por sete distritos: Sede, Morro, Conceição da Vargem, Brejo da Passagem, Uruçuia, São Romão e Capão Redondo. Icaraí de Minas teria origem a partir do distrito de Conceição da Vargem, contudo, esse distrito permaneceu sem uma sede até 1920.

A partir dos anos 1920, um pequeno povoado começou a ser formado nas imediações da fazenda do Coronel José Bernardino Teixeira. O povoamento ficou conhecido pelo nome de Tiririca ou Sucupira. Com o intuito de fomentar o crescimento da povoação, o coronel mandou construir a primeira escola juntamente com a primeira igreja do local.

No ano de 1956, o povoado passou a jurisdição da paróquia de São Francisco, permanecendo assim até o ano de 1992, quando o povoado foi elevado à categoria de município, com o nome de Icaraí de Minas, pela Lei Estadual nº 10.704, de 27 de abril de 1992.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

A partir de pesquisas realizadas, é possível inferir que o roncoio tem a mesma origem de outros instrumentos musicais membrafônicos (percussão que produz som através da vibração de membranas distendidas) por fricção, por exemplo, a *cuíca* e a *sarronca*. A *cuíca* é um instrumento que consiste em uma espécie de tambor com uma haste de madeira presa no centro da membrana de couro, pelo lado interno. A *cuíca* tem sua origem atrelada aos povos de ascendência banto (congo, benguela, ovambo, cabinda, angola, macua, angico) transmigrados para o Brasil na condição de escravos, mais precisamente entre os de origem angolana, sendo um instrumento característico do Reino do Congo, chamado de *Pwita*.

Acredita-se que originalmente o instrumento foi criado com o intuito de imitar o som dos animais como forma de atraí-los para serem caçados. O roncoio também tem semelhança com a estrutura constitutiva da *sarronca*, um instrumento musical membrafônico de origem portuguesa, que possui as mesmas características do roncoio, sendo constituído por um recipiente oco coberto por uma pele, tendo o centro perfurado por uma vara de madeira, sendo o som obtido através da fricção na vara. Na Espanha, o instrumento de natureza semelhante é chamado de *zambomba*, porém neste a haste de madeira fica do lado de fora.

Além da semelhança na forma de tocar os instrumentos, consistindo na fricção da vara que perpassa pela membrana que recobre a parte externa da abertura, com a mão molhada, sendo este o ato que faz com que som seja produzido, sendo o som parecido com o urro da onça. Outra similaridade encontrada entre o roncoio e os demais instrumentos, são as denominações semelhantes, tais como: onça, porca, tambor-onça, roncador, socador, fungador e zurra-burros. Desse modo, acredita-se ser possível atribuir uma origem comum aos instrumentos descritos, sendo bastante provável que tenham chegado ao Brasil por meio dos africanos escravizados durante o período colonial. Porém, a origem do roncoio é incerta, devido a carência de documentação e relatos que atestem a sua procedência.

Em Icaraí de Minas, o roncoio está presente nas festividades e danças, como a Dança do Carneiro, há pelo menos setenta anos. Dona Rosalina, filha do Sr. Adelino Gonçalves Cardoso, falecido há alguns anos,

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

afirmou que seu pai era o responsável pela fabricação do instrumento na cidade, e que, como o mesmo não repassou para outras pessoas o modo de fazer, o saber está adormecido ou desaparecido na localidade. Sr. Adelino deixou um único Roncoio pronto e outro por fazer.

A presença do roncoio também foi notada em outras localidades do norte de Minas, como na Comunidade Quilombola de Gerais Velho, localizada no município de Ubaí, e em Ponto Chique. Em Gerais Velho, o instrumento é feito com outros materiais. Em vez da caixa feita de madeira, utiliza-se a leiteira, e no lugar do couro animal, coloca-se o couro sintético. Em Ponto Chique o roncoio é de madeira e couro animal, porém é mais longo. É importante ressaltar que em ambas as localidades, o roncoio é usado nas manifestações culturais e nos festejos religiosos realizados nas comunidades.

04 DESCRIÇÃO

O roncoio é um instrumento membrafônico por fricção feito a partir de um tronco de árvore ocado, tendo suas extremidades cobertas por couro de boi, sendo que a parte traseira é aberta de forma a permitir que o tocador possa manusear a vara que está presa no interior do instrumento.

Extensão da Atividade na Região

Durante o processo de pesquisa, identificou-se que a fabricação do roncoio também ocorre em diversas outras localidades do alto-médio São Francisco, como na Comunidade Quilombola de Gerais Velho, no município de Ubaí e em Ponto Chique com o grupo Batuque da Melhor Idade.

Procedimentos Técnicos Básicos

Os procedimentos para a construção do roncoio podem variar de acordo com as localidades pesquisadas. No entanto, alguns métodos se repetem. Primeiramente, deve-se escolher a madeira que comporá o corpo do instrumento. Como observado anteriormente, a madeira utilizada era o pau-pereira, mas com sua proibição outras possibilidades surgiram.

Uma vez selecionada e seca a madeira, cortar-se o tamanho desejado e inicia-se o processo de esculpir o interior do corpo da tora, de modo a transformá-la em um cilindro. Sua espessura pode variar de um centímetro e meio a dois. Para abertura do interior da peça, utiliza-se ferramentas de ferro como alavancas ou mesmo brasa.

O segundo momento é a seleção da pele animal. No passado, o principal couro trabalhado era o de veado. Atualmente, os couros de boi (novilho) ou de bode são novas alternativas. No entanto, por ter um som de caráter mais grave, a pele necessita ter a espessura apropriada. Após retirar a pele do animal, ela deve ser seca ao sol ou com sal e limpa adequadamente. Depois que estiver seca a pele é molhada e empachada (fixada) em uma das extremidades da madeira ocada, sendo fixada na lateral da borda por meio de pregos.

Após colocar a membrana sobre uma extremidade da madeira, fixa-se no centro do couro, na parte interna, uma vareta comprida a partir de dois furos na pele e amarrações com cordas. Para facilitar e dar mais firmeza, outro pedaço de couro é utilizado na amarração. O posicionamento dessa peça deve ficar de tal modo que o tocador acesse a vareta pela extremidade do instrumento que se encontra aberta e possa friccioná-la com as mãos.

Geralmente essa vareta possui quase o comprimento do tronco esculpido com aproximadamente um centímetro e meio de largura. Para auxiliar o atrito com a peça e conseguir extrair o som do instrumento, o segundo tocador utiliza-se de água para manter suas mãos molhadas.

Transformações e Permanências

Antigamente, o instrumento era feito a partir do tronco da árvore Pau-pereira e recoberta com couro de veado, a partir das novas legislações ambientais, tornou-se ilegal a utilização desses elementos para a construção de quaisquer objetos, com isso, passou-se a ser utilizado o pau-de-jacaré e o couro de boi como substitutos dos materiais originais. O modo de fazer o roncoio já não é mais realizado em Icaraí de Minas, pois o Sr. Adelino Gonçalves de Cardoso, que era o artesão responsável pela fabricação do instrumento já faleceu

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

e não repassou o saber para outras pessoas. Contudo, sua filha Dona Rosalina, faz alguns pequenos consertos no instrumento sempre que necessário, pois a vara que fica no interior do roncoio precisa ser trocada, havendo então a necessidade de substituição do “pauzinho”, ela faz a troca.

Espaços/ Ateliê**Descrição do espaço**

Geralmente o roncoio é feito nos quintais e terreiros das casas, por serem locais espaçosos.

Endereço

Não se aplica.

Fontes de Energia

Tipo	Descrição	Variedades	Uso	Custos
Humana	Montagem	-	-	Sem referência.

Matérias Primas**Pau-de-Jacaré**

Descrição
Pau-de-Jacaré: nome científico *Piptadenia gonoachanta*. É uma árvore de porte médio, entre 10 e 20 metros de altura, de tronco áspero e escamado, atingindo até 40cm de diâmetro. É uma madeira bastante utilizada para acabamentos internos, armação de móveis e painéis.

Procedência
 A madeira é obtida nas matas da região.

Forma de Aquisição
 Extração da madeira nas matas.

Uso
 A madeira é utilizada para a construção do corpo do instrumento, que consiste em um tronco vazado de forma cilíndrica. Além disso, a madeira é usada para fazer o “pauzinho”, que é puxado enquanto o instrumento é tocado e que produz o som que lhe é peculiar.

Custo
 Não há custos, pois a madeira pode ser obtida nas matas da região.

Período de Obtenção
 A cultura popular afirma que o corte de madeira deve ser realizados nos meses que não tenham a letra “R”, ou seja, a madeira deve ser obtida nos meses de maio, junho, julho e agosto, pois se cortada nos outros meses a madeira irá rachar e a sua durabilidade estará afetada. Há ainda a indicação de corte a partir do “quarto de lua, três dias antes ou três dias depois da lua cheia”.

Matérias Primas**Couro de Boi**

Descrição
 Pele do animal.

Procedência
 O couro normalmente é proveniente de açougues e abatedouros que estão presentes em toda região do norte de Minas.

Forma de Aquisição
 Como o norte de Minas possui grande cultura bovina ligada ao corte, o couro do boi se constitui matéria-prima de fácil acesso.

Uso
 Utilizado para cobrir uma das extremidades da madeira que forma o corpo do roncoio.

Custo
 O custo do couro de boi é variável de acordo com a forma de aquisição.

Período de Obtenção
 A obtenção do couro de boi ocorre durante todo o ano, não havendo uma data ou período específico para sua aquisição.

Instrumentos/ Ferramentas

Martelo, lixa, serrote, prego, tesoura.

05 ELEMENTOS RELACIONADOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS							SABERES E OFÍCIOS			
Bem Cultural		Tipologia		Categoria		Subcategoria		COD./IPAC		
Dança do Carneiro		Atividade Ritual		Dança		-		5315		
Festa de N. S. da Conceição		Atividade Ritual		Festa Religiosa				5316		
Festa do Sagrado Coração de Jesus		Atividade Ritual		Festa Religiosa				-		
06	FORMAS DE TRANSMISSÃO									
	Procedência do Saber									
<p>Não se pode informar de forma exata qual a procedência do modo de fazer o roncoio na região, pelo fato de não ter pesquisas ou registros que possibilitem a confirmação desse histórico. No entanto, é possível dizer que esse instrumento é característico de comunidades afrodescendentes da região estudada, pois, o roncoio faz parte de grande número das manifestações culturais realizadas por esses grupos.</p>										
	Transmissão									
Pais – Filhos		X	Mestre – Aprendiz		X	Escolas	x	Grupos	X	Outros
	Modo de Transmissão									
<p>Não há pessoas que saibam fazer o instrumento na localidade de Icaraí de Minas, o que fez com que o modo de fazer ficasse adormecido ou desaparecido. No entanto, na comunidade quilombola de Gerais Velho alguns moradores sabem fazer o instrumento, ainda que com materiais não tradicionais. Há a transmissão do modo tocar o instrumento, juntamente com as práticas culturais que são caracterizadas pela presença do instrumento. Percebe-se que a transmissão está ligada ao modo de tocar o roncoio, pois, na cidade de Icaraí de Minas, a Sra. Rosalina aprendeu a tocar o instrumento com seu pai e transmitiu esse conhecimento, essa prática de tocar para seu filho.</p>										
	Forma de Continuidade									
<p>O modo de produzir o roncoio de forma tradicional sofre pela falta de difusão do conhecimento, pois, os antigos moradores que possuíam o conhecimento, faleceram sem repassá-lo. A continuidade da existência do instrumento está no modo de tocá-lo, visto que é repassado pela oralidade e pela prática que se vai adquirindo com o passar dos tempos ao tocar o instrumento. Todo esse aparato cultural sofre grande chance de se perder, pois, cada vez mais se nota o afastamento dos mais novos em aprender as técnicas do instrumento. Uma das formas de continuidade é promover um encontro regional entre os fabricantes do roncoio.</p>										
	Transformações									
<p>O modo de transmissão dos saberes relacionados com o modo de fazer o instrumento estão paralisados em Icaraí de Minas.</p>										
07	ÁREA DE ABRANGÊNCIA									
Comunidade		X	Município		X	Região		X	Estado	
Observação		Durante o inventário realizado nos municípios do trecho navegável do São Francisco no norte de Minas, foram encontrados outras localidades que fazem o roncoio.								
	Participação turística									
<p>Não observa-se a participação turística durante a fabricação do instrumento musical, visto que o roncoio já não é mais construído na localidade de Icaraí de Minas. Nota-se alguma movimentação de pessoas de fora da comunidade quando ocorre a Festa de Nossa Senhora da Conceição ou durante a Festa do Sagrado Coração de Jesus, quando ocorre a Dança do Carneiro que conta com o roncoio como instrumento que marca o ritmo da dança.</p>										
08	COMENTÁRIOS									
	Identidade construída em torno da atividade									

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

Percebe-se que há um entrosamento dos moradores e participantes nos festejos locais onde a presença do roncoio é indispensável para sua realização. Há um senso de partilha e solidariedade muito forte vinculados, visto que, outros grupos, quando precisam do instrumento para utiliza-lo na Batuque, a proprietária o empresta. Porém, nota-se também que há um importante cuidado com o instrumento, o único existente. Quando se é perguntado sobre o roncoio, às respostas são pautadas em aspectos sobre curiosidade, como, o som é engraçado e lembra um ronco ou mesmo a outras especificidades.

Possibilidade de continuidade

A possibilidade de continuidade está vinculada a própria continuidade das práticas culturais em que o roncoio está presente. E também à promoção de oficinas de construção do instrumento.

Necessidades do Ofício	Instalações	Construção de um espaço de oficinas.
	Instrumentos	Martelo, lixa, serrote, prego, tesoura.
	Matéria-Prima	Não se aplica.
	Pessoal	Pessoas que se interessem em apreender a fazer o instrumento.
	Formação	-
	Comercialização	Não se aplica.

Ofícios ou técnicas com necessidade de documentar/ proteger

Há necessidade de documentar e salvaguardar as cantigas e versos entoados durante as danças em que o roncoio parte fundamental, como Passa-Quatro e a Dança do Carneiro.

Comentários do elaborador

É fácil de perceber como as pessoas são envolvidas em atividades culturais nas quais a participação do roncoio é relevante. Observa-se que o instrumento está inserido em diversas atividades da localidade, mas está colocado em um segundo plano, fato este que dificulta e põe em risco a salvaguarda do instrumento e todas as manifestações culturais que contam com o instrumento para auxiliar no desenvolvimento dos festejos.

Comentários dos Entrevistados

Para os moradores de Icaraí de Minas o roncoio é instrumento essencial para a realização da Dança do Carneiro, como na fala de Dona Merquida que fala de como a sonoridade da música e dos versos entoados vão ao encontro do som produzido pelo roncoio. Segundo “Dona Merquida”, em entrevista concedida em 2012:

“[...] pois é... é, o roncoio que eles falam, tem que tem *os que bate e os que puxa*, que tem prática mesmo, porque tem gente que não sabe bater nem puxar. Aí o batido lá dá *certim* com o lado da gente”.

Dona Merquida

Dona Rosalinda, fala sobre o instrumento deixado pelo pai:

“[...]vou deixar pro ocê, se ocê quiser emprestar também, pra alguém que precisar pode emprestar. Aí sempre que eu não posso ir eu empresto. Aí eu falo:” ô gente ocês toma cuidado, né? só meu pai sabia fazer isso aí [...]”

Rosalina Ferreira Cardoso

Significados socioeconômicos

A fabricação do roncoio já não é mais realizada na região, assim, não se pode dizer que essa atividade possua algum significado econômico para Icaraí de Minas. Contudo, o roncoio é um instrumento que agrega os participantes das diversas manifestações culturais que contam com a presença do grupo de Dança do Carneiro, que se apresenta ao som do instrumento e de cantigas realizadas enquanto se dança.

09 AÇÃO DE SALVAGUARDA

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SABERES E OFÍCIOS



Dada a grande dificuldade em encontrar dados referentes ao roncoio, como ações de salvaguarda, acredita-se ser necessário o levantamento histórico acerca da origem e produção do instrumento seja realizada com urgência, dada a grande dificuldade encontrada para o levantamento de dados que contextualizem historicamente o surgimento e a utilização do roncoio no Norte de Minas. Sendo que durante a realização das pesquisas, as fontes encontradas se mostram parcas e escassas, o que dificulta o entendimento da relevância do instrumento dentro dessa comunidade.

Observa-se ainda a necessidade de produção de elementos de audiovisual que contemplem os momentos em que o roncoio aparece, como a Dança do Carneiro. É necessário ainda, o mapeamento de outros construtores do instrumento e a promoção de encontro de produtores e tocadores de roncoio.

Por fim, recomenda-se que sejam produzidas pesquisas com embasamento histórico para que sirvam de aporte para futuras pesquisas acerca do instrumento, possibilitando que outras pessoas conheçam as tradições e usos do roncoio. É válido ressaltar que essas ações visam a preservação cultural, pois, trata-se da identidade cultural da região e da sua população, visto que as práticas que envolvem a utilização do roncoio ocorrem na localidade há mais de setenta anos, fato este que mostra o entrelaçamento da localidade e da população com o instrumento.

10 ENTREVISTADOS							
01	Nome	Rosalina Ferreira Cardoso			Tipo	Tocadora de Roncoio	
	Nascimento	-	Sexo	F	Idade	-	Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
N.A							
Contato		Grupo de Dança do Carneiro.					

02	Nome	Merquida Luisa de Carvalho			Tipo	Participa das apresentações do grupo.	
	Nascimento	-	Sexo	F	Idade	-	Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
N.A							
Contato		Grupo de Dança do Carneiro.					

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA	
	
<p>Figura 2: Roncoio. Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.</p>	<p>Figura 3: Roncoio. Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

SABERES E OFÍCIOS



Figura 4: Roncoio.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 5: Dona Rosalina.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 6: Dona Rosalina tocando o roncoio.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	<p>Figura 1: IPAC_5314_IMinas_Ronc_Nuhicre_lepha (4)</p> <p>Figura 2: IPAC_5314_IMinas_Ronc_Nuhicre_lepha (19)</p> <p>Figura 3: IPAC_5314_IMinas_Ronc_Nuhicre_lepha (5)</p> <p>Figura 4: IPAC_5314_IMinas_Ronc_Nuhicre_lepha (11)</p> <p>Figura 5: IPAC_5314_IMinas_Ronc_Nuhicre_lepha (12)</p>
-------------	---

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		SABERES E OFÍCIOS
	Figura 6: IPAC_5314_IMinas_Ronc_Nuhicre_lepha (3)	
Vídeos	Vídeo 1: IPAC_5315_IMinas_Ronc_RCardoso_Nuhicre_lepha_17Mar13 (1) Vídeo 2: IPAC_5315_IMinas_Ronc_RCardoso_Nuhicre_lepha_17Mar13 (2)	
Áudio	Áudio 1: Entre_IPAC_5315_IMinas_IMinas_DCarn_MLuisa_18mar13 Áudio 2: Entre_IPAC_5314_IMinas_Ronc_RCardoso_Nuhicre_lepha_17Mar13	

13	REFERÊNCIAS
	BRASIL ESCOLA. <i>Instrumentos Musicais Africanos</i> . Disponível em < http://www.brasilecola.com/geografia/instrumentos-musicais-africanos.htm >. Acesso em 15 dez. 2014.
	BRAVO AFRO BRASIL. <i>Instrumentos Musicais de Origem Africana</i> . Disponível em < http://bravoafrobrasil.blogspot.com.br/2010/07/instrumentos-musicais-de-origem.html >. Acesso em 15 dez. 2014.
	CARDOSO, Rosalina Ferreira. <i>Roncoio da cidade de Icarai de Minas</i> . [17 de março de 2013]. 21 min 47 seg. Icarai de Minas: Processo de registro sobre o Roncoio-UNIMONTES/NUHICRE. Entrevista cedida a Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Junior e César Henrique de Queiroz Porto, Áudio disponível no acervo NUHICRE/Unimontes e IEPHA-MG.
	CHAVES, Wagner; FONSECA, Edilberto. <i>Sons de Couros e Cordas: Instrumentos Musicais Tradicionais de São Francisco MG</i> . Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005.
	CUÍÇA. <i>Cuíça</i> . Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Cuíça >. Acesso em 15 dez. 2014.
	FRUNGILLO, Mário D. <i>Dicionário de Percussão</i> . São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial de São Paulo.
	IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. <i>Tambor de Crioula do Maranhão</i> . Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=17756&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional >. Acesso em 11 de nov. 2013.
	JACARÉ. <i>Jacaré</i> . Disponível em < http://www.florestasnativas.com.br/JACAR%C3%89 >. Acesso em 12 dez. 2014
	JANGADA BRASIL. <i>Instrumentos Musicais – tambor onça</i> . Disponível em < http://www.jangadabrasil.com.br/realejo/instrumentos/tamboronca.asp >. Acesso em 15 dez. 2014.
	JONGO DA SERRINHA. <i>O jongo</i> . Disponível em < http://jongodaserrinha.org/o-jongo/ >. Acesso em 15 dez. 2014.
	MEMBRAFONES. <i>Instrumentos Musicais de Angola</i> . Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Instrumentos_musicais_de_Angola >. Acesso em 15 dez. 2014.
	PAU PEREIRA. <i>Pau-pereira</i> . Disponível em < http://www.florestasnativas.com.br/PAU-PEREIRA >. Acesso em 12 dez. 2014.
	SA, Merquida. <i>Dança do Carneiro na cidade de Icarai de Minas</i> . [17 de Março, 2012]. 28 min 28 seg. Icarai de Minas: Processo de registro da Dança do Carneiro-UNIMONTES/NUHICRE. Entrevista cedida a Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Junior e César Henrique de Queiroz Porto, Áudio disponível no NUHICRE
	TESAURO DO FOLCLORE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA. <i>Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular</i> . Disponível em < http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/00000021.htm >. Acesso em 15 dez. 2014.

14	FICHA TÉCNICA
Fotografia	Elis Medrado Viana , Roberto Veríssimo da Silva Junior. 2013
Vídeos	Roberto Veríssimo da Silva Junior. 2013
Áudio	Elis Medrado Viana. 2013

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		SABERES E OFÍCIOS
Transcrição	Maria Regina Antunes Carvalho.	2013
Levantamento	César Henrique de Queiroz Porto, Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Junior.	2013
Elaboração	César Henrique de Queiroz Porto, Roberto Veríssimo da Silva Junior.	2013
Revisão	Bruna Luisa de Paula, Débora Raiza Rocha, Denílson Meireles Barbosa, Flávia Alves Figueirêdo Souza, Luis Molinari, Mariana Rabêlo de Farias, Nôila Ferreira Alencar, Breno Trindade, Debora Raiza Rocha.	2013 12/2014 07/2015 01/12/2015
Observações		
Não foram encontrados dados que possibilitem afirmar a origem do instrumento musical, as descrições históricas do instrumento, foram realizadas a partir da compação com outros instrumentos de natureza constitutiva semelhante ao roncoio, como a cuíca.		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO									
Denominação		DANÇA DO CARNEIRO					IPAC/MG		5315
Município(s)		Icaraí de Minas			Distrito	Sede			
Endereço		Icaraí de Minas							
GPS	23K	Long. UTM	510276.93 m E	Lat. UTM	8207008.86 m S	Urbano	X	Rural	



Figura 1: Dona Merquida Luisa.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2012.

	Categoria	Formas de Expressão			
	Tipologia da Atividade	Atividade Ritual			
	PERIODICIDADE				
	Início	Variável.			
	Fim	Variável.			
	Calendário Litúrgico	A Dança do Carneiro pode ocorrer em qualquer tempo do calendário litúrgico.			
	Invocação	Não se aplica.			
	Observação das Datas	Não há data certa para acontecer.			
	DENOMINAÇÃO	Dança do Carneiro			
	DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE				
<p>A manifestação acontece sempre que o grupo é convidado a se apresentar, principalmente nas festividades da cidade. O grupo é participante fixo da Festa da Fava, que ocorre no dia de São João – 24 de junho. Nessa festividade ocorre ainda a quadrilha com casamento na roça. O grupo se apresenta em outras cidades sempre que são convidados.</p>					
Outras denominações	Carneirada; Dança do Boi.		Nível de integração		
		Comunidade	X	Oficial	Intercomunitária

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES****02 Histórico da Localidade**

A ocupação da área que compreende a região do Norte de Minas se inscreve no processo de ocupação e interiorização do território brasileiro, ocorrida no século XVII e XVIII. Durante os primeiros anos da colonização, a Coroa Portuguesa centrou seus esforços na zona litorânea da colônia, sendo fundadas pequenas vilas e feitorias próximas ao mar. Contudo, o movimento de interiorização dos territórios da colônia, começou a ser realizado, sobretudo, pelos bandeirantes que adentraram ao sertão aprisionando índios e explorando metais preciosos.

A criação do povoado que deu origem a Icaraí de Minas tem ligação com o bandeirante Domingos do Prado de Oliveira, sobrinho de Matias Cardoso, um dos principais líderes das bandeiras paulistas que exploraram a região. Domingos do Prado fundou entre os anos de 1700 e 1702, a Fazenda Pedras de Cima, que posteriormente foi transformada na povoação de Pedras dos Angicos, esta localidade foi, por duas vezes, incorporada ao município de Montes Claros das Formigas, sendo a última em 1850. Em 1877, a Lei Estadual 2.416, eleva a vila de São José das Pedras dos Angicos categoria de cidade, sendo seu nome modificado para São Francisco. O novo município era composto por sete distritos: Sede, Morro, Conceição da Vargem, Brejo da Passagem, Urucuia, São Romão e Capão Redondo. Icaraí de Minas teria origem a partir do distrito de Conceição da Vargem, contudo, esse distrito permaneceu sem uma sede até 1920.

A partir dos anos 1920, um pequeno povoado começou a ser formado nas imediações da fazenda do Coronel José Bernardino Teixeira. O povoamento ficou conhecido pelo nome de Tiririca ou Sucupira. Com o intuito de fomentar o crescimento da povoação, o coronel mandou construir a primeira escola juntamente com a primeira igreja do local.

No ano de 1956, o povoado passou a jurisdição da paróquia de São Francisco, permanecendo assim até o ano de 1992, quando o povoado foi elevado à categoria de município, com o nome de Icaraí de Minas, pela Lei Estadual nº 10.704, de 27 de abril de 1992.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

Segundo estudos realizados acerca da manifestação, a dança teve origem no norte de Minas Gerais e era praticada às vésperas do período natalino, com o objetivo de homenagear o Menino Jesus. O nome carneirada ou dança do carneiro, que pode variar conforme a localidade onde ocorre, faz uma alusão ao Cordeiro de Deus, e, por isso, pode estar relacionado a essa situação.

De acordo com o Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira o Carneiro é uma “dança de pares, com registro na região do alto médio São Francisco (MG). Considerada uma variante do batuque, apresenta ritmo acelerado ao som de caixa, pandeiro e palmas. O par vai para centro da roda, onde pula, bate forte com o pé no chão e simula uma marrada (cabeçada de dois carneiros)”.

Na cidade de Icaraí de Minas, a manifestação existe há mais de 70 anos e é realizada sempre que os moradores são convidados por escolas e outras instituições para se apresentar. Não se sabe ao certo há quanto tempo essa prática vem acontecendo.

04 DESCRIÇÃO

O grupo que realiza o bailado se reúne para dançar ao som do “roncoio”, instrumento fabricado de madeira oca, cujo nome é originado do som por ele produzido e que se assemelha a um ronco, tendo ao fundo o som de canções entoadas pelos animadores do grupo.

A dança do carneiro se dá com ligeiros movimentos e leves toques nos ombros dos parceiros. Essa descrição é confirmada pela fala de “Dona Merquida” e “Dona Rosa”, ambas moradoras de Icaraí de Minas e participantes do grupo que realiza a dança. As pessoas que dançam aos pares – normalmente cinco pares –, ao som do roncoio se movimentam entoando versos improvisados que são conhecidos como loas. Há dois tipos de loas: as que são cantadas e as que são apenas recitadas.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

Além disso, a dança ainda apresenta uma linguagem corporal representativa de força que é expressada quando os dançarinos dão ligeiros toques nos ombros uns dos outros, esses toques são denominados por dona Merquida como “marrada”. A “marrada” é repetida diversas vezes no decorrer da dança, sempre batendo alternadamente os dois ombros do participante nos outros ombros do parceiro. A dança é encenada por um casal de homem e mulher, caso o número de homens e mulheres não seja equivalente ele é encenada do mesmo jeito, mulher com mulher e homem com homem, sempre trocando de casal.

Segundo Dona Merquida, a dança acontece da seguinte maneira:

Podem ir homens também, mas os homens daqui são bobões demais, qualquer um que quiser entrar... Se eu danço mais ele aqui, aí ele já dança mais a menina ali, e a outra já pega o outro.. e o outro pega o outro.. já vai trocando logo. Se der duas voltas, dá com um e depois larga e dá com o outro, e.. sai dando “marrada” .

Algumas das loas cantadas pelos participantes são:

Agora chegou o tempo, da guerra, chamo tempestade de vento,
Que abre o pio de guerra, mamão diz que não.
Aqueles dois que tá na panela dá um petisco bão!
Macarrão respondeu: fura dele e faz um canudo, quem quiser vê ele alegre vai no chiqueiro dos capado
Cana respondeu: por ela ter a cara dura, de tudo faz dela: cachaça e rapadura.
Cachaça respondeu: por ela ter um palpite besta, quando ela não ataca pra barriga ela supita pra cabeça.
E agora eu fala: eu não bebo porque não sou besta.
Agora eu tenho a que fala assim...
Tava deitada na minha cama, dormindo um sono primeiro foi chegando uma pulga e me tirou do “cabeceiro” eu sentei o pé nela e joguei lá no terreiro, foi chegando os caçador.. mata ou não mata? Deixa eu vê primeiro, o couro dessa pulga eu tirei e mandei para o Rio de Janeiro, deu 25 par de “bruaca” e 800 “tamboeiro”, e ainda sobrou um? que deu uma blusa pro tropeiro. Quem quise beber, bebi. Eu não bebo porque não sou cachaceiro.

Ainda tem a loa do noivado:

Treze para quatorze anos comecei a namorar,
namorei rapazim novo com intenção de me casar,
arrumei a minha mala antes do galo cantar,
despedi dos meus parente, para nunca mais voltar...

Esse trecho mostra uma das músicas que são cantadas pelo grupo, observa-se que há um jogo de palavras que rimam e são lançadas em um contraponto, no qual uma pessoa fala um verso e o outro responde.

Indumentária

As participantes mulheres geralmente usam vestidos rodados estampados ou saia estampada com blusa branca, além do lenço branco na cabeça. Os homens também costumam usar blusas brancas.

Instrumentos

O principal instrumento é o “roncoio”, feito de madeira oca com aproximadamente um metro de comprimento e trinta centímetros de circunferência. Em uma das extremidades é pregado um couro, normalmente de boi, bem curtido e esticado. No centro do couro, na parte interna do instrumento, é fixado uma vareta – ligeiramente maior que a madeira – que percorre todo o interior do tambor. De certa maneira, o

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

seu formato se assemelha ao de uma cuíca, contudo, para tocá-lo são necessárias duas pessoas, sendo que uma fica em cada extremidade. Posiciona-se o instrumento no chão e para a reprodução de seu som ainda é preciso uma bacia d'água, a fim de auxiliar um dos percussionistas. Enquanto um deles, montado no instrumento, rufa o tambor, o outro se posiciona na parte detrás a puxar a vareta com as mãos molhadas na água da bacia. Além do “roncoio”, a dança do carneiro também é acompanhada pelo pandeiro.

05 FORMAS DE TRANSMISSÃO**Origem do Saber**

Dona Merquida é uma das integrantes mais antigas do grupo e nos relata que participa da Dança do Carneiro desde os onze anos de idade e que o grupo foi formado pelas pessoas mais velhas da cidade, não sabendo informar com precisão há quanto tempo o grupo existe na cidade de Icarai de Minas. A Dona Merquida é a pessoa que faz as loas após a dança, uma recitação de versos, que aprendeu com seu pai que já participava do grupo e introduziu os filhos no grupo.

Segundo Gefferson Ramos Rodrigues (2013), a dança do batuque realizada na comunidade dos Gerais Velho localizada no município de Ubaí, portanto, vizinho de Icarai de Minas, apresenta parentesco com manifestações similares, já descritas por folcloristas, antropólogos, historiadores e outros estudiosos que vêm fazendo estudos acerca dos significados e origens dessas manifestações. Essas manifestações jamais devem ser estudadas de maneira isolada e descontextualizada. O batuque dos gerais guarda semelhanças com o Jongo do Vale do Paraíba e com o tambor de Crioula do Maranhão. Mas, é, sobretudo, com o batuque que se pratica em regiões do interior do Estado de São Paulo que a dança apresenta maior proximidade.

Conforme o mesmo autor, a hipótese para essa ligação é que a dança do batuque dos gerais, apesar de possuir características parecidas com outras danças, foi assumindo feições próprias em função da própria maneira como que a escravidão local se estruturou, tendo em vista que a região de Gerais Velho se inscreve em área de grande dificuldade de acesso ao mercado internacional de cativos. Assim sendo, a dança foi assumindo características locais, próximas de outras danças protagonizadas em regiões com características socioeconômicas semelhantes, como, por exemplo, os batuques praticados em regiões interioranas do estado de São Paulo (RODRIGUES, 2012, p. 12). Diante disso, acredita-se que a tradição da Dança do Carneiro em Icarai de Minas apresenta similaridades com outras manifestações de cunho afro-brasileiro inseridas na região do vale do São Francisco.

Transmissão

A principal forma de transmissão se dá nos contextos familiares dos integrantes do grupo e a partir das observações das apresentações do mesmo, que fazem a roda e deixam o espaço aberto para participação na manifestação cultural. Segundo a Sra. Merquida, ela conheceu a dança que era executada pelas pessoas mais velhas da comunidade.

Forma de Continuidade

A partir do ensino dos passos, canções e loas para pessoas mais novas e através da divulgação do trabalho que já vem sendo realizado na comunidade, com apresentações e, muitas vezes, como distração para os participantes.

Transformações

A senhora Merquida afirmou que há anos a participação e interesse daqueles que dançavam era maior, e que hoje em dia os jovens vão com intenções diferentes e não querem dançar como tem que ser dançado. Ela salienta que os jovens não gostam de utilizar as mesmas roupas usadas nas apresentações e que isso é problema que acaba descaracterizando o grupo.

06 ELEMENTOS RELACIONADOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS			FORMAS DE EXPRESSÕES	
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Pandeiro	Instrumento Musical	Instrumento de Percussão	-	-
Roncoio	Instrumento Musical	Instrumento de Percussão	-	-

07 MODELO DE ORGANIZAÇÃO							
TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros	X	
Denominação	N.a.						
Descrição	O grupo não conta com uma estrutura organizacional oficial. A manifestação acontece sempre que alguém procura um membro do grupo e os convidam para se apresentarem. Normalmente, o convite é feito à Dona Merquida ou Tonha Carrada, que saem à procura dos demais membros do grupo que se reúnem e fazem as apresentações.						
Organizadores e Financiadores							
Tipo	Privado						
Organizadores	"Tonha Carrada" e Merquida Luisa de Carvalho "Dona Merquida"						
Financiadores	A Escola Estadual José Bernardino é quem cede as roupas para as mulheres dançarem.						

08 COMENTÁRIOS	
Identidades criadas em torno da atividade	
<p>Para os participantes da manifestação da cidade de Icaraí de Minas, a dança do carneiro representa um momento de alegria, pois, é quando eles se reúnem para celebrar e relembrar os momentos felizes que passaram em suas infâncias, além de servir como distração para as tormentas do dia a dia.</p>	
Comentários dos entrevistados	
<p>"... aprendeu com aqueles mais velhos...mais do que eu, que a gente ia em algum lugar e via eles fazendo esses passos".</p> <p style="text-align: right;">Dona Merquida.</p> <p>"uai aqui... não tô sabendo não. Sei que as pessoas mais velhas que <i>inventou</i> isso e os outros <i>foi</i> tomando conta, de jeito que eles não <i>quer</i> que acaba, não quer que acabe. Sempre... até o padre fala que <i>essas coisa..</i> que a gente participa, essas brincadeiras não <i>é para acabar</i>. Tem a folia de reis que <i>nós era</i> as foliões, tem 3 anos que parou.. por que umas que tem animação e tem umas que não têm, aí acaba. Eu gosto de tudo.. falou é pra isso é comigo mesmo".</p> <p style="text-align: right;">Dona Merquida.</p>	
Comentários do elaborador	
<p>A dança do carneiro apesar de sofrer com a pouca disseminação da prática entre os diversos segmentos da comunidade de Icaraí de Minas, os seus participantes têm empenho em realizar as apresentações que são organizadas.</p> <p>Apesar do entusiasmo com que "Dona Merquida" e "Dona Rosalina" falam da dança do carneiro, os moradores mais novos não se envolvem muito a não ser como observadores. Exceção feita aos familiares das duas senhoras, pois, esses já são acostumados a se envolver na dança. As apresentações do grupo são circunstanciais, não obedecendo a um calendário instituído. Talvez com o atrelamento da dança a alguma festa do calendário municipal, a manifestação ganhe mais impulso, o que contribuiria para a sua maior difusão.</p>	
Possibilidade De Continuidade	
<p>A Dona Merquida diz que o que mais afeta a continuidade da expressão é a participação das pessoas mais novas que ficam fazendo brincadeiras durante as apresentações e não querem fazer as coisas como tem que ser feito. Além da pouca participação dos jovens que não são da mesma família.</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

Portanto, a continuidade da Dança encontra-se em risco, devido a pequena participação da parcela jovem da população da cidade; dado a este fato, se faz importante a conscientização e introdução de crianças e adolescentes na realização da Dança de forma a promoverem a sua continuação.

Necessidades	
Instalações	Sede própria para ensaios e demais atividades do grupo.
Instrumentos	Preservação do instrumento existente e ensino-aprendizagem da confecção do roncoio para posteriores substituições.
Matéria-Prima	Madeira para confecção do “roncoio” e couro de boi.
Pessoal	Maior envolvimento das novas gerações.
Formação	Oficinas e cartilhas.
Atividade Macro	Construção do Roncoio.
Modo de expressão com necessidade de documentar/proteger	Loas, dança passa 4, sapateado, expressões verbais.

09	AÇÃO DE SALVAGUARDA
-----------	----------------------------

Produção de material audiovisual para registro integral da manifestação, a partir da preparação até a finalização da apresentação, a fim de divulgar o trabalho realizado, valorizar a cultura local e favorecer o ingresso de novos integrantes para dar continuidade à expressão cultural da cidade.

Deve-se também ensinar aos mais novos a confecção do principal instrumento utilizado na dança, o “roncoio”, pois, as pessoas que faziam tal instrumento, em sua maioria já faleceram. Incentivar a independência do grupo em relação às instituições estatais.

Desse modo, acredita-se que para a preservação da Dança do Carneiro é necessário um forte trabalho concernente a conscientização da população da necessidade de manutenção da Dança, bem como o incentivo à realização de pesquisas acerca da Dança.

Acredita-se ser de fundamental importância o envolvimento dos mais jovens nas atividades concernentes a realização da dança, visto que há a necessidade de perpetuação das tradições.

10	ENTREVISTADOS
-----------	----------------------

01	Nome	Merquida Luiza de Carvalho				Tipo	Dançarina / entoa loas		
	Nascimento	-	Sexo	F	Idade	-	Registro Sonoro Visual	X	
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)									
Sem referência									
Contato		Grupo de Dança do Carneiro							
Observações		-							

02	Nome	Rosalina Ferreira Cardoso				Tipo	Tocadora de Roncoio		
	Nascimento	-	Sexo	F	Idade	-	Registro Sonoro Visual	X	
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)									
Sem referência									
Contato		Grupo de Dança do Carneiro							
Observações									

11	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA
-----------	---------------------------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
FORMAS DE EXPRESSÕES


Figura 2: Dona Merquida Luisa explicando a tradição da Dança do Craneiro.

Fonte: NUHICRE/IEPHA,- 2012.



Figura 3: Roncoio

Fonte: NUHICRE/IEPHA,- 2012.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5315_IMinas_DCarn_Nuhicre_iepha_18Mar13 (1) Figura 2: IPAC_5315_IMinas_DCarn_Nuhicre_iepha_18Mar13 (2) Figura 3: IPAC_5315_IMinas_DCarn_Nuhicre_iepha_18Mar13 (3)
Vídeos	Vídeo 1: IPAC_5315_IMinas_DCarn_Nuhicre_iepha_18Mar13 (1) Vídeo 2: IPAC_5315_IMinas_DCarn_Nuhicre_iepha_18Mar13 (2) Vídeo 3: IPAC_5315_IMinas_DCarn_Nuhicre_iepha_18Mar13 (3)
Áudio	Áudio 1: Entre_IPAC_5315_IMinas_IMinas_DCarn_MLuisa_18mar13 Áudio 2: Entre_IPAC_5314_IMinas_Ronc_RCardoso_Nuhicre_iepha_17Mar13

13 REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1971, p.p. 472-473.
- CARDOSO, Rosalina Ferreira. *Roncoio da cidade de Icarai de Minas*. [17 de março de 2013]. 21 min 47 seg. Icarai de Minas: Processo de registro sobre o Roncoio-UNIMONTES/NUHICRE. Entrevista cedida a Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Junior e César Henrique de Queiroz Porto, Áudio disponível no NUHICRE.
- FOLCLORE OLÍMPIA. Disponível em: <<http://www.folcloreolimpia.com.br/index.php?abre=folclore=dancas>>. Acesso em: 25jul.2013.
- RODRIGUES, G. R. *No sertão, a revolta: grupos sociais e formas de contestação na América portuguesa, Minas Gerais-1736*. 2009. 243f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2009.
- RODRIGUES, Gefferson Ramos. Gerais Velho e Vila Biuca. Presença africana no município de Ubaí, Minas Gerais. In: BARBOSA, Carla Cristina (orgs.). *Sertão: cultura, poder e resistência*. Montes Claros: Unimontes, 2013.
- PORTO, C. H. Q.; RODRIGUES, G. R.; NETO, A. S. Presença Africana: as comunidades de Gerais Velho e Vila Biuca no município de Ubaí, Minas Gerais. In: *Revista Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros*. Volume IX, 2012. Disponível em: <http://www.ihgmc.art.br/revista_volume9.htm>. Acesso em: 11nov.2013.
- SA, Merquida. *Dança do Carneiro na cidade de Icarai de Minas*. [17 de Março de 2012]. 28 min 28 seg. Icarai de Minas: Processo de registro da Dança do Carneiro-UNIMONTES/NUHICRE. Entrevista cedida a Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Junior e César Henrique de Queiroz Porto, Áudio disponível no NUHICRE.
- TESAURO DO FOLCLORE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA. *Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular*. Disponível em <<http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/00001737.htm>>. Acesso em 04 nov. 2014.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES
14	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Roberto Veríssimo da Silva Junior, Elis Medrado Viana	2012/2013
Vídeos	Roberto Veríssimo da Silva Junior	2012/2013
Áudio	Elis Medrado Viana	2012/ 2013
Transcrição	Maria Regina Antunes Carvalho	2013
Levantamento	Elis Medrado Viana, César Henrique de Queiroz Porto, Jorge Luiz Teixeira Ribas, Roberto Veríssimo da Silva Junior	2012/2013
Elaboração	César Henrique de Queiroz Porto, Roberto Veríssimo da Silva Junior	2012/2013
Revisão	Bruna Luisa de Paula, Débora Raiza Rocha, Denílson Meireles Barbosa, Flávia Alves Figueirêdo Souza, Nôila Ferreira Alencar, Luis Molinari, Mariana Rabêlo de Farias, Breno Trindade.	2013 11/2014 07/2015 30/11/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS						CELEBRAÇÕES e RITOS			
01 IDENTIFICAÇÃO									
Denominação	FESTA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO					IPAC/MG	5316		
Município(s)	Icaraí de Minas	Distrito		Sede					
Endereço									
GPS	23K	Long. UTM	510276.93 m E	Lat. UTM	8207008.86 m S	Urbano	X	Rural	



Figura 1: Lateral da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA – 2013.

Categoria	Ritos								
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual								
Denominação	Festa de Nossa Senhora da Conceição								
Outras denominações	Festa de Nossa Senhora da Conceição de Icaraí de Minas.	Nível de integração							
		Comunidade	X	Oficial		Intercomunitária			
PERIODICIDADE									
Início	29 de novembro.								
Fim	08 de dezembro.								
Calendário Litúrgico	Tempo do Advento.								
Invocação	Nossa Senhora da Conceição								
Observação das Datas	Durante a festa acontece uma novena, que deve ocorrer até o dia 07 de dezembro, pois no dia 08 é o encerramento da festividade.								
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE									
Sem referência.									

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS****02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE**

A ocupação da área que compreende a região do Norte de Minas se inscreve no processo de ocupação e interiorização do território brasileiro, ocorrida no século XVII e XVIII. Durante os primeiros anos da colonização, a Coroa Portuguesa centrou seus esforços na zona litorânea da colônia, sendo fundadas pequenas vilas e feitorias próximas ao mar. Contudo, o movimento de interiorização dos territórios da colônia, começou a ser realizado, sobretudo, pelos bandeirantes que adentraram ao sertão aprisionando índios e explorando metais preciosos.

A criação do povoado que deu origem a Icaraí de Minas tem ligação com o bandeirante Domingos do Prado de Oliveira, sobrinho de Matias Cardoso, um dos principais líderes das bandeiras paulistas que exploraram a região. Domingos do Prado fundou entre os anos de 1700 e 1702, a Fazenda Pedras de Cima, que posteriormente foi transformada na povoação de Pedras dos Angicos, esta localidade foi, por duas vezes, incorporada ao município de Montes Claros das Formigas, sendo a última em 1850. Em 1877, a Lei Estadual 2.416, eleva a vila de São José das Pedras dos Angicos categoria de cidade, sendo seu nome modificado para São Francisco. O novo município era composto por sete distritos: Sede, Morro, Conceição da Vargem, Brejo da Passagem, Urucua, São Romão e Capão Redondo. Icaraí de Minas teria origem a partir do distrito de Conceição da Vargem, contudo, esse distrito permaneceu sem uma sede até 1920.

A partir dos anos 1920, um pequeno povoado começou a ser formado nas imediações da fazenda do Coronel José Bernardino Teixeira. O povoamento ficou conhecido pelo nome de Tiririca ou Sucupira. Com o intuito de fomentar o crescimento da povoação, o coronel mandou construir a primeira escola juntamente com a primeira igreja do local.

No ano de 1956, o povoado passou a jurisdição da paróquia de São Francisco, permanecendo assim até o ano de 1992, quando o povoado foi elevado à categoria de município, com o nome de Icaraí de Minas, pela Lei Estadual nº 10.704, de 27 de abril de 1992.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

A festa de Nossa Senhora da Conceição é comemorada pelos católicos no dia 08 de dezembro, dia no qual é padroeira. Foi definida como festa universal em 28 de fevereiro de 1476, pelo Papa Sisto IV. O dogma de fé à Imaculada Conceição foi instituído pelo Papa Pio IX pela bula papal *Innefabilis Deus*, no ano de 1854. A crença na Virgem Imaculada é datada desde antes do século XII e foi ao longo do tempo difundida em toda igreja ocidental e oriental.

Em Portugal o culto a Nossa Senhora ocorre desde o princípio do Estado Nacional. Dom Afonso Henriques – que instituiu Santa Maria de Braga padroeira do território portugalense. Contudo, foi durante o século XVI que o culto a Imaculada Conceição ganhou força e se difundiu em todo o território português e em seus domínios ultramarinos. De acordo com Deolinda Alice Santos, a imagem de Nossa Senhora da Conceição chegou a América Portuguesa na esquadra de Pedro Álvares Cabral, sendo sua devoção incentivada pelos jesuítas em todo o litoral da colônia. A Santa foi intitulada padroeira da Colônia e proclamada padroeira do Império Brasileiro por D. Pedro I. (SANTOS, 2011, p. 170).

Nossa Senhora da Conceição é padroeira de um grande número de localidades e igrejas no Brasil. Em Minas Gerais, a Irmandade em homenagem a Nossa Senhora da Conceição foi uma das primeiras a ser fundada, a de Sabará em 1715 e a de Ouro Preto em 1717, entretanto, foi na cidade de Raposos – região metropolitana de Belo Horizonte – que a primeira matriz foi construída em homenagem a Santa. (SANTOS, 2011, p. 171).

Com efeito, percebe-se que a tradição de louvor a Nossa da Conceição é de origem portuguesa, sendo realizada em diversas cidades brasileiras. Em Icaraí de Minas, a Santa é considerada a padroeira da cidade, contudo, não se sabe com exatidão quando que a festividade religiosa começou a ser celebrada no município. Segundo Ana Pereira de Almeida, uma das moradoras mais antigas da cidade, a celebração em

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS**

devoção a Imaculada Conceição ocorre há praticamente setenta anos, desde quando a localidade se chamava Conceição da Vargem e estava sob jurisdição de São Francisco. Nesse período, para que a festa ocorresse era necessária a presença de um padre, no entanto, o padre só comparecia a cidade uma vez por ano, e muitas vezes não coincidia com o dia da festa, fazendo com que a celebração não fosse realizada esse ano. Ainda hoje os moradores da localidade mantêm a tradição realizando a festa entre os dias 29 de novembro e 08 de dezembro, a novena, o levantamento de mastros e as barraquinhas para arrecadação de fundos para a paróquia.

04 DESCRIÇÃO**Preparativos**

Os preparativos para a Festa de Nossa Senhora da Conceição começam a ser realizados durante a Festa do Sagrado Corações de Jesus, que também é padroeiro da cidade e ocorre no mês de junho. Os festeiros, que são responsáveis pela organização da Festa de Nossa Senhora da Conceição, são escolhidos por sorteio durante a festividade de junho. São sorteados nove casais que serão os festeiros durante os dias de festa, sendo um casal responsável por cada noite.

Dona Maria Selma, uma das participantes da festa, afirma que antes os festeiros não eram responsáveis por toda organização, contudo, atualmente os festeiros são os responsáveis por todo desenvolvimento da festa. Organizam as barraquinhas, auxiliam na organização da missa, além disso, ajudam o conselho paroquial no que for preciso durante esses dias.

Os recursos para a realização da festa são arrecadados com as barraquinhas do ano anterior, através de doações, ou pela venda de objetos e animais que são doados à igreja e pela realização de bingo beneficente.

Desenvolvimento

A Festa de Nossa Senhora da Conceição é realizada durante dez dias, nos primeiros nove dias é realizada a novena de ação de graças a Imaculada Conceição, com missa e ao final ocorrem as barraquinhas. Segundo Dona Maria Selma, são inseridas pessoas da comunidade, são os chamados “noiteiros”, que são responsáveis pela liturgia do dia, pela reza do terço e da novena daquele dia, sendo que a cada dia um novo “noiteiro” se apresenta.

Durante os dez dias de novena e festa, ocorrem primeiramente à novena, seguida pela reza do terço e a missa na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, ao término da missa, inicia-se as barraquinhas, que segundo Dona Maria Selma, já é tradição da festa, “[...] depois que termina a missa, aí todos que saem da missa. Eles já estão tendo assim. Quase aquela tradição de passar na barraca e comprar a janta, muitos já nem estão fazendo mais janta ultimamente, né? [...]”.

A festa se desenvolve nesse ritmo ao longo dos dez dias, sendo que no último dia da novena, ocorre o levantamento do mastro, para avisar do encerramento da festa no dia seguinte. Segundo o folclorista Câmara Cascudo, o “levantamento do mastro” é uma tradição ancestral, de origem pagã, originalmente celebrada em diversos países da Europa, inclusive Portugal.

No último dia de festividades, ocorre à queima de fogos, e algumas vezes já foram chamadas bandas para fazerem shows de encerramento – já participaram da festa bandas de São Romão e de Brasília de Minas. A procissão que marca o encerramento da festa sai da Igreja, na Praça central da cidade, passando por algumas ruas do entorno da Igreja, que é finalizada com a realização da missa em ação de graças a Nossa Senhora da Conceição.

Transformações e permanências

De acordo com Dona Maria Selma, ao longo do tempo algumas modificações ocorreram principalmente na organização da festa. Há alguns anos, os paroquianos não são responsáveis pela organização da festa, atualmente os festeiros e as lideranças junto ao padre são os responsáveis pela

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
CELEBRAÇÕES e RITOS

execução da festa. O sorteio dos festeiros é realizado durante a Festa do Sagrado Coração de Jesus, no mês de julho, para dar tempo de realizar os preparativos para a festa em dezembro.

Além dessas transformações de cunho organizativo da festa, segundo D. Maria Selma a principal mudança também se deu no âmbito religioso da festividade. De acordo com ela, antes a festa era realizada com o intuito de divertimento, “era para comer e beber na casa do meu avô, dançar, né? Cada dia tinha um sanfoneiro diferente [...]”. Contudo, atualmente a participação é voltada para o âmbito religioso, contando inclusive com a participação dos jovens da comunidade.

05 ESPAÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO
Descrição do espaço da celebração

As festividades referentes à festa de Nossa Senhora da Conceição, podem ser divididas em dois momentos, ocorrendo em espaços diferenciados: o primeiro é tido como um momento espiritual, que ocorre no interior da igreja, com a celebração de missas, orações e a reza do terço em homenagem a Nossa Senhora. O segundo momento da festividade é quando ocorrem as barraquinhas, com danças, comidas típicas, apresentações musicais e de grupos culturais da região. As barraquinhas ficam ordenadas no entorno da praça principal da cidade.

Croquis

Sem referência.

06 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Comunidade	x	Município	X	Região	x	Estado		Nacional	
Observação	A festa envolve quase todos os moradores da cidade de Icarai de Minas e também atrai várias pessoas de cidades e comunidades vizinhas.								

Participação turística

A Festa de Nossa Senhora da Conceição de Icarai de Minas não se caracteriza como um atrativo turístico da cidade, entretanto, por ser uma festividade tradicional com mais de sessenta anos de existência, acaba por atrair pessoas de localidades próximas, como São Romão e Ubaí.

07 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./ IPAC
Dança do Cacete	Patrimônio Imaterial	Atividade Ritual	Dança	-
Dança do Carneiro	Patrimônio Imaterial	Atividade Ritual	Dança	5315
Modo de fazer Roncoio	Patrimônio Imaterial	Saberes	Instrumento musical	5314
Dança do Galo	Patrimônio Imaterial	Atividade Ritual	Dança	-
Igreja de N. S. da Conceição	Patrimônio Material	EUA	Igreja	-
Procissão	Patrimônio Imaterial	Atividade Ritual	Prática Religiosa	-
Sapateado	Atividade Ritual	Dança	-	-

08 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	Instituição	X	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros
Denominação	Festa de Nossa Senhora da Conceição					
Descrição	A Festa de Nossa Senhora da Conceição acontece no fim do mês de novembro e início de dezembro, os festejos são realizados pelos moradores da cidade de Icarai de Minas, com participação de algumas comunidades e cidades da região.					
Organizadores e Financiadores						
Tipo	Comunidade de Icarai de Minas e a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.					
Organizadores	A festa é organizada pelos moradores da cidade e pela paróquia. No entanto, a paróquia é					

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS
	que é responsável pela escolha dos festeiros.	
Financiadores	A festa é financiada pelos moradores que ajudam com doações, para a realização de bingos e leilões com a finalidade de arrecadação de dinheiro; além disso, os valores arrecadados com a realização das barraquinhas após as missas são revertidos para a realização da festa.	

09	COMENTÁRIOS
	<p>Comentários dos entrevistados</p> <p>A Senhora Maria Selma Almeida Nunes, entrevistada em 2013, fala sobre o empenho na transmissão da tradição da festa para as novas gerações da comunidade, buscando assim a continuidade da festividade:</p> <p style="padding-left: 40px;">Essa festa não pode acabar, ela tem que continuar, quem ficar aí vai ter que, colocar, ela não pode acabar porque, por ser a padroeira, não pode nem pensar... quando a gente for indo <i>né</i> porque a gente já tá bem um pouco mais idosa, já ta velha, mas os que <i>tão</i> novos tem que continuar a festa [...] É, nós já <i>tamos</i> começando envolver a juventude <i>né</i> e falando com eles, pois o dia de amanhã vai depender muito deles então a gente já <i>tá</i> começando a trazer eles.</p> <p style="text-align: right;">Maria Selma Almeida Nunes</p> <p style="padding-left: 40px;">Nossa Senhora da Conceição é uma festa... ela é muito importante para a nossa paróquia, porque aí agora todas as comunidades tem Nossa Senhora da Conceição como padroeira, porque é a padroeira da paróquia. Mesmo eles tendo os padroeiros nas comunidades deles, cada um. mas tem que ser voltado também para a padroeira Nossa Senhora da Conceição que é da paróquia.</p> <p style="text-align: right;">Maria Selma Almeida Nunes</p> <p style="padding-left: 40px;">[...] mas nesse tempo era bom demais, meu sogro era tão animado, meu Deus do céu! Numa animação, esse povo de Ceará que vei pra aqui, ajudava muito... as festas. Pra gritar leilão pro leilão dar dinheiro... dava muita coisa... hoje aqui não é mais... Acho que hoje aqui, do povo mais velho, só tem eu mesmo pra contar o caso, que todos que eu lembro, Deus já levou [...]</p> <p style="text-align: right;">Ana Pereira de Almeida.</p> <p>Comentários do elaborador</p> <p>A festa de Nossa Senhora da Conceição é um dos elementos agregadores do jovem município de Icarai de Minas. A importância da festa está vinculada à construção da identidade religiosa das pessoas que residem na cidade, pois, a participação envolve todo o grupo social e busca por meio da integração e estímulo à participação das novas gerações dar continuidade as tradições características da localidade.</p> <p>Observa-se que este é um evento que promove a agregação entre os moradores da cidade, uma vez que há o envolvimento dos moradores, do pároco e dos jovens da cidade. A organização em torno da seleção dos festeiros também é algo de grande relevância, visto que, tal planejamento possibilita a melhor execução da festa no final do ano. A arrecadação de recursos que são revertidos para a realização da próxima festa e para algumas melhorias na Igreja, faz com que haja um significativo comum entre todos os participantes da festa, que acabam por trabalhar em prol de algo que será benéfico para toda população da cidade de Icarai de Minas.</p> <p>Os participantes da festa demonstram especial carinho à festividade, visto que esta já é uma festa tradicional da cidade, que ocorre desde antes da fundação de Icarai de Minas – em 1992 –, portanto, essa é uma festa de grande valor simbólico e memorialístico para a cidade, em especial para os moradores mais antigos.</p> <p>Elementos significativos relacionados</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS	
<p>A senhora Maria Selma nos diz que, pela parte religiosa, um dos elementos associados que tem grande importância é o levantamento do mastro que acontece no último dia após a novena, seguida, no final, da procissão e dos fogos.</p>			
Crenças Associadas			
<p>Os participantes da Festa são católicos e apresentam especial devoção a Nossa Senhora da Conceição, que é a padroeira da cidade, no entanto, ocorre a invocação ao Sagrado Coração de Jesus que também é padroeiro da cidade.</p>			
Identidades construídas em torno da atividade			
<p>A importância dessa festa está relacionada à construção da identidade religiosa das pessoas que residem na cidade, pois, a participação é intensa, a contribuição das pessoas para a promoção e execução da festa é grande, fazendo com que o retorno para os moradores engrandeça seus espíritos e crie na comunidade uma relação de confraternização e respeito entre os demais. Além de ser a padroeira, como afirma senhora Maria Selma.</p>			
Significados socioeconômicos			
<p>O dinheiro adquirido para a realização das festas é proveniente das barraquinhas e bingos realizados ao redor da praça. Nos bingos, são sorteados em algumas ocasiões bezerros, além de doações feitas por moradores da cidade.</p> <p>Todo o dinheiro arrecadado pelas vendas é encaminhado à Igreja, para ser utilizado na construção da casa paroquial e na compra de materiais para a Igreja. Todas as pessoas são voluntárias nas prestações de serviços durante a manutenção e organização da festa.</p>			
Significados Simbólicos			
<p>Os significados simbólicos da Festa de Nossa Senhora da Conceição estão diretamente ligados aos objetos e utensílios religiosos empregados durante os dias que antecedem a festa e os usados durante a própria festividade, como a imagem de Nossa Senhora, terços, a novena que é realizada nove dias antes da festa, o mastro levantado em homenagem à Santa, crucifixos e o andor utilizado durante a procissão. Objetos utilizados representam e dão sentido às devoções do povo da comunidade.</p>			
Possibilidade de Continuação			
<p>Embora não haja efetiva participação de pessoas de fora da cidade na festa, há grande possibilidade da manutenção da festividade no calendário da cidade, uma vez que os moradores da região participam com muito afinco dos preparativos e da festa em si, que ocorre em dezembro, e além disso, há participação dos jovens da comunidade, integrantes do grupo Santas Missões, formado por jovens entre dezoito e dezenove anos.</p>			
Plano de ação de Salvaguarda			
<p>Incentivar estudos e pesquisas voltadas para a Festa de Nossa da Senhora da Conceição no município de Icarai de Minas, bem como nas localidades e comunidades da região que também participam dos festejos. Além disso, se faz necessária à inserção dos jovens da cidade na festa, com o intuito de promover, divulgar e valorizar as tradições locais.</p>			

10 ENTREVISTADOS																									
01	<table border="1"> <tr> <td>Nome</td> <td>Maria Selma Almeida Nunes</td> <td>Tipo</td> <td>Coordenadora da Pastoral do Dízimo.</td> </tr> <tr> <td>Nascimento</td> <td>-</td> <td>Sexo</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>Idade</td> <td>-</td> <td>Registro Sonoro Visual</td> <td>X</td> </tr> <tr> <td colspan="4">Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber).</td> </tr> <tr> <td colspan="4">-</td> </tr> <tr> <td>Contato</td> <td colspan="3">-</td> </tr> </table>	Nome	Maria Selma Almeida Nunes	Tipo	Coordenadora da Pastoral do Dízimo.	Nascimento	-	Sexo	F	Idade	-	Registro Sonoro Visual	X	Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber).				-				Contato	-		
Nome	Maria Selma Almeida Nunes	Tipo	Coordenadora da Pastoral do Dízimo.																						
Nascimento	-	Sexo	F																						
Idade	-	Registro Sonoro Visual	X																						
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber).																									
-																									
Contato	-																								
02	<table border="1"> <tr> <td>Nome</td> <td>Ana Pereira de Almeida</td> <td>Tipo</td> <td>Terceira moradora da cidade de Icarai de Minas.</td> </tr> </table>	Nome	Ana Pereira de Almeida	Tipo	Terceira moradora da cidade de Icarai de Minas.																				
Nome	Ana Pereira de Almeida	Tipo	Terceira moradora da cidade de Icarai de Minas.																						

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS						CELEBRAÇÕES e RITOS	
Nascimento	-	Sexo	F	Idade	-	Registro Sonoro visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber).							
-							
Contato	-						

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA


Figura 2: Entorno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 3: Entorno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 4: Praça em frete a igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 5: Frete a igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5316_IMinas_FConc_Nuhicre_Iepha (9) Figura 2: IPAC_IMinas_Bens_Inventariados_Mapa Figura 3: IPAC_5316_IMinas_FConc_Nuhicre_Iepha (11) Figura 4: IPAC_5316_IMinas_FConc_Nuhicre_Iepha (7) Figura 5: IPAC_5316_IMinas_FConc_Nuhicre_Iepha (23) Figura 6: IPAC_5316_IMinas_FConc_Nuhicre_Iepha (21)
Vídeos	Não se aplica.
Áudio	Áudio 1: Entre_IPAC_5316_IMinas_FConc_MSelma_04mai13_A Áudio 2: Entre_IPAC_5316_IMinas_FConc_MSelma_04mai13_B IpacSF_IMinas_Festa_NSenhoraConceição_Entrevista_AnaPereiradeAlmeida_NUHICRE_04mai2013

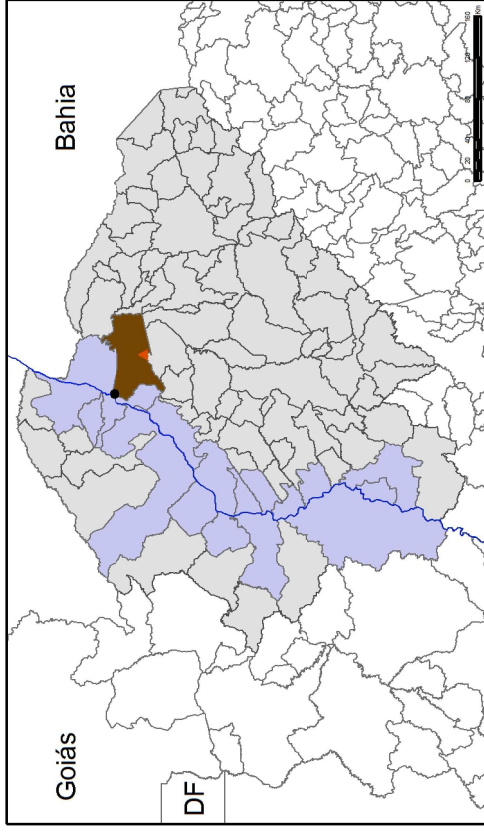
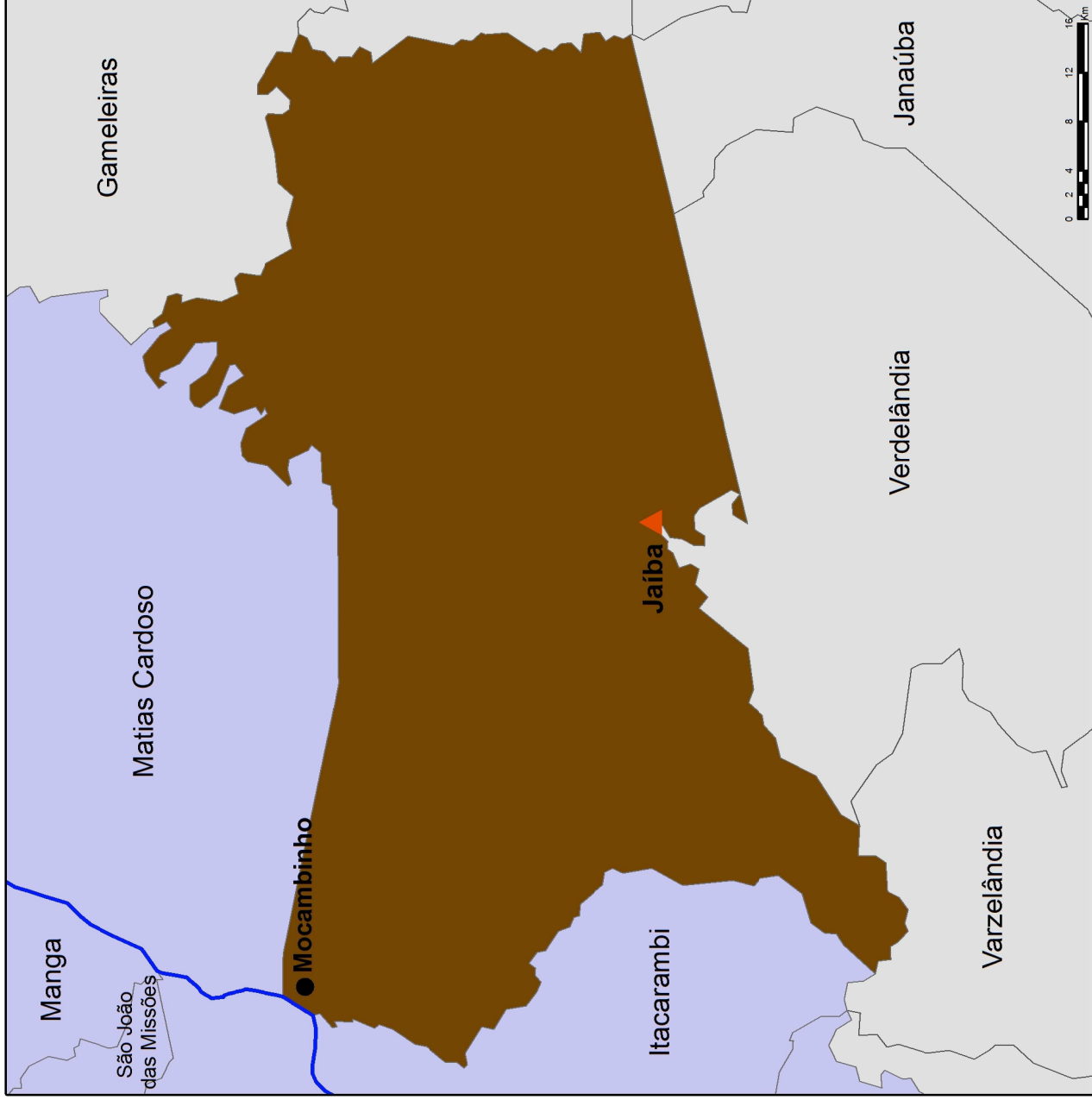
13 REFERÊNCIAS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	CELEBRAÇÕES e RITOS
ALMEIDA, Ana Pereira de. <i>Festa de Nossa Senhora da Conceição</i> . [4 de maio, 2013]. 22 min. 14 seg. Icaraí de Minas: Processo de registro da Festa da Padroeira da cidade-UNIMONTES/NUHICRE/MG. Entrevista cedida a Roberto Veríssimo da Silva Junior e César Henrique de Queiroz Porto. Áudio disponível no NUHICRE (Núcleo de História e Cultura Regional).	
ANTUNES, Maria Selma Almeida. <i>Festa de Nossa Senhora da Conceição</i> . [04 de maio, 2013]. 16 min. 39 seg. Icaraí de Minas: Processo de registro da Festa da Padroeira da cidade-UNIMONTES/NUHICRE/MG. Entrevista cedida a Roberto Veríssimo da Silva Junior e César Henrique de Queiroz Porto. Áudio disponível no NUHICRE (Núcleo de História e Cultura Regional).	
CASCUDO, Luís da Câmara. <i>Dicionário do Folclore Brasileiro</i> . Editora Itatiaia: Belo Horizonte, 1993.	
FESTAS POPULARES. <i>Festa de Nossa Senhora da Conceição</i> . Disponível em < http://festaspopulares.iesa.ufg.br/p/543-festa-de-nossa-senhora-da-conceicao >. Acesso em 05 dez. 2014.	
GOMES, José Aníbal Marinho. <i>Nossa Senhora da Conceição Padroeira e Rainha de Portugal e de todos os Povos de Língua Portuguesa</i> . Disponível em < http://risco-contínuo.blogs.sapo.pt/564773.html >. Acesso em 05 dez. 2014.	
SANTOS, Deolinda Alice dos. <i>Festejos Tradicionais Mineiros: Registros da Fé e do Folclore</i> . São Paulo: Empresa de Artes, 2011.	
TESAURO DO FOLCLORE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA. <i>Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular</i> . Disponível em < http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/alfabetica.html >. Acesso em 05 dez. 2014.	

14	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Roberto Veríssimo da Silva Junior	2012/2013
Vídeos	Não se aplica.	2012
Áudio	Roberto Veríssimo da Silva Junior	2012/2013
Transcrição	Maria Regina Antunes Carvalho	2013
Levantamento	César Henrique de Queiroz Porto, Jorge Luiz Teixeira Ribas, Roberto Veríssimo da Silva Junior.	2012/2013
Elaboração	Roberto Veríssimo da Silva Junior	2013
Revisão	Bruna Luisa de Paula, Débora Raiza Rocha, Denílson Meireles Barbosa, Flávia Alves Figueirêdo Souza, Luis Molinari, Mariana Rabêlo de Farias, Nôila Ferreira Alencar, Breno Trindade.	2013 12/2014 07/2015
Observações		

Jaíba

JAÍBA



Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- Localidade
- ▲ Localidade Inventariada
- ~ Rio São Francisco
- Macrorregião do Norte de Minas
- Municípios Inventariados
- Município de Jaíba
- Municípios de Minas Gerais

Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: Sad - 69
Fonte: IBGE 2010, Convênio IEPHA/ UNIMONTES.
Org: OLIVEIRA, G.H.G.; RIBAS, J.L.T, 2013.



Bens Culturais e Contatos – Jaíba

- Água Branca
- Arrozal
- Artesãos recebem curso de artesanato com fibra de bananeira
- Associação de Horteiras de Jaíba
- Associação Regional de Proteção Ambiental
- Baixo Gorutuba
- Batuque Quilombola
- Beta
- Cachaça de Banana
- Canudos
- Carvoeira do Arlen
- Cavilhada
- Cavernas do Morro Albano
- Celebração a Nossa Senhora de Aparecida
- Centro Comunitário de Produções de Artesanato de Jaíba
- Córrego Escuro
- Encontro dos Grupos Folclóricos Regionais
- Entre Linhas
- Esplanada
- Fazenda Agroflora
- Fazenda Agropema
- Fazenda Agropeva
- Fazenda Brasnica
- Fazenda Canadá
- Fazenda Canjica
- Fazenda Canudos
- Fazenda do Pacu
- Fazenda dos Mártires
- Fazenda Extrema
- Fazenda Furada da Bandeira
- Fazenda Lagoa da Tábua
- Fazenda Mamominha
- Fazenda Marabá
- Fazenda Mimosa
- Fazenda Nova Olinda
- Fazenda Ramulhado
- Fazenda Saco do Manga
- Fazenda São José

-  Fazenda Serra Verde
-  Fazenda Tabatinga
-  Fazenda Várzea da Aroeira
-  Festa da Banana
-  Festa de Santo Antônio
-  Festa de Santo Antônio do Pau Preto
-  Festa de Santo Antônio do Guerra
-  Festa de São Cristóvão
-  Festa de São Pedro de Canudos
-  Festa do Divino
-  Festa do Folclore
-  Festa do Sagrado Coração de Jesus
-  Festa Junina
-  Festa Junina no Mercado
-  Festa Nacional da Banana
-  Festas Juninas
-  Folião de Reis – Sr. Tino
-  Gorotuba
-  Jaíba
-  Lageado
-  Lageado Cruzamento
-  Lagoa do Meio
-  Linha C
-  Linhas
-  Lorotas de Pedro Marques – por Braz da Viola
-  Lote Molhado
-  Maria Lúcia da Silva Dias. Av. João Teixeira Filho, 355. Jaíba/MG. (38) 3833-1308
-  Mercado Municipal
-  Mocambinho
-  Morro da Maritaca
-  Morro do Albano
-  Nova Cachoeira
-  Nova Colônia I
-  Nova Índia
-  Novas Porções
-  O Discurso que fez o Povo Chorar – Lorotas de Pedro Marques
-  Paletó de Linho – Lorotas de Pedro Marques
-  Para Terra I
-  Para Terra II
-  Para Terra IV

- Parque Estadual de Jaíba
- Poço da Vovó
- Prefeitura Municipal de Jaíba
- Preguinhos
- Projeto Jaíba – Ismael Oliveira
- Programa de Assentamento Boa Esperança
- Projeto Jaíba
- Projeto Tamborearte
- Rafael Fernandes Soares. Av. João Teixeira Filho, 355. Jaíba/MG. (38) 3833-1308
- Recicla Jaíba
- Reserva Estadual do Jaíba
- Ruínas da Igreja de Mocambinho
- Ruínas de Mocambinho
- Serra Azul
- Serraria
- Tamboril
- Terra Boa
- Toca da Onça
- Trançado e Cestarias em Fibra de Banana
- Zildete Ferreira da Cruz. Rua Antônio, 75, B. Centro Comunitário. Rio Verde/MG. (38) 3833-1075

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
--	-------------------

01 IDENTIFICAÇÃO								
Localidade	JAÍBA							
Município	Jaíba					IPAC/MG	-	
Distritos	Sede			Sítio	Médio São Francisco			
GPS	23k	Long.UTM	642033.00 m E	Lat. UTM	8303633.00 m S	Urbano	Rural	X



Figura 1: Vista da Igreja Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: NUHICRE - IEPHA – 2013.

02	REFERÊNCIAS CULTURAIS
-----------	------------------------------

Diversas são as referências culturais localizadas em Jaíba. Entre as *celebrações* pode-se citar: Cavahada, Festa a Nossa Senhora de Aparecida, Festa de Santo Antônio, Festa de Santo Antônio de Pau Preto, Festa de Santo Antônio da Guerra, Festa de São Cristóvão, Festa de São Pedro de Canudos, Festa do Divino, Festa do Sagrado Coração de Jesus, Festa junina no mercado, Festas Juninas, Batuque praticado pelas comunidades quilombolas, Encontro dos Grupos Folclóricos Regionais, Festa do Folclore. Entre os *lugares de referência* em Jaíba, destacam-se as localidades de: Água Branca, Arrozal, Baixo Gorotuba, Beta, Canudos, Carvoeira do Arlen, Córrego Escuro, Entre Linhas, Esplanada, Fazenda Agroflora, Fazenda Agropema, Fazenda Agropeva, Fazenda Brasnica, Fazenda Canadá, Fazenda Canjica, Fazenda Canudos, Fazenda do Pacu, Fazenda dos Mártires, Fazenda Extrema, Fazenda Furada da Bandeira, Fazenda Lagoa da Tábua, Fazenda Mamoninha, Fazenda Marabá, Fazenda Mimososa, Fazenda Nova Olinda, Fazenda Ramulhado, Fazenda Saco do Manga, Fazenda São José, Fazenda Serra Verde, Fazenda Tabatinga, Fazenda Várzea da Aroeira, Comunidade Quilombola de Gorotuba, Lageado, Lageado Cruzamento, Lagoa do Meio, Linha C, Linhas, Lote Molhado, Mocambinho, Morro da Maritaca, Morro do Albano, Nova Cachoeira, Nova Colônia I, Nova Índia, Novas Porções, Para Terra I e II, Para Terra IV, Poço da Vovó, Preguinhas, Assentamento Boa Esperança, Projeto Jaíba, Serra Azul, Serraria, Tamboril, Terra Boa, Toca da Onça, Morro Albano. Outras referências relativas à categoria *lugares* são: Ruínas de Mocambinho, Mercado Municipal, Ruínas da Igreja de Mocambinho, Parque Estadual de Jaíba, Reserva Biológica Estadual do Jaíba. Os modos de fazer localizados em Jaíba são: Projeto

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
<p>Tamborearte, Cachaça de Banana, Trançado e cestarias em fibra de banana. A cidade é conhecida internacionalmente pela sua larga produção de banana, o que favoreceu o surgimento da Festa Nacional da Banana que se encontra atualmente na sua 17ª edição, contribuindo para que o município seja reconhecido nacionalmente também por suas práticas culturais e artesanato.</p>	
03	DESCRIÇÃO
População e Localização	
<p>O município de Jaíba se localiza na mesorregião geográfica do norte de Minas Gerais, na microrregião de Janaúba, área mineira do polígono das secas, à margem direita do rio São Francisco e esquerda do Rio Verde Grande, em terras da sesmaria recebida pelo Conde da Ponte, época das capitânicas hereditárias, onde foi pertencente à Capitania da Bahia. O povoamento da região se iniciou com a Proposta de Reforma Agrária realizada pelo Governo Federal que teve início no ano de 1949, através do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) com o intuito de implantação de um projeto de irrigação naquela região, que recebeu o nome de Projeto Jaíba.</p> <p>A cidade comemora seu aniversário no dia 27 de abril e seus habitantes são identificados pelo gentílico jaibense. Sua população estimada no ano de 2010 era de 33.587 habitantes, sendo a área do município de 2.626 Km², segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).</p>	
Paisagem Natural e Meio Ambiente	
<p>A área territorial do município de Jaíba é de 2.626 Km², com altitude máxima, em ponto central da cidade de 470 metros. A temperatura média anual é de 24,4 °C, sendo que a máxima anual atinge em média a marca de 32 °C, enquanto a mínima chega a 18 °C, com índice pluviométrico anual de 916 milímetros.</p> <p>Em função do Projeto Jaíba, que criou forte polo agropecuário, a cidade ganhou fama internacional, recebendo visitas de autoridades importantes e turistas de todo o Brasil. O Parque Estadual de Jaíba, localizado na estrada que liga Jaíba à Manga, é uma importante unidade de conservação e de pesquisa da fauna e flora da região constituída de mata de transição entre o cerrado a caatinga. Porém o bioma predominante é a caatinga, apresentando um ambiente de caatinga arbórea, caatinga arbustiva e sofre afloramento de calcário, com baixas interferências antrópicas. Há no município a Reserva Biológica Estadual do Jaíba, que é administrada pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e sua área compreende dois ecossistemas distintos: Um primitivo que é a Caatinga Arbórea, e outro, secundário, que é o Carrasco. O Projeto Jaíba conta ainda com uma Reserva Legal que está localizada nas proximidades da Gleba C2 (Etapa I do projeto), no município de Jaíba, norte de Minas Gerais.</p> <p>Segundo nota divulgada pela CODEVASF, de acordo com a legislação ambiental, a região está inserida na área de proteção da vegetação do bioma mata atlântica.</p> <p>Devido à implantação do Projeto Jaíba, a cidade hoje suporta o maior projeto de irrigação em área contínua da América Latina que capta água do rio São Francisco para as plantações adjacentes.</p>	
Marcos	
<p>Em Jaíba encontram-se as ruínas da Igreja de Mocambinho, um patrimônio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, reconhecida pela comunidade do entorno como patrimônio do Vale do São Francisco a ser preservado e que tem importância histórica do bem cultural, um importante marco na história da formação de Minas Gerais, especialmente do Norte de Minas Gerais.</p> <p>A cidade de Jaíba é conhecida mundialmente por contemplar, em grande parte de seu território, o maior projeto de irrigação da América Latina, exportadora de frutos e grãos para todo o Brasil e para o mundo.</p> <p>Na sede do município, há a Igreja de Nossa Senhora da Glória, padroeira da cidade, que ainda busca se tornar a Igreja Matriz e que acolhe a maior festa religiosa da cidade, movimentando parte considerável dos moradores com participações diversas no contexto da festa.</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LOCALIDADE**

Outra construção importante para os moradores foi a edificação do Mercado Municipal. É ali que os turistas e moradores encontram frutas, verduras e produtos típicos da região: o queijo caseiro, o frango e ovos caipiras, que são trazidos pelos produtores rurais de seus sítios e fazendas para serem revendidos na cidade. No local, também é possível encontrar as tradicionais raízes medicinais, remédios caseiros em geral, temperos diversos, doces e produtos confeccionados a partir da palha das bananeiras.

04 FORMAÇÃO HISTÓRICA

A história do município de Jaíba tem início com a chegada dos desbravadores Matias Cardoso de Almeida e Manuel Nunes Viana que deram início ao povoamento do Norte de Minas Gerais. A ocupação do sertão do Rio São Francisco, se deu a partir das bandeiras que adentram no território das Minas Gerais. Durante o século XVII foi construída a Igreja de Mocambinho, uma edificação antiga provavelmente de autoria da bandeira de Matias Cardoso. De acordo com Daniela Castro, “a ruína, que pertenceu ao povoado de Retiro, desaparecido ainda no século XVIII, só foi redescoberta na década de 70 do século XX, através da implantação no local da sede do Projeto Jaíba.” (CASTRO, 2014).

De acordo com Caio Prado Junior (2011), a penetração do povoamento do interior do Brasil se deu a partir da mineração e pelo avanço dos rebanhos que paulatinamente fixam as populações no sertão, conservando os contatos com o centro. Da Bahia, uma das primeiras colonizações bem sucedidas, serviu de base para a dispersão e ocupação de outras partes do litoral nordestino, no final do século XVI. Em meados do século seguinte, alcança o rio São Francisco, subindo a margem, tanto direita, como esquerda, povoando todo o curso médio do rio com muitas fazendas, mas sem resultado anexador do território.

O Rio São Francisco, conhecido como “Velho Chico”, é o rio mais extenso do Brasil, com 2.897 km, nasce no centro de Minas Gerais e orienta-se para o norte, cortando todo o estado no sentido sul-norte, passando a oeste da Chapada Diamantina até onde está a represa de Sobradinho e penetrando na região nordeste pelo estado da Bahia, seguindo rumo a Pernambuco (PRADO JR., 1972).

O curso das águas, segundo Taunay (1976), apresenta-se como elemento fundamental para expansão do processo de interiorização rumo ao sertão. Na região norte-mineira, o rio das Velhas e principalmente o rio São Francisco, apontam o curso do deslocamento e escoamento de pessoas e produção durante vários anos que, por sua vez, rompem o período colonial. A denominação das terras, onde hoje se encontra o município de Jaíba, tem sua origem no Tupi-Guarani, *Y-ayba*, *Jayba*, que significa “água ruim” ou “rio mau”. Conceitua-se como *Jahiva* ou *Jaiba* grande extensão de terras semiáridas, restos de antigas lagoas onde as águas das chuvas acumulam-se, durante alguns meses, com sais minerais dissolvidas do solo semiárido, dando origem a águas salobras, geralmente ruins (RODRIGUES, 1998).

A segunda metade do século XX no Brasil é caracterizada pelo surgimento da política de modernização visando o desenvolvimento de setores da economia, de forma a promover à integração com o modelo desenvolvimentista internacional experienciado pela Europa e Estados Unidos. Durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), foram criadas metas e projetos com o intuito de alavancar a produção agrícola nacional em todas as regiões do País. Entre o período de 1963 e 1979 foram apresentados seis planos de governo (Plano Trienal 1963-1965; Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG 1964-66; Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968-70; Metas e Bases para a Ação do Governo 1970-73; I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND 1972-74; II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND 1975-79). Dos planos diretamente relacionados com a expansão da fronteira agrícola e uso de novas tecnologias, visto que essas diretrizes foram as responsáveis pela modificação do Norte de Minas, que propiciou a criação do Projeto Jaíba, destacam-se principalmente o I PND e II PND.

O I PND tinha como objetivo o desenvolvimento da agricultura, bem como a “introdução de nova tecnologia, modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos agrícolas” (MOURA, 2014, p. 32). Já o II PND teve como meta o aumento da produção agrícola com a finalidade de exportação. Como destaca Auricharme Cardos de Moura, para isso, se fez necessária à ocupação de novos territórios, especialmente nos espaços fronteiriços, além da modernização das áreas que já estavam inseridas no

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LOCALIDADE

mercado. A criação da Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, aborda questões concernentes a Política Nacional de Irrigação, que visava o aproveitamento dos recursos hídricos e de solo para a implantação da agricultura irrigada. O Norte de Minas, portanto, passou a ser contemplado pelas novas diretrizes políticas desenvolvimentistas, principalmente pela sua inclusão na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1963, dada a similaridade com a região Nordeste do País. Contudo, foi a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba (CODEVASF), que atuou de forma direta na zona norte-mineira.

Juntamente com outros projetos de irrigação do Norte de Minas, surge o Projeto Jaíba, porém neste caso, já havia na região uma estrutura física instalada devido a uma primeira tentativa de ocupação e exploração da área, fomentado pelo Instituto Nacional de Irrigação e Colonização (INIC), atual Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no início da década de 1950, foram assentadas na região de Gado Bravo, na margem esquerda do Rio Verde Grande, aproximadamente duzentas famílias para o desenvolvimento de atividades agrícolas. A tentativa não obteve êxito dada uma série de fatores como a ausência de políticas assistenciais para os colonos e o isolamento da região, porém permaneceu no local toda infraestrutura que havia sido montada, como os núcleos de habitação e unidades administrativas. Em 1966, por meio da Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), o governo estadual tenta novamente reocupar a área, realizando ações voltadas para a irrigação e reflorestamento na “Mata do Jaíba” e em outros locais do Estado, com os chamados “vazios econômicos”. De acordo com Moura, o processo de ocupação foi realizado “através de desapropriações, violência e mortes de posseiros e indígenas que outrora ocupavam a terra.” (MOURA, 2014, p. 35).

Sanados os conflitos entre a população nativa e os novos interesses econômicos que estavam sendo direcionados para a região, representados pelas forças estatais, o governo de Minas solicita ao *Bureau of Reclamation* – órgão do governo norte americano para a gestão de recursos hídricos –, que realizasse estudos para apontar o potencial agrícola da “Mata do Jaíba”. Os estudos apontaram que cem mil hectares estavam aptos para a instalação da agricultura irrigada. O Projeto Jaíba foi planejado para ser executado em quatro etapas, contudo, apenas a primeira está concluída, a segunda fase passa por um processo de ocupação, sendo que a terceira e a quarta etapas estão em fase planejamento. (MOURA, 2014).

Os recursos do II PND ampliou o projeto inicial para a sua atual configuração – cem mil hectares destinados à área irrigada e mais cento e trinta mil hectares para o desenvolvimento da agricultura de sequeiro – técnica agrícola para o cultivo em terrenos onde a pluviosidade é baixa. O projeto foi dividido em quatro etapas. Durante a década de 1970 até meados dos anos 1980, o projeto passou por um longo período de estagnação, contudo a entrada do Banco Mundial com financiamento de aproximadamente US\$158 milhões moldou o Projeto Jaíba para a sua atual configuração: desenvolvimento da fruticultura, o que permite ao agricultor a obtenção de lucros maiores; e a instituição de políticas sociais direcionadas à assistência dos agricultores. No ano de 1975 iniciam-se as obras de irrigação a partir da captação de águas do Rio São Francisco. A área que foi utilizada para a implantação do Projeto Jaíba, estava situada entre os municípios de Manga e Monte Azul, sendo que esta área era anteriormente ocupada pela Mata do Jaíba, um espaço formado por espécies características das matas de transição entre a caatinga e o cerrado – atualmente resta apenas uma pequena faixa de vegetação, preservada como reserva legal.

Com o grande desenvolvimento populacional na região, principalmente a partir de 1976, surgiu o povoado de Novo Horizonte, na margem direita do Rio Verde Grande, no município de Monte Azul. Dada à efervescência que a região vivenciava, o povoado foi elevado à condição de distrito em 13 de maio de 1976, pela Lei nº 6.769, sendo chamado de Otinolândia. No ano de 1991 foi criado o distrito de Jaibônia e por fim, a Lei nº 10.704, criou o município de Jaíba.

05 CRONOLOGIA
Data
Evento

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
Século XVII	Início da construção da Igreja de Mocambinho.
1949	Início do povoamento.
1952	Fixação da colônia agrícola para duzentas famílias: não houve apoio governamental.
1963	Vinculação da região do Norte de Minas à SUDENE.
1974	Implantação do projeto piloto <i>Mocambinho</i> .
1975	Criação da CODEVASF.
1976	Criado o distrito de Otinolândia pela Lei nº 6.769, de 13 de maio.
1979	Criação da Lei nº 6.662 de 25 de junho que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação.
Final da década de 1970	Disputas entre a RURALMINAS e CODEVASF pela condução da implementação do projeto.
1987	CODEVASF passa a ser responsável pela condução do projeto.
1988	Entrada do Banco Mundial como financiador do Projeto Jaíba; Criado o Distrito de Irrigação do Jaíba (DIJ).
Setembro de 1991	Criação do Distrito de Jaibênia.
20 de janeiro de 1992	Emancipação do município pela Lei nº 10.704.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

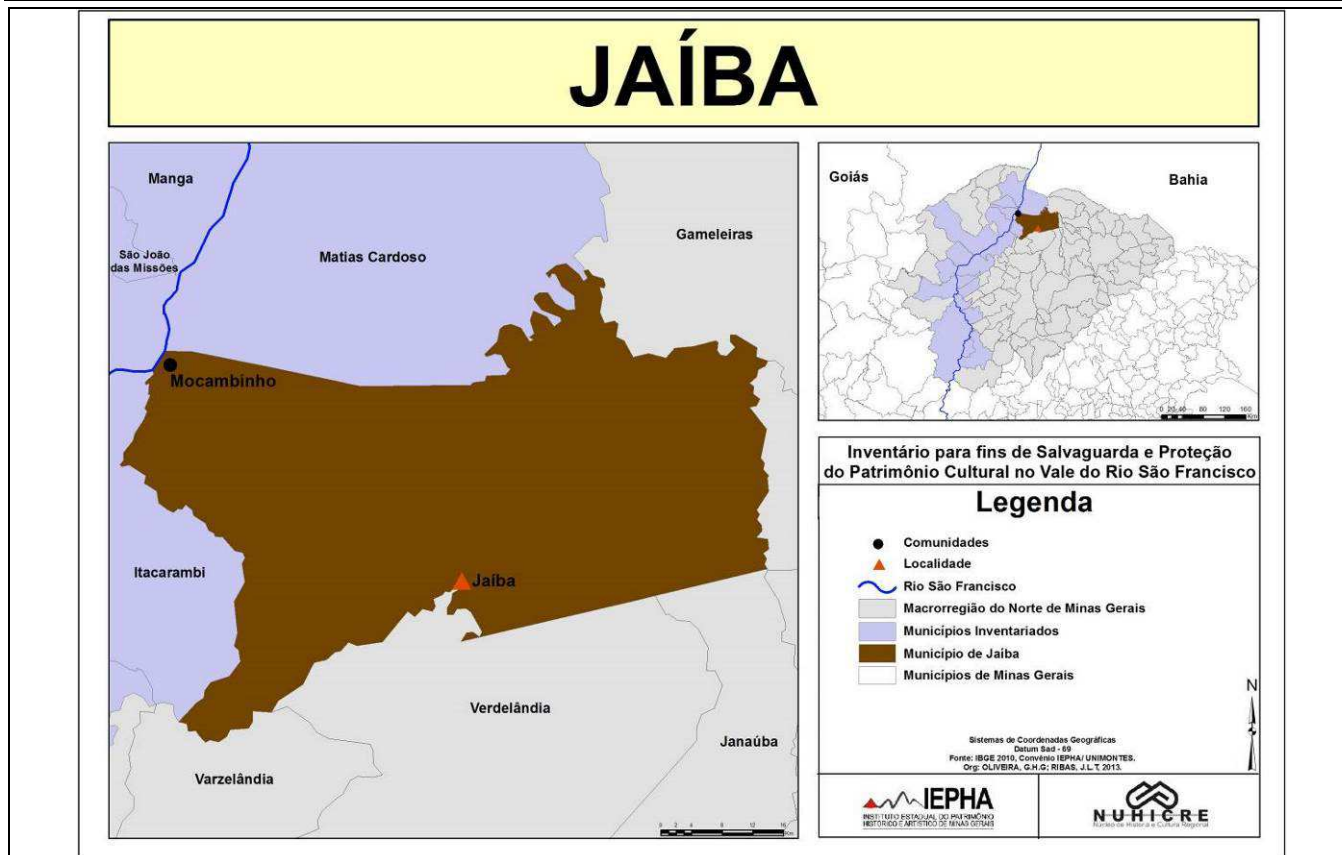


Figura 2: Mapa de localização do município de Jaíba

Fonte: NUHICRE-IEPHA/MG

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE JAÍBA

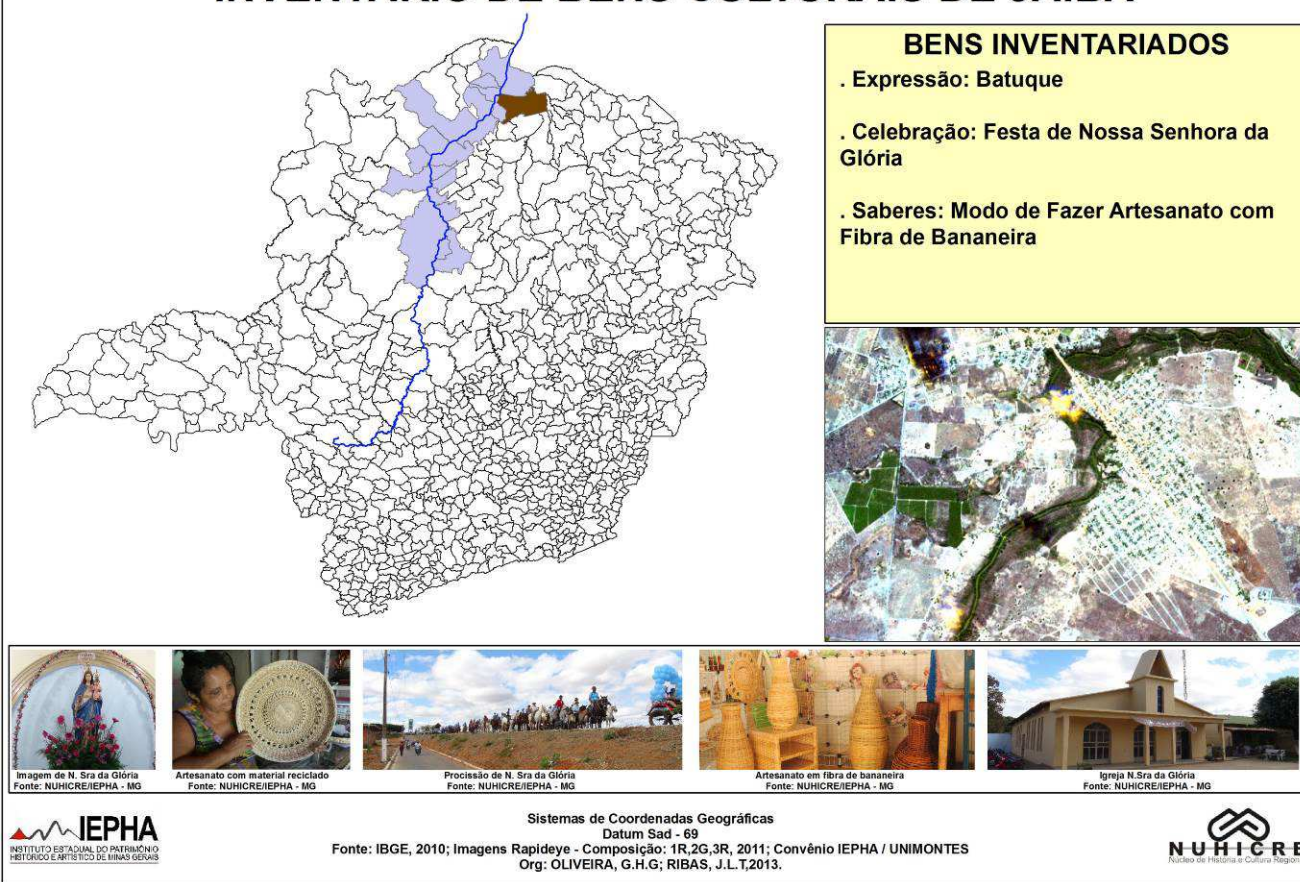


Figura 3: Mapa de localização e bens inventariados de Jaíba

Fonte: NUHICRE – IEPHA/MG

07 LEGISLAÇÃO

Instrumentos de Proteção Ambiental e Patrimonial e de Planejamento

Lei Estadual nº 10.704, de 27 de janeiro de 1992, emancipação do município.

08 RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se a realização do inventário cultural das comunidades rurais do município de Jaíba, presentes no território do Projeto Jaíba. Sendo o mesmo procedimento recomendado para as comunidades remanescentes quilombolas e indígenas presentes na região.

Além disso, observa-se a necessidade de acompanhamento da atuação do Conselho de Patrimônio Cultural, além de comprovar a existência de um fundo de patrimônio destinado para a cidade, principalmente para implementar o plano de Educação Patrimonial com a finalidade de promover a conservação e valorização do patrimônio local.

09 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias

Figura 1: IPAC_5318_Jaiba_FGloria_Nuhicre_iepha (130)

Figura 2: IpacSF_Jaiba_Localização_Mapa

Figura 3: IpacSF_Jaiba_Bens_Inventariados_Mapa

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
Bens Culturais Inventariados	
Artesanato com palha de bananeira; Batuque da Melhor Idade; Festa de Nossa Senhora da Glória.	
Contatos	
Paróquia Nossa Senhora da Glória - (38) 3833 1387/ pns gloria@yahoo.com.br Associação Mulheres de Fibra – Artesanato com fibra de banana, reciclável e EVA – Rua Presidente Vargas, nº 741, Centro – (38) 9226 3330 ou 9157 4554.	
Numeração das Fichas de Identificação de Bens	
5317 - Batuque de Jaíba 5318 - Festa de Nossa Senhora da Gloria 5319 - Artesanato com Fibra de Bananeira	

10	REFERÊNCIAS
	ALMG. <i>Assembleia Legislativa de Minas Gerais</i> . Disponível em: < http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html?aba=js_tabMunicipios&sltMuni=768 >. Acesso em: 16 dez. 2014.
	ALENCAR, N. F.; LESSA, S. N. O rio São Francisco e a dinâmica das cidades ribeirinhas norte mineiras no século XX: da ferrovia ao Projeto Jaíba. In: II Congresso em Desenvolvimento Social: Unimontes, 2., 2010, Montes Claros. <i>Anais...</i> Montes Claros: Universidade Federal de Montes Claros, 2010.
	CASTRO, D. L. F. <i>Diferentes trajetórias da preservação do patrimônio do norte de Minas Gerais</i> . Disponível em < http://www.forumpatrimonio.com.br/print.php?articleID=116&modo=1 >. Acesso em 17 dez. 2014.
	CODEVASF. <i>Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba</i> . Disponível em < http://www.codevasf.gov.br/noticias/2006/perimetro-jaiba/?searchterm=Ja%C3%ADba >. Acesso em: 16 dez. 2014.
	COSTA, João Batista de Almeida. Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. <i>Revista Verde Grande</i> . Montes Claros, v.q, nº 3, fev. 2006.
	IBGE. <i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> . Disponível em: < http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=313505&search=minas-gerais jaiba infograficos:-historico >. Acesso em 16 dez. 2014.
	LEPIDOPTERA. <i>Unidades de conservação</i> . Disponível em < http://www.lepidoptera.datahosting.com.br/unidades.htm >. Aceso em 11 abr. 2012.
	MOURA, Auricharme Cardoso de. <i>Trajatórias, Memórias e Experiências dos Trabalhadores Rurais do Projeto Jaíba, MG</i> . Disponível em < http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/4239/1/TrajatoriasMemoriasExperiencias.pdf >. Acesso em 16 dez. 2014.
	PRADO Jr., Caio. <i>História e desenvolvimento</i> . São Paulo: Brasiliense, 1972.
	PROJETO JAÍBA. <i>Distrito de Irrigação de Jaíba</i> . Disponível em < http://www.projetojaiba.com.br/ >. Acesso em 16 dez. 2014.
	RODRIGUES, L. <i>Investimento agrícola e o grande projeto Jaíba. Uma interpretação: 1970-1996</i> . 1998. 337f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.
	TAUNAY, Affonso de. <i>Relatos Sertanistas</i> . São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1976.

11	FICHA TÉCNICA
----	---------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
Fotografia	Roberto Veríssimo Silva Junior e Elis Medrado Viana.	De agosto de 2012 a março de 2013
Vídeos	Roberto Veríssimo Silva Junior.	De agosto de 2012 a março de 2013
Áudio	Elis Medrado Viana.	27/10/2012 e 07/03/2013
Transcrição	Maria Regina Antunes Carvalho.	2013
Levantamento	Roberto Veríssimo Silva Junior, Elis Medrado Viana, Nôila Ferreira Alencar, Denílson Meireles Barbosa, Caio Hudson Rabelo e Carlos Caixeta de Queiroz.	De agosto de 2012 a março de 2013
Elaboração	Elis Medrado Viana.	Janeiro a junho de 2013
Revisão	Bruna Luisa de Paula, Débora Raiza Rocha, Flávia Alves Figueirêdo Souza, Luis Molinari, Mariana Rabêlo de Farias, Breno Trindade.	2013 12/2014 19/08/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação	BATUQUE DE JAIBA						IPAC/MG	5317		
Município(s)	Jaiba	Distrito		Sede						
Endereço										
GPS	23k	Long. UTM	642033.00 m E	Lat. UTM	8303633.00 m S	Urbano	X	Rural		



Figura 1: Demonstração do batuque, canção da “Lavadeira”.

Fonte: NUHICRE - IEPHA – 2013.

Categoria	Formas de Expressão						
Tipologia da Atividade	Dança						
PERIODICIDADE							
Início	Não se aplica.						
Fim	Não se aplica.						
Calendário Litúrgico	Não se aplica.						
Invocação	Não se aplica.						
Observação das Datas	Não há data certa para acontecer.						
DENOMINAÇÃO	Batuque da Melhor Idade						
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE							
<p>O grupo se apresenta, anualmente, na Festa de Nossa Senhora da Glória, comemorada próximo ao dia 15 de agosto, no momento do hasteamento da bandeira. No decorrer do ano, o batuque se apresenta sempre que convidado.</p>							
Outras denominações	Reis de Bois	Nível de integração					
		Comunidade	X	Oficial		Intercomunitária	

02	Histórico da Localidade
-----------	--------------------------------

O município de Jaíba se localiza na mesorregião geográfica do norte de Minas Gerais, na microrregião de Janaúba, área mineira do polígono das secas, à margem direita do rio São Francisco e esquerda do Rio

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

Verde Grande, em terras da sesmaria recebida pelo Conde da Ponte, época das capitânicas hereditárias, onde foi pertencente à Capitania da Bahia.

A história do município de Jaíba tem início com a chegada dos desbravadores Matias Cardoso de Almeida e Manuel Nunes Viana que deram início ao povoamento do Norte de Minas Gerais. A ocupação do sertão do Rio São Francisco, se deu a partir das bandeiras que adentram no território das Minas Gerais. Durante o século XVII, foi construída a Igreja de Mocambinho, uma edificação antiga provavelmente de autoria da bandeira de Matias Cardoso. De acordo com Daniela Castro, “a ruína, que pertenceu ao povoado de Retiro, desaparecido ainda no século XVIII, só foi redescoberta na década de 70 do século XX, através da implantação no local da sede do Projeto Jaíba.” (CASTRO, 2014).

O povoamento da região se iniciou com a Proposta de Reforma Agrária realizada pelo Governo Federal que teve início no ano de 1949, através do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) com o intuito de implantação de um projeto de irrigação naquela região, que recebeu o nome de Projeto Jaíba.

Com o grande desenvolvimento populacional na região, principalmente a partir de 1976, surgiu o povoado de Novo Horizonte, na margem direita do Rio Verde Grande, no município de Monte Azul. Dada à efervescência que a região vivenciava, o povoado foi elevado à condição de distrito em 13 de maio de 1976, pela Lei nº 6.769, sendo chamado de Otinolândia. No ano de 1991 foi criado o distrito de Jaibênia e por fim, a Lei nº 10.704, criou o município de Jaíba.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

O batuque é um termo genérico cunhado pelos colonizadores para se referir às práticas negras realizadas em variadas regiões do território brasileiro. Em determinados contextos, como no Rio Grande do Sul, batuque refere-se à prática religiosa de culto aos orixás tendo como base estruturas religiosas advindas da Costa da Guiné e da Nigéria com influência das nações Jêje, Ijexá, Oyó, Cabinda e Iorubá. Considerado por estudiosos como designação ingênua, aos cultos de influências nagô, pajelança, cultos ligados à Umbanda, práticas afro-indígenas amazônica – especialmente no Estado do Pará, o termo batuque também abrange outras práticas como a dança. Nesse sentido, o Batuque traduz-se como dança de origem africana, atribuída principalmente à herança cultural trazida com os negros escravizados provenientes de Angola e do Congo, que vieram para a América portuguesa desde o início da colonização. A dança ainda hoje é praticada em diversas localidades do Brasil.

Então, a expressão ‘batuque’, criada pelos portugueses, referendava as danças e as cantigas, dando a elas uma característica pejorativa, dizendo que se tratava apenas de rituais rudes. O Batuque realizado pelos negros escravizados no Brasil e as outras ramificações do mesmo, possui basicamente uma mesma proporção rítmica e geográfica: disposição das pessoas em círculo, coreografia central, compasso binário e ritmo sincopado marcado pelas palmas, algum instrumento de percussão e o canto de um solista acompanhado pelas respostas dos outros participantes.

De acordo com Roselene Coito, citada no Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais, *IPAC – Comunidade dos Arturos*, afirma que,

[...] No batuque não há batidas de pés, tão comuns nas danças de origem ameríndia; há umbigadas. Um batuqueiro, defrontando sua dama, entre uma umbigada e outra, faz meneios de corpo, ajoelha-se, mas sempre dentro do ritmo ditado pelo tambu, em movimentos chamados de jongar. Os batuqueiros mais jovens dão habilíssimos rodopios nessas figurações, como o pião-parado, o corrupio. Ao amanhecer, quando vai findando o batuque, a dança saideira é o leva-e-traz. O cavalheiro faz vênia, não dá batidas ou umbigada, vai levar a dama no seu lugar inicial.[...] (COITO, 2008: 223)

Durante o século XIX a Igreja Católica se lançou em defesa dos bons costumes e contra a “imoralidade” da dança, desse modo, o Batuque se tornou cada vez mais praticado em localidades distanciadas dos centros

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

urbanos.

Em Jaíba, o Batuque é decorrente dos festejos e danças que ocorrem em continuação à visita da Folia de Reis, uma festa popular que chegou ao Brasil no período de colonização, trazida pelos jesuítas, em torno de 1534 (Moura, 2004), que se manifesta a partir do Natal, até o dia 06 de janeiro em honra ao menino Jesus, como fizeram os Três Reis Magos, considerados Santos pela Igreja Católica.

Os primeiros integrantes do Batuque na cidade de Jaíba são respectivamente o Sr. Samuel e a sua esposa Dona Maria Rosa que aprenderam a tocar os instrumentos musicais e a cantar as cantigas em grupos de Folia de Reis em suas cidades natais. Uma experiência adquirida a partir das vivências familiares e que encontrou campo fértil para se desenvolver em Jaíba. O grupo se identifica como tocadores de Folia de Reis e de Batuque. Nesse contexto, a identidade cultural expressa pelos integrantes é de Folia. Após o rito de saudação aos Três Reis Magos, que foram visitar Jesus Cristo na manjedoura, levando presentes para aquele que viria a ser o salvador do mundo, os integrantes da Folia fazem uma grande festa e, ao som do Batuque, cantam, tocam e dançam cantigas de roda.

Todas as apresentações feitas fora do ciclo da Folia de Reis são chamadas de Batuque pelos integrantes.

Vários elementos caracterizam o grupo como as cantigas, citando os instrumentos musicais utilizados como a viola, pandeiro, caixa, violão e rabeca.

04 DESCRIÇÃO

Para execução da expressão, é comum a formação de rodas onde ocorrem as danças, com marcações rítmicas executadas com os pés, através de sapateados e confronto corporal, no caso específico, através dos ombros, palmas e movimentos giratórios. Através das danças de roda, é perceptível a interação entre os participantes da dança, os tocadores e os observadores com formação de pares, que permite a qualquer um entrar na roda, e imergir nesse momento de trocas simbólicas presentes na expressão cultural.

O Batuque se inicia quando os instrumentistas começam a tocar e são entoadas canções curtas, com letras simples e comumente numa estrutura de perguntas (refrões) e respostas. As canções normalmente retratam a vida cotidiana da comunidade envolvida, como a “dança da lavadeira” (lavadeira).

O grupo é formado por homens e mulheres, em sua maioria pessoas da 3ª idade, no qual apenas os homens tocam os instrumentos. A partir do momento em que todos estão reunidos e os instrumentos devidamente afinados, se forma a roda de dança, sendo que algumas danças são realizadas apenas por mulheres, no caso da dança da lavadeira.

Indumentária

O grupo sugere o tipo de vestimenta apenas para as mulheres, que usam saias longas, rodadas e bem coloridas, complementando a indumentária com o uso de lenço na cabeça e colar.

Os homens necessariamente não têm um modelo de roupas a ser usado, mas, na maioria das vezes trajam roupas sociais. Os sapatos são usados para marcar o tempo e complementar a música ritmicamente com os sapateados.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados no Batuque são: Viola, violão, rabeca, pandeiro e caixa.

05 FORMAS DE TRANSMISSÃO**Origem do Saber**

Os integrantes que tocam e dançam há mais tempo no Batuque da Melhor Idade são, respectivamente, o Sr. Samuel e a sua esposa Maria Rosa que aprenderam a tocar os instrumentos musicais e a cantar as cantigas em grupos de Folia de Reis em suas cidades natais. Uma experiência adquirida no contexto familiar que vinha sendo transmitida de pai para filho; tradição que veio de suas cidades e que encontrou campo fértil para se desenvolver em Jaíba. O grupo se identifica como tocadores de Folia de Reis e batuqueiros. As

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

práticas de Folias de Reis acontecem nos entornos das comemorações natalinas até o dia 06 de janeiro. Nesse contexto, a identidade cultural expressa pelos integrantes é de Folia. Após essa data, os ensaios e as apresentações são tratadas como Batuque. Vários são os elementos que caracterizam o grupo, como as cantigas os instrumentos musicais utilizados como a viola, pandeiro, caixa, violão e rabeca.

De acordo com o Sr. Samuel, um dos mais velhos batuqueiros do grupo, ele aprendeu a tocar saindo nas Folias de Reis em sua cidade de origem, onde várias pessoas de sua família participavam e aos 10 anos de idade, quando seu tio acreditava que já estava falecendo, deu-lhe a viola a fim de que o sobrinho continuasse a tocar até o último dia de vida. Desde então, o Sr. Samuel vem tocando com grupos de Folia. Após a saudação ao menino nas festividades natalinas em comemoração a Jesus, realizavam um Batuque e uma grande festa.

Transmissão

No contexto das manifestações de Folias de Reis e Batuques, os líderes dos grupos seguem a tradição de transferir a responsabilidade de continuidade da função a algum membro da família. No caso de Jaíba, o Sr. Samuel relata que recebeu a viola de seu tio, em seu leito de morte, e aceitou o compromisso de manter a tradição e tocar a folia enquanto viver. Contudo, tal forma de transmissão não é padronizada, o grupo é aberto à participação de quem interessar.

O aprendizado da música e da dança se dá a partir da convivência cotidiana dos membros. Há interesse por parte dos membros mais velhos em ensinar letras, coreografias e como tocar os instrumentos do Batuque, mas a principal forma de transmissão se dá pela aprendizagem informal, estabelecida pelo contato com o grupo durante os ensaios e apresentações, onde os interessados se aproximam, começam a observar, perguntam como se faz um acorde ou um ritmo ou um passo e aos poucos começam a fazer parte do grupo, o que pode ser visto pela participação da filha da Sra. Maria Rosa em algumas rodas e apresentações do Batuque.

Forma de Continuidade

A principal forma de continuidade se dá com a participação dos filhos dos integrantes do grupo ou com as pessoas mais jovens da cidade, amigos dos membros do grupo, interessadas em aprender o ofício e em inteirar-se em relação a essa Forma de Expressão.

Transformações

A manifestação do Batuque em si em Jaíba já é uma transformação do rito devocional decorrente da Folia de Reis, sendo o Batuque uma manifestação que acontece deslocada das saudações devocionais, podendo ser vista como uma manifestação Artística/Cultural.

O Batuque apropriou-se de instrumentos da Folia de Reis para realizar suas apresentações, mantendo os mesmos instrumentos musicais utilizados no rito devocional natalino e alternando as danças e canções.

06 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Caixa	Instrumento Musical	Instrumento de Percussão	Tambor	-
Cantos	Atividade Musical	Canto	-	-
Folia de Reis	Atividade Ritual	Folguedo	-	-
Pandeiro	Instrumento Musical	Instrumento de Percussão	Tambor	-
Rabeca	Instrumento Musical	Instrumento de Corda	-	-
Viola	Instrumento Musical	Instrumento de Corda	-	-
Violão	Instrumento Musical	Instrumento de Corda	-	-

07 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	X	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros	X
Denominação	Batuque da Melhor Idade						
Descrição	O grupo não possui um nome específico, sendo conhecido e reproduzido enquanto Batuque						

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES
	da Melhor Idade devido aos membros pertencerem ao grupo Melhor Idade, que há 12 anos se encontra institucionalizado e organizado.	
	Organizadores e Financiadores	
Tipo	Particular	
Organizadores	Maria dos Reis Garcia – Coordenadora do grupo Melhor Idade Samuel Gonçalves de Souza – Folião mais antigo do batuque	
Financiadores	O financiamento se dá através das atividades realizadas pelo grupo da Melhor Idade.	

08	COMENTÁRIOS
	Identities criadas em torno da atividade
	<p>O grupo de participantes do Batuque se autodenominam de Batuque da Melhor Idade, devido ao principal vínculo do grupo se dá a partir dos encontros dos participantes nas atividades do Grupo da Melhor Idade, um grupo de idosos que se reúne periodicamente para realizar atividades esportivas, comemorar aniversários, fazer festas juninas com casamento da roça, enfim, se reúnem para realizar atividades recreativas, onde o Batuque se configura como mais uma atividade em que os participantes do Grupo da Melhor Idade manifestam interesse em participar pela satisfação de estar junto ao grupo.</p>
	Comentários dos entrevistados
	<p>O casal Samuel e Maria Rosa partilham com a equipe como começaram a participar da Folia de Reis e deram início ao grupo de Batuque em Jaíba:</p> <p>“Surgiu assim numa Folia de Reis, que quando termina a Folia de Reis, aquela... os reiseiros, eles costuma batucar, fazer o batuque, então através desse batuque nós entramos aqui no Grupo da Melhor Idade, aí eles pediram pra gente continuar com esse batuque”</p> <p style="text-align: right;">Maria Rosa Madureira</p> <p>“... e meu tio tava muito doente, no dia que ele achou que ia morrer, ele entregou a viola e falou: ‘cê num pára não’, e eu fui continuando até hoje”</p> <p style="text-align: right;">Samuel Gonçalves de Souza</p>
	Comentários do elaborador
	<p>O grupo se autodenomina como um grupo de Batuque, porém, traz em sua manifestação, vários elementos da Folia de Reis, através da experiência dos participantes como foliões em suas cidades de origem. Contudo, se mostra uma manifestação cultural de grande importância para a região, visto que agrega elementos que se mostram importantes para a construção da identidade da população.</p> <p>O Batuque está presente em todas as celebrações importantes da cidade, como na Festa de Nossa Senhora da Glória, em que a manifestação é realizada ao redor do mastro da bandeira. De acordo com Dona Maria Rosa Madureira, o Batuque é realizado assim que a bandeira é hasteada.</p>
	Possibilidade De Continuidade
	<p>O grupo se mantém cotidianamente com os mesmos membros, integrantes do Grupo da Terceira Idade e com participações esporádicas de alguns filhos dos integrantes do grupo, contudo, sem compromisso. Porém, o saber não está sendo transmitido a outras pessoas de maneira sistemática. Desse modo, observa-se a necessidade de repassar o conhecimento da manifestação, visto que somente assim a prática do Batuque será mantida na comunidade.</p>
	Necessidades
Instalações	O grupo necessita de um espaço amplo, arejado e fixo para os ensaios e demais atividades do grupo.
Instrumentos	Os instrumentos são comprados pelos próprios batuqueiros, sendo que alguns já estão velhos e requerem renovação. Segundo o Sr. Samuel, os instrumentos

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES
	não são feitos na cidade, normalmente, as pessoas vão para cidades maiores, como Montes Claros, em busca de instrumentos para a Folia e o Batuque.	
Matéria-Prima	Não se aplica.	
Pessoal	Necessidade de participação de pessoas mais novas para continuidade do grupo.	
Formação	O conhecimento do batuque é passado de geração para geração o que dificulta normatização desse aprendizado. No entanto, há que ser feito nas escolas da região uma proposta pedagógica que contemple a diversidade cultural local a fim de valorizar os grupos tradicionais frente aos jovens das comunidades	
Atividade Macro	Não identificado.	
Modo de expressão com necessidade de documentar/proteger	Festa Junina, com apresentação de quadrilha e encenação de casamento na roça, de forma descontraída.	

09	AÇÃO DE SALVAGUARDA
<p>É necessário o desenvolvimento de atividades que visem à manutenção das tradições, como a realização de oficinas para fomentar a confecção de instrumentos musicais utilizados no Batuque. Nota-se também a importância de inserir crianças e adolescentes nas festividades, com o intuito de dar continuidade à manifestação tradicional.</p> <p>Para isso, observa-se a importância de um espaço adequado para ensaios e demais atividades do grupo, bem como a realização de registros audiovisuais para a promoção do Batuque. Sendo ainda de grande valia a elaboração de cursos destinados à elaboração de projetos para que o próprio grupo possa buscar recursos nos mecanismos de fomento.</p>	

10	ENTREVISTADOS						
01	Nome	Samuel Gonçalves de Souza	Tipo				
	Nascimento	Varzelândia/MG	Sexo	M	Idade		Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
Contato							

02	Nome	Maria Rosa Madureira	Tipo				
	Nascimento	Janaúba/MG	Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
Usam saia rodada, longa e colorida.							
Contato							

11	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA
----	--------------------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------



Figura 2: Senhor Samuel Souza - Violeiro do grupo Batuque da Melhor Idade.

Fonte: NUHICRE - IEPHA-2013.

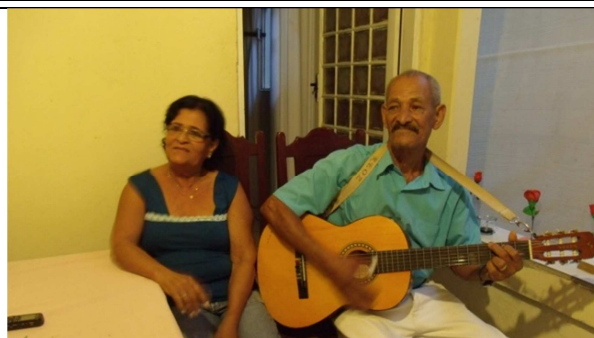


Figura 3: Casal membro do grupo Batuque da Melhor Idade. – Senhora M^{re} Rosa Madureira e Samuel Souza.

Fonte: NUHICRE - IEPHA-2013.

12	DOCUMENTOS ANEXOS	
Fotografias	Figura 1: IPAC_5317_Jaiba_Batuq_Nuhicre_iepha (8) Figura 2: IPAC_5317_Jaiba_Batuq_Nuhicre_iepha (6) Figura 3: IPAC_5317_Jaiba_Batuq_Nuhicre_iepha (31)	
Vídeos	Vídeo 1: IPAC_5317_Jaiba_Batuq_Nuhicre_iepha_7Mar12 (2) Vídeo 2: IPAC_5317_Jaiba_Batuq_Nuhicre_iepha_7Mar12 (3) Vídeo 3: IPAC_5317_Jaiba_Batuq_Nuhicre_iepha_7Mar12 (4) Vídeo 4: IPAC_5317_Jaiba_Batuq_Nuhicre_iepha_7Mar12 (1)	
Áudio	Áudio:1: Trans_IpacSF_Jaiba_Batuque_MMadureira_SSouza_07mar13	

12	REFERÊNCIAS	
		IBGE. <i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i> . Disponível em: < http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=313505&search=minas-gerais jaiba infograficos:-historico >. Acesso em 26 jan. 2015.
		INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA. FUNDAÇÃO CULTURAL DE CONTAGEM – FUNDAC. <i>Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais Comunidade dos Arturos</i> . Belo Horizonte, 2014.
		MADUREIRA, Maria Rosa e SOUZA, Samuel Gonçalves. <i>Batuque da Melhor Idade</i> . [08 de março de 2013]. [38min.,04seg.]. Jaíba. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda e proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco – NUHICRE/Unimontes/MG. Entrevista concedida a Noila Ferreira Alencar, Elis Medrado Viana e Roberto Veríssimo da Silva Junior.
		MOURA, Antônio Paiva. <i>Turismo e festas folclóricas no Brasil</i> . São Paulo: Contexto, 2004.
		REIS, Maria dos. <i>Grupo Melhor Idade</i> . [08 de março de 2013]. [32min.,24seg.]. Jaíba. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda e proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco – NUHICRE/Unimontes/MG. Entrevista concedida a Elis Medrado Viana, Carlos Caixeta de Queiroz e Roberto Veríssimo da Silva Junior.
		ZOET, Márcia; QUEIROZ, Ana Lucia; BRUSCHI, Pedro. <i>Folia de Reis: imagens, receitas, músicas e danças</i> . São Paulo: Editora Lettera.

13	FICHA TÉCNICA		
Fotos	Roberto Veríssimo Silva Junior e Elis Medrado Viana.		2012/2013
Vídeos	Roberto Veríssimo Silva Junior.		2012/2013
Áudio	Elis Medrado Viana.		2012/2013

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES
Transcrição	Maria Regina Antunes Carvalho.	2013
Levantamento	Roberto Veríssimo Silva Junior, Elis Medrado Viana, Nôila Ferreira Alencar, Denilson Meireles Barbosa, Caio Hudson Rabelo e Carlos Caixeta de Queiroz.	2012 /2013
Elaboração	Elis Medrado Viana.	2013
Revisão	Bruna Luisa de Paula, Débora Raiza Rocha, Flávia Alves Figueirêdo Souza, Luis Molinari, Mariana Rabêlo de Farias, Breno Trindade	2013 01/2015 21/08/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	CELEBRAÇÕES e RITOS
--	----------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO								
Denominação	FESTA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA				IPAC/MG	5318		
Município(s)	Jaíba	Distrito	Sede					
Endereço	Avenida João Teixeira Filho, s/nº, Centro – CEP: 39508-000							
GPS	23k	Long. UTM	642033.00 m E	Lat. UTM	8303633.00 m S	Urbano	X	Rural



Figura 1: Chegada da procissão com Estandarte de Nossa Senhora da Glória na Praça da Igreja.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA – 2012.

Categoria	Ritos			
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual			
DENOMINAÇÃO	Festa de Nossa Senhora da Glória			
Outras denominações	Festa da Padroeira; Nossa Senhora da Alegria; Nossa Senhora da Assunção.	Nível de integração		
		Comunidade	X	Oficial
PERIODICIDADE				
Início	10 de agosto.			
Fim	19 de agosto.			
Calendário Litúrgico	Tempo Comum.			
Invocação	Nossa Senhora da Glória			
Observação das Datas	15 de agosto, dia de Nossa Senhora da Glória.			
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE				
A data mais importante da festa é o dia 15 de agosto, dia oficial de Nossa Senhora da Glória, contudo, sempre que essa data ocorre durante a semana, a paróquia faz a opção de deslocar as comemorações para o final de semana posterior, possibilitando a maior participação dos fiéis.				

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS****02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE**

O município de Jaíba se localiza na mesorregião geográfica do norte de Minas Gerais, na microrregião de Janaúba, área mineira do polígono das secas, à margem direita do rio São Francisco e esquerda do Rio Verde Grande, em terras da sesmaria recebida pelo Conde da Ponte, época das capitanias hereditárias, onde foi pertencente à Capitania da Bahia.

A história do município de Jaíba tem início com a chegada dos desbravadores Matias Cardoso de Almeida e Manuel Nunes Viana que deram início ao povoamento do Norte de Minas Gerais. A ocupação do sertão do Rio São Francisco, se deu a partir das bandeiras que adentram no território das Minas Gerais. Durante o século XVII, foi construída a Igreja de Mocaminho, uma edificação antiga provavelmente de autoria da bandeira de Matias Cardoso. De acordo com Daniela Castro, “a ruína, que pertenceu ao povoado de Retiro, desaparecido ainda no século XVIII, só foi redescoberta na década de 70 do século XX, através da implantação no local da sede do Projeto Jaíba.” (CASTRO, 2014).

O povoamento da região se iniciou com a Proposta de Reforma Agrária realizada pelo Governo Federal que teve início no ano de 1949, através do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) com o intuito de implantação de um projeto de irrigação naquela região, que recebeu o nome de Projeto Jaíba.

Com o grande desenvolvimento populacional na região, principalmente a partir de 1976, surgiu o povoado de Novo Horizonte, na margem direita do Rio Verde Grande, no município de Monte Azul. Dada à efervescência que a região vivenciava, o povoado foi elevado à condição de distrito em 13 de maio de 1976, pela Lei nº 6.769, sendo chamado de Otinolândia. No ano de 1991 foi criado o distrito de Jaibênia e por fim, a Lei nº 10.704, criou o município de Jaíba.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

Nossa Senhora da Glória é a titulação referente às três profissões de fé da Igreja: a Dormição de Nossa Senhora, sua Assunção ao céu em corpo e alma e sua Glorificação como Rainha do céu e da terra. A origem da Festa de Nossa Senhora da Glória é fruto da devoção a Virgem Maria. A devoção à Santa chegou a América Portuguesa em 1503, juntamente com os portugueses que fixavam residência na colônia. Em Porto Seguro foi construída a primeira igreja em homenagem a Nossa Senhora da Glória. Desde o período da colonização do sertão mineiro, a população local já iniciou as celebrações de louvor a Virgem Maria.

Durante o século XVIII, a presença das Ordens Religiosas ficou proibida na região das Minas, uma vez que o intuito da Coroa Portuguesa, era “controlar o contrabando e reservar para si todos os benefícios advindos da extração de ouro e diamantes. (GOMES, 2009, p. 02). Nesse contexto, ocorreu o fortalecimento da “sociedade leiga”, que propiciou a atuação das irmandades, confrarias e ordens terceiras nas práticas religiosas. As ordens terceiras, foi um dos pilares da sociedade mineira, e a devoção aparecia como ponto estruturador do grupo que se formava, daí a aderência a um santo padroeiro para cada irmandade ou ordem que atuava nas Minas. De acordo com Daniela Gomes, citando André Vauchez, “os leigos se apossaram de seres intermediários, os santos ganharam uma grande importância na mentalidade religiosa.” (GOMES, 2009, p. 04).

Já nos fins do século XIX, as Ordens Terceiras puderam se instalar na província de Minas, com isso foram trazidas novas devoções a Nossa Senhora e a outros santos, e muitos destes se tornaram padroeiros de arraiais. Deolinda dos Santos afirma que “em Minas, Maria é homenageada em mais de 105 títulos, não só como padroeira dos distritos sede, mas também dos distritos e arraiais.” (SANTOS, 2011, p. 117). No dia 15 de agosto, é comemorada a Assunção de Maria, festa introduzida no calendário litúrgico pelo Papa Sérgio I. Em vários municípios mineiros são realizados festejos em homenagem a Santa, destacando a festa em louvor a Nossa Senhora da Glória do município de Jaíba.

A Festa de Nossa Senhora da Glória é comemorada no município desde a criação da Paróquia, em

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS**

1976, tendo início com a chegada da Comunidade Religiosa ao local, que construiu a primeira Igreja da cidade, em honra a Nossa Senhora da Glória. A escolha da Santa como patrona da igreja se deu a partir da devoção por Nossa Senhora da Glória pelo Padre Günter, primeiro padre a ir para a Jaíba. O Padre Günter foi para a cidade de Jaíba com a missão de evangelizar as pessoas que ali moravam e iniciar uma comunidade eclesial. De acordo com Padre Valdecir Pereira de Souza, atualmente o pároco responsável pela paróquia de Jaíba, afirma que “a paróquia teve o título de Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora da Alegria, Nossa Senhora da Assunção. A nossa paróquia tem quarenta anos. A nossa festa da padroeira ela tem trinta e nove anos.” Desde então, a comunidade vem realizando a festa em honra a Nossa Senhora da Glória, que foi nomeada padroeira da cidade. A festa vem ganhando novos adeptos e contando com maior participação de fiéis e da sociedade local.

04 DESCRIÇÃO**Preparativos**

Os preparativos para a Festa de Nossa Senhora da Glória começam a ser organizados no ano anterior, com o sorteio dos casais que serão os festeiros do ano seguinte.

Nos dias que antecedem à Festa, os fiéis se reúnem três dias antes para rezarem o terço, precedendo à celebração litúrgica, sendo que, no primeiro dia, o momento é preparado e destinado aos jovens, no segundo dia, ocorre o terço das mulheres e, no terceiro dia o terço dos homens.

Desenvolvimento

A Festa de Nossa Senhora da Glória no ano de 2012 teve como tema: *Nossa Senhora da Glória, reflexo materno de Deus*, sendo o lema: *Com Maria, escolhe, pois, a vida*. As comemorações tiveram início no dia 10 de agosto do referido ano, com uma procissão onde os fiéis carregavam a imagem, seguida de uma missa festiva. No dia seguinte, iniciam-se as atividades da novena em honra a Nossa Senhora da Glória, onde todos os dias os fiéis rezam o terço, seguido de celebração eucarística, com reflexão referente à temática da festividade, até o dia 19 de agosto.

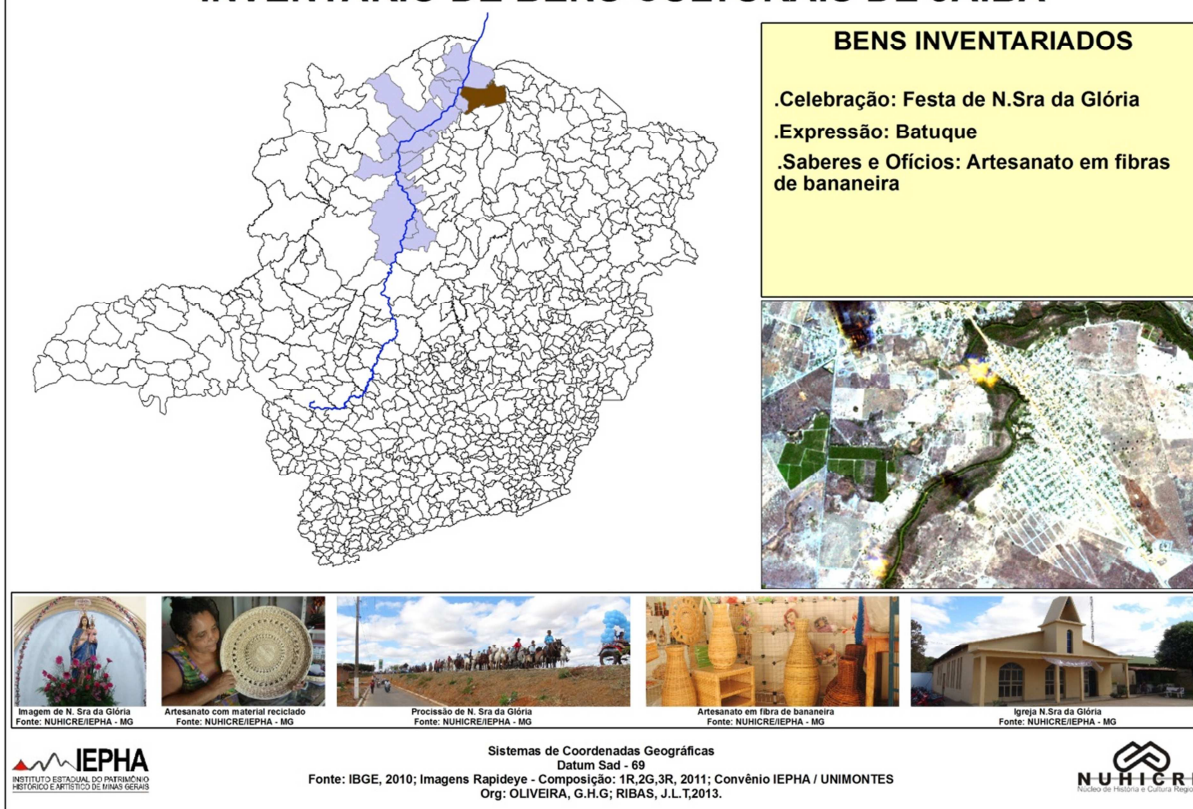
No dia 18, ou sempre no penúltimo dia da novena, ocorre o levantamento da bandeira de Nossa Senhora da Glória, hasteada ao som do batuque realizado pelo grupo de Batuque/Foliões da cidade que também faz parte do Grupo de Melhor idade, com uma reprodução rítmica semelhante ao batuque quilombola e de Folia de Reis da região, na qual a sonoridade das músicas é produzida pelos instrumentos característicos dos estilos musicais Batuque e Folia.

O mastro com a bandeira é erguido e fica no local até ser roubada, ficando com a pessoa que roubou até o ano seguinte, sendo devolvida na festa.

No último dia de festa, a comunidade local de fiéis se reúnem no Posto de Combustível Verde Azul, situado na entrada da cidade, organizando uma grande procissão, indo à frente a rainha da festa, que é uma mulher escolhida pelo Padre. Em seguida, vem o cortejo de cavaleiros, todos enfileirados, seguido de desfile de carros automotivos caracterizados, representando passagens bíblicas da vida de Jesus Cristo encenada por fiéis. A imagem de Nossa Senhora da Glória é levada em carro de honra, sendo que em 2012 foi conduzida no carro do corpo de bombeiros até a Igreja. Em todo o percurso, vários moradores da cidade acompanham a procissão a pé até à Praça da Igreja, onde fazem uma bela confraternização com músicas e foguetórios. De acordo com o Padre Valdecir Pereira de Souza,

Então é o ponto alto da nossa festa e essa imagem, ela vai puxando a população até aqui o fundo da Igreja Matriz que tem o nome de praça da alimentação e aí você vê a grande confraternização de todas as famílias, tem a missa e aí tem leilão tem os assados, é o dia da comunidade, é o dia de festa, é o dia da confraternização, porque é o dia da nossa padroeira. Então, o grande dia da festa da padroeira é o último dia, a carreata, as homenagens e a santa missa, e o encontro das famílias na santa missa.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS
Transformações e permanências		
<p>Devido ao crescimento da festa, os carros que servem de base para representação das passagens bíblicas da vida de Jesus Cristo tem se apresentado com mais riquezas de detalhes a cada ano e, em 2012, a imagem de Nossa Senhora da Glória foi conduzida em um carro do Corpo de Bombeiros.</p> <p>De acordo com Dona Maria de Fátima Rosa Domingues, houve mudança na forma de escolher os festeiros responsáveis pela organização da Festa, como ela afirma, “era sorteio né, mas agora é o padre mesmo que indica a pessoa, né. Indicação. Sempre mais quem tem participação na igreja né. Porque isso aí faz parte da festa né, que já trabalha ali pra ajudar né.” Além disso, houve também a diminuição do número de casais festeiros, passando para cinco. A inserção de um caderno com o intuito de organizar as finanças e atividades da Festa, ocorreu no ano de 2012, “Esse caderno é um caderno assim, porque todo ano tem muita dificuldade pra gente trabalhar na festa. Todo ano a gente não sabe que tanto que gasta, que tanto que compra assim, que tanto recebe de doação. Assim bem desorganizado, né.”</p> <p>Como tradição, é realizada a novena em honra a Nossa Senhora da Conceição e reza-se o terço, antecedendo a novena.</p>		
05	ESPAÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO	
Descrição do espaço da celebração		
<p>O principal espaço de realização do ritual é a Igreja e seu entorno, onde acontecem as celebrações eucarísticas, sendo que a missa de encerramento acontece no modo campal devido à grande quantidade de fiéis que prestigiam a festa da padroeira da cidade.</p> <p>Durante os dias da novena, a Praça da Igreja se torna também um espaço para a realização do ritual. São montadas tendas com exposição de imagens devocionais da Igreja local. O levantamento do mastro também ocorre na Praça da Igreja, situada na Avenida João Teixeira Filho, no Centro da cidade, e a procissão de encerramento tem início no Posto de Combustível Verde Azul, na BR 401, Km 46, que é na entrada da cidade (vindo por Janaúba), até a Igreja de Nossa Senhora da Glória.</p> <p>A imagem de Nossa Senhora da Glória percorre a Avenida Coronel Moacir José Silva, principal avenida da cidade, passando pela ponte Jaíba, até chegar à Igreja, onde fica exposta durante a celebração da missa e confraternização.</p> <p>A Festa ocupa todo o espaço da Praça da Igreja de Nossa Senhora da Glória. Na localidade, são montadas tendas com estandartes para as imagens devocionais que se encontram expostas continuamente no interior da Igreja. Há também barracas para vendas de comidas típicas e distribuição da farofa de carne de sol e de frango para os fiéis que acompanham a festa durante todos os anos.</p>		
Croquis		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
CELEBRAÇÕES e RITOS
INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE JAÍBA

Figura 2: Bens Culturais inventariados.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA – 2012.

06 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Comunidade		Município	x	Região		Estado		Nacional	
Observação	A festa conta com a participação de muitos fiéis da cidade e de toda região, que vão à Jaíba para prestigiar as festividades de Nossa Senhora da Glória, visto que atualmente o número de participantes da festa aumentou consideravelmente, de acordo com Dona Maria Domingues, uma das festeiras e organizadoras da Festa.								

Participação turística

A cidade de Jaíba recebe visitantes de vários lugares do Norte de Minas Gerais em decorrência da Festa de Nossa Senhora da Glória e recebe ainda visitas de várias pessoas de diversos lugares do Brasil e do mundo, devido ao desenvolvimento econômico estabelecido na cidade e região decorrente do Projeto Jaíba.

07 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./ IPAC
Batuque	Atividade Ritual	Dança	-	5317
Igreja de Nossa Senhora da Glória	Lugar Sagrado	Igreja	-	-
Procissão	Atividade Ritual	Prática Religiosa	Cortejo Religioso	-

08 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros	x
------	--------	-------------	------------------------	------------	--------	---

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS
Denominação	Festeiros e Paróquia Nossa Senhora da Glória.	
Descrição	O pároco Valdecir Pereira de Souza indica todos os anos, cinco casais para serem os festeiros. Essas pessoas escolhidas participam ativamente da vida religiosa da comunidade. Os mesmos são escolhidos para que as atividades e tarefas relacionadas à organização da festa possam ser divididas para melhor gestão e organização.	
Organizadores e Financiadores		
Tipo	A festa é organizada pela paróquia. No entanto, os moradores da cidade também se comprometem com a realização dos festejos tradicionais.	
Organizadores	Pároco, festeiros e equipes de organização. A organização da festa fica a critério da Igreja Católica na figura do Pároco Valdecir Pereira de Souza. Em 2012, os festeiros foram os casais: Marlon e Olímpia, Eder e Maria José, Sr. Vicente e Dona Antônia, Gilberto e Maria, Darcy e Leda. Toda a comunidade eclesial local e diocesana se envolve para colaborar com a organização da festa. Os grupos da paróquia e demais fiéis se dispõem a contribuir com a realização da festa e seus afazeres.	
Financiadores	Comunidade local, comerciantes da cidade e Prefeitura.	

09	COMENTÁRIOS
	Comentários dos entrevistados
	<p>Uma fiel e festeira da comunidade, ressalta a importância da festividade e celebração para a cidade e seus moradores:</p> <p>A gente precisa de uma cantina boa pra trabalhar né. Porque tem, mas precisa ainda, então. Assim e o espaço pra festa né, ali o espaço é até grande mais tá faltando ainda [...]. Bem, assim, tá precisando de bastante coisa mesmo, nós precisamos da, como diz, da matriz também, né. Nós temos a matriz, mas precisamos de uma maior, uma catedral alguma coisa, né.</p> <p>“É a melhor festa que acontece. Tem as <i>outras festa</i>, mas essa é a melhor festa.”</p> <p style="text-align: right;">Maria de Fátima Rosa Domingues</p> <p>“E o primeiro prefeito declarou né, numa lei municipal que declarou a padroeira do município, Nossa Senhora da Glória que é dia quinze de agosto. E a partir de então a devoção a Nossa Senhora da Glória, ela foi crescendo ela foi aumentando, hoje a gente percebe que a espiritualidade mariana, a devoção a nossa Senhora é muito grande em todo o município em todas as comunidades rurais, e que da pra gente perceber isso no dia da festa da padroeira que é o encontro das comunidades, é o encontro das famílias envolta da imagem querida de Nossa Senhora da Glória porque a população tem ela como rainha e mãe do município de Jaíba.”</p> <p style="text-align: right;">Padre Valdecir Pereira de Souza</p>
	Comentários do elaborador
	<p>A Festa de Nossa Senhora da Glória foi apresentada como a maior festividade civil da cidade, onde há muita mobilização para realização e grande participação dos moradores da localidade, de cidades vizinhas e de jaibenses ausentes, que escolhem tal data para revisitarem suas famílias, suas histórias e fortalecer o vínculo entre seus pares. Trata-se de uma devoção a Nossa Senhora que transparece em qualquer momento, independente do período de festa, o que contribui para sua continuidade.</p>
	Elementos significativos relacionados

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS	
<p>Cavalgada, carros representativos das passagens bíblicas da vida de Jesus Cristo, Batuque e músicas que são reproduzidas durante a festa, levantamento do mastro.</p>			
Crenças Associadas			
<p>Dia 15 de agosto comemora-se a Assunção de Nossa Senhora. Nesta data as mais diversas iconografias da Virgem são homenageadas, desse modo, tem-se como crença associada todas as formas de manifestação de devoção à Virgem Maria, mãe de Jesus, e é rememorada durante os festejos e celebrações a Nossa Senhora da Glória.</p>			
Identidades construídas em torno da atividade			
<p>A festa em louvor a Nossa Senhora da Glória ocorre em Jaíba desde os anos 1970, com a chegada do Padre Günter à cidade, desse modo, a festividade já tem mais de quarenta anos, portanto, é considerada a festividade mais importante de Jaíba, devido à motivação religiosa construída em torno do rito celebrativo.</p> <p>Para a comunidade local, as comemorações da Festa de Nossa Senhora da Glória representam motivos de orgulho, tendo todos os fiéis, e grande parte dos moradores, participação efetiva em todos os momentos da celebração.</p>			
Significados socioeconômicos			
<p>A festa é realizada anualmente com o que é arrecadado na festa do ano anterior, com as contribuições dos fiéis, através da destinação de parte das ofertas ou dízimo e com a contribuição de comerciantes e empresários locais.</p> <p>Os festeiros contribuem apenas com a dedicação e trabalho, e não contribuem com investimento financeiro, como é comum na região. Assim, com o esforço de todos, a festa vem crescendo e contando com maior participação a cada ano.</p>			
Significados Simbólicos			
<p>O principal significado simbólico está na devoção à Nossa Senhora. Em seguida, devido ao grande envolvimento da comunidade local, a cada ano a festa conta com maior participação, recebendo visitantes de outras paróquias, cidades vizinhas, jaibenses ausentes e familiares dos moradores.</p>			
Possibilidade de Continuação			
<p>Historicamente, a Igreja Católica sempre realiza um período de celebrações, reflexões e festa ao padroeiro de uma Igreja. A data de 15 de agosto tradicionalmente é dedicada às celebrações de louvor à Nossa Senhora. Além disso, observa-se grande participação da população na organização e desenvolvimento da festa.</p> <p>Sendo assim, a permanência da Comunidade e Paróquia de Nossa Senhora da Glória, a devoção à padroeira e a grande participação dos fiéis, contribuem para a continuidade da celebração.</p>			
Plano de ação			
<p>Como plano de ação para salvaguardar da Festa de Nossa Senhora da Glória, é necessário continuar estimulando a devoção à Nossa Senhora, bem como a relação da cavalgada e do batuque com a festa religiosa. Auxiliar os participantes na gestão e promoção do evento de modo a facilitar o trabalho dos mesmos.</p> <p>É importante também que seja efetuada a construção da Igreja Matriz da paróquia, tendo em vista que onde ocorrem as celebrações atualmente é considerado um salão paroquial, objetivando construir uma Igreja grande que comporte a quantidade de fiéis que têm participado da vida religiosa da paróquia.</p> <p>Também é preciso fomentar a realização de pesquisas e trabalhos acadêmicos que contemplem a festividade de Jaíba, produzindo assim, material elaborado que sirva de referência para o estudo da Festa.</p>			

10		ENTREVISTADOS			
01	Nome	Padre Valdecir Pereira de Souza		Tipo	Pároco de Jaíba.
	Nascimento		Sexo	M	Idade
				45	Registro Sonoro Visual
					X

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS	
Descrição	Pároco da diocese de Jaíba há 10 anos.		
Contato	Paróquia Nossa Senhora da Glória (38) 3833 1387		

02	Nome	Maria de Fátima Rosa Domingues		Tipo	Festeira em 2012.		
	Nascimento	Sexo	F	Idade	53	Registro Sonoro visual	X
	Descrição	Participação nas atividades da comunidade com marido e filha, usam a camisa da festa.					
	Contato						

03	Nome	Joaquina Rosa Miranda		Tipo	Fiel da paróquia		
	Nascimento	Sexo	F	Idade	41	Registro Sonoro visual	X
	Descrição						
	Contato						

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA



Figura 3: Imagem de Nossa Senhora da Glória.
Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 4: Altar da Igreja de Nossa Senhora da Glória.
Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 5: Faixa de boas vindas à festa da padroeira.
Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 6: Cavalgada na procissão de Nossa Senhora da Glória.
Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
CELEBRAÇÕES e RITOS


Figura 7: Carro de destaque para condução da imagem de Nossa Senhora da Glória durante a procissão.

Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 8: Carro ilustrativo de passagem bíblica.

Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.

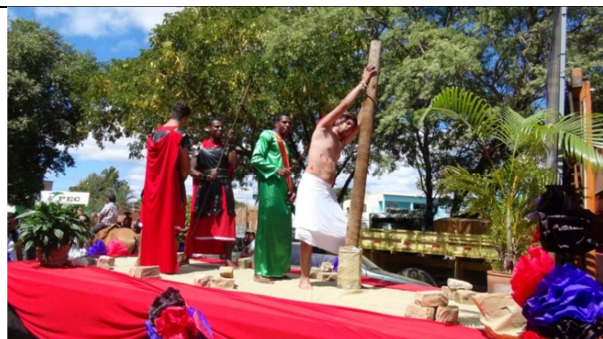


Figura 9: Carro ilustrativo de passagem bíblica.

Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 10: Estandarte de Nossa Senhora da Glória.

Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5318_Jaiba_FGloria_Nuhicre_iepha (44) Figura 2: IpacSF_Jaiba_Bens_Inventariados_Mapa Figura 3: IPAC_5318_Jaiba_FGloria_Nuhicre_iepha (43) Figura 4: IPAC_5318_Jaiba_FGloria_Nuhicre_iepha (50) Figura 5: IPAC_5318_Jaiba_FGloria_Nuhicre_iepha (81) Figura 6: IPAC_5318_Jaiba_FGloria_Nuhicre_iepha (116) Figura 7: IPAC_5318_Jaiba_FGloria_Nuhicre_iepha (122) Figura 8: IPAC_5318_Jaiba_FGloria_Nuhicre_iepha (128) Figura 9: IPAC_5318_Jaiba_FGloria_Nuhicre_iepha (93) Figura 10: IPAC_5318_Jaiba_FGloria_Nuhicre_iepha (94)
Vídeos	IpacSF_Jaiba_Festa_Batuque_Entrevista_JoquinaRosa_NUHICRE IpacSF_Jaiba_Festa_Batuque_Entrevista_MariaDomingues_NUHICRE IpacSF_Jaiba_Festa_Batuque_Entrevista_ValdecirPereira_NUHICRE
Áudio	Entre_IPAC_5318_Jaiba_FGloria_MDomingues_08mar13_Nuhicre_iepha Entre_IPAC_5318_Jaiba_FGloria_VSouza_Nuhicre_iepha_2013

13 REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Gilda. *Festa de Nossa Senhora da Glória*. Disponível em: <amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia.asp?cod_noticia=1084&cod_canal=32>. Acessado em: 12 mar. 2013.
- CASTRO, Daniela Lorena Fagundes de. *Diferentes trajetórias da preservação do patrimônio no norte de Minas*

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	CELEBRAÇÕES e RITOS
<p><i>Gerais</i>. Disponível em < http://www.forumpatrimonio.com.br/print.php?articleID=116&modo=1 > Acesso: 20 ago. 2015.</p>	
<p>COSTA, J. B. A. Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. <i>Revista Verde Grande</i>, Montes Claros, v. q, nº 3, fev. 2006.</p>	
<p>CRUZ TERRA SANTA. <i>História de Nossa Senhora da Glória</i>. Disponível em <http://www.cruzterrasanta.com.br/historia/nossa-senhora-da-gloria>. Acesso em 17 dez. 2014.</p>	
<p>DIOCESE DE JANAÚBA. <i>Paróquias</i>. Disponível em: <diocesedejanauba.com.br/site/paróquias/paróquia-nossa-senhora-da-gloria/>. Acesso em 12 mar. 2013.</p>	
<p>DOMINGUES, Maria de Fátima Rosa. <i>Festa de Nossa Senhora da Glória</i>. [08 de Março de 2013]. Jaíba. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Elis Medrado Viana e Nôila Ferreira Alencar. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.</p>	
<p>GOMES, D. G. As Ordens Terceiras em Minas Gerais: suas interações e solidariedades no período ultramontano (1844-1875). In: II ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES, 2., 2009, Maringá. <i>Anais...</i> Maringá: Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH, 2009.</p>	
<p>IBGE. <i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i>. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=313505&search=minas-gerais jaiba infograficos:-historico>. Acesso em 16 dez. 2014.</p>	
<p>MIRANDA, Joaquina Rosa. <i>Festa de Nossa Senhora da Glória</i>. [07 de março de 2013]. [7min., 56seg.]. Jaíba. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda e proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco – NUHICRE/UNIMONTES/MG. Entrevista concedida a Noila Ferreira Alencar, Elis Medrado Viana e Roberto Veríssimo da Silva Junior. DVD 00. Disponível no Arquivo do Núcleo de História e Cultura Regional da UNIMONTES.</p>	
<p>SANTOS, Deolinda Alice dos. <i>Festejos Tradicionais Mineiros: Registros da Fé e do Folclore</i>. Empresa de Artes, 2011.</p>	
<p>SOUZA, Valdecir Pereira. <i>Festa de Nossa Senhora da Glória</i>. [08 de março de 2013]. Jaíba. <i>Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco</i>. Entrevista concedida à Elis Medrado Viana e Nôila Ferreira Alencar. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/UNIMONTES – IEPHA-MG.</p>	

14	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Elis Medrado Viana e Roberto Veríssimo da Silva Junior.	2012/2013
Vídeos	Roberto Veríssimo da Silva Junior.	2012 /2013
Áudio	Elis Medrado Viana.	2012/2013
Transcrição	Caroline Marques Flávio.	2013
Levantamento	Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Junior, Nôila Ferreira Alencar, Carlos Caixeta de Queiroz, Denilson Meireles, Caio Hudson Rabelo.	2012/2013
Elaboração	Elis Medrado Viana.	2013
Revisão	Bruna Luisa de Paula, Débora Raiza Rocha, Flávia Alves Figueirêdo Souza, Luis Molinari, Mariana Rabêlo de Farias, Breno Trindade.	2013 12/2014 20/08/2015
Observações		



INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

INVENTÁRIO CULTURAL DE PROTEÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO



PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

CELEBRAÇÕES e RITOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação		Artesanato com fibra de bananeira					IPAC/MG		5319	
Município/s		Jaíba		Distrito		Sede				
Endereço		Rua Presidente Vargas, 741. Centro								
GPS	23k	Long. UTM	642033.00 m E	Lat. UTM	8303633.00 m S	Urbano	X	Rural		



Figura 1: Artesanatos feitos com palha de bananeira.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2012.

Categoria							
Âmbito/Tema	Artesanato		Datas				
Tipologia da Atividade	Trançado		Anual	Periódica	Mensal	Contínua	Cada X anos
Denominação	Artesanato com fibra de bananeira					X	
Outras denominações	Artesanato com palha de bananeira		Nível de integração				
			Comunidade	x	Oficial		Intercomunitária

Descrição da Periodicidade

Em Jaíba, há uma associação de artesãs que trabalham com a fibra de banana e fazem as peças continuamente. A associação funciona desde 2006 e por todo esse período a atividade acontece diariamente na oficina de produção do grupo. A produção artesanal está exposta na loja das artesãs para serem comercializadas a qualquer momento. Porém, quando acontece algum evento na cidade, como, por exemplo, a festa da banana, é o momento onde elas podem expor seus trabalhos a mais pessoas ganhando assim uma notoriedade.

02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

O município de Jaíba se localiza na mesorregião geográfica do norte de Minas Gerais, na microrregião de Janaúba, área mineira do polígono das secas, à margem direita do rio São Francisco e esquerda do Rio Verde Grande, em terras da sesmaria recebida pelo Conde da Ponte, época das capitânicas hereditárias, onde foi pertencente à Capitania da Bahia.

A história do município de Jaíba tem início com a chegada dos desbravadores Matias Cardoso de Almeida e Manuel Nunes Viana que deram início ao povoamento do Norte de Minas Gerais. A ocupação do sertão do Rio São Francisco, se deu a partir das bandeiras que adentram no território das Minas Gerais. Durante o século XVII, foi construída a Igreja de Mocambinho, uma edificação antiga provavelmente de autoria da bandeira de Matias Cardoso. De acordo com Daniela Castro, “a ruína, que pertenceu ao povoado de Retiro, desaparecido ainda no século XVIII, só foi redescoberta na década de 70 do século XX, através da implantação no local da sede do Projeto Jaíba.” (CASTRO, 2014).

O povoamento da região se iniciou com a Proposta de Reforma Agrária realizada pelo Governo Federal que teve início no ano de 1949, através do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) com o intuito de implantação de um projeto de irrigação naquela região, que recebeu o nome de Projeto Jaíba.

Com o grande desenvolvimento populacional na região, principalmente a partir de 1976, surgiu o povoado de Novo Horizonte, na margem direita do Rio Verde Grande, no município de Monte Azul. Dada à efervescência que a região vivenciava, o povoado foi elevado à condição de distrito em 13 de maio de 1976, pela Lei nº 6.769, sendo chamado de Otinolândia. No ano de 1991 foi criado o distrito de Jaibênia e por fim, a Lei nº 10.704, criou o município de Jaíba.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

A origem do artesanato tem suas raízes edificadas na pré-história, em que surgia uma necessidade do homem em criar instrumentos que lhe proporcionassem uma melhoria nas práticas vividas cotidianamente por ele. A partir desse momento, o homem começa a olhar com novos olhos para o que era produzido, e via que se tornara responsável pela transformação da matéria-prima em produto acabado. A prática do artesanato já fazia parte do cotidiano dos índios brasileiros, pois, eles tinham conhecimentos que eram utilizados diariamente como a produção de cestarias, lanças e redes. Com a colonização portuguesa, novas técnicas surgem, o artesanato era uma atividade realizada pelo mestre-artesão que possuía todo o conhecimento e técnica acerca da mesma. Os termos *oficina* e *mestre-artesão* surgem por volta do século XI.

A atividade artesanal brasileira é uma das mais diversificadas do mundo, é fonte de renda para várias comunidades que fazem desta prática um meio de subsistência. O artesanato é parte da cultura e das tradições, sendo uma forma de revelar usos e costumes, tradições e peculiaridades de cada região do País.

Entre as principais práticas artesanais desenvolvidas no Brasil destacam-se: a cerâmica e bonecos de barro, a renda, entalhamento em madeira, cestaria e trançados que tem como base o artesanato indígena.

O artesanato em fibra de bananeira tem sua origem em 1991, com o “Projeto de Aproveitamento de Resíduos da Agroindústria da Banana no Vale do Ribeira – SP”. Maria Elisa Garavello e Sílvia Molina, afirmam que o desenvolvimento do artesanato em fibra foi pautado pelos princípios “aproveitamento do resíduo da bananicultura; possibilidade de preservação do ambiente; resgate de técnicas artesanais já utilizadas; possibilidade de complementar a agricultura de subsistência.” (GARAVELLO; MOLINA, 2014, p. 88).

Em Jaíba, cidade localizada no norte de Minas Gerais, a cultura de produção artesanal atinge, de forma impactante o povo jaibense, pois, a prática se torna atividade que é exercida diariamente, tomando proporção social, moral e artística. Já que a especificidade do artesanato surge devido à abundância de uma determinada matéria-prima que é encontrada no local. Em Jaíba não poderia ser diferente, há uma predominância do artesanato utilizando a palha de bananeira, material encontrado com facilidade, pois, a cidade abriga um dos maiores projetos de irrigação extensiva da América Latina. O projeto Jaíba é um perímetro de irrigação, que se tornou possível graças a uma parceria do Governo Federal com o Governo Estadual.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS

04	DESCRIÇÃO GERAL			
	Extensão da Atividade na Região			
	<p>Dona Helena Alves da Silva, uma das artesãs responsáveis pela atividade na região, afirma que a atividade se desenvolve de maneira mais significativa na Associação criada por quinze artesãs, que se uniram para fomentar o desenvolvimento do artesanato na cidade desde 2006.</p>			
	Procedimentos Técnicos Básicos			
	<p>A matéria-prima do artesanato é a fibra de bananeira que é retirada do caule da planta após o corte do cacho, sendo que este caule deve ser cortado ainda verde para que o processo de extração da fibra se dê de maneira correta. Desse modo, o processo se inicia com o recolhimento do tronco, que é feito nas fazendas ao redor da cidade, uma vez que Jaíba é uma das maiores regiões produtoras de banana do País. As artesãs pagam um carroceiro para ir até às fazendas, fazer o corte e trazer o caule para que possa se dar início ao processamento das fibras.</p> <p>Após esta etapa, o caule é descascado e lavado, sendo colocado para secar, até a palha ficar totalmente seca e começar a desfiar para que sejam feitas as linhas que irão ser utilizadas para tecer. Maria Elisa Garavello e Silvia Molina, afirmam no artigo <i>O Artesanato com Fibra de Bananeira</i>, que nesta etapa do trabalho, “cada tira pode ser aproveitada inteira ou ser desdobrada, retirando-se as camadas internas. [...] Numa mesma bainha, após o desdobramento, obtém-se diferentes tipos de palha.” (GARAVELLO; MOLINA, 2014, p. 88). Entanto, a partir das pesquisas realizadas, notou-se a necessidade de um local de trabalho arejado, limpo e bastante iluminado, uma vez que “a palha da bananeira é de natureza lignocelulósica, e se constitui de compostos de carbono que atraem microrganismos como fungos e bactérias. [...] Em condições favoráveis de umidade e calor, podem se desenvolver de modo intenso incorrendo na deterioração do material”. (GARAVELLO; MOLINA, 2014, p. 89).</p> <p>O procedimento de corte do caule, lavagem, secagem ao sol e extração das fibras dura aproximadamente cinco dias. A partir daí dá-se início ao trabalho de trançado e cestaria, que é característico das atividades desenvolvidas pelas artífices.</p>			
	Transformações e Permanências			
	<p>Ainda não foram observadas modificações significativas no modo de fazer o artesanato em fibra de bananeira, dado que esta é uma atividade relativamente nova na região.</p>			
	Espaços/ Ateliê			
	Descrição do espaço			
	<p>A atividade se desenvolve na Associação de Artesãs criada em 2006, sendo dona Helena Alves uma das fundadoras da organização. Primeiramente a Associação foi criada para divulgação dos diversos trabalhos manuais realizados na região, como trabalho com garrafas PET, ponto cruz, pintura e crochê.</p> <p>Atualmente a Associação conta com uma loja para a comercialização dos produtos elaborados pelas artesãs. São oferecidos cursos de trançado para os que desejam aprender o ofício, e de acordo com Dona Helena, a Associação está procurando uma nova sede, para que possa aumentar o número de alunos nas aulas oferecidas, extendendo a atividade para as crianças da cidade.</p>			
	Endereço			
	<p>Não foi informado.</p>			
	Fontes de Energia			
	Tipo	Descrição	Variedades	Uso
	Humana	Montagem		
	Animal	Transporte dos troncos.		
				Custos
				Sem informações.
				Sem informações.
	Matérias Primas			
	<p>Palhas e tronco da bananeira</p>			

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SABERES E OFÍCIOS
--	--------------------------

Descrição	Bananeira: Nome científico <i>Musa sp.</i> É uma planta originária do sudeste da Ásia cultivada para fins alimentícios e medicinais, e está entre as principais culturas agrícolas das regiões tropicais e subtropicais do planeta. A Índia é o maior produtor mundial de banana, com uma produção de 26,21 milhões de toneladas da fruta. O Brasil é o quinto colocado nesse <i>ranking</i> , produzindo cerca de 4,52 milhões de toneladas, de acordo com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).
Procedência	A matéria prima é obtida na própria região.
Forma de Aquisição	Devido ao projeto de irrigação, a região de Jaíba produz bananas durante todo o ano, sendo uma das maiores produtoras de banana-prata do País. Desse modo, torna-se fácil obter o tronco da bananeira, já que após o corte do cacho, o restante da planta não tem mais utilidade para o produtor. Assim, a aquisição do material torna-se mais fácil.
Uso	O tronco da bananeira é utilizado para a retirada das fibras que dão origem aos diversos produtos feitos a partir da técnica do trançado.
Custo	Não há custos, pois os troncos são disponibilizados pelos produtores da região.
Período de Obtenção	A obtenção da matéria prima para o trabalho das artesãs ocorre durante todo o ano, sem sofrer interrupções, dada a grande produção local.
Instrumentos/ Ferramentas	
Balde, panelas, arame, colher de pau.	

05	ELEMENTOS RELACIONADOS			
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Bananeira	Matéria-prima	Planta	-	-
Fogão a lenha	Artefato	Equipamento	-	-

06	FORMAS DE TRANSMISSÃO			
Procedência do Saber				
<p>A atividade artesanal proveniente do trançado com fibra de bananeira se deu de maneira natural, visto que desde que o processo de irrigação deu origem às grandes áreas de cultivo da região, foram desenvolvidos pelas artesãs, formas de reaproveitar os resíduos gerados a partir das plantações.</p> <p>Dona Helena afirma que já sabia fazer algumas coisas a partir da técnica do trançado, contudo foi a partir do ano de 2006 que ela passou a trabalhar com a fibra de bananeira.</p>				
Transmissão				
Pais – Filhos	X	Mestre – Aprendiz	X	Escolas
				Grupos
				Outros
Modo de Transmissão				
A transmissão acontece de forma oral, diariamente na oficina de artesanato ou em cursos organizados pelas artesãs dentro da cidade.				
Forma de Continuidade				
A continuidade na transmissão do saber acontece em função das pessoas da cidade estarem procurando o grupo para aprender a tecer, conhecer as técnicas e produzir junto as mulheres na hora do aprendizado.				
Transformações				
Não há variações no modo de utilização da fibra de bananeira para a criação de peças artesanais. O que pode haver de diferenciação é o modo com que a fibra é retirada do caule da bananeira, contudo, não são consideradas transformações significativas no desenrolar do processo artesanal.				

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS
07 **ÁREA DE ABRANGÊNCIA**

Comunidade		Município	X	Região	x	Estado		Nacional	
Observação									

Participação turística

A atividade ligada ao modo de fazer artesanato em fibra de bananeira não está dada como uma atividade com finalidade turística. Porém, é importante observar que a comercialização das peças fabricadas pelas artesãs está relacionada com a atividade turística, sendo portanto um meio e não uma finalidade para esta prática na cidade.

08 **COMENTÁRIOS**
Identidade construída em torno da atividade

Em torno do artesanato criou-se um laço afetivo, pois, as artesãs consideram a atividade não só como uma fonte de renda, mas como algo que transformou a vida delas, fazendo com que se relacionem com os outros membros do grupo com maior ênfase, dando às artesãs uma participação maior também na atividades realizadas na cidade.

Possibilidade de continuidade

Há a possibilidade de continuidade, pois, as artesãs se encontram dispostas a trabalhar diariamente na oficina de artesanato, passando esse conhecimento para as pessoas que se interessarem. Além do que, a atividade também se tornou uma fonte extra de renda.

Necessidades do Ofício	Instalações	Construção de um espaço voltado para o ensino da atividade e beneficiamento das fibras de bananeira de um modo mais fácil.
	Instrumentos	Assegurar a manutenção dos instrumentos fundamentais a atividade como: colheres de pau, fogão a lenha, arame e outros.
	Matéria-Prima	Manutenção da bananicultura na região
	Pessoal	
	Formação	Cursos para o ensino da técnica para as crianças e demais pessoas interessadas em aprender a atividade.
	Comercialização	Viabilizar maior divulgação dos produtos feitos pela Associação, bem como a sua comercialização em outras cidades limítrofes a Jaíba.

Ofícios ou técnicas com necessidade de documentar/ proteger

Observa-se a necessidade de ampliação da divulgação da atividade, e ainda fomentar o ensino da atividade para mais pessoas na cidade.

Comentários do elaborador

A participação das pessoas que compõem o grupo é intensa e diária. O conhecimento adquirido por eles está sendo usado e repassado para as pessoas que se interessarem em aprender, algumas vezes por meio da oralidade, outras por palestras feitas em escolas e demais lugares.

Comentários dos Entrevistados

“É uma coisa assim que a gente não tem assim, é uma vontade só de crescer de fazer coisas mais diferentes, cada dia que passa a vontade é só de trabalhar, entendeu, gostamos e estamos aí, é um dinheirinho extra, não ganha muito porque o trabalho é muito, mas sempre se tem”.

Helena Alves Silva

Significados socioeconômicos

As artesãs que formaram a Associação tem no artesanato uma fonte de renda, vendendo seus produtos na loja da Associação e em feiras da cidade.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS
09 AÇÃO DE SALVAGUARDA

Produção de pesquisas mais densas que contemplem todas as fases do processo de produção do artesanato, desde a colheita do caule da bananeira nas fazendas da região, passando pelo beneficiamento da fibra e a realização do trançado com a fibra já seca.

Promover cursos de capacitação em gestão e sustentabilidade para auxiliar as artesãs na organização da sua produção frente ao mercado, otimizando o trabalho dos associados.

10 ENTREVISTADOS

01	Nome	Helena Alves Silva			Tipo	Artesã	
	Nascimento		Sexo	F	Idade	Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
Transmite o saber por meio da oralidade.							
Contato							

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA


Figura 2: Pequenos artesanatos feitos de fibra de bananeira.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 3: Cesto com tampa feito de fibra de bananeira.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 4: Bandejas feitas de fibra de bananeira.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 5: Bandeja de fibra de bananeira.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha (76) Figura 2: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha (58) Figura 3: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha (59)
-------------	--

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SABERES E OFÍCIOS
--	--------------------------

	Figura 4: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha (60) Figura 5: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha (49)
Vídeos	Vídeo 1: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha_27Out12 (1) Vídeo 2: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha_27Out12 (2) Vídeo 3: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha_27Out12 (3) Vídeo 4: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha_27Out12 (4) Vídeo 5: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha_27Out12 (5) Vídeo 6: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha_27Out12 (6) Vídeo 7: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha_27Out12 (7) Vídeo 8: IPAC_5319_Jaiba_ABana_Nuhicre_iepha_27Out12 (8)
Áudio	Áudio 1: Entre_IPAC_5319_Jaiba_ABana_HSilva_27Out12 (1) Áudio 2: Entre_IPAC_5319_Jaiba_ABana_HSilva_27Out12 (2) Áudio 3: Entre_IPAC_5319_Jaiba_ABana_HSilva_27Out12 (3) Áudio 4: Entre_IPAC_5319_Jaiba_ABana_HSilva_27Out12 (4) Áudio 5: Entre_IPAC_5319_Jaiba_ABana_HSilva_27Out12 (5)

13	REFERÊNCIAS
CASTRO, D. L. F. <i>Diferentes trajetórias da preservação do patrimônio do norte de Minas Gerais</i> . Disponível em < http://www.forumpatrimonio.com.br/print.php?articleID=116&modo=1 >. Acesso em 17 dez. 2014.	
EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. <i>Evolução da cultura da banana no Brasil e no mundo</i> . Disponível em < http://www.cpac.embrapa.br/noticias/artigosmidia/publicados/287/ >. Acesso em 08 jan. 2015.	
GARAVELLO, M. E.; MOLINA, S. M. <i>O artesanato com fibra de bananeira</i> . Disponível em < http://www.biologico.sp.gov.br/rifib/XIII%20RIFIB/garavello.pdf >. Acesso em 21 jan. 2015.	
MARINA ARTS. <i>Fibra da Bananeira – Processo de extração das fibras passo a passo</i> . YouTube. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=x5k3Vkt2C7k Acesso em 06 jan. 2015.	
MARTINS, Saul. <i>Contribuição ao Estudo Científico do Artesanato</i> . Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1973.	
MOURA, A. C. <i>Trajatórias, Memórias e Experiências dos Trabalhadores Rurais do Projeto Jaíba, MG</i> . 2014. 164f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2014.	
PROGRAMA ARTE BRASIL. <i>História do Artesanato</i> . Disponível em < http://www.programaartebrasil.com.br/hist_artisanato/hist_arte.asp > Acesso em 07 jan. 2015.	
PROGRAMA DO ARTESANATO BRASILEIRO. <i>Base Conceitual do Artesanato Brasileiro</i> . Disponível em < http://www.desenvolvimento.gov.br/07EB0030-D224-4530-AD68-94E90B11D88E/FinalDownload/DownloadId-D1D62654A9222C0F2D7C52EA9A89D7B1/07EB0030-D224-4530-AD68-94E90B11D88E/arquivos/dwnl_1347644592.pdf >. Acesso em 07 jan. 2015.	
SILVA, Lena Alves. <i>Derivados de Fibra de Bananeira: Artesanato</i> . [07 março 2013]. Jaíba. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Elis Medrado Viana e Roberto Veríssimo da Silva. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	
TESAURO DO FOLCLORE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA. <i>Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular</i> . Disponível em < http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/00000339.htm >. Acesso em 08 jan. 2015.	

14	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	Roberto Veríssimo da Silva Junior, Elis Medrado Viana	2012 /2013

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		SABERES E OFÍCIOS
Vídeos	Roberto Veríssimo da Silva Junior, Elis Medrado Viana	2012 /2013
Áudio	Roberto Veríssimo da Silva Junior, Elis Medrado Viana	2012 /2013
Transcrição	Caroline Marques Flávio	2013
Levantamento	Roberto Veríssimo da Silva Junior, Elis Medrado Viana, Denílson Meireles Barbosa	2012/2013
Elaboração	Roberto Veríssimo da Silva Junior	2013
Revisão	Flávia Alves Figueirêdo Souza, Mariana Rabêlo de Farias, Breno Trindade	2013 26/01/2015 26/08/2015
Observações		